

UNIVERSIDAD DE LOS ANDES, C.I. 21421 A.C., U.A.

INT-2142

T.2 V.1

# LECTURAS SOBRE ABASTECIMIENTO ALIMENTARIO

## PROGRAMACION DEL ABASTECIMIENTO ALIMENTARIO; ALGUNAS EXPERIENCIAS EN AMERICA LATINA

Tomo 2

Volumen I

PROYECTO DE CAPACITACION EN PLANIFICACION PROGRAMACION, PROYECTOS AGRICOLAS Y DE DESARROLLO RURAL

FAO



PNUD

CEPAL



PROCADES





## PROLOGO

El Proyecto Regional de Capacitación en Planificación, Programación, Proyectos Agrícolas y de Desarrollo Rural (PROCADES) patrocinado por la FAO, CEPAL y PNUD, comenzó a operar el primer semestre de 1980. Desde esa fecha hasta su término en diciembre de 1986 participó en la organización y realización de 64 cursos y seminarios de capacitación a través de toda América Latina y el Caribe, donde participaron 1905 profesionales vinculados a la problemática agrícola y rural.

Para sustentar las actividades de capacitación el equipo técnico permanente de PROCADES, especialistas y consultores internacionales, elaboraron más de 80 documentos, los cuales constituyeron un importante conjunto de material de apoyo para las actividades docentes del PROCADES.

Dicha documentación recoge las más recientes experiencias y reflexiones realizadas en la región en las áreas de Planificación Agroalimentaria y Proyectos de Desarrollo Agrícolas y Rural.

Con el objetivo de facilitar el intercambio internacional de experiencias y documentación entre instituciones nacionales de capacitación se realizó la presente edición. En esta se presenta una selección de dichos documentos siendo compilados en tres series: Serie Lecturas, Serie Talleres y Estudios de Caso; y, Serie Documentos Docentes para las Actividades de Capacitación en los Países del Caribe Inglés.

Los conceptos vertidos en todos los estudios de este volumen son de responsabilidad de sus autores y no comprometen a los organismos patrocinantes del PROCADES ni a las instituciones en que estos trabajan.

PROYECTO REGIONAL  
DE CAPACITACION EN PLANIFICACION,  
PROGRAMACION, PROYECTOS AGRICOLAS  
Y DE DESARROLLO RURAL  
RLA/77/006  
FAO-PNUD-CEPAL



## PRESENTACION

La Serie Lecturas sobre Abastecimiento Alimentario consta de 2 tomos: "El problema de Abastecimiento Alimentario"; y "Programación del Abastecimiento Alimentario: Algunas Experiencias en América Latina".

El tomo dos incluye cinco documentos, organizados en tres volúmenes. En el volumen I se presenta "Programación del Abastecimiento Alimentario en el Estado de San Pablo, Brasil" - elaborado por un equipo técnico coordinado por el señor Luis Henrique Pérez, de la Secretaría de Agricultura y Abastecimiento de San Pablo. En este documento se presenta un análisis global del Abastecimiento Alimentario en la ciudad de San Pablo, considerándose desde la producción hasta el nivel nutricional de la Población. Este trabajo es presentado en dos partes, siendo la primera parte un análisis global de los aspectos involucrados en el sistema de abastecimiento alimentario y en la segunda parte, además de un anexo estadístico, dos apéndices complementarios a los Capítulos 1 y 4 respectivamente, Análisis de los Principales Productos Alimentarios y el Abastecimiento en el Interior. La primera parte está compuesta de nueve capítulos, en los tres primeros se discute sobre el sector agropecuario, la formación poblacional del Estado, y el perfil alimentario de su población, antecedentes para la discusión del Capítulo 4, el Sistema de Abastecimiento.

Los tres capítulos siguientes, se realiza un breve análisis sobre las instituciones involucradas y sus políticas específicas relacionadas en la problemática estudiada. Esta discusión determina las líneas principales de las recomendaciones señaladas en el Capítulo 8 Problemas Vigentes en el Abastecimiento de San Pablo.

El Capítulo 9 contiene la bibliografía consultada, que en algunos casos, contribuye substancialmente al análisis desarrollado



Volumen I

PROGRAMACION DEL ABASTECIMIENTO ALIMENTARIO EN EL  
ESTADO DE SAN PABLO, BRASIL\*/

\*Elaborado por un equipo técnico coordinado por el señor Luis Henrique Pérez, de la Secretaría de Agricultura y Abastecimiento de San Pablo, para uso en las actividades docentes del PROCADES.





## APRESENTAÇÃO

Esse trabalho é fruto da colaboração desenvolvida, a partir de 1981, entre a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), através de seu Escritório Regional para a América Latina e a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, através de sua Coordenadoria de Abastecimento.

Desde que foi organizada, no início de 1980, a Coordenadoria de Abastecimento, sempre teve em mente que a complexidade dos problemas a serem enfrentados exigia um trabalho multidisciplinar, a ser alcançado através do esforço integrado de diferentes técnicos e de diferentes instituições públicas, privadas e comunitárias.

Além disso, a carência de recursos humanos e financeiros e a urgência requerida na solução de alguns problemas mais agudos do abastecimento metropolitano agiram como propulsores para a rápida adoção dos princípios da cooperação técnica e integração com a comunidade como orientação básica deste novo órgão, criado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento.

A partir desta visão é que foi elaborado o Programa Paulista de Alimentação e Nutrição (PROPAN) e que procurou-se a colaboração da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO).

Os graves problemas de abastecimento alimentar que a fetam a metrópole paulista são comuns a todas as metrópoles latino americanas. Nesse sentido, assume grande relevância o intercâmbio de experiência entre estes países e acredita-se que São Paulo possa contribuir decisivamente neste objetivo, com a divulgação do presente trabalho.

Apresenta-se a análise global do abastecimento em São Paulo, considerado desde a preservação da produção até o nível nutricional da população, com o objetivo de subsidiar a todas as instituições que atuam no setor, a começar pelo I Curso Internacional sobre Desenvolvimento Rural e Abastecimento Urbano, que reúne técnicos brasileiros e latino americanos.

Claudio Braga Ribeiro Ferreira

Secretário da Agricultura e Abastecimento  
do Estado de São Paulo

O presente relatório contém uma síntese crítica da problemática que envolve o sistema de abastecimento de produtos alimentares da população do Estado de São Paulo. O trabalho se desenvolveu a partir de uma primeira análise global das questões envolvidas no sistema de abastecimento, visando, inicialmente, subsidiar o I Curso Internacional sobre Desenvolvimento Rural e Abastecimento Urbano.

É importante comentar, aqui, alguns aspectos ligados ao desenvolvimento do trabalho, cujo objetivo se caracteriza por demais amplo se relacionado à disponibilidade de informações sobre alguns itens abordados. Este fato levou a que as análises desenvolvidas não alcançassem integralmente a mesma profundidade perseguida em todos os seus segmentos. Em alguns desses casos o presente trabalho tem o mérito de apontar lacunas a serem preenchidas por pesquisas que viriam possibilitar a superação dessas limitações. Destaque-se, aqui, a natureza de síntese de alguns capítulos a partir de pesquisas já efetuadas.

O trabalho está apresentado em dois volumes, sendo o primeiro a análise propriamente dita e o segundo contendo, além do Anexo Estatístico, dois apêndices complementares aos Capítulos 1 e 4, respectivamente, Análise dos Principais Produtos Alimentares e o Abastecimento no Interior.

O primeiro volume está composto de nove capítulos. Os três iniciais, abordando o setor agropecuário, a formação populacional do Estado e o perfil alimentar dessa população, alicerçaram a análise objeto do trabalho apresentada no Capítulo 4 - Sistema de Abastecimento.

Os três capítulos seguintes discutem os órgãos envolvidos e suas políticas específicas no que tange à problemática do trabalho. Essa discussão determinou as linhas principais das recomendações colocadas no Capítulo 8 - Problemas Ainda Vigentes no Abastecimento de São Paulo.

O Capítulo 9 contém a bibliografia consultada que, em alguns casos, contribuiu substancialmente às análises desenvolvidas, bem como servirá de material de referência do curso para o qual esse trabalho se dirige.

## ÍNDICE

## VOLUME I

CAPÍTULO 1. CARACTERIZAÇÃO DO SETOR AGROPECUÁRIO .....	01
1.1. IMPORTÂNCIA ECONÔMICA .....	02
1.1.1. RENDA AGRÍCOLA .....	02
1.1.2. VALOR DA PRODUÇÃO .....	04
1.2. CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO .....	09
1.2.1. ESTRUTURA FUNDIÁRIA .....	09
1.2.2. USO DO SOLO .....	09
1.2.3. MÃO-DE-OBRA .....	11
1.2.4. TECNOLOGIA AGRÍCOLA .....	15
1.2.5. CRÉDITO RURAL .....	20
1.3. BALANÇO PRODUÇÃO/CONSUMO .....	23
CAPÍTULO 2. FORMAÇÃO E OCUPAÇÃO POPULACIONAL .....	26
2.1. ANÁLISE A NÍVEL DO ESTADO .....	27
2.2. ANÁLISE A NÍVEL REGIONAL .....	36
2.2.1. REGIÃO OESTE: SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, PRESIDENTE PRUDENTE, BAURU, MARÍLIA E ARACATUBA .....	36
2.2.2. REGIÃO DE SOROCABA .....	37
2.2.3. REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO .....	41
2.2.4. REGIÃO DE CAMPINAS .....	42
2.2.5. REGIÃO LITORAL .....	43
2.2.6. REGIÃO DO VALE DO PARAÍBA .....	44
2.2.7. REGIÃO METROPOLITANA .....	45

2.2.8. OS GRANDES EIXOS DE EXPANSÃO .....	47
CAPÍTULO 3. PERFIL ALIMENTAR .....	53
3.1. INTRODUÇÃO .....	54
3.2. RENDA E DEMANDA DE ALIMENTOS .....	57
3.3. RENDA E ADEQUAÇÃO NUTRICIONAL .....	60
3.4. CESTA DE ALIMENTOS .....	66
3.5. EDUCAÇÃO, COMPOSIÇÃO FAMILIAR E ADEQUAÇÃO NUTRI- CIONAL .....	69
3.6. TENDÊNCIAS DO CONSUMO ALIMENTAR .....	71
3.7. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	74
CAPÍTULO 4. SISTEMA DE ABASTECIMENTO .....	77
4.1. EVOLUÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO .....	78
4.1.1. HISTÓRIA DO ABASTECIMENTO .....	78
4.1.2. PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS - AS GRANDES ME- TAS .....	82
4.1.3. EVOLUÇÃO DO SETOR PRIVADO .....	85
4.2. CARACTERÍSTICAS DA INFRA-ESTRUTURA BÁSICA DE CO- MERCIALIZAÇÃO .....	87
4.2.1. TRANSPORTES .....	87
4.2.2. ARMAZENAGEM .....	92
4.2.2.1. Análise a Nível de DIRA .....	95
4.2.2.2. Armazenagem a Frio .....	99
4.2.2.3. Armazenamento de Frutas e Horta- liças .....	101

4.2.3.	EQUIPAMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO .....	102
4.2.3.1.	Centrais de Abastecimento .....	102
4.2.3.2.	Mercados do Produtor .....	104
4.3.	O ABASTECIMENTO METROPOLITANO .....	106
4.3.1.	PROCESSO DE EXPANSÃO PERIFÉRICA .....	106
4.3.1.1.	Efeitos Sobre a Área Rural ....	109
4.3.1.2.	Efeitos Sobre a Evolução e Situação das Estruturas de Comercialização .....	112✓
4.3.2.	ESTRUTURA DO MERCADO ATACADISTA .....	116
4.3.2.1.	Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo - CEAGESP .....	116
4.3.2.2.	A Zona Cerealista .....	119
4.3.2.3.	Rede MAKRO .....	123
4.3.2.4.	Nova Proposta: "Os Atacadões".	123
4.3.3.	ESTRUTURA DO MERCADO VAREJISTA .....	124
4.3.3.1.	O Comércio Tradicional .....	126
4.3.3.2.	As Feiras-Livres .....	129
4.3.3.3.	Supermercados .....	133
4.3.3.4.	Cooperativas de Consumo .....	136
4.3.3.5.	Rede SOMAR .....	140
4.3.3.6.	Novas Propostas: Mercado, Varejão e Feirão .....	140
4.4.	O ABASTECIMENTO NO INTERIOR .....	142
4.4.1.	INTRODUÇÃO .....	142
4.4.2.	PRODUÇÃO REGIONAL AGRÍCOLA .....	143
4.4.3.	FLUXOS DE PRODUTOS .....	146
4.4.3.1.	Discussão dos Fluxos a Partir do Balanço Produção/Consumo ...	146
4.4.3.2.	Discussão dos Fluxos a Partir da Pesquisa do Atacado .....	150



4.4.4.	PRINCIPAIS NÚCLEOS URBANOS E EQUIPAMEN- TOS DE COMERCIALIZAÇÃO .....	152
CAPÍTULO 5. ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL .....		161
5.1.	ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL PÚBLICA .....	162
5.1.1.	FEDERAL .....	162
5.1.2.	ESTADUAL .....	175
5.1.3.	MUNICIPAL .....	192
5.2.	ENTIDADES PRIVADAS .....	195
CAPÍTULO 6. MECANISMOS DE PLANEJAMENTO .....		197
6.1.	O PLANEJAMENTO DO ABASTECIMENTO .....	198
6.2.	A CRIAÇÃO DA COORDENADORIA ESTADUAL DE ABASTE- CIMENTO .....	202
6.3.	OS INSTRUMENTOS EFETIVAMENTE UTILIZADOS NO PLANE- JAMENTO DO ABASTECIMENTO PAULISTA .....	205
6.3.1.	A EXPERIÊNCIA DA COORDENADORIA DE ABASTE- CIMENTO .....	205
6.3.2.	A EXPERIÊNCIA DE OUTRAS INSTITUIÇÕES ....	208
CAPÍTULO 7. POLÍTICAS E PROGRAMAS DE ABASTECIMENTO, CONSU- MO E NUTRIÇÃO .....		211
7.1.	A NÍVEL DA PRODUÇÃO .....	212
7.1.1.	A PRESERVAÇÃO DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS ..	212
7.1.2.	FOMENTO À PRODUÇÃO .....	214
7.2.	AO NÍVEL DA COMERCIALIZAÇÃO .....	219

7.2.1.	O MERCADO DO PRODUTOR .....	219
7.2.2.	O MERCADO ATACADISTA .....	223
7.2.3.	O MERCADO VAREJISTA .....	225
7.3.	AO NÍVEL DO CONSUMO .....	230
7.3.1.	IMPOSTOS E SUBSÍDIOS .....	230
7.3.2.	FISCALIZAÇÃO E CONTROLE SANITÁRIO .....	231
7.3.3.	ORIENTAÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR .....	233
7.4.	AO NÍVEL DA NUTRIÇÃO .....	234
7.4.1.	MERENDA ESCOLAR .....	234
7.4.2.	SUPLEMENTAÇÃO A GESTANTES E NUTRIZES ....	235
CAPÍTULO 8.	PROBLEMAS AINDA VIGENTES NO ABASTECIMENTO DE SÃO PAULO - RECOMENDAÇÕES .....	236
8.1.	PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE .....	237
8.2.	RECOMENDAÇÕES DE PROGRAMAS .....	239
CAPÍTULO 9.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	243
BIBLIOGRAFIA	.....	253

VOLUME II

ANEXO ESTATÍSTICO .....

APÊNDICE AP-1 - ANÁLISE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS ALIMENTARES .....

APÊNDICE AP-4 - O ABASTECIMENTO NO INTERIOR (FUNÇÕES REGIONAIS DO MERCADO) .....

## ÍNDICE DAS TABELAS

Tabela 1.1	- BRASIL E ESTADO DE SÃO PAULO - IMPORTÂNCIA DA RENDA AGRÍCOLA - 1970/80 .....	03
Tabela 1.2	- ESTADO DE SÃO PAULO - ÁREA CULTIVADA E VALOR DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS - 1980/81 .....	05
Tabela 1.3	- ESTADO DE SÃO PAULO - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS - 1948/52 - 1978/80 ...	07
Tabela 1.4	- ESTADO DE SÃO PAULO - ESTRUTURA FUNDIÁRIA .....	10
Tabela 1.5	- ESTADO DE SÃO PAULO - USO DO SOLO - 1972/76 .....	12
Tabela 1.6	- ESTADO DE SÃO PAULO - ESTIMATIVA DA EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL E AGRÍCOLA - 1948/80 .....	14
Tabela 1.7	- ESTADO DE SÃO PAULO - POPULAÇÃO RESIDENTE, FORÇA DE TRABALHO E PESSOAL OCUPADO NO SETOR AGRÍCOLA - 1971/79 .....	16
Tabela 1.8	- ESTADO DE SÃO PAULO - USO DE TÉCNICAS MODERNAS NOS ESTABELECIMENTOS RURAIS - 1960/75 .....	18
Tabela 1.9	- ESTADO DE SÃO PAULO - FORÇA DE TRABALHO NOS ESTABELECIMENTOS RURAIS - 1960/75 ..	19
Tabela 1.10	- BRASIL E ESTADO DE SÃO PAULO - CRÉDITO RURAL - 1969/80 .....	22

Tabela 1.11	- ESTADO DE SÃO PAULO - BALANÇO COMPARATIVO - PRODUÇÃO E CONSUMO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS - 1980 .....	25
Tabela 2.1	- ESTADO DE SÃO PAULO - POPULAÇÃO RESIDENTE TOTAL - URBANA E RURAL - 1872/1980 ..	28
Tabela 2.2	- ESTADO DE SÃO PAULO - TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL - 1872/1980 .....	29
Tabela 2.3	- BRASIL - TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO RURAL POR GRANDES REGIÕES E SÃO PAULO - 1940/80 .....	32
Tabela 2.4	- PROPORÇÃO DE POPULAÇÃO URBANA E RURAL EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO TOTAL POR GRANDES REGIÕES E SÃO PAULO - 1940/80 .....	33
Tabela 2.5	- BRASIL - PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL E URBANA DE SÃO PAULO E REGIÕES BRASILEIRAS NA POPULAÇÃO TOTAL DO BRASIL - 1940/80 .....	34
Tabela 2.6	- ESTADO DE SÃO PAULO - TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL, POR REGIÃO ADMINISTRATIVA - 1940/80 .....	35
Tabela 2.7	- REGIÃO DE SOROCABA - PESSOAL OCUPADO - 1970 .....	40
Tabela 2.8	- ESTADO DE SÃO PAULO - RELAÇÃO DAS DELEGACIAS AGRÍCOLAS POR CLASSE DE CRESCIMENTO ANUAL - 1970/80 .....	49
Tabela 2.9	- ESTADO DE SÃO PAULO - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL RESIDENTE NAS DELEGACIAS AGRÍCO-	

	LAS COM MAIORES TAXAS DE CRESCIMENTO -	
	1960 .....	52
Tabela 3.1	- ESTADO DE SÃO PAULO - DESPESA CORRENTE MONETÁRIA EM ALIMENTAÇÃO E NÚMERO TOTAL DAS FAMÍLIAS POR CLASSE DE DESPESA .....	58
Tabela 3.2	- ESTADO DE SÃO PAULO - ELASTICIDADE - DISPENDIO POR CLASSES DE DESPESA E CATEGORIA DE PRODUTOS - 1974/75 .....	59
Tabela 3.3	- ESTADO DE SÃO PAULO - ÍNDICE DE ADEQUAÇÃO DA INGESTÃO EM CALORIAS E PROTEÍNAS POR CLASSE DE RENDA - 1974/75 .....	61
Tabela 3.4	- ESTADO DE SÃO PAULO - PORCENTAGEM DE ADEQUAÇÃO DE PROTEÍNAS E CALORIAS EM DIFERENTES REGIÕES - 1969/75 .....	65
Tabela 3.5	- CONTRIBUIÇÃO CALÓRICA E PROTEICA DA MISTURA ARROZ E FEIJÃO SEGUNDO A P.O.F., DIEESE E F.G.V. POR ESTRATO DE RENDA FAMILIAR MENSAL .....	68
Tabela 4.1	- ESTADO DE SÃO PAULO - PARQUE DE VAGÕES DA FEPASA - 1981 .....	90
Tabela 4.2	- ESTADO DE SÃO PAULO - PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS ARMAZENÁVEIS DE ORIGEM AGRÍCOLA E CAPACIDADE ESTÁTICA DE ARMAZENAMENTO - 1973/78 .....	96
Tabela 4.3	- BRASIL - RESUMO GERAL: CADASTRO RELAÇÃO BCB/DIPOA, DAS NÃO CADASTRADAS - 1975.	100

Tabela 4.4	- GRANDE SÃO PAULO - CARACTERIZAÇÃO DAS ZONAS, DE ACORDO COM O NÚMERO DE LIGAÇÕES DE ÁGUA E ESGOTO, RENDA FAMILIAR E DENSIDADE DEMOGRÁFICA NAS SUBDIVISÕES GEOGRÁFICAS (QUADRANTES) - 1974 .....	114
Tabela 4.5	- ETSP - PRINCIPAIS PRODUTOS COMERCIALIZADOS - 1981 .....	117
Tabela 4.6	- MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - CLASSE DE RENDA E DISPÊNDIO EM GÊNEROS POR TIPO DE EQUIPAMENTO DE VAREJO - 1972 .....	125
Tabela 4.7	- MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - DISTRIBUIÇÃO DAS FEIRAS-LIVRES POR ZONAS E POR CATEGORIAS - 1976 .....	132
Tabela 4.8	- MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - DISTRIBUIÇÃO DAS LOJAS DE SUPERMERCADOS E POPULAÇÃO ATENDIDA .....	135
Tabela 4.9	- GRANDE SÃO PAULO - NÚMERO E VOLUME DE VENDAS DAS LOJAS VAREJISTAS DE ALIMENTOS - CENSO NIELSEN 1976/1977 - ÍNDICE NIELSEN ALIMENTAR .....	137
Tabela 4.10	- ESTADO DE SÃO PAULO - INDICAÇÕES DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES E PRODUTOS POR DIRA - 1980 .....	145
Tabela 4.11	- ESTADO DE SÃO PAULO - QUANTIDADES DISPONÍVEIS DE PRODUTO, SEGUNDO AS DIRAS .....	147
Tabela 4.12	- ESTADO DE SÃO PAULO - QUANTIDADES DISPONÍVEIS POR GRUPO DE PRODUTOS; SEGUNDO AS DIRAS .....	149

- Tabela 4.13 - ESTADO DE SÃO PAULO - DISTRIBUIÇÃO PER-  
CENTUAL DAS QUANTIDADES REMETIDAS, POR TI-  
PO DE PRODUTO - PESQUISA DO ATACADO - 1978 151

## ANEXO ESTATÍSTICO

- Tabela A.1.1. - RENDA INTERNA PARA O BRASIL - 1970/80
- Tabela A.1.2 - ESTADO DE SÃO PAULO - RENDA INTERNA -  
1970/80
- Tabela A.1.3 - ESTADO DE SÃO PAULO - ESTIMATIVA DO  
CONSUMO APARENTE DE  $N + P_2O_5 + K_2O$  EM  
RELAÇÃO À ÁREA CULTIVADA
- Tabela A.1.4 - ESTADO DE SÃO PAULO - DADOS DOS CEN-  
SOS AGROPECUÁRIOS 1970 E 1975
- Tabela A.1.5 - ESTADO DE SÃO PAULO - NÚMERO DE TRATO-  
RES POR FAIXA DE POTÊNCIA
- Tabela A.1.6 - BRASIL E SÃO PAULO - DISPONIBILIDADE  
DE TRATORES DE 4 RODAS
- Tabela A.1.7 - ESTADO DE SÃO PAULO - TOTAL DE CRÊDI-  
TO RURAL POR FINALIDADE E % EM RELAÇÃO  
AO BRASIL
- Tabela A.1.8 - ESTADO DE SÃO PAULO - CRÉDITO DE CUS-  
TEIO PARA LAVOURAS
- Tabela A.1.9 - ESTADO DE SÃO PAULO - CRÉDITO DE CO-  
MERCIALIZAÇÃO

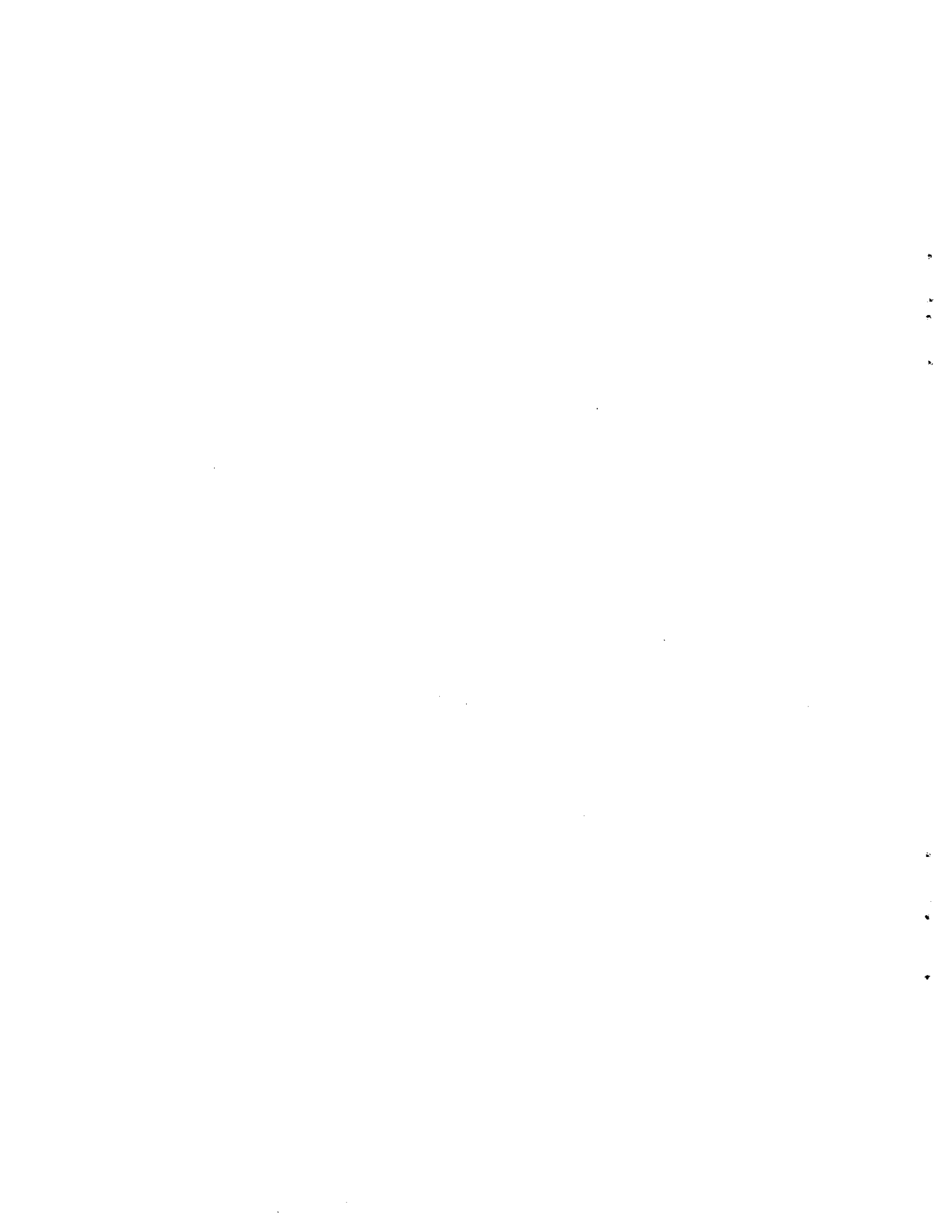


- Tabela A.3.1 - ADEQUAÇÃO NUTRICIONAL POR ESTRATO DE RENDA NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
- Tabela A.3.2 - ESTADO DE SÃO PAULO - PORCENTAGEM DE CALORIAS, EM RELAÇÃO AO VALOR CALÓRICO TOTAL DA DIETA, FORNECIDAS PELOS CARBOHIDRATOS, LIPÍDIOS E PROTEÍNAS, EM DIETAS
- Tabela A.3.3 - ESTADO DE SÃO PAULO - FORNECIMENTO E ORDEM DE IMPORTÂNCIA CALÓRICA, PROTEICA E SOBRE GASTOS COM ALIMENTAÇÃO DOS PRODUTOS COMPONENTES DA CESTA DE ALIMENTOS
- Tabela A.4.1 - MERCADORIAS TRANSPORTADAS, SEGUNDO OS MODOS DE TRANSPORTE - 1973/77
- Tabela A.4.2 - BRASIL - TRANSPORTE DE ARROZ EM CASCA - DISTRIBUIÇÃO INTERMODAL POR ESTADOS - 1974
- Tabela A.4.3 - BRASIL - TRANSPORTE DE ARROZ BENEFICIADO - DISTRIBUIÇÃO INTERMODAL POR ESTADOS - 1974
- Tabela A.4.4 - BRASIL - MILHO: DISTRIBUIÇÃO INTERMODAL - MERCADO INTERNO - 1974
- Tabela A.4.5 - BRASIL - COMPARATIVO DOS MEIOS DE TRANSPORTE - MILHO - 1977/78
- Tabela A.4.6 - BRASIL - COMPARATIVO DOS MEIOS DE TRANSPORTE - SOJA - 1978/79
- Tabela A.4.7 - ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - TRANSPORTE DO TRIGO - 1974

- Tabela A.4.8 - ESTADO DO PARANÁ - TRANSPORTE DO TRIGO  
PARA OUTROS ESTADOS - 1974
- Tabela A.4.9 - ESTADO DE SÃO PAULO - TRANSPORTE NA  
COMERCIALIZAÇÃO DE BOVINOS DE CORTE -  
1973
- Tabela A.4.10 - BRASIL - EXTENSÃO DA REDE RODOVIÁRIA,  
SEGUNDO AS REGIÕES E UNIDADES DA FEDERA-  
ÇÃO

## ÍNDICE DAS FIGURAS

Figura 2.1	- EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO - 1970/1980 - DELEGACIA AGRÍCOLA .....	50
Figura 2.2	- EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO - 1970/1980 - DIRAS .....	51
Figura 4.1	- ÁREA METROPOLITANA DA GRANDE SÃO PAULO - DELIMITAÇÃO DAS ZONAS .....	115
Figura 4.2	- EQUIPAMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO: CEASAS E MERCADOS DO PRODUTOR .....	160
Figura 5.1	- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA - ORGANOGAMA GERAL .....	169
Figura 5.2	- DIAGRAMA DO SETOR PÚBLICO AGRÍCOLA - SPA.	170
Figura 5.3	- DIAGRAMA DO SISTEMA NACIONAL DE PLANEJA- MENTO AGRÍCOLA - SNPA .....	171
Figura 5.4	- ORGANOGAMA DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO ..	178



## CAPÍTULO 1

### CARACTERIZAÇÃO DO SETOR AGROPECUÁRIO

## 1.1. IMPORTÂNCIA ECONÔMICA

### 1.1.1. RENDA AGRÍCOLA

A participação dos setores da economia brasileira na renda interna do País manteve-se praticamente inalterada, durante a década de 70, em torno de 10%, 40% e 50%, respectivamente, dos setores primário, secundário e terciário.

A evolução da renda agrícola brasileira - com taxas geométricas de crescimento de 14% e 7,5% respectivamente, nos períodos 1970/75 e 1975/80 - acompanhou de muito perto a evolução da renda interna do País (1).

Já a renda estadual paulista apresenta uma formação bastante diferenciada da brasileira. Neste Estado, a indústria responde por 50% da sua renda interna, embora o setor primário continue com a menor participação que, nos últimos 10 anos, tem apresentado pequenas flutuações (Tabela 1.1).

A participação do setor agrícola paulista na renda do Estado passou de 4,68%, em 1970, para 5,61%, em 1973, caindo, a partir do ano seguinte (4,61%) até 1976 (4,06%), recuperando-se, em 1977, com o maior índice de participação no período (5,76%), para situar-se, nos anos restantes, em torno de 5%.

No período 1970/75, enquanto a renda interna paulista obteve uma taxa de crescimento real de 12,17% a.a., o setor agrícola cresceu 9,27% e, no período posterior 1975/80, a renda proveniente do setor agrícola apresentou uma taxa de crescimento real de 11,98% a.a. contra 8,06% a.a. da renda interna paulista.

---

(1) Em anexo, são apresentadas tabelas relativas à composição e evolução da renda interna brasileira e paulista (Ver Tabela A.1.1 e A.1.2.).

Tabela 1.1  
 BRASIL E ESTADO DE SÃO PAULO  
IMPORTÂNCIA DA RENDA AGRÍCOLA  
 1970/80

ANO	RENDA AGRÍCOLA PAULISTA/RENDA TOTAL PAULISTA	RENDA AGRÍCOLA PAULISTA / RENDA AGRÍCOLA BRASI- LEIRA	RENDA AGRÍCOLA BRASILEIRA/RENDA TOTAL BRASILEIRA
1970	4,68	17,70	10,24
1971	4,74	17,09	10,68
1972	4,96	18,37	10,42
1973	5,16	18,12	11,00
1974	4,61	15,57	11,19
1975	4,11	14,36	10,53
1976	4,06	13,94	10,73
1977	5,76	17,45	12,40
1978	4,85	16,54	11,06
1979	5,51	19,12	10,89
1980 (1)	4,91	17,62	10,33

Fonte: F.G.V. e Secretaria da Fazenda

(1) Estimativa

Quanto à participação da renda agrícola paulista na renda agrícola brasileira, verifica-se, uma taxa de cerca de 18% no período analisado, com uma pequena queda no triênio 1974/76 e atingindo sua maior participação em 1979 (19,12%), para novamente cair em 1980.

Através dos índices simples de valor da renda nacional e estadual, no período 1970/80, verifica-se que a renda interna brasileira cresceu mais que a paulista <sup>(1)</sup>.

### 1.1.2. VALOR DA PRODUÇÃO

O valor da produção dos 26 principais produtos da agricultura paulista para o ano agrícola 1980/81 pode ser visualizada na Tabela 1.2.

Os 10 principais produtos (cana-de-açúcar, café, carne bovina, leite, laranja, milho, feijão, ovos, aves e soja) representaram, em 1980/81, 83,5% do valor total da produção agrícola e 81,5% da área total cultivada dos 26 principais produtos.

Os produtos de mercado externo (soja, café, amendoim, laranja, mamona, chá e casulo) obtiveram um valor real de produção de Cr\$ 218.137.588 mil, representando 29,0% do valor total da produção, ocupando 36,45% da área total cultivada.

#### Índice Simples de Valor - Preços Reais

Renda Interna	1970	1980	
		Brasil	São Paulo
Total	100	273	262
Agricultura	100	276	274
Indústria	100	278	263
Serviços	100	270	259



ESTADO DE SÃO PAULO  
 ÁREA CULTIVADA E VALOR DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS  
 1980/81

PRODUTO	ÁREA (1)		VALOR CORRENTE 1980/81		VALOR REAL (2) (CR\$ MIL)
	MIL Ha	%	Cr\$ MIL	%	
Cana-de-Açúcar	1.379,8	22,06	107.576.381	19,72	147.978.967
Café	967,6	15,47	92.181.667	16,90	126.802.442
Carne Bovina	-	-	52.133.333	9,55	71.713.109
Leite	-	-	41.866.500	7,67	57.590.350
Laranja	531,2	8,49	37.499.926	6,87	51.583.816
Milho	1.176,6	18,81	30.101.500	5,52	41.406.755
Frijão	472,1	7,55	25.551.000	4,68	35.147.218
Ovos	-	-	25.128.000	4,60	34.565.352
Aves de Corte	-	-	23.400.000	4,30	32.188.365
Soja	572,6	9,15	20.425.000	3,74	28.096.041
Algodão	259,8	4,15	18.660.000	3,42	25.669.157
Batata	29,6	0,47	15.451.710	2,83	21.254.926
Amendoim	185,4	2,96	6.923.203	1,27	9.523.359
Tomate Enxerado	6,7	0,11	6.609.720	1,21	9.092.140
Arroz	315,0	5,04	6.340.000	1,16	8.721.121
Trigo	141,9	2,27	5.731.350	1,05	7.883.880
Carne Suína	-	-	5.384.400	0,99	7.406.626
Ova de Mesa	9,0	0,14	5.142.583	0,94	7.073.989
Tangerina	43,9	0,70	3.968.897	0,73	5.459.500
Cebola	16,2	0,26	3.519.890	0,64	4.841.859
Tomate Rasteiro	14,5	0,23	3.255.000	0,60	4.477.484
Banana	37,4	0,60	3.234.000	0,60	4.448.597
Limão	19,1	0,31	2.034.926	0,37	2.799.185
Mandioca	53,3	0,85	1.897.600	0,37	2.610.234
Casulo	-	-	640.000	0,12	880.366
Mamoa	19,3	0,31	552.000	0,10	759.115
Chá	4,6	0,07	357.850	0,07	492.249
Total	<u>6.255,60</u>	<u>100,00</u>	<u>545.566.436</u>	<u>100,00</u>	<u>750.365.452</u>

Fonte: IBA, IZW - Revista Conjuntura Econômica, março/82.

(1) Índice Baseado.

(2) Índice "2" conjuntura econômica, para dezembro de janeiro/82.

Os produtos de mercado interno (arroz, feijão, mandioca, milho, batata, cebola, tomate, banana, cana, algodão, carne bovina, carne suína, leite e ovos) representaram, no ano agrícola 1980/81, 63,55% do valor total da produção agrícola (Cr\$ 476.922.945 mil) e 82,19% da área total.

Subdividindo os produtos de mercado interno em vegetal e animal, tem-se a seguinte composição:

- produtos vegetais: (arroz, feijão, mandioca, batata, cebola, tomate, banana, cana e algodão) que representaram, no ano em estudo, 35,21% do valor total da produção agrícola e 41,32% da área total;
- produtos de origem animal: (carne bovina, carne suína, leite e ovos) com 22,82% do valor total da produção.

Já os produtos de alimentação (arroz, feijão, mandioca, batata, cebola, tomate, milho, banana, carne bovina, carne suína, leite e ovos), no ano agrícola 1980/81, representaram 41% do valor de produção, com uma área cultivada de 2.121,4 mil hectares, 33,92% do total.

A evolução da produção de alimentos <sup>(1)</sup> pode ser observada através dos dados relativos aos índices de volume, constante da Tabela 1.3, onde se verifica, apesar de alguns períodos desfavoráveis, tendência de incremento.

Parte desse aumento conseguido na produção se deveu à expansão da área cultivada, que chegou a registrar, em 1953/57, um incremento de 29%.

---

(1) Arroz, feijão, mandioca, batata, cebola, tomate, milho, banana, carne bovina, carne suína, leite e ovos.

Tabela 1.3  
 ESTADO DE SÃO PAULO  
EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS (1)  
 1948/52 - 1978/80

PERÍODO	ÁREA CULTIVADA		VOLUME PRODUÇÃO	RENDIMENTO
	Mil/Ha	Índice	Índice	Índice
1948/52	1.622,1	100	100	100
1953/57	2.096,7	129	122	116
1958/62	2.341,5	144	163	145
1963/67	2.896,9	178	212	162
1968/72	2.610,1	161	210	161
1973/77	2.166,4	133	192	183
1978/80	1.885,1	116	190	219

Fonte de Dados Brutos: IEA - Instituto de Economia Agrícola.

(1) Arroz, feijão, mandioca, batata, cebola, tomate, milho, banana, carne bovina, carne suína, leite e ovos.

A observação do rendimento agrícola (produção por unidade de área) permite verificar que, no decorrer de todos os períodos, houve aumentos sucessivos de produtividade. Essa melhoria reflete o progresso realizado pelo setor agrícola, mais expressivo em algumas explorações que em outras, mas quase generalizado.

## 1.2. CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO

### 1.2.1. ESTRUTURA FUNDIÁRIA

Considerando os levantamentos efetuados pela Fundação IBGE, nos anos de 1970 e 1975 (Tabela 1.4), verifica-se que o Estado de São Paulo possuía, em 1970, 326.780 estabelecimentos que ocupavam uma área de 20.416.052 ha. Em 1975, houve uma redução para 278.349 (-14,8%) estabelecimentos, ocupando uma área de 20.555.585 ha (+0,7%).

Os proprietários que dispunham de até 10 ha por propriedade (40,13% do total de estabelecimentos no Estado de São Paulo), detinham, em 1970, 3,30% da área total. Já as propriedades cujas terras têm mil ou mais hectares (0,74% do total) possuíam 27,93% do solo. Em 1975, os pequenos proprietários passaram a deter 35,11% do total de estabelecimentos, com participação de 2,42% do solo agrícola paulista, enquanto os proprietários de estabelecimentos de mais de mil hectares (1,05%) detinham 27,96% do solo.

Pode-se concluir que a distribuição de posse da terra mantém-se, nos anos em estudo, altamente concentrada, nos extratos de área de mais de mil hectares, com aumento de participação tanto no número de estabelecimentos, quanto na extensão da área, em relação ao total do Estado de São Paulo.

### 1.2.2. USO DO SOLO

A área total do Estado de São Paulo (21,9 milhões de hectares), em 1972, era ocupada em cerca de 75% de sua extensão por estabelecimentos agropecuários. Desta última área, cerca de 23% (cinco milhões de hectares) eram utilizados com culturas anuais ou permanentes. Outros 11,3 milhões (52%) destinavam-se a pastagens e o restante correspondia a área com extração vege-

Tabela 1.4  
ESTADO DE SÃO PAULO  
ESTRUTURA FUNDIÁRIA

CLASSES DE ÁREA (ha)	1970				1975				VARIACÃO PERCENTUAL	
	Estabelecimentos		Área		Estabelecimentos		Área		Estabelecimentos	Área
	Nº	Abs.	%	Nº Abs. (ha)	%	Nº Abs.	%	Nº Abs. (ha)		
1	6.164	1,89	3.136	0,01	5.241	1,88	2.693	0,01	-15,0	-14,1
1 a 2	11.419	3,49	15.260	0,07	9.131	3,28	12.614	0,06	-20,0	-17,4
2 a 5	54.747	16,76	202.318	0,99	39.740	14,28	146.400	0,71	-27,4	-27,6
5 a 10	58.806	18,00	454.514	2,23	43.622	15,67	337.702	1,64	-25,8	-25,7
10 a 20	63.045	19,29	909.271	4,45	52.168	18,74	760.776	3,70	-17,2	-16,3
20 a 50	66.844	20,46	2.134.567	10,46	62.078	22,30	1.999.335	9,73	-7,3	-6,3
50 a 100	29.671	9,08	2.111.600	10,34	29.094	10,45	2.073.071	10,08	-1,9	-1,8
100 a 200	17.635	5,40	2.471.845	12,11	17.977	6,46	2.515.983	12,24	+1,9	+1,8
200 a 500	12.094	3,70	3.708.714	18,17	12.414	4,46	3.816.965	18,57	+2,6	+2,9
500 a 1.000	3.875	1,19	2.703.672	13,24	3.986	1,43	2.772.198	13,49	+2,9	+2,5
1.000 a 2.000	1.624	0,50	2.214.487	10,85	1.776	0,64	2.425.864	11,80	+9,4	+9,5
2.000 a 5.000	659	0,20	1.930.429	9,46	719	0,26	2.074.044	10,09	+9,1	+7,4
5.000 a 10.000	115	0,03	778.754	3,81	142	0,05	955.032	4,65	+23,5	+22,6
10.000	49	0,01	777.481	3,81	43	0,02	662.908	3,23	-12,4	-14,7
Sem declarar área	33	0,01	-	-	218	0,08	-	-	-	-
Total	326.780	100,00	20.416.052	100,00	278.349	100,00	20.555.505	100,00	-14,8	+0,7

tal e/ou florestal, área aproveitável não explorada, inaproveitável e floresta ou reserva legal.

Em 1976 - como mostra a Tabela 1.5 -, houve uma expansão de 11,3% na área total do Estado de São Paulo (24,4 milhões de hectares). Esse incremento foi decorrente dos acréscimos que sofreram, de 1972 a 1976, as áreas com extração vegetal e/ou florestal, área aproveitável não explorada, área inaproveitável e área de floresta ou reserva legal.

Em 1976, apesar de a área cultivada e aquelas destinadas à pecuária terem se expandido para, respectivamente, 5,3 e 12,1 milhões de hectares, suas participações relativas diminuíram.

As taxas geométricas de crescimento de área de pastagens (1,67% a.a.) e área cultivada (1,75% a.a.) foram inferiores às da área com extração vegetal e/ou florestal (5,82% a.a.) área aproveitável não explorada (6,52% a.a.), floresta ou reserva legal (5% a.a.) e das terras inaproveitáveis (4,07% a.a.). Isto determinou que de 1972 a 1976 o crescimento da área total foi de apenas 2,72% a.a.

### 1.2.3. MÃO-DE-OBRA

Antes de apresentar as características da mão-de-obra agrícola no Estado de São Paulo, torna-se interessante distinguir população rural e população agrícola.

A PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios <sup>(1)</sup> indica que, para o ano de 1979, a população do Estado de São Paulo era igual a 23.701.847 pessoas das quais 2.822.585 (11,91%), residiam na zona rural.

---

(1) Realizada pela Fundação IBGE.

Tabela 1.5  
 ESTADO DE SÃO PAULO  
USO DO SOLO  
 1972/76

ÁREA	1972		1976	
	Mil ha	%	Mil ha	%
Área Total	21.944	100,00	24.432	100,00
Áreas com Cultura Total	4.968	22,64	5.325	21,80
Área de Pecuária Total	11.353	51,74	12.130	49,65
Área com Extração Vegetal e/ou Florestal	1.197	5,45	1.501	6,14
Área Aproveitável Não-Explorada	2.026	9,23	2.609	10,68
Inaproveitável	1.173	5,34	1.376	5,63
Floresta ou Reserva Legal	1.227	5,59	1.491	6,10

Fonte: Estatísticas Cadastrais.  
 Ministério da Agricultura - INCRA- 1972/76.



Essa informação, embora ofereça uma aproximação sobre a atividade rural, quando comparada à atividade urbana, pouco informa sobre a ligação que as pessoas em cada uma das categorias possam ter com as atividades de caráter agrícola. Isso decorre devido ao fato de que o conceito urbano e rural possuem significado político-administrativo e não se vinculam, necessariamente às atividades econômicas desenvolvidas em cada uma das áreas definidas. Assim, não revela aquela parcela da população que, embora residente em áreas consideradas rurais, executa atividades de caráter urbano. Da mesma forma, também não são distinguidos os trabalhadores que, residindo em zona urbana, dedicam-se a atividades agrícolas, como é o caso do trabalhador volante.

Um conceito útil para avaliar a dimensão da população paulista ligada ao setor primário, é o de população agrícola. Esta "abrange os diferentes grupos de pessoas economicamente dependentes da agricultura, incluindo os proprietários e seus dependentes que residem em propriedades agrícolas; os trabalhadores residentes e seus dependentes; os proprietários e seus familiares que residem em cidades, mas que tem na atividade agrícola sua principal fonte de renda, os trabalhadores agrícolas e seus dependentes que moram em cidades" (IEA, 1972, pág. 109).

A evolução da população agrícola pode ser avaliada pela Tabela 1.6. Essa população, que pouco crescia na década 50/60, passou a apresentar queda em números absolutos a partir de 1957, quando se registrou uma população agrícola estimada em 4.150 pessoas (36,8%, em relação à população total). Desse ano em diante o percentual da população agrícola, com relação à global do Estado passou a ter quedas mais acentuadas. Assim, de 44,9%, em 1948, essa taxa veio caindo até chegar a 11,37%, em 1980.

De 1970 a 1980, assim como nas décadas de 50 e 60, o crescimento da população paulista acentuou-se ainda mais nas zonas urbanas. Nesse período, a população rural decresceu a uma taxa de 2,01% a.a., enquanto que a urbana apresentou crescimento

Tabela 1.6  
 ESTADO DE SÃO PAULO  
 ESTIMATIVA DA EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL E AGRÍCOLA  
 1948/80

ANOS	POPULAÇÃO TOTAL (MIL HAB) (1)	POPULAÇÃO AGRÍCOLA (MIL HAB) (2)	POPULAÇÃO AGRÍCOLA NO TOTAL DA POPULAÇÃO (3)
1948	8.522	3.825	44,9
1949	8.808	3.890	42,2
1950	9.134	3.950	43,2
1951	9.368	4.010	42,8
1952	9.600	4.050	42,2
1953	9.837	4.090	41,6
1954	10.050	4.125	41,0
1955	10.631	4.135	38,9
1956	10.951	4.140	37,8
1957	11.283	4.150	36,8
1958	11.638	4.125	35,4
1959	12.012	4.110	34,2
1960	12.977	4.080	31,4
1961	13.380	4.039	30,2
1962	13.800	3.999	29,0
1963	14.250	3.957	27,8
1964	14.700	3.919	26,7
1965	15.200	3.880	25,5
1966	15.700	3.841	24,5
1967	16.200	3.803	23,5
1968	16.700	3.765	22,5
1969	17.221	3.727	21,6
1970	17.772	3.670	20,7
1971	18.273	3.641	19,9
1972	18.845	3.612	19,2
1973	19.426	3.583	18,4
1974	20.022	3.554	17,8
1975	20.637	3.525	17,1
1976	21.268	3.497	16,4
1977	21.922	3.469	15,8
1978	22.597	3.441	15,2
1979	23.291	3.414	14,8
1980	25.041	2.845	11,37

Fontes: (1) Censo Demográfico FIDC e Anuário Estatístico do Brasil.

(2) Censo Demográfico FIDC para os anos de 1950, 1970 e 1980, e I.E.A. para os demais anos.

de 4,5% a.a.

Esse esvaziamento da zona rural pode ser visualizado na Tabela 1.7, onde os dados da PNDA indicam que, de 1971 a 1979, a população rural decresceu a uma taxa de 1,89% a.a., chegando a representar, em 1977, apenas 11,9% do total da população do Estado.

Ao se considerar a população economicamente ativa na zona rural, em relação à força de trabalho do total do Estado, pode-se verificar que, em 1971, a participação da força de trabalho na zona rural sobre a do Estado era de 17,97%, passando em 1979, para 11,56%, com decréscimo anual de 1,41%, enquanto a população economicamente ativa paulista crescia à taxa de 4,12% a.a.

No entanto, se se considerar apenas o pessoal ocupado no setor agrícola, observa-se uma queda de 1,43% a.a., portanto, num ritmo mais lento do que a taxa de crescimento da população rural para o mesmo período (-1,89% a.a.). Em 1971, a população ocupada no setor agrícola (1,421 mil pessoas) representava 20,06% da população total ocupada (7.084 mil) e, num intervalo de oito anos, essa população trabalhadora passa a representar 12,71% do total.

Nesses últimos anos, pode-se observar que, além da queda do montante da mão-de-obra agrícola, houve também a transferência do trabalhador residente permanente para as cidades, tornando-o trabalhador temporário.

#### 1.2.4. TECNOLOGIA AGRÍCOLA

A agricultura passou por um processo de modernização que a levou a introduzir insumos e usar de força mecânica mais intensamente na sua produção, parte em função do crédito subsidiado. Os fertilizantes constam do item de tecnologia agrícola

Tabela 1.7  
 ESTADO DE SÃO PAULO  
POPULAÇÃO RESIDENTE, FORÇA DE TRABALHO E PESSOAL OCUPADO NO SETOR AGRÍCOLA  
 1971/79

ANOS	POPULAÇÃO RESIDENTE			FORÇA DE TRABALHO (1)			PESSOAL OCUPADO NO SETOR PRIMÁRIO (1)		
	População Total	População Rural	População Rural/População Total (%)	PEA Total	PEA Zona Agrícola	PEA Zona Rural/PEA Total	PO Total	PO Setor Primário	PO Setor Primário/PO Total
1971	18.508.000	3.352.000	18,11	7.045.000	1.331.000	17,97	7.084.000	1.421.000	20,06
1972	19.087.617	3.271.345	17,14	7.412.084	1.242.439	16,76	7.184.075	1.340.385	18,66
1973	19.693.377	3.385.295	17,19	7.832.443	1.338.211	17,09	7.610.637	1.381.299	18,15
...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
1976	21.679.931	3.319.367	15,31	8.791.836	1.261.998	14,35	8.627.033	1.255.196	14,55
1977	22.264.165	2.851.480	12,81	9.248.677	1.148.593	12,42	9.004.732	1.335.437	14,83
1978	22.989.306	2.946.133	12,82	9.734.819	1.207.607	12,41	9.488.345	1.257.858	13,26
1979	23.701.847	2.822.595	11,91	10.134.953	1.171.595	11,56	9.820.299	1.248.573	12,71

Fonte dos Dados Brutos: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios, 1971 a 1979.

(1) População de 10 anos e mais.

mais difundido no Estado. O percentual de estabelecimentos que fazem uso de adubos químicos passa de 15,9% do total, em 1960, para 42,3%, em 1970, e 58,9%, em 1975 (Tabela 1.8).

O consumo aparente de nutrientes ( $N + P_2O_5 + K_2O$ ) por ha de área cultivada (exceto pastagem) duplicou na década de 70, sendo em 1980, sua aplicação cinco vezes maior que em 1969. Todavia no ano de 1981, verifica-se uma queda de 42% <sup>(1)</sup>. O uso de calcáreo, no entanto, não foi tão difundido. Sua utilização se fazia em 2,5% dos estabelecimentos, em 1960, e em 11,6%, em 1975, ou seja, bem abaixo do percentual para fertilizantes.

Quanto aos defensivos, a inexistência de informações estatísticas não permite uma avaliação comparativa. No entanto, pelos dados oriundos da Fundação IBGE pode-se ter uma idéia global desse uso, já que, em 1975, 48,8% do total dos estabelecimentos agrícolas usam esses produtos. Um dado que pode ser útil para uma avaliação é o fato de no Brasil o consumo aparente de defensivos ter crescido 7,2% a.a., entre 1970 e 1980, supondo-se São Paulo como um dos maiores consumidores.

A evolução da força de trabalho rural, no Estado, se deu no sentido de uma maior participação do trabalho mecânico em detrimento do humano, conforme demonstra a Tabela 1.9.

A utilização do arado mecânico, vigente em cerca de 10,5% dos estabelecimentos rurais em 1960, não teve grande impulso até 1970 quando se achava em 11,9% dos estabelecimentos. A partir daí evolui para uma participação em 20,9% dos estabelecimentos do Estado. O arado tracionado por animal diminui sua participação em número absoluto com uma subtração de 68.233 unidades de 1970 para 1975.

---

(1) Em anexo, apresenta-se uma série estatística do uso desses nutrientes (Ver Tabela A.1.3).

Tabela 1.8

ESTADO DE SÃO PAULO  
USO DE TÉCNICAS MODERNAS NOS ESTABELECIMENTOS RURAIS (1)  
 1960/75

Em percentagem

DISCRIMINAÇÃO	1960	1970	1975
Trator	5,8	14,0	23,3
Arado Mecânico	10,5	11,9	20,9
Colhedeira	-	4,2	3,9
Adubo Químico	15,9	42,3	58,9
Calcáreo	2,5	6,7	11,6
Defensivo Agrícola	-	-	48,8

Fonte: FIBGE - Censo Agropecuário 60/75.

(1) Considerados apenas os que usam essas técnicas.

Tabela 1.9  
 ESTADO DE SÃO PAULO  
 FORÇA DE TRABALHO NOS ESTABELECIMENTOS RURAIS (1)  
 1960/75

Em percentagem

DISCRIMINAÇÃO	1960	1970	1975
Animal	51,2	49,3	57,1
Mecânica	2,1	9,6	22,0
Animal/Mecânica	4,0	16,3	11,4
Humana	42,7	24,8	9,5
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: FIBGE - Censo Agropecuário 60/75.

(1) Considerada a força utilizada.

O número de estabelecimentos rurais que utilizavam trator, em 1960, somavam 5,8% do total. Em 1975, quase um quarto dos estabelecimentos faziam uso de trator (23,3% do total). O Censo Agropecuário de 1970 levantou a existência de 67.213 tratores no Estado, número que cresceu para 101.359 unidades em 1975. Em 1970, havia 303,8 ha explorados por trator, com esse número caindo para 202,8 ha, em 1975. Essa relação área explorada/número de tratores deve ter melhorado de 1975 até 1980, quando foram financiados 82.075 contratos para financiamento de tratores pelo crédito rural <sup>(1)</sup>. O crescimento do contingente de tratores, inclusive se diferencia por classe de potências. Os tratores de até 50 cv praticamente mantiveram o número em 1970 e 1975, enquanto que os tratores acima de 50 cv triplicaram seu contingente nesse período. Ou seja, não só o número de tratores se eleva como também a potência.

Caso semelhante ocorre com as colheitadeiras mecânicas, cuja redução na quantidade foi compensada por uma maior potência de cada máquina.

Outros indicadores de uso de tecnologia no meio rural apresentam pouca expressão no Estado, como a área irrigada que apresentava 0,45% da área explorada, em 1970, e 0,73% em 1975. A existência de silos para forragem apesar de um crescimento significativo na capacidade total de 345 mil toneladas, em 1970, para 611 mil toneladas, em 1975, é de pouca expressão frente ao rebanho bovino do Estado.

#### 1.2.5. CRÉDITO RURAL

O crédito rural toma vulto como instrumento de Política Agrícola durante os anos setenta. Em 1969, os recursos des

---

(1) Em anexo, são apresentadas tabelas informativas sobre equipamentos agrícolas e produção brasileira de tratores (Ver Tabelas A.1.4, A.1.5 e A.1.6).



tinados à agricultura na forma de crédito subsidiado perfaziam 28% do Valor Bruto da Produção, chegando a 61% desse valor, em 1976, e 66%, em 1980. O volume de crédito, no País, quintuplicou em valor real do começo para o fim da década, crescendo a uma taxa média de 15,3% a.a. entre 1969 e 1980. No início da década, o Estado de São Paulo tomava um terço do total de crédito do País, caindo para uma participação de um quinto do total em 1980. A taxa de crescimento do volume de crédito para o Estado foi de 10,5% a.a. No período de 1969/80, o número de contratos cresceu em 142% para o País e em 46% para o Estado. O valor real médio por contrato mais que dobrou no período, sendo ligeiramente maior para São Paulo que a média do País (Tabela 1.10).

A maior parte do crédito fomenta a finalidade de custeio, que, em 1980, recebeu 56% do total dos recursos para o Estado e foi onde o número de contratos mais cresceu. Entre 1977 e 1980 as finalidades dos Investimentos e Comercialização tiveram taxa negativa de crescimento no número de contratos. (-2,7% e -1,7%, respectivamente), enquanto que para custeio houve um crescimento de 13,3% a.a. (1) O benefício do crédito de custeio se distribui desigualmente para as culturas. Assim, três culturas de participação no mercado externo (cana, café e soja) absorvem a maior parte dos recursos (61,2%, em 1980). Também para a finalidade de comercialização há desigualdade, com o café e a soja recebendo mais da metade dos recursos.

---

(1) Em anexo apresentam-se a distribuição de crédito rural por finalidade e a distribuição por cultura (Ver Tabelas A.1.7, A.1.8 e A.1.9).

Tabela 1.10  
BRASIL E ESTADO DE SÃO PAULO  
CRÉDITO RURAL  
1969/80

ANOS	BRASIL			SÃO PAULO				
	Nº de Contratos	Valor Real (1) (Cr\$ Mil)	Valor Real Médio Contrato (Cr\$ 1.000)	Nº de Contratos	% do Brasil	Valor Real (1) (Cr\$1.000)	% do Brasil	Valor Real Médio Contrato (Cr\$ 1.000)
1969	1.145.209	516.678.033	451.165	312.913	27,3	170.650.919	33,0	545.362
1970	1.190.592	613.853.055	515.586	350.577	29,4	204.887.839	33,4	584.430
1971	1.253.841	709.878.103	566.163	349.226	27,99	221.978.241	31,3	635.629
1972	1.226.151	877.887.593	693.351	346.955	27,4	255.618.568	29,1	736.749
1973	1.399.684	1.241.372.366	886.895	383.763	27,4	364.458.841	29,4	940.698
1974	1.450.396	1.535.108.031	1.058.406	368.083	25,4	419.242.676	27,3	1.130.990
1975	1.656.131	2.238.082.934	1.205.779	418.933	22,6	527.698.321	23,6	1.259.635
1976	1.832.207	2.292.973.773	1.251.482	400.618	21,9	497.472.150	21,7	1.241.762
1977	1.722.063	2.047.193.576	1.188.803	389.314	22,6	473.169.115	23,1	1.215.392
1978	1.895.523	2.081.868.569	1.098.307	416.285	22,0	495.632.795	23,8	1.190.729
1979	2.373.485	2.594.232.053	1.093.006	478.633	20,2	577.343.614	22,3	1.206.215
1980	2.766.348	2.480.143.457	896.541	456.724	16,5	515.125.797	20,8	1.127.871

Fonte: CENUR - Banco Central, 77/80 e CONCRUD-MINAGRI - 69/76.

(1) Valor real em Cr\$ de janeiro de 82 (IGP Col. 2 Conj. Econ. F.C.V.).

### 1.3. BALANÇO PRODUÇÃO/CONSUMO

Este item objetiva detectar, através de uma quantificação indicativa da oferta e do consumo de produtos de alimentação, a auto-suficiência do Estado de São Paulo, relativa aos principais alimentos de sua população.

Complementa essa quantificação - apresentada no Apêndice AP-1 - uma análise qualitativa individual dos produtos do ponto de vista da oferta interna e da localização espacial da produção, sendo determinados os principais fluxos de comercialização e polos de industrialização.

Pelo balanço comparativo - apresentado na Tabela 1.11 - observa-se que, dentre os produtos de maiores déficits, destaca-se especialmente o arroz, cuja produção atende, em média, a apenas 17,82% do consumo estadual.

Aparecem, ainda, como deficitários, o feijão, o abacaxi e as hortaliças. Quanto a essas últimas, deve-se ressaltar que os dados disponíveis são referentes ao ano de 1975, defasados portanto, em relação à produção real, em 1980.

Os dados de produção hortícolas foram levantados pela Fundação IBGE para o ano de 1980, não estando ainda disponíveis. Para superar essa limitação esses produtos foram estudados através de outros mecanismos, como a avaliação do movimento das CEASAs e fluxos interregionais.

Deve-se destacar que alguns produtos - como a batata e a cebola - apesar de aparecerem superavitários no balanço geral têm sua produção concentrada em épocas determinadas do ano, quando apresentam grandes excedentes, sendo então, exportados. Todavia, torna-se necessária sua importação de outros Estados.

Cabe lembrar que o balanço não compreende a avalia-

ção dos totais direcionados para a indústria, bem como não está avaliado o consumo de produtos industrializados.

Tabela 1.11  
ESTADO DE SÃO PAULO  
BALANÇO COMPARATIVO - PRODUÇÃO E CONSUMO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS  
1980

Em mil toneladas

PRODUTO	PRODUÇÃO TOTAL	CONSUMO TOTAL/ ENDEF (1)	BALANÇO COMPARATIVO
Arroz	279 (2)	1.986	-1.707
Feijão	283	508	-225
Batata	514	391	+123
Cebola	280	128	+152
Legumes (folha, fruto, raiz)	548	593	-45
Mandioca	481	88	+393
Tomate	796	223	+573
Abacaxi	21	40	-19
Banana	702	180	+522
Laranja	6.614	388	+6.226
Limão	146	37	+109
Mamão	135	40	+95
Manga	49	20	+29
Melancia	134	47	+87
Tangerina	283	105	+178
Carne Bovina	460	398	+62
Carne Suína	65	64	+1
Leite	1.746	1.317	+429
Ovos	562	168	+394

Fonte: Produção Agrícola Municipal - FIDEE 1980  
Síntese Preliminar do Censo Demográfico 1980 - FIDEE  
Instituto Econômico Agrícola - IEA - para produtos de origem animal  
Estudo Nacional da Despesa Familiar 1974/75 - ENDEF - FIDEE

(1) Consumo estimado conforme Índice ENDEF (1974/75) para o Estado de São Paulo, para população residente - 1980.

(2) Segundo CENDEF - Ministério dos Transportes 1977 - na avaliação da disponibilidade interna de arroz, deve-se dedu-

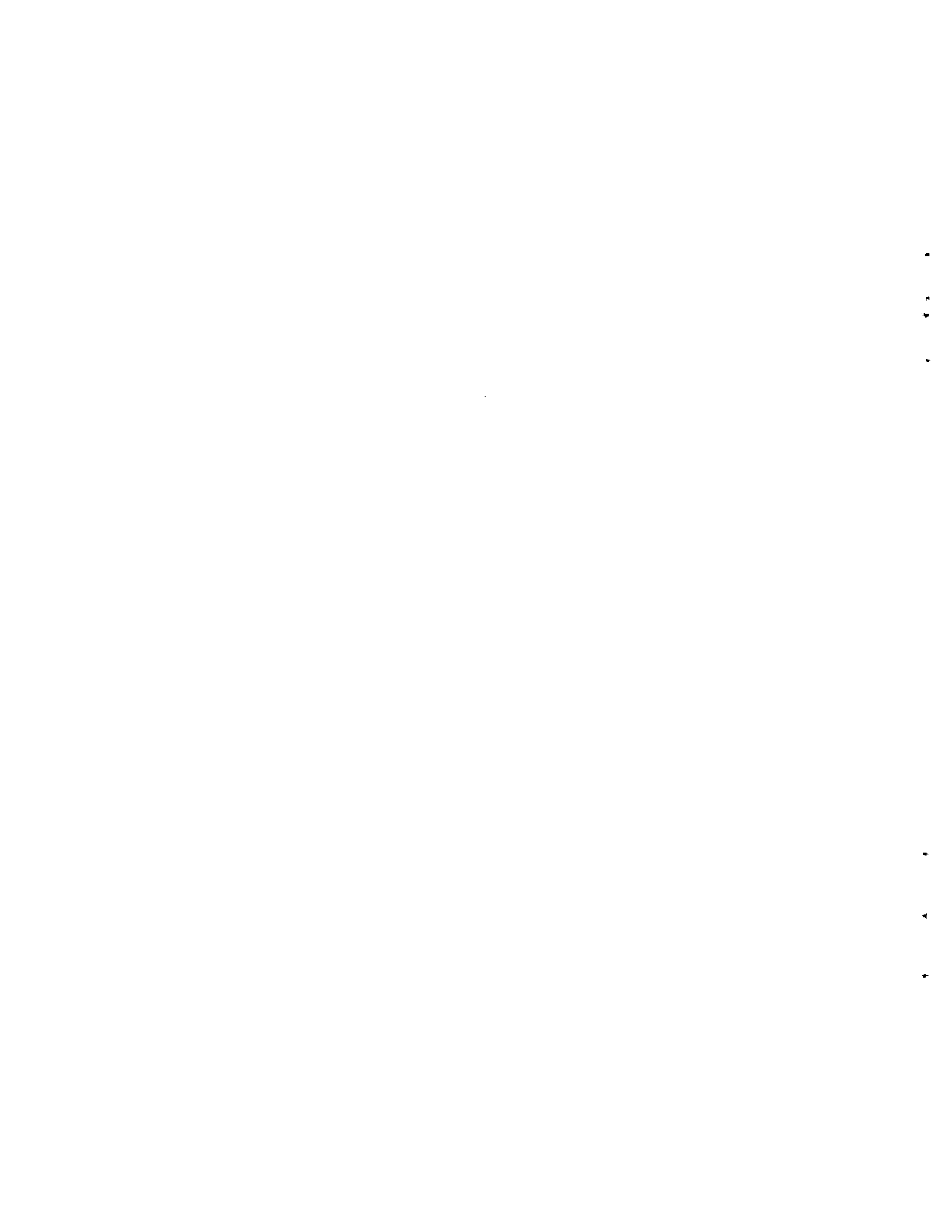
zir:  
perdas com produção ..... 6,0t  
retenção para semente ..... 5,7t  
casca, farelo e outros ..... 18,9t  
excedentes produtos arroz - 50,0t

74,6t



## CAPÍTULO 2

### FORMAÇÃO E OCUPAÇÃO POPULACIONAL





## 2.1. ANÁLISE A NÍVEL DO ESTADO

A cultura cafeeira, tendo encontrado, em São Paulo, clima e terras propícias à sua expansão foi responsável pelo aumento populacional do Estado através da mão-de-obra imigrante que passou a ocupar a terra paulista acompanhando a expansão da fronteira do café.

O desenvolvimento dessa cultura, além de povoar novas zonas no interior do Estado, trouxe como consequência:

- a melhoria da infra-estrutura com construções de estradas de ferro e usinas elétricas;
- o crescimento do mercado interno como efeito do aumento de uma população que também tinha sua renda maior advinda do lucro com o café;
- a liberação da mão-de-obra que, não absorvida pela cultura, foi se instalar na cidade.

Esses fatores foram importantes contribuições para o crescimento da indústria no Estado, sobretudo a têxtil e a de alimentos.

Nas primeiras décadas do século XX, a crise não só do café, mas da política agrícola do País, liberou mão-de-obra e recursos antes empregados naquela cultura. Este e outros fatores - como a restrição das importações e do capital estrangeiro e nacional (cafeicultores) - foram as causas que permitiram a consolidação da industrialização no Estado de São Paulo, garantida pelo grande crescimento da população no País.

No período de 1872 a 1940 (Tabelas 2.1 e 2.2) a população paulista se multiplicou oito vezes, sendo o maior crescimento observado na década de 1890 a 1900, quando da ocorrência da maior taxa de crescimento do Estado (5%).

Tabela 2.1  
 ESTADO DE SÃO PAULO  
POPULAÇÃO RESIDENTE TOTAL - URBANA E RURAL  
 1872/1980

ANOS	POPULAÇÃO RESIDENTE				
	Total	Urbana	Rural	Urbana/Total	Rural/Total
1872	837.354	-	-	-	-
1890	1.384.753	-	-	-	-
1900	2.282.279	-	-	-	-
1920	4.592.188	-	-	-	-
1940	7.180.316	3.168.111	4.012.205	44,1	55,9
1950	9.134.423	4.804.211	4.330.212	52,6	47,4
1960	12.809.231	8.019.743	4.789.488	62,6	37,4
1970	17.771.948	14.276.239	3.495.709	80,3	19,7
1980	25.040.698	23.195.330	2.845.368	88,6	11,4

Fonte: FIBGE - Recenseamentos Gerais de 1872 a 1980.

Tabela 2.2  
 ESTADO DE SÃO PAULO  
TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL  
 1872/1980

PERÍODO	POPULAÇÃO		
	Urbana	Rural	Total
1872/90	-	-	2,55
1890/1900	-	-	5,12
1900/20	-	-	3,56
1920/40	-	-	2,26
1940/50	4,28	0,90	2,53
1950/60	5,42	1,01	3,57
1960/70	5,89	-3,01	3,30
1970/80	4,50	-2,01	3,49

Fonte dos Dados Brutos: FIEGE - Recenseamentos Gerais de 1872 a 1980.

A partir de 1940 até 1980, essa população mais que triplicou. Nesse mesmo período, a população urbana se multiplicou por sete - com maior crescimento nos anos 1950/70, alcançando a taxa anual de 5% e 6% - e passou de 44% do que representava da população total, em 1940, para 89%, em 1980. Já a população rural, embora tenha obtido um crescimento absoluto constante para o período 1940/60, com taxa anual de 1%, nas duas últimas décadas foi reduzida quase a metade, passando a representar apenas 11% da população total, enquanto, em 1940, representava 56%.

Comparando-se a dinâmica da população de São Paulo com a das demais regiões do País (Tabelas 2.3 a 2.5), pode-se observar que este Estado representa, junto com a Região Sudeste, a área de maior concentração populacional urbana e de menores taxas de crescimento na zona rural.

Assim como no País o crescimento populacional e econômico foi diferenciado, concentrando-se no Estado de São Paulo. Dentro do próprio Estado, também esse crescimento se deu heterogeneamente. No item seguinte, apresentam-se, de forma sucinta, a ocupação populacional por grandes regiões do Estado <sup>(1)</sup>.

Na Tabela 2.6 observa-se, em quase todas as regiões, uma acentuada tendência no sentido de um decréscimo da população rural, acompanhado por um intenso crescimento urbano. Este fato está associado a dois fatores:

- crescimento dos setores industrial e terciário, principalmente comércio e sistema financeiro, que localizados sobretudo na cidade de São Paulo e nos eixos São Paulo-Rio e São Paulo-Campinas, incrementaram as desigualdades regionais implicando a formação de correntes migratórias internas, processando a redistribuição da população;

---

(1) Utilizando a divisão adotada pela Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo em 11 Regiões Administrativas.

- alterações na base agrícola, em função do esgotamento das fronteiras agrícolas, do aumento das atividades pecuárias e da mecanização da agricultura, da substituição de trabalhadores permanentes por volantes, de política de crédito e da concentração da terra.

Assim, a população rural desloca-se procurando melhores condições de vida ou trabalho nos centros urbanos, onde não predomina a atividade primária.

Tabela 2.3

BRASIL  
TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL DA  
POPULAÇÃO RURAL POR GRANDES REGIÕES E SÃO PAULO  
 1940/1980

REGIÕES	1940/ 1950	1950/ 1960	1960/ 1970	1970/ 1980
Região Norte	1,80	1,55	0,57	-0,61
Região Nordeste	1,84	2,37	2,11	3,71
Região Sudeste	0,64	1,02	1,10	0,55
São Paulo	0,90	1,01	-3,01	-2,01
Região Sul	2,97	1,06	-1,88	-1,99
Região Centro-Oeste	2,98	2,90	2,20	-2,47
Brasil	1,60	3,89	3,14	-0,78

Fonte: FIBGE - Sinopse Preliminar do Censo Demográfico - IX Recenseamento Ge-  
 ral do Brasil - 1980.

Tabela 2.4

PROPORÇÃO DE POPULAÇÃO URBANA E RURAL EM RELAÇÃO  
À POPULAÇÃO TOTAL POR GRANDES REGIÕES E SÃO PAULO  
1940/1980

REGIÕES	1940		1950		1960		1970		1980	
	U	R	U	R	U	R	U	R	U	R
Região Norte	27,7	72,3	31,5	68,5	37,8	62,2	45,1	54,9	51,7	48,3
Região Nordeste	23,4	76,6	26,4	73,6	34,2	65,8	41,8	58,2	50,4	49,6
Região Sudeste	39,4	60,6	47,5	52,5	57,4	42,6	72,7	27,3	82,8	17,2
São Paulo	44,1	55,9	52,6	47,4	62,6	37,4	80,3	19,7	88,6	11,4
Região Sul	27,7	72,3	29,5	70,5	37,6	62,4	44,3	55,7	62,4	37,6
Região Centro-Oeste	21,5	78,5	24,4	75,6	35,0	65,0	48,0	52,0	67,7	32,3
Brasil	31,2	68,8	36,2	63,8	45,1	54,9	55,9	44,1	67,6	32,4

Fonte: FIBGE - Sinopse Preliminar do Censo Demográfico - IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980.

Tabela 2.5

BRASIL  
PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL E URBANA DE SÃO PAULO  
E REGIÕES BRASILEIRAS NA POPULAÇÃO TOTAL DO BRASIL  
 1940/1980

Em percentagem

REGIÕES	POPULAÇÃO TOTAL					POPULAÇÃO URBANA				
	40	50	60	70	80	40	50	60	70	80
Norte	3,6	3,6	3,7	3,9	4,9	3,1	3,1	3,1	3,1	3,8
Nordeste	35,0	34,6	31,6	30,3	29,3	26,2	25,2	24,0	22,6	21,8
Sudeste	44,5	43,4	43,8	42,7	43,4	56,2	57,1	55,6	55,5	53,2
São Paulo	17,4	17,6	18,3	19,1	21,0	24,6	25,6	25,6	27,4	27,6
Sul	13,9	15,1	16,7	17,6	16,0	12,4	12,3	14,0	14,1	14,8
Centro-Oeste	3,0	3,3	4,2	5,5	6,3	2,1	2,3	3,3	4,7	6,4
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: FIBGE - Recenseamentos Gerais de 1940, 1950, 1960, 1970 e 1980.



Tabela 2.6

## ESTADO DE SÃO PAULO

TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL, POR REGIÃO ADMINISTRATIVA  
1940/1980

REGIÕES	1940/1950			1950/1960			1960/1970			1970/1980		
	T	U	R	T	U	R	T	U	R	T	U	R
Grande São Paulo	5,43	5,49	5,72	6,05	5,55	9,09	5,53	7,07	-9,97	4,46	4,47	4,03
Litoral	2,62	3,31	1,23	3,80	5,08	0,18	4,20	5,11	0,13	3,94	4,79	-3,10
Vale do Paraíba	2,09	3,47	0,86	2,62	5,44	-0,48	3,14	5,42	-0,61	3,72	5,37	-3,06
Sorocaba	0,78	2,81	-0,33	2,29	4,45	0,61	2,27	4,15	0,15	2,96	5,12	-0,97
Campinas	0,79	2,93	-0,76	2,93	5,70	-0,06	3,25	5,34	-0,81	4,40	1,06	-0,62
Ribeirão Preto	-0,27	1,71	-1,27	2,02	5,34	-0,77	4,72	4,69	-3,16	2,46	4,16	-3,47
Bauru	-0,70	1,79	-1,81	1,08	4,30	-1,16	-0,28	3,34	-5,20	2,05	3,54	-2,14
São José do Rio Preto	0,73	3,41	-0,01	2,94	6,01	1,51	0,48	4,32	-2,65	0,73	3,47	-3,73
Araçatuba	4,92	6,98	4,26	1,77	5,43	0,09	0,90	5,15	-2,79	-0,05	2,82	-5,73
Presidente Prudente	9,94	12,38	9,27	2,78	6,96	1,04	-0,27	3,21	-2,85	-1,23	2,61	-4,41
Marília	0,99	3,59	0,01	1,21	4,33	-0,45	-0,27	3,05	-3,24	0,26	2,81	-4,13
Estado de São Paulo	2,53	4,28	0,90	3,57	5,42	1,01	3,30	5,89	-3,01	3,49	4,51	-2,04

Fonte dos Dados Brutos: Censos Demográficos FIBGE - 1940, 1950, 1960, 1970 e 1980.

## 2.2. ANÁLISE A NÍVEL REGIONAL

### 2.2.1. REGIÃO OESTE: SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, PRESIDENTE PRUDENTE, BAURU, MARÍLIA E ARAÇATUBA

O processo de ocupação dessas regiões encontra-se estreitamente vinculado à expansão da cultura cafeeira que permitiu a sua incorporação ao processo produtivo estadual e teve associado a si, o desenvolvimento do sistema ferroviário que se constituiu num fator estruturante do processo, em toda área.

A economia cafeeira, voltada na sua maior parte para o comércio exterior, necessitava, para facilitar o escoamento de sua produção, de um setor comercial e de uma infra-estrutura urbana e de transportes razoavelmente aparelhados.

Isto parece indicar que, apesar de o desenvolvimento do Oeste Paulista ter estado ligado direta e indiretamente ao fenômeno de penetração da cultura cafeeira, em anos mais recentes, a diversificação produtiva passou a ser o fator decisivo para caracterizar o desempenho de suas regiões. Atualmente, essas áreas têm sua base econômica estreitamente vinculada ao setor primário, onde a agricultura e a pecuária se constituem nas principais fontes de renda regional.

Observa-se uma crescente pecuarização, vindo esta atividade, em muitas áreas, substituir as lavouras existentes. Essa alteração na base econômica implicou uma acentuada liberação da mão-de-obra, que não foi absorvida pelo setor urbano. Tal fato associa-se às próprias características do setor industrial dessas áreas o qual se apresenta em geral incipiente e em estreita dependência dos insumos agropecuários. O comércio, por sua vez, e mais especificamente o atacadista, reflete as vinculações existentes na estrutura produtiva e a própria composição setorial da produção, não chegando a se constituir, portanto, em uma atividade suficientemente dimensionada para ocupar os contingentes humanos que deixam as áreas rurais.

Assim, o processo de urbanização da população rural que procura as áreas urbanas da região é intermediária, pois, num segundo momento esse contingente passa a se dirigir para a Área Metropolitana do Estado ou outros centros mais desenvolvidos. Este fato justifica a perda de população ou crescimento insignificante dos municípios dessas regiões.

Essas regiões se caracterizavam por uma base econômica com predominância das atividades primárias, embora algumas áreas apresentem indícios de um fortalecimento industrial, que por vantagens locacionais (como em Sorocaba), quer pela abundância de insumo primários industrializáveis (como em Ribeirão Preto), que se constituem em vantagens comparativas frente a outras regiões.

A maior importância assumida pelo setor primário não implicou necessariamente num predomínio de população em áreas rurais, isso porque os moldes em que as atividades agrícolas vem se desenvolvendo, condicionam um baixo nível de absorção de mão-de-obra.

Não se verifica, nessas regiões, uma tendência claramente definida de atração ou repulsão populacional, visto que a estruturação de suas atividades econômicas vem se alterando continuamente, caracterizando uma economia primário-exportadora para uma diversificação agrícola e implantação de um setor industrial mais dinâmico.

### 2.2.2. REGIÃO DE SOROCABA

O processo de ocupação da região de Sorocaba se inicia, no final do século XVI e início do século XVII, com a instalação de fazendas, principalmente nas áreas hoje compreendidas pelos Municípios de Sorocaba e Tatuí. Caracteriza-se, então, como centro de irradiação de bandeiras que se dirigiam em geral para a área das minas, tornando-se, ainda, ponto de apoio e base

de operações de povoamento sobre os campos do Sul: Curitiba, Lages, Palmas, Vacaria e Viamão.

Com o desenvolvimento do tropeirismo em todo o País, como meio de comunicação, a área, tendo por centro a cidade de Sorocaba, passou a desempenhar importante papel, transformando-se em eixo geoeconômico entre as Regiões Norte e Sul do Brasil.

O desenvolvimento da pecuária no Sul e da cultura do café ocasionou grande demanda de animais de transporte e a região tornou-se importante centro distribuidor de muares e equinos - meios de transporte que foram, mais tarde, substituídos pela estrada de ferro.

A região foi sendo lentamente povoada à medida que se intensificavam o comércio e a agricultura locais.

Essa zona apresentava, já por volta da segunda metade do século XIX, o início de uma industrialização incipiente, principalmente na área têxtil, destacando-se os Municípios de Itu, Tatuí e Sorocaba.

A cultura do café, embora tenha se instalado em boa parte da região, não chegou a tornar-se a cultura dominante. As culturas canavieira e algodoeira precederam a cafeicultura e tendo sido, intensificadas no início da decadência do café, quando se verificou uma redução da área média das propriedades agrícolas.

O crescimento demográfico da área, apesar das alterações verificadas na base econômica, mantêm-se até 1940, por efeito da absorção de mão-de-obra excedente nas culturas de cana-de-açúcar e algodão e, ainda, em decorrência do processo de industrialização iniciado.

Muitos municípios dessa área passam a evidenciar, en

tão, sinais de declínio demográfico e econômico. A decadência da cultura cafeeira local e das áreas próximas; o desenvolvimento de outros centros urbanos, tendendo a polarizar os antigos centros regionais; e a introdução de pastagens, demandando mão-de-obra reduzida podem ser considerados fatores da evasão populacional verificada.

Cabe ressaltar, ainda, que a tendência que se delineia, entre 1970 e 1975, é de mudança, no que diz respeito à expulsão da população regional. O que começa por se apresentar é um processo importante de atração migratória, embora ainda em menor ritmo do que em outras regiões, como na Grande São Paulo e Campinas.

Esta inversão do fenômeno migratório na região explica-se, em grande parte, pelo dinamismo que começou a apresentar o setor secundário, em termos de absorção de mão-de-obra, em algumas sub-regiões, principalmente Sorocaba.

Atualmente, apesar da predominância, em termos da ocupação do solo, por parte do setor primário, o setor secundário é o principal componente, quanto à geração de renda regional, responsabilizando-se por cerca de 70% da mesma.

Pelos dados disponíveis de 1970, o setor secundário da região, embora absorvendo parcela razoável de pessoal ocupado - conforme a Tabela 2.7 - pouco participava no valor da produção e da transformação industrial do Estado. Isto indica que a região ainda era moldada, a nível do setor secundário, pelas indústrias tradicionais, altamente absorvedoras de mão-de-obra.

A dinâmica da industrialização regional, no entanto, apresenta traços caracteristicamente diferentes nos períodos posteriores a 1970, havendo uma tendência à instalação de unidades industriais nos ramos de vestuário, material elétrico, mecânico e de comunicação, metalúrgico, papel e papelão e químico, onde anteriormente predominava, entre outros, os ramos têxtil, madeira, alimentos e bebidas.

Tabela 2.7  
REGIÃO DE SOROCABA  
PESSOAL OCUPADO  
1970

REGIÕES	INDÚSTRIA	AGROPE CUÁRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	TOTAL
Sorocaba	48.433	189.636	28.299	266.368
Estado	1.280.004	1.420.040	747.536	3.447.580

Fonte: SEPLAN E FIBGE.

### 2.2.3. REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO

A ocupação populacional e econômica da Região de Ribeirão Preto esteve vinculada à expansão da cultura cafeeira e do conseqüente deslocamento de frentes pioneiras agrícolas.

Inicialmente, no século XIX, a pecuária na zona de Barretos e Franca constituiu-se em atividade pioneira no sentido de promover a formação e povoamentos de núcleos, que posteriormente serviram de apoio para a definitiva ocupação em função da lavoura cafeeira.

Em 1883, a chegada da Estrada de Ferro Mogiana a Ribeirão Preto e, em 1887, a Franca abriu novas perspectivas para a economia regional. Esta, a partir daí, desenvolveu-se estruturada num setor de Mercado Externo voltado para a exportação do café - cultura que se adaptou muito bem à região devido ao tipo de solo e clima favoráveis - e um setor de subsistência voltado para as necessidades internas de gêneros de primeira necessidade.

Nessa época, as atividades produtivas concentravam-se no campo, deixando à cidade as funções administrativas e aquelas vinculadas à intermediação.

A dinâmica populacional, portanto, tem seu aspecto mais relevante, nesse período, vinculado à expansão das atividades agrícolas, predominando a colonização para trabalho nas lavouras cafeeiras.

Este quadro começou a apresentar alterações a partir de 1929, quando devido à crise internacional, entrou em declínio a cotação internacional do café.

Alterado o nível de expectativas quanto à produção de café, a região começou a perder a força de atração de contingentes populacionais. As novas linhas de produção - algodão, cana-de-açúcar, pecuária, milho - não se constituíam em estímulos

suficientes para a manutenção do quadro demográfico ocupado anteriormente pela lavoura cafeeira. Verificou-se, pois, um deslocamento inicial para os centros urbanos regionais. Estes, no entanto, ofereciam condições de absorver apenas parte da mão-de-obra, cabendo ao restante a alternativa de procurar novas áreas.

Todavia, a participação do contingente rural no total de população da Região de Ribeirão Preto, embora não apresentasse mais os mesmos níveis do início do século, era ainda considerável até 1960.

Mais recentemente, com a intensificação das atividades criatórias, em certas áreas da região, e a substituição, em larga escala, de trabalhadores permanentes por volantes, que habitam nas periferias dos centros urbanos, observou-se uma tendência acentuada de evasão dos contingentes rurais, para as zonas urbanas.

Assim, registrou-se, nas últimas décadas, um contínuo decréscimo da população rural, tanto em números absolutos, como relativos, passando de 685.546 habitantes, em 1940, para 400.760, em 1970, enquanto sua participação relativa no conjunto populacional da região caiu de 67,8%, em 1940, para 28,5%, em 1970.

#### 2.2.4. REGIÃO DE CAMPINAS

A ocupação populacional e econômica da Região de Campinas está estreitamente vinculada ao seu desenvolvimento agrícola, sobretudo, à expansão do café. No entanto, não foi com essa cultura que se iniciou esse processo de ocupação, mas sim com a cana-de-açúcar, o algodão e o fumo, supridores de uma estrutura pré-industrial.

Essas atividades se operacionalizavam com um contingente populacional até certo ponto suficiente. A ocupação, leva



da a efeito pelo café, trouxe para a região um volume significativo de mão-de-obra, inclusive de origem estrangeira. Observou-se, então, uma mudança substancial no quadro demográfico. A população rural ocupada na lavoura do café significou um aumento da demanda por manufaturas mais simples, levando a uma ampliação da oferta industrial e, conseqüentemente, do número de estabelecimentos e do pessoal ocupado na indústria. Foi, assim, encetada uma primeira etapa de urbanização, sendo este processo reforçado pelas conexões ferroviárias que passaram a existir após a ocupação pelo café.

O declínio da cultura cafeeira, por volta de 1920, levou a subdivisões sucessivas da grande propriedade, voltando-se os pequenos proprietários a uma nova base agrícola, centrada sobretudo no fornecimento de matéria-prima à indústria. Assim, a região consegue com a citricultura e a cotonicultura, reter grande parte da população que aí se instalara.

A região de Campinas começou, nessa época, a passar também por um processo de industrialização crescente, devido principalmente à sua proximidade com a Grande São Paulo. Todavia, o fenômeno não se generalizou por toda a região, ficando restrito às áreas mais próximas do eixo constituído pela Rodovia Anhanguera.

Em anos mais recentes, destacam-se os movimentos migratórios internos, onde alguns pólos como Campinas, Jundiaí, Piracicaba e Limeira passam a receber contingentes populacionais de outras áreas que se esvaziam por possuírem uma base econômica menos dinâmica.

#### 2.2.5. REGIÃO LITORAL

A atividade industrial, na Região Litorânea predomina enquanto fonte geradora de renda dado o seu caráter exportador extra-regional. No entanto, é o setor terciário que absorve

o maior contingente de mão-de-obra e através de suas funções aparece como elemento determinante da ocupação física e econômica de grande porte do espaço regional.

A produção industrial, o comércio exterior e a atividade turística induzem a uma alta densidade populacional, concentrando-se principalmente nos Municípios de Cubatão, Guarujá, Santos e São Vicente. Nos últimos 15 anos, os Municípios de Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém, Peruíbe e Bertioga têm se caracterizado como zona de expansão dos fluxos de turismo.

A zona de Registro, através da ligação rodoviária - BR 116 - teve, a partir de 1960, uma vinculação mais direta com Curitiba e São Paulo, diminuindo o fluxo emigratório. Mais recentemente, a exploração industrial dos recursos naturais ganhou novas dimensões, o mesmo ocorrendo com o setor primário derivado dos estímulos de demanda do mercado metropolitano. Genericamente pode-se citar a diversificação das culturas e o desenvolvimento de pesquisas como elementos de um novo processo de articulação, em detrimento, ainda que paulatino, das atividades primárias tradicionais de exportação como o chá e a banana.

Na análise demográfica da região, nota-se grandes discrepâncias quanto à distribuição entre população urbana e contingente populacional residindo na área rural.

#### 2.2.6. REGIÃO DO VALE DO PARAÍBA

A região do Vale do Paraíba foi ocupada extensivamente em função do café, que se expandiu concentrando aí a maior parte das atividades econômicas do País no século passado. No período áureo da cultura cafeeira - de 1832 a 1886 - constatou-se uma fase de intensificação do processo de urbanização, surgindo novos núcleos e desenvolvimento para os centros já existentes.

Com a decadência do café, em 1920, houve a procura

de novas formas alternativas de produção, generalizaram-se as pastagens, como forma de ocupação do solo, passando a região a girar em torno da criação do gado, especialmente, o leiteiro.

A localização estratégica da região, ligando os dois pólos principais - São Paulo e Rio de Janeiro - e as facilidades de comunicação ampliadas com a construção da Estrada de Ferro Central do Brasil foram fatores decisivos para a industrialização do Vale. De 1940 a 1950 predominaram, na região, as indústrias ditas tradicionais, na década seguinte, surgiram aquelas voltadas à produção de bens intermediários e equipamentos, cuja posição se consolidou na década de 70, agregando cerca de 50% do pessoal ocupado.

O comportamento populacional ou o grau de intensificação da urbanização está na dependência da transformação industrial que vem ocorrendo principalmente no Médio Vale, levando essa área a distanciar-se do comportamento médio da região. Acredita-se que apenas essa parte da região vem sofrendo alterações estruturais modernizantes, enquanto que, outras áreas - a faixa ao Sul - permanecem relativamente marginalizadas desse processo.

#### 2.2.7. REGIÃO METROPOLITANA

Legalmente composta por 37 municípios, entre os quais a Capital, a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) conta com metade da população do Estado.

Centro industrial e comercial do País, esta Região recebeu, nas duas últimas décadas, um grande contingente populacional, deslocado do Interior paulista e de outros Estados brasileiros. Sua população, que era de 4.791.245 habitantes, em 1960, passou a 8.139.730, em 1970, e 12.588.439, em 1980, segundo os respectivos Censos Demográficos (FIBGE). Assim, um território, que representa pouco menos de um milésimo do Brasil, concentra cerca de 10% da população nacional.

O incremento médio de mais de 400 mil habitantes por ano foi devido, sobretudo, à intensa migração de famílias de baixa renda e sem qualificação profissional para a vida urbana. Mais da metade desses migrantes dirigiu-se para a Capital, cuja população evoluiu de 3.709.274 habitantes (1960) para 5.924.615 (1970) e 8.439.598 (1980). Essas famílias, sem recursos, foram ocupar as áreas periféricas do Município, multiplicando milhares de loteamentos irregulares, completamente desprovidos de infraestrutura urbana. Este processo de expansão periférica estendeu-se aos municípios limítrofes. Na década de 60, os municípios mais industrializados tiveram os maiores incrementos demográficos, sobretudo na Região do ABCD, constituída por Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano e Diadema.

É nessa área que se localizam as maiores indústrias do País, destacando-se a automobilística. Já na década de 70, as correntes migratórias procuraram as pequenas cidades próximas da capital e do centro industrial, onde ainda era possível para essas populações pobres, o acesso à terra. Criou-se o fenômeno das "cidades-dormitório", acentuou-se a carência de infraestrutura e aumentou a dificuldade de administração desses problemas. Essas cidades tinham uma população crescente, demandando serviços públicos e pouco contribuindo para a arrecadação municipal, pois trabalhavam e geravam renda em municípios vizinhos.

Nos casos de Osasco e Guarulhos, que reúnem as condições de industrializados e de "dormitórios", a população residente saltou de 100 mil, em 1960, para cerca de meio milhão, em 1980.

O maior crescimento populacional verificado no Estado de São Paulo se deu no Município de Embu, que passou de cinco mil habitantes, em 1960, para 96 mil, em 1980, configurando o exemplo extremo de "cidade-dormitório".

Finalmente, se a RMSPP mantiver, nos próximos 20 anos, a taxa de crescimento da década de 70, sua população atingirá a casa dos 30 milhões no ano 2000.

## 2.2.8. OS GRANDES EIXOS DE EXPANSÃO

Classificando-se as taxas de crescimento da população paulista, a nível das Delegacias Agrícolas, na década de 70, observa-se, na Tabela 2.8, a grande concentração em apenas oito dessas unidades administrativas. Exatamente as sub-regiões com elevadas taxas de crescimento reúnem cerca de 62% da população paulista.

Por outro lado, as 13 Delegacias que apresentaram taxas negativas de crescimento eram as que já possuíam a menor percentagem da população estadual.

Configura-se, mais uma vez, a tendência de esvaziamento de amplas regiões do Estado e a grande concentração nos eixos de expansão urbano-industrial.

Através dos mapas das Figuras 2.1 e 2.2, pode-se verificar a localização dessas Delegacias e sua distribuição geográfica. No eixo São Paulo-Rio de Janeiro, acompanhando a Via Dutra, tem-se as Delegacias de Mogi das Cruzes e São José dos Campos. A primeira é parte constituinte da Região Metropolitana (juntamente com São Paulo). No eixo São Paulo-Limeira, acompanhando a Via Anhanguera, tem-se Jundiaí, Campinas e Piracicaba. Ao Sul, a Delegacia Agrícola de Sorocaba, aparece acompanhando as Rodovias Raposo Tavares e Castelo Branco. Finalmente, Caraguatatuba apresenta-se excepcionalmente como uma sub-região de grande taxa de crescimento, sem que detenha parcela significativa da população estadual.

Esses grandes eixos de expansão tendem a seguir o mesmo padrão de crescimento verificado na Região Metropolitana de São Paulo: a "expansão periférica". Na cauda da implantação dos "distritos industriais", imensos bairros "populares" são rapidamente construídos nas periferias dessas cidades. As manchas urbanas crescem e se fundem, no fenômeno da conurbação. Pequenas cidades próximas de centros industriais transformam-se em dormi-

tórios, demandando serviços públicos, ampliando distâncias. Nesses eixos de expansão os problemas metropolitanos são multiplicados, dentre estes, a distribuição de alimentos vai se tornando mais complexa, mais difícil e mais cara.

A evolução da expansão urbana, caracterizada, como periférica, pode ser acompanhada através da Tabela 2.9. Irradiada a partir de seu núcleo central - a capital do Estado -, a mancha urbana, numa primeira etapa, ocupa sua periferia; a seguir estende-se aos municípios metropolitanos e, finalmente, avança pelos eixos de expansão. As taxas de crescimento das Delegacias de São Paulo e Mogi das Cruzes (Região Metropolitana) são claramente declinantes, indicando a tendência de baixa no ritmo de expansão. Por outro lado Campinas, Piracicaba, São José dos Campos e Sorocaba apresentam taxas crescentes, caracterizando-se como frentes de expansão e de reprodução do modelo metropolitano.

Tabela 2.8

ESTADO DE SÃO PAULO  
RELAÇÃO DAS DELEGACIAS AGRÍCOLAS POR CLASSE DE CRESCIMENTO ANUAL  
 1970/80

TAXA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO	Nº DE DELEGACIAS	Nº DE MUNICÍPIOS	1970		1980		TAXA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO 70/80
			Habitantes	%	Habitantes	%	
4,01 a 7,00	8	88	9.857.469	55,5	15.495.164	61,9	4,63
3,01 a 4,00	11	95	2.475.692	13,9	3.530.373	14,1	3,61
0,01 a 3,00	31	279	4.062.739	22,9	4.744.116	18,9	1,56
-2,99 a 0,00	13	109	1.376.048	7,7	1.257.269	5,0	0,90
Total Estado	63	571	17.771.948	100	25.040.698	100	5,48

Fonte: FIBGE - Censos Demográficos 1970 e 1980.





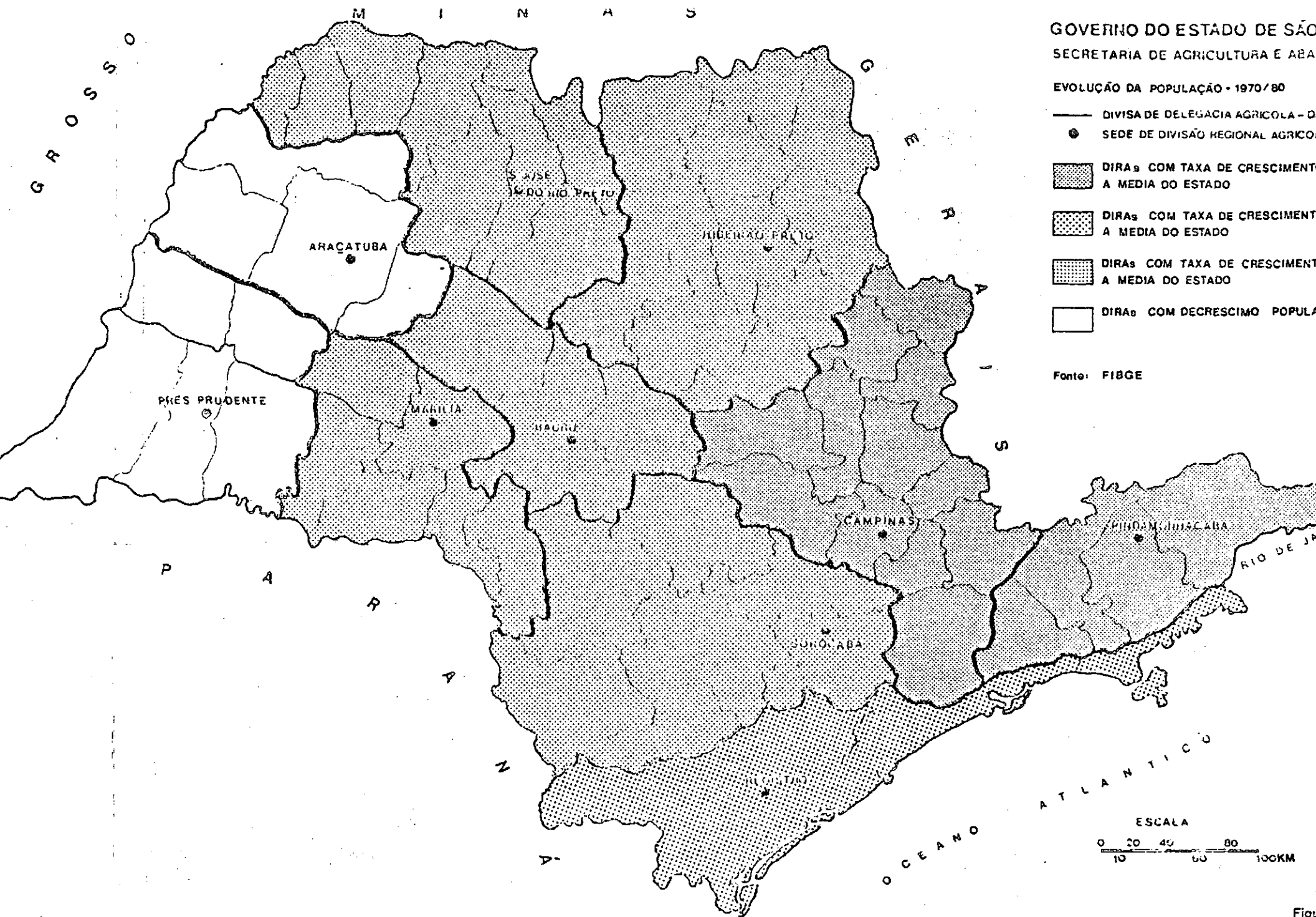


Tabela 2.9

ESTADO DE SÃO PAULO  
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL RESIDENTE NAS DELEGACIAS AGRÍCOLAS  
COM MAIORES TAXAS DE CRESCIMENTO

1960

DELEGACIAS AGRÍCOLAS	1960		1970		TAXA CRESCI MENTO ANUAL 70/60	1980		TAXA CRESCI MENTO 80/70
	Números Absolutos	% Rel. Total Estado	Números Absolutos	% Rel. Total Estado		Números Absolutos	% Rel. Total Estado	
Campinas	299.252	2,3	509.517	2,9	5,47	958.328	3,8	6,52
Jundiaí	146.205	1,1	240.202	1,4	5,09	389.249	1,6	4,95
Piracicaba	228.681	1,8	315.248	1,8	3,26	507.700	2,0	4,88
São Paulo	4.509.432	35,2	7.654.526	43,1	5,43	11.718.116	46,8	4,35
S.J.Campos	170.434	1,3	270.640	1,5	4,73	473.069	1,9	5,74
M.Cruzes	99.616	0,8	477.937	2,7	16,98	847.629	3,4	5,90
Caraguata- tuba	32.319	0,3	48.006	0,3	4,04	87.197	0,3	6,15
Sorocaba	248.107	1,9	341.393	1,9	3,24	513.876	2,1	4,17
Total Delegacias	5.734.046	44,7	9.857.469	55,5	5,57	15.495.164	61,2	4,63
Total Estado	12.823.806	100,0	17.771.948	100,0	3,32	25.040.698	100,0	3,48

Fonte: FIEGE - Censos Demográficos 1960, 1970 e 1980.

## CAPÍTULO 3

### PERFIL ALIMENTAR

### 3.1. INTRODUÇÃO

A alimentação nos dias atuais constitui um fator de melhoria da qualidade de vida, visando à obtenção de um verdadeiro desenvolvimento social no País.

No Brasil, segundo o Presidente da Sociedade Brasileira de Nutrição, Professor Valter Santos, dentre os brasileiros, 18,6% têm um déficit de 200 calorias; 31,3% consomem entre 200 a 400 calorias menos que o necessário; e, 17,3% apresenta um déficit superior a 400 calorias. E somente 30,7% das crianças brasileiras de cinco a 10 anos atingem o peso normal para sua idade.

"Na capital, 52,0% da população é desnutrida e nos demais municípios da região da Grande São Paulo esse número atinge 73,0%"<sup>(1)</sup>. A desnutrição pode ser causa direta de morte e atuar como fator preponderante e agravante de doenças infecciosas, aumentando a taxa de mortalidade infantil, além de aumentar o índice de repetência nas escolas. No Município de São Paulo, a mortalidade infantil voltou a atingir, em anos recentes, níveis equivalentes àqueles encontrados na década de 50, em torno de 80 a 90 por mil nascidos vivos. "Entre crianças de seis a 60 meses, encontra-se desnutrição em 1/3 delas e anemia em 23%"<sup>(2)</sup>, atingindo níveis alarmantes nas áreas rurais.

O problema da desnutrição está associado diretamente a fatores de ordem sócio-econômica, envolvendo os grupos biologicamente mais vulneráveis da população. Hoje, as autoridades como o Presidente do Instituto de Alimentação e Nutrição já admi-

---

(1) Investigação Interamericana de Mortalidade na Infância, Distrito de São Paulo, 1968/70.

(2) Estado Nutricional das Crianças de 6 a 60 meses no Município de São Paulo - Instituto de Medicina Preventiva da Escola Paulista de Medicina, 1975.

tem oficialmente que o valor nutricional da dieta depende fundamentalmente das possibilidades econômicas de acesso aos alimentos.

"Se hoje o custo da ração mínima mensal para uma família média é de 1,5 salário-mínimo, calcula-se que 70% das famílias brasileiras têm acesso a uma dieta, quantitativamente menor" (1). Com o baixo poder aquisitivo (queda nos salários reais), as classes mais carentes têm suas condições de alimentação sensivelmente prejudicadas.

Falhas de estruturas e funcionamento do setor de produção alimentar, seja na própria etapa de produção, seja no armazenamento, transporte, comercialização ou distribuição são elementos responsáveis pela elevação de preços e, conseqüentemente, por baixos níveis de consumo de alimentos, condicionando um estado nutricional insatisfatório para extensas parcelas da população. A política de exportação (que estimula a produção de alimentos exportáveis) implica queda da produção de alimentos básicos para suprimento interno.

"Efetivamente, a produção destes últimos está aquém das necessidades, razão pela qual o Estado é grande importador de alimentos. Quanto à situação alimentar e nutricional, apesar de uma renda per capita global de cerca de 700 dólares, contingentes muito grandes da população auferem quantidades muito inferiores a esse índice médio, significando que os níveis de consumo de alimentos calóricos e proteicos estão muito abaixo dos padrões recomendados como satisfatórios" (2).

A Zona Rural, é a que se encontra em estado mais precário, quer quanto ao aspecto proteico, quer quanto ao energético.

---

(1) Medina, M.C.G. - A Fome do Brasileiro. *Jornal do Engenheiro Agrônomo*, nº 122 pp 9-10, 1981.

(2) Nunes, E.M. et alii - Alimentação, Nutrição e Desenvolvimento Econômico de São Paulo. *Revista ABIA/SAPRO*, 9:41-7, 1973.

co. Esta situação possivelmente é consequência da introdução cada vez mais acentuada, da racionalidade do sistema de mercado, tipicamente capitalista, no campo.

A análise dos fatos e números mostra, em síntese, que as perdas sofridas pelo Estado - por mortalidade, morbidade, atraso na formação educacional, fraca comercialização de alimentos etc - significam, em conjunto, um alto custo de oportunidade para a sociedade paulista.

### 3.2. RENDA E DEMANDA DE ALIMENTOS

Segundo dados do ENDEF - Estudo Nacional das Despesas Familiares (FIBGE 74/75), 46,8% das famílias de São Paulo ganham até 3,5 salários mínimos e dirigem de 44 a 51,6% dos gastos totais à alimentação (Tabela 3.1). Quase todos os aumentos na renda destinam-se à alimentação, principalmente nas classes de mais baixa renda.

Para dados crescimento da renda per capita, as quantidades consumidas dos vários alimentos provocam mudanças tanto ao nível da oferta, como da demanda de produtos alimentares. A Tabela 3.2. nos dá uma idéia das prováveis magnitudes das elasticidades - renda da demanda de alimentos obtidas com a utilização dos dados do estudo de orçamentos familiares do ENDEF-FIBGE em 1974/75. A magnitude mais baixa apresenta-se para grãos e seus produtos e, a mais alta, para frutas. De modo geral, as estimativas da elasticidade dispêndio-renda declinam à medida que caminhamos para as classes de maiores despesas <sup>(1)</sup>. Nota-se também que a composição da dieta se altera bastante, sendo monótona na classe de renda mais baixa e na área rural.

"Analisando-se a elasticidade-renda por estrato de renda, verifica-se que à medida que a renda aumenta, as famílias substituem produtos populares, como arroz e feijão, e mesmo panificados, por outros de origem animal" <sup>(2)</sup>.

---

(1) Melo, F.H. de - O Problema Alimentar no Brasil. A importância dos desequilíbrios tecnológicos. pp 75-6 - INAN/FIPE, novembro de 1981.

(2) Alves, E.L.G. - Nível Alimentar, Renda e Educação - Fundação do Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), Revista ABIA/SAPRO 30:17-44, 1977.

Tabela 3.1

ESTADO DE SÃO PAULO  
DESPESA CORRENTE MONETÁRIA EM ALIMENTAÇÃO E  
NÚMERO TOTAL DAS FAMÍLIAS POR CLASSE DE DESPESA

Em percentagem

CLASSES DE DESPESA MONETÁRIA CORRENTE DA FAMÍLIA (NÚMERO DE SALÁRIOS MÍNIMOS)	NÚMERO TOTAL DE FAMÍLIAS	DESPESA CORRENTE MONETÁRIA EM ALIMENTAÇÃO
Menos de 2,0	23,0	51,7
2,0 a 3,5	23,8	44,0
3,5 a 5,0	18,9	38,6
5,0 a 7,0	12,4	33,2
7,0 a 10,0	10,6	28,4
10,0 a 15,0	6,2	23,1
15,0 a 20,0	2,7	18,6
20,0 a 30,0	1,7	16,0
Mais de 30,0	0,7	10,1
Todas as Classes	<u>100,0</u>	<u>30,1</u>

Fonte: FIBGE-ENDEF (Dados Preliminares) - Despesas das Famílias - Região  
 II - São Paulo - Tab. 9 pp 59, 1978.



Tabela 3.2  
 ESTADO DE SÃO PAULO  
 ELASTICIDADES - DISPÊNDIO POR CLASSES DE DESPESA E CATEGORIA DE PRODUTOS  
 1974/75

CATEGORIA PRODUTO (a)	MÉDIA	<2,0	2,0 - 3,5	3,5 - 5,0	5,0 - 7,0	7,0 - 10,0	10,0 - 15,0	15,0 - 20,0	20,0 - 30,0	>30,0
Grãos e Produtos	0,16	0,52	0,44	0,29	0,21	0,15	0,10	0,05	0,03	0,004
Raízes e Tubérculos	0,34	0,67	0,60	0,45	0,38	0,32	0,28	0,23	0,21	0,19
Açúcar e Derivados	0,28	0,28	0,28	0,28	0,28	0,28	0,28	0,28	0,28	0,28
Vegetais	0,57	1,07	0,97	0,75	0,63	0,55	0,49	0,41	0,38	0,35
Frutas	1,06	2,15	1,92	1,45	1,20	1,02	0,89	0,72	0,66	0,58
Carnes e Pescados	0,69	1,50	1,33	0,97	0,79	0,66	0,56	0,43	0,39	0,33
Leite, Ovos, Queijo	0,69	1,31	1,18	0,91	0,77	0,67	0,59	0,50	0,47	0,42
Óleos e Gorduras	0,13	0,35	0,31	0,24	0,21	0,19	0,16	0,13	0,12	0,11

FONTES: Oliveira Alves, D.C. e A. Disch, "Oil Prices, Agricultural Production and Changes in Real Income in Real Income in Brazil".  
 Esso - Brazilian Review 18(1): 77 - 116, 1981.

(a) As categorias não auto-explicativas incluem: grãos e produtos: arroz, milho, produtos de trigo e outros derivados; raízes e tubérculos: batata, mandioca e farinha e outros tubérculos; vegetais: verduras, brócolis, legumes e couve; óleos e gorduras: óleos, banha de porco, margarina e manteiga.

### 3.3. RENDA E ADEQUAÇÃO NUTRICIONAL

As camadas populacionais de renda mais baixa encontram-se impossibilitadas de adequação alimentar na quantidade requerida para cobrir as suas necessidades mínimas, mesmo quando reduzem a compra dos produtos essenciais mais baratos, dada a insuficiência de renda e face ao custo desses alimentos.

O ENDEF-FIBGE 1974/75, desagregando os dados do consumo alimentar, a nível de classes de despesa familiar per capita, detectou insuficiência calórica na classe de despesas até um salário-mínimo de todas as áreas metropolitanas.

Assim, pode-se inferir que a renda familiar equivalente a um salário-mínimo per capita, pelo menos nas áreas urbanas e metropolitanas, é insuficiente para assegurar um consumo satisfatório, do ponto de vista energético (Tabela 3.3).

O estudo de Alves <sup>(1)</sup>, utilizando os dados da POF - Pesquisa de Orçamentos Familiares realizada pelo IPE - Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, no período de setembro de 1971 a agosto de 1972, mostra uma relação linear crescente entre prevalência de adequação nutricional e renda familiar mensal, ou seja, quanto mais baixa a renda familiar per capita, maior a incidência de famílias não adequadas nutricionalmente <sup>(2)</sup>. Neste estudo, 15,7% das famílias consideradas com consumo "não adequado", pesquisadas num total de 2.242 famílias, apresentavam uma adequação de 58%, com relação a calorias, e 74%, com relação a proteínas, ingerindo 1.775 calorias por dia e 48,4 g de proteínas diárias.

---

(1) Alves, E.L.G. - op. cit.

(2) Ver, em anexo, Tabela A.3.1.

Tabela 3.3

ESTADO DE SÃO PAULO  
ÍNDICE DE ADEQUAÇÃO DA INGESTÃO EM  
CALORIAS E PROTEÍNAS POR CLASSE DE RENDA  
 1974/75

Em percentagem

ÁREAS	ATÉ 1 SM		1-2 SM (1)		+ DE 5 SM	
	Calorias	Proteínas	Calorias	Proteínas	Calorias	Proteínas
Metropolitana	75,51	120,50	94,59	170,64	105,23	268,86
Urbana	93,16	133,41	100,60	169,61	108,04	266,70
Rural	102,37	172,14	106,66	201,50	117,09	279,52

Fonte: FIBGE - ENDEF (Dados Preliminares) 1979.

(1) Desagregado no Nordeste de 1 a 1,5 e de 1,5 a 2 salários mínimos.

O estudo da Fundação Getúlio Vargas realizado em 1960, e o trabalho do DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos em 1969/70 com orçamentos familiares, citados no estudo de Alves, ambos no Município de São Paulo, apontam uma relação crescente entre quantidade de calorias e de proteínas com a renda.

Nota-se, nesses estudos, que a adequação proteica é muito mais facilmente atingida que a calórica segundo o estrato de renda. Isso mostra que há predominância da carência energética sobre a carência proteica na alimentação das famílias incluídas na pesquisa, e que, ao lado das carências nutricionais específicas, existe também a deficiência nutricional quantitativa. Nas camadas de mais baixa renda, agrava-se o problema proteico, que se não for pior, o é pelo menos equivalente ao de calorias.

O trabalho de Martins <sup>(1)</sup>, realizado de 1969 a 1973, com dados fornecidos pelo Departamento de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo e pelo IBGE através do ENDEF, mostra a situação nutricional, segundo o padrão de adequação do National Research Council (NRC), de 11 localidades do Estado de São Paulo que foram agrupados em cinco áreas (Alto Ribeira, Litoral Sul, Grande São Paulo, Centro do Estado e Norte do Estado), apresentando os seguintes resultados:

- a) 10 a 40% das famílias apresentam adequação inferior a 80% em calorias, proteínas e ferro;
- b) 60 a 70% apresentaram adequação inferior a 80% em riboflavina;
- c) 80 a 90% apresentam adequação inferior a 80% em vitamina A.

---

(1) Martins, I.S. - Situação Alimentar no Estado de São Paulo. ABIA/SAPRO 37: 26-36, 1978.

Ao se analisar o conteúdo energético<sup>(1)</sup>, proveniente de proteínas, gorduras e carboidratos, nas dietas estudadas, constata-se que o problema alimentar do Estado apresenta-se principalmente, através de um subconsumo de energia. Existe uma inadequação no consumo de energia e na proporção de calorias fornecidas pelas gorduras, que deveria ser, no mínimo, de 30%. Quanto às proteínas, excetuando-se a Zona Rural Não-Metropolitana, as outras regiões apresentaram níveis satisfatórios de adequação, ou seja, 10%.

Da Tabela 3.4 que mostra a adequação do consumo proteico e energético e o NDP cal% que representa o aproveitamento de proteína no organismo sobre o valor calórico total da dieta das regiões analisadas, pode-se inferir que as dietas com valores de NDP cal% abaixo de 5,0 não satisfazem as necessidades calóricas ao nível de 80% de adequação, enquanto que as dietas de NDP cal% menores que 6,0 não atendem às necessidades proteicas nesse mesmo nível de adequação.

Os valores de NDP cal% encontrados nas dietas, calculadas frente ao padrão da FAO/OMS-67, variaram entre 3,3 e 6,7 e, ao serem reavaliadas frente ao padrão FAO/OMS-73, os limites se ampliaram para 6,0 a 9,3. Quando levou-se em conta a restrição calórica, esses valores caíram para 3,2 e 6,8, evidenciando assim, que o problema das nossas dietas é fundamentalmente calórico, o que limita o aproveitamento da proteína como alimento plástico. Em Ribeira, uma das regiões menos desenvolvidas do Estado, os dados evidenciam a possibilidade de problemas nutricionais proteico-energéticos. Icapara, Pontal do Ribeira e Iguape, também inseridas no Vale do Ribeira são zonas de pesca permitindo supor que nas safras deve haver fartura de peixe. Assim, nessas localidades, o problema calórico seria mais relevante que o proteico.

---

(1) Ver, em anexo, a Tabela A.3.2.

Por outro lado, na Zona Rural Não-Metropolitana, a ocorrência de carências proteicas parece ser mais provável do que as energéticas.

Tabela 3.4  
 ESTADO DE SÃO PAULO  
PORCENTAGEM DE ADEQUAÇÃO DE PROTEÍNAS E CALORIAS EM DIFERENTES REGIÕES  
 1969/75

LOCALIDADES	CONSUMO DE PROTEÍNAS (1)	% DE ADEQUAÇÃO	CONSUMO DE CALORIAS	% DE ADEQUAÇÃO	NDP CAL% (2)	NDP CAL% (3)	NDP CAL% (4)
Estado de São Paulo	55	103	2.124	89	4,7	6,4	5,7
Área Urbana Não Metropolitana	54	102	2.053	86	4,7	6,7	5,3
Área Rural Não Metropolitana	53	100	2.344	98	4,0	5,6	6,8
Área Metropolitana	57	108	2.038	85	5,1	8,9	5,3
Iguape	65	123	2.230	93	6,7	7,7	6,1
Icapara	55	103	2.190	91	5,1	8,2	5,9
Pontal do Ribeira	61	115	2.227	93	5,1	9,3	6,4
Apiai	58	109	2.109	88	5,1	6,8	5,1
Ribeira	44	83	1.730	72	3,3	6,0	3,2

FONTE: IBGE - ENEP. Gandra, Y. et al.

- (1) O consumo proteico foi multiplicado pelo coeficiente digestibilidade.
- (2) Cálculo do NDP cal% frente ao padrão FAO/OMS-67.
- (3) Cálculo frente ao padrão FAO/OMS-73
- (4) Cálculo em situação de restrição calórica.

### 3.4. CESTA DE ALIMENTOS

O estudo de Alves <sup>(1)</sup>, elaborado sobre a amostra da POF-FIPE-USP, considera que os 14 produtos analisados <sup>(2)</sup>, contribuem com 87% do total calórico e 85,7% do total proteico consumido pelas famílias consideradas "não-adequadas", sendo que pão, arroz, açúcar, óleo e feijão são responsáveis pelo fornecimento de 67,9% do total calórico e 53% do proteico. Tais produtos são responsáveis por 77% dos gastos com alimentação.

Comparando-se com o consumo das famílias consideradas adequadas nutricionalmente, isto é, os mesmos produtos fornecendo 80% do total calórico e 80,9% do total proteico consumido e ocupando 71% dos gastos com alimentação, evidencia-se que a adequação ou inadequação nutricional é determinada pela quantidade comprada de cada alimento que é limitada pelo poder aquisitivo, já que as famílias não adequadas distribuem seus gastos pelos produtos, atribuindo importância relativa entre cada um deles, de maneira semelhante às famílias adequadas.

Quanto às diferenças quantitativas do conteúdo da cesta as famílias não-adequadas apresentam as menores diferenças nos dois produtos básicos (arroz e feijão) e as maiores, correspondem aos produtos de origem animal (os mais caros) numa tentativa de compensar o pequeno consumo de carne por maior quantidade de cereais, o que do ponto de vista nutricional não é razoável.

A Tabela 3.5, mostra que a tradicional mistura arroz e feijão contribui com 30,9% do fornecimento calórico e 36,3% do fornecimento proteico nas famílias de mais baixa renda, considerando-se os estudos de Alves <sup>(3)</sup>, do DIEESE/73 e do FGV/76.

---

(1) Alves, E.L.G. - op. cit.

(2) Ver Tabela A.3.3, em Anexo.

(3) Alves, E.L.G. - op. cit.



Segundo estudos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, a dieta básica constitui-se de: arroz, feijão, milho, mandioca, açúcar, carne, trigo, óleos e gorduras. Em todas as regiões, de 50 a 80% das necessidades energéticas e de 78 a 94% das necessidades proteicas são cobertas por quatro desses produtos (1).

Em São Paulo, dentro dos limites de um salário mínimo, as calorias são obtidas, principalmente do arroz, açúcar e óleos, numa dieta pobre e nem sempre combinada nas melhores proporções.

O ENDEF-FIBGE-74/75 retrata o consumo generalizado, em São Paulo, compondo uma dieta baseada em arroz - o alimento mais consumido, principalmente pela população habitante da área rural -, leite pasteurizado e fresco, açúcar, feijão, pão, carne bovina, batata e laranja, com características regionais bem marcadas. Dentre estas, destaca-se o consumo de arroz e feijão na proporção de 3:1, sendo que na área rural, arroz é a principal fonte de calorias e feijão, a de proteínas, depois dos cereais.

---

(1) Metrô News - Crianças Brasileiras Fora do Peso Normal pp 4, 20 de maio de 1982.

Tabela 3.5

**CONTRIBUIÇÃO CALÓRICA E PROTEICA DA MISTURA ARROZ E FEIJÃO  
SEGUNDO A P.O.F., DIEESE E F.G.V. POR ESTRATO DE RENDA FAMILIAR MENSAL**

RENDA  ALIMENTO	NÍVEL ALIMENTAR, RENDA E EDUCAÇÃO				DIEESE/73 (1)				FGV COHAB/GB/76 (2)			
	Até 1,1 S.M.		2,2 S.M. OU +		Até 3,2 S.M.		6,4 S.M. ou +		Até 2,6 S.M.		3,4 S.M. ou +	
	%Cal	%Prot	%Cal	%Prot	%Cal	%Prot	%Cal	%Prot	%Cal	%Prot	%Cal	%Prot
Arroz	20,71	15,50	14,70	9,98	20,7	9,4	14,8	10,4	24,5	18	22,7	16,6
Feijão	8,33	19,42	5,34	11,80	9,4	22,7	4,7	10,8	9,2	18,4	8,2	16
Contribuição Cal (%)	29		19		30		20		33,7		31	
Contribuição Prot (%)	35		21		38		21		36		32,6	

FONTE: Alves, E.L.G., Nível Alimentar, Renda e Educação - Revista ABIA/SAPRO, 30: 17-44, 1977.

(1) Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos - Nível Alimentar da População Trabalhadora da Cidade de São Paulo. Estudos Sócio-Econômicos nº 1, julho de 1973.

(2) Fundação Getúlio Vargas - Pesquisa Sobre Consumo Alimentar, Vol. 1, julho de 1976.

### 3.5. EDUCAÇÃO, COMPOSIÇÃO FAMILIAR E ADEQUAÇÃO NUTRICIONAL

Tendo em vista que o problema alimentar é mais quantitativo calórico, limitado pela renda, a educação só passa a ter papel relevante na adequação nutricional nas famílias com rendas mais elevadas, isto é, quando a renda da família permitir a aquisição da quantidade mínima de alimentos necessária para um bom estado nutricional.

Vieira (1), em seus estudos, constatou que a educação exerce um papel indireto, mediante a transmissão de cuidados com a saúde, higiene e preparo dos alimentos.

Campino, Alves e Vieira (2) utilizando dados da POF-FIPE-USP, constataram que é a partir do ginásial que a educação passa a ser significativa na determinação do estado nutricional.

Alves e Vaissman (3), num estudo com crianças pré-escolares em São Paulo, verificaram que a educação da mãe pesa no estado nutricional nas classes de renda mais alta, onde renda é o único fator responsável pela desnutrição.

Assim, a renda é fator limitante e a educação é fator agravante do estado nutricional.

Quanto à composição familiar, o estudo de Alves (3) constatou também que conforme aumenta a renda, diminui o tamanho da família, incluindo maior número de pessoas mais idosas, na faixa dos 20 aos 40 anos. Já o inverso acontece com as famílias

---

(1) Vieira, J.L.T.M. - O impacto da renda no estado nutricional das famílias paulistas. São Paulo, 1976.

(2) Campino, A.C.C. et alii - Fatores sócio-econômicos associados à nutrição no Município de São Paulo. Revista Estudos Econômicos, 5(1), 1975.

(3) Alves, E.L.G. & Vaissman, E. - Análise sócio-econômica da desnutrição no Município de São Paulo - FIPE, 1976.

menos favorecidas, com a maioria dos componentes na faixa de cinco a 15 anos. O tamanho da família influi diretamente sobre a distribuição alimentar intra-familiar, prejudicando, principalmente, as crianças, pois, quanto maior o número de componentes da família, menor é a quantidade média individual disponível, além do que, no interior da família alguns elementos devem ser priorizados para a própria sustentação do núcleo familiar.

### 3.6. TENDÊNCIAS DO CONSUMO ALIMENTAR

"Em termos de médias per capita, as necessidades alimentares da população foram cobertas pelo total da produção agropecuária.

Mas a produção de alimentos por si só, não garante automaticamente a satisfação das necessidades nutricionais do conjunto da população"<sup>(1)</sup>.

Costumeiramente repetem-se os hábitos de consumo encontrados nas diferentes regiões fisiográficas do Brasil, mas o que não se deve esquecer é que o consumo usual e a preferência se encontram frequentemente associados nos inquéritos alimentares. Isto fornece uma linha indicativa para guia da produção industrial e a potencialidade perspectiva do mercado consumidor. O poder aquisitivo não deve ser esquecido como fator limitativo<sup>(2)</sup>.

A redução no poder aquisitivo, provocada pela crise econômica, está obrigando a população a alterar seus hábitos alimentares, sendo que a tendência geral é a adoção de alimentos de grande disponibilidade e baixo preço. Quanto maior a renda, nota-se uma tendência no aumento do consumo de alimentos de maior valor proteico e, principalmente, de origem animal.

"O IBGE através do ENDEF (74/75), mostra que a parcela dos gastos com alimentação destinados a produtos hortigranjeiros é muito reduzida, quando comparada aos demais, o que não

---

(1) Arruda, B.K.G. - Tendência do Consumo Alimentar nos Países Desenvolvidos e em Desenvolvimento - Revista Alimentação e Nutrição 4: 44-59, 1981.

(2) Montedonio. J.M. - Hábitos alimentares no Brasil, níveis de consumo dos principais alimentos, níveis de renda e poder de compra das diversas camadas sociais. Revista ABIA/SEPRO 6: 48-60, 1973.

significa que devem ser considerados sem importância. O preço pago pelo consumidor é elevado devido principalmente às perdas e tem sido o fator limitante no aumento de consumo desses produtos pela população de baixa renda. Seu grande valor está no fornecimento de vitaminas. A desnutrição é causada principalmente pela carência de nutrientes específicos (vitaminas e sais minerais), bem como de produtos com importância energética como batata e outros tubérculos.

O consumo por comensal desses produtos varia de região para região no País, em decorrência da disponibilidade e do hábito alimentar. Nos grandes centros urbanos nota-se, nos bairros de classe média e alta, uma concentração marcante do consumo e um balanceamento da ingestão de vitaminas, enquanto a periferia restringe o consumo a produtos energéticos especialmente<sup>(1)</sup>.

O fato de produtos, como mandioca, milho, arroz, trigo, feijão serem responsáveis por grande parte do aporte calórico e proteico da população paulista, evidencia a importância do conhecimento sobre o comportamento da produção desses alimentos e sua relação com as políticas agrárias, agrícolas e de desenvolvimento. Isto porque há uma alta competitividade dos produtos exportáveis e maior fomento para sua produção do que para produtos básicos de consumo interno, o que leva a uma queda em sua produção e elevação no preço, induzindo um decréscimo na ingestão de alimentos per capita e uma consequente mudança de hábito alimentar.

Nos últimos anos, parece haver evidências de que as famílias mais pobres vêm reduzindo ainda mais seu nível de consumo, inclusive, substituindo alimentos por outros mais baratos, como as massas, em consequência sobretudo da elevação do preço do feijão, decorrentes das crises sucessivas da produção.

---

(1) Sardinha. Clóvis - Diminuir as Perdas e Aumentar o Consumo - Jornal do Engenheiro Agrônomo nº 122, pp 13, 1981.

No Nordeste, a população está substituindo o arroz por farinha e o consumidor, de modo geral, com a retirada do subsídio do trigo diminuiu o consumo de massa fresca, e biscoitos a manteigados e recheados, aumentando o consumo de macarrão comum (sem ovos e com farinha comum) e de biscoitos simples, sendo que uma forma de baratear esses produtos seria o emprego de uma embalagem mais econômica (1).

---

(1) Boletim Informativo - Retirada do Subsídio para o Trigo - ABIA Informa nº 114, pp 9, 1981.

### 3.7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A origem da desnutrição humana é complexa e diversificada. Encontra seus valores mais altos nas famílias das classes sociais menos favorecidas.

As análises efetuadas anteriormente determinam que há uma correlação íntima crescente entre prevalência de adequação nutricional e níveis de consumo com a renda familiar.

Considerando-se, ainda, que:

- a) há uma predominância da carência energética sobre a proteica na dieta paulista, embora, no meio rural, se igualem na medida em que a população compensa o baixo consumo de proteínas de origem animal com um aumento na demanda de produtos energéticos (cereais);
- b) o NDP cal% das dietas paulistas sofre uma queda de 30 a 50%, ao se considerar a restrição calórica <sup>(1)</sup>;
- c) se a população de diferentes camadas sociais seleciona os produtos que compõem sua cesta e distribuem os gastos entre os alimentos de maneira eficiente, conclui-se que o déficit é mais calórico, que proteico com uma desproporção de calorias fornecidas pelas gorduras, ou ainda, é muito mais de ordem quantitativa que qualitativa, onde o poder aquisitivo instala-se como um fator limitante do poder de compra populacional.

Com relação ao aporte proteico, verifica-se que a mistura arroz-feijão contribui com 30% do fornecimento calórico e 36% do fornecimento proteico total.

---

(1) Martins, I.S. - op. cit.



Aspectos como educação, ocupação e padrão cultural só passam a influenciar o estado nutricional a partir do limite de renda mínima suficiente para comprar alimentos necessários à boa nutrição.

Desta forma, a melhoria do estado nutricional está diretamente relacionada com a mudança na estrutura da distribuição de renda, alterando a renda nominal ou os preços dos bens.

A queda nos preços dos alimentos pode ser conseguida via subsídios específicos a determinados produtos escolhidos, segundo o critério nutricional ou por intervenção do setor público, no processo de comercialização e distribuição de alimentos básicos, ou, quando for o caso, via aumento na produção, melhorando a produtividade ou estimulando o plantio.

Considerando que a população apresenta, além dos déficits calórico e proteico, carências específicas como a falta de vitaminas e minerais devidas ao baixo consumo de produtos hortícolas, torna-se válida a implantação de projetos de hortas e pomares comunitários, para a obtenção de tais produtos, promovendo regular e concomitantemente educação alimentar a fim de motivar não só o cultivo, mas o consumo e melhor aproveitamento desses alimentos e outros, como as vísceras em geral, visando solucionar o problema.

Quanto aos programas de intervenção nutricional, os incentivos no sentido de aumentar a produção de alimentos hiperproteicos, de baixo custo, a partir de fontes não convencionais, necessitam ser revistos criticamente. São programas altamente dispendiosos, podendo não trazer qualquer benefício à população, caso a carência energética, incriminada nos inquéritos realizados há mais de quatro décadas nas diferentes regiões do Brasil, não for corrigida oportunamente (1).

---

(1) Salomon, J.B. e Dórea, J.G. - Perfil da Alimentação Brasileira - Relação entre Calorias e Proteínas - Revista ABIA/SAPRO 33: 33-44, novembro de 1977.

A situação nutricional é afetada pelas modificações sócio-econômicas da agricultura brasileira e sua repercussão na produção de alimentos para consumo interno, agravada pelos índices de crescimento da população, que impossibilitam o aumento da produção com rapidez suficiente para acompanhá-los.

A produção agrícola e as políticas de comércio são o alicerce de um planejamento para a nutrição e, devem ser consideradas conjuntamente, pois as exportações de alimentos que resultam nocivas sob o aspecto da nutrição podem anular os efeitos, em aparência benéfica, do aumento da produção. O incremento das importações de alimentos também não favorece a melhoria nutricional, a não ser que acompanhado de uma estável ou crescente produção de alimentos no próprio País (1).

A dinâmica agrária caracteriza-se pelo fomento de produtos exportáveis, o que implica menor produção dos produtos domésticos, elevando seus preços e sua importação. Soma-se a isso a modificação da demanda urbana, associada ao impulso exportador, incorporando maior quantidade de produtos transformados e beneficiados (2). Assim, a industrialização com tecnologia apropriada, aplicada aos produtos domésticos, poderia ser a solução para estabilizar a demanda ao produtor e oferta ao consumidor.

A maior sensibilidade aos interesses nutricionais, por parte dos planejadores agrícolas, logo se estenderá ao planejamento mais amplo, necessário para converter a expansão da produção em benefícios, ainda maiores, para os desnutridos.

---

(1) Pines, J.M. - Produção Agrícola e Políticas de Comércio: a "Prova de Fogo" dos Compromissos Assumidos Referentes à Nutrição - Revista ABIA/SAPRO 15: 5-10, outubro de 1974.

(2) Muller, G. - Agricultura e Alimentação no Brasil - Subsídios para o Estudo da Evolução Alimentar-Nutricional nas Metrôpoles Brasileiras no Período de 1960/75 - CEBRAP - fevereiro de 1982.

**CAPÍTULO 4**

**SISTEMA DE ABASTECIMIENTO**

#### 4.1. EVOLUÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO

##### 4.1.1. HISTÓRIA DO ABASTECIMENTO

A questão do abastecimento urbano no Brasil vem a ca da momento se tornando prioritária na definição das políticas econômicas adotadas pelo Setor Público. Ao longo das últimas dé cadas, este setor vem deixando de ser da exclusiva competência da iniciativa privada. Visando estimular transformações estrutu rais por parte das empresas que atuam no abastecimento, bem como de criar uma infraestrutura capaz de dinamizar e agilizar as ope rações de comercialização de produtos agrícolas, as Autoridades Governamentais vem priorizando este setor. Ocorre que as empre- sas privadas tendem a alocarem seus recursos de acordo com as condições ambientais existentes, ficando as transformações na á- rea do abastecimento na dependência da própria evolução da econo- mia, bem como da ação do Governo, através de suas políticas espe- cíficas e de seus investimentos em infra-estrutura.

Assim, as transformações porque tem passado a econo- mia brasileira, no decorrer do século, especialmente a partir da década de 40, através do processo de industrialização e urbaniza- ção, tiveram reflexos nos seus diversos setores, estendendo-se até o abastecimento dos centros urbanos em expansão. De fato, as grandes cidades passaram a receber, anualmente, novos contin- gentes populacionais oriundos de regiões do interior, implicando necessidade de implantação e evolução dos mecanismos de distri- buição de alimentos, para fazer face à demanda crescente.

Por outro lado, como resultado das distorções que a- companham o processo de crescimento econômico do País, a ques- tão do abastecimento foi sendo agravada pelos surtos inflacioná- rios e pela progressiva concentração da renda, implicando perda histórica do poder de compra das classes de renda mais baixa. As sim, esses fatores também levaram o Setor Público a dedicar mais atenção à área do abastecimento, em função de seus agravantes

do ponto de vista do controle social.

Dadas essas características, a evolução do sistema de abastecimento urbano, nas grandes cidades brasileiras pode ser subdividida em três grandes fases. A primeira corresponde ao período inicial do processo de industrialização e urbanização no Brasil, quando ainda predominava uma economia baseada na agricultura, com a maior parcela da população residindo no campo, conforme demonstrou o recenseamento de 1940 (70% da população recenseada vivia na área rural). As principais cidades eram pouco desenvolvidas, caracterizando-se por mercados urbanos reduzidos e pouco estruturados, sem grandes pressões sobre o setor produtivo. Grande parte dos gêneros alimentícios consumidos eram adquiridos in natura ou a granel, principalmente os hortifrutigranjeiros, produzidos em chácaras e pequenos sítios nas áreas periféricas e cidades vizinhas. Nesse caso, a distribuição se dava sem exigência de meios de transporte mais sofisticados, sendo muitas vezes feita pelos próprios produtores ou vendedores ambulantes percorrendo os subúrbios. Todavia, os artigos produzidos em regiões mais distantes por vezes apresentavam crises periódicas nos seus fornecimentos, desaparecendo dos mercados ou sendo objeto de manobras especulativas com vistas a aumentos nos seus preços.

Tais condições propiciaram, então, o surgimento das chamadas "rodas de compradores" dos centros comerciais do interior, detendo poder hegemônico no escoamento dos produtos agrícolas no mercado interno, podendo subordinar o fornecimento dos alimentos aos seus exclusivos interesses.

A década de 50, com o desenvolvimento do transporte rodoviário e o surgimento das indústrias de grande porte de bens de consumo duráveis, marca a segunda grande fase em que se dão transformações ocorridas no sistema de abastecimento. De fato, a abertura de novas estradas e o incremento ao transporte rodoviário permitiram a expansão da fronteira agrícola com a incorporação de novas áreas, aumentando significativamente a oferta de

alimentos. Por outro lado, o rápido incremento demográfico nas principais cidades trouxe sérios desequilíbrios entre as dimensões do mercado urbano para produtos agrícolas e a infra-estrutura de comercialização. Esses dois fatores vieram criar condições para o surgimento e fortalecimento de dois novos agentes no processo de comercialização, reduzindo o poder das antigas "rodas de compradores". De um lado, a expansão do transporte rodoviário permitiu a participação da figura do caminhoneiro na transferência do fluxo de produção agrícola para os centros urbanos. A competição com o transporte ferroviário permitiu uma alternativa para o escoamento da produção de muitas áreas, até então, dependentes do trem, e também, incentivou a incorporação de zonas distantes, para o abastecimento do mercado interno. Inicia-se o chamado processo de deslocamento das fronteiras agrícolas, responsável pela formação de excedentes exportáveis, em algumas novas áreas tais como: o Oeste do Paraná, o Sul de Mato Grosso e Goiás etc.

Constituiu-se, paralelamente, junto aos principais centros urbanos, um importante mercado atacadista responsável pela distribuição dos produtos ao sistema varejista. Esses atacadistas acumularam um poder crescente no processo de comercialização, constituindo o polo de concentração e redistribuição dos produtos agrícolas nos mercados urbanos, passando a deter, portanto, o controle efetivo dos preços dos mesmos. Consequentemente, teve lugar uma permanente elevação de preços de varejo dos gêneros alimentícios, sem proporcional elevação de preços pagos aos produtores. Controladores de uma etapa decisiva da comercialização, esses atacadistas adquiriam volumes elevados da produção por baixo preço e estocavam-na, só liberando os produtos mediante possibilidades de considerável elevação de preços do varejo (escassez por exemplo), situações estas muitas vezes inverídicas, ou por outra provenientes de fontes dúbias <sup>(1)</sup>. A concentração do comércio atacadista nos mercados principais criava condições pro

---

(1) Castro A.B. de - Cesta de Mercado na Cidade de Piracicaba e a Comercialização de Alimentos.

pícias à formação de verdadeiros oligopólios, onde a concorrência geralmente se dava entre um número reduzido de firmas, especializadas por linhas de produtos.

A terceira fase, que caracteriza as transformações havidas no setor de abastecimento, coincide com uma ação mais sistemática do Governo na proposição de medidas concretas para solução dos problemas existentes nessa área, juntamente com uma diferenciação nas formas de comercialização, decorrente da expansão das atividades urbanas, cada vez mais intensas. A ação sistemática do Governo pode ser situada no princípio da década de 60, quando realizaram-se os Encontros Nacionais de Abastecimento (1961), que deram início a uma série de proposições no sentido de se estruturarem os grandes fluxos de abastecimento. Até então, várias foram as políticas que visavam regulamentar o comércio de alimentos, porém, em sua maior parte, eram de caráter normativo, que não contemplavam um planejamento global do setor a longo prazo, sendo, ao contrário, respostas imediatas aos problemas que iam aflorando.

No entanto, o crescimento desmesurado das principais cidades, acompanhado da elevação da renda de parte da população, juntamente com modificações nos hábitos de consumo, implicaram obsolescência dos equipamentos até então existentes. No caso dos mercados atacadistas, a localização em áreas centrais estavam tornando cada vez mais ineficientes as operações de comercialização, além de restrições de ordem física, tais como limitações à expansão dos mesmos e transtornos causados pelo trânsito e estacionamento de veículos pesados nas ruas centrais. Outro ponto de estrangulamento apresentado por esses mercados era o poder oligopolista dos atacadistas atuantes, que podiam manter suas posições pela falta de capacidade de expansão física da área de comercialização desses mercados, o que impedia a entrada de novos concorrentes. Para solução desses problemas a ação do Estado passa a ser dirigida na correção dessas distorções, tentando reordenar a organização do comércio atacadista e agilizar os fluxos de comercialização entre produção e consumo.

Por outro lado, o comércio varejista, "nos grandes

centros urbanos, anteriormente constituído pelas pequenas unidades do tipo armazéns, quitandas e feiras, foi sendo parcialmente substituído pelas cadeias de supermercados.

Essa transformação implicou um fortalecimento do sistema varejista que, ao defrontar-se com o poder dos atacadistas, foi progressivamente articulando-se, para fugir à dependência dos controladores da comercialização. Dotados de grande poder econômico e financeiro, as cadeias de supermercados puderam estabelecer contatos diretos com as fontes produtoras, através de uma crescente integração vertical, rompendo assim, o controle exercido pelos atacadistas" (1).

Assim, a diferenciação de renda e os novos hábitos de consumo criaram espaço para implantação desses agentes, contando, inclusive, com estímulos governamentais.

#### 4.1.2. PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS - AS GRANDES METAS

A partir da década de 50, vários foram os planos governamentais que deram ênfase especial ao setor de abastecimento, tendo como metas principais alterar e modernizar a estrutura dos mecanismos de comercialização de produtos alimentícios, de acordo com os imperativos ditados pelo processo de crescimento econômico e urbanização.

No Programa de Metas para o período 1956/60, no Governo Juscelino Kubitschek, salientaram-se, por sua relação com o abastecimento, as metas relativas a armazéns frigoríficos, transportes e terminais de fertilizantes. Em 1957, foi elaborado o Plano de Abastecimento Nacional, que visava dinamizar ao máximo as disponibilidades de armazenagem e frigorificação, trans-

---

(1) Castro, A.B. de. Op. cit. pp. 9.



porte e distribuição de gêneros alimentícios. Para tanto, sugeria a concessão de prioridade em todo o País ao transporte de gêneros alimentícios, intensificação ao reaparelhamento das ferrovias mais importantes do ponto de vista do abastecimento, reforço dos recursos financeiros à disposição da COFAP (Comissão Federal de Abastecimento e Preços) e do SAPS (Serviço de Alimentação da Previdência Social). Previa ainda investimentos e providências em relação a produtos isolados, a grupo de produtos e a fatores do processo econômico. Já nesse plano, previa-se a construção de centrais de abastecimento nas grandes concentrações urbanas, equipadas para comercializar todos os tipos de produtos, em substituição aos mercados existentes.

Dos Encontros Regionais de Abastecimento, realizados em 1961, resultou o Plano Nacional de Abastecimento, propondo alteração no sistema vigente, instituindo-se novos organismos - SUNAB (Superintendência Nacional de Abastecimento), COBAL (Companhia Brasileira de Alimentos), CIBRAZEM (Companhia Brasileira de Armazenamento) e CFP (Comissão de Financiamento da Produção). Este Plano procuraria armar o poder público de instrumentos estruturais que lhe permitissem dinamizar e regularizar as atividades de abastecimento.

No Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social, é mantido o sistema anterior, com aperfeiçoamentos inerentes à nova orientação vigente, com o novo regime político implantado em 1964. Procurou-se adequar aqueles mecanismos às novas necessidades, visando atuar primordialmente nas causas que determinam a flutuação dos preços, evitando interferir diretamente na formação dos mesmos em mercado, tais como imposições de tabelamentos. Esse Plano, no entanto, sequer chegou a ser executado, devido a alterações na orientação política e econômica do novo Governo, que assumiu em 1967.

Para o período 1968/70, foi formulado o Programa Estratégico de Desenvolvimento que, em suas metas para o abastecimento, propunha a modernização das estruturas de comercialização,

tanto na área do atacado, como do varejo. Como prioridade para o setor, foi estabelecida a meta de construção de Centrais de Abastecimento nas principais concentrações demográficas do País, tal como se previa no Plano de Abastecimento Nacional de 1957.

O I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972/74), o I PND, deu continuidade à ênfase na modernização e reestruturação do sistema de abastecimento. Além de medidas para o setor de transporte, armazenagem, crédito rural e modernização do comércio varejista, previa também a expansão da rede de Centrais de Abastecimento. Essa meta propiciou a criação do Sistema Nacional de Abastecimento-SINAC, aumentando para 15 o número de Centrais a serem instaladas, ao invés de oito inicialmente. Esse Sistema tinha a Companhia Brasileira de Alimentos - COBAL - como órgão coordenador e os Estados e Municípios como participantes, gerindo o sistema de CEASAs, Hortomercados e redes varejistas de distribuição de hortigranjeiros, bem como de mercados do Produtor.

No II PND (1975/79), se dá continuidade à modernização do sistema de comercialização de produtos hortigranjeiros no País, com a previsão de construção de uma rede de Mercados Rurais, recolhendo, preparando e remetendo a produção de hortigranjeiros, nas principais áreas de produção até os mercados consumidores.

Assim, os Mercados Expedidores Rurais, vêm a constituir-se no último elo da cadeia de abastecimento prevista nos planos do Governo, procurando articular de maneira mais eficiente as relações entre produção e consumo.

Também o III PND (1980/85) prevê, em suas metas setoriais, um conjunto de medidas visando desenvolver o sistema de abastecimento, conjugado com incentivos à produção agrícola e prevendo descentralização dos meios necessários, com maior participação dos Estados e Municípios além do setor privado. No que se refere particularmente ao abastecimento, prevê-se:

- criar sistema integrado de produção, armazenagem, transporte e comercialização, de forma a tornar mínimos os desperdícios e perdas e assegurar o escoamento regular para o abastecimento interno e exportações, inclusive mediante corredores de exportação e abastecimento e amplo apoio ao desenvolvimento das agroindústrias; e,
- estabilizar as margens de comercialização, evitando-se excessos que prejudiquem ou comprometam o abastecimento a preços adequados para o consumidor e o produtor.

#### 4.1.3. EVOLUÇÃO DO SETOR PRIVADO

Da mesma forma que as políticas governamentais procuraram responder às transformações ocorridas na economia brasileira, o setor privado - atacadista e varejista - também foi impellido a modificar suas estruturas de funcionamento à medida em que iam se operando essas transformações. Neste processo, suas oportunidades de investimento foram se diferenciando em resposta, entre outros fatores, às complexidades que se derivaram da expansão da fronteira agrícola, modernização e interiorização dos meios de comunicação e transporte e expansão dos grandes centros urbanos, juntamente com o agravamento das desigualdades de renda e introdução de novos hábitos alimentares.

Historicamente, as funções exercidas pelos intermediários atacadistas e varejistas na comercialização de gêneros essenciais vêm sofrendo profundas modificações, determinadas pela própria evolução da economia. Se, inicialmente, os mercados eram restritos e o processo de distribuição se processava através de circuitos curtos, atualmente tem-se um mercado desenvolvido, com a existência de novos tipos de equipamentos e formas de comercialização. A distribuição de gêneros alimentícios comporta uma série de agentes que atuam de forma diversificada, dependendo do tipo de produto com que se trabalha, do mercado a que se destina e da forma de controle e organização da produção.

Em algumas regiões, por exemplo, grandes cooperativas de produtores se responsabilizam pelo escoamento da produção de seus cooperativados, atuando, inclusive, a nível nacional. Outros produtos, especialmente grãos, são negociados no atacado nos grandes centros urbanos através de bolsas de mercadorias, utilizando-se também do "mercado a termo", que prescindem da presença física da mercadoria, bastando uma amostra anexada a um documento para serem negociadas como títulos no mercado. Nas Centrais de Abastecimento e outros mercados centrais, existem os grupos atacadistas organizados, que trabalham, na maior parte dos casos, com linhas restritas de produtos, possibilitando, assim, maior controle de mercado.

Nas relações entre atacado e varejo também sucederam-se mudanças, principalmente a partir da década de 60, com o advento dos supermercados, cujas condições de evolução foram geradas pelo processo de concentração urbana, concomitantemente com o aumento do poder aquisitivo de parte da população. Esses agentes, operando com grandes volumes e diversificada linha de produtos, tornaram-se paulatinamente independentes da atuação dos atacadistas no fornecimento de diversas mercadorias. Um dos fatores responsáveis pela tal situação foi o desenvolvimento da agroindústria de alimentos que, com o aumento de escala das empresas do setor, fez com que essas passassem a absorver parcela crescente das funções e dos ganhos típicos do comércio atacadista.

## 4.2. CARACTERÍSTICAS DA INFRA-ESTRUTURA BÁSICA DE COMERCIALIZAÇÃO

### 4.2.1. TRANSPORTES

Os fluxos dos produtos agrícolas, das regiões produtoras para os centros de consumo, possuem íntima relação com o sistema de transportes disponíveis, tornando-se, em última análise, viabilizados, desde que esse sistema possa fornecer as condições mínimas de rapidez e economia.

Entre as principais questões, que logo se levantam em relação ao sistema de transportes no Estado de São Paulo, bem como nos demais estados brasileiros, encontra-se a sua extrema dependência em relação às rodovias e, conseqüentemente, ao consumo de combustíveis derivados de petróleo.

O Anuário Estatístico dos Transportes (1978) <sup>(1)</sup> confirma a predominância, no Brasil, quase total dessa modalidade de transporte que foi responsável por mais de 70,0% do total de mercadorias transportadas no País, em 1977, enquanto a rede ferroviária transportou 17,0%, a dutoviária 2,6% e a hidrovieira (cabotagem) cerca de 10,0% <sup>(2)</sup>.

Com o agravamento da crise do petróleo, sobretudo a partir de 1973, e o constante aumento dos preços dos combustíveis, tal situação começou a se constituir num dos pontos mais restritivos ao fluxo de mercadorias, principalmente via elevação do custo final dos produtos.

No entanto, há que se considerar que o transporte rodoviário, em regiões de recente incorporação ao processo produti

---

(1) Empresa Brasileira de Planejamento de Transporte, GEIPOP, 1978.

(2) Ver Tabela A.4.1.

vo, é a modalidade que apresenta maior versatilidade, permitindo um acesso direto às zonas de produção. Também, em relação aos fluxos de comercialização de determinados produtos, tradicionalmente cultivados em pequenas propriedades, e gerando pequenos excedentes comercializáveis, a rodovia constitui-se na alternativa mais viável de comercialização.

Esses fatos são bem ilustrativos, quando se analisa o papel dos caminhoneiros nos processos de comercialização de produtos como o arroz, o feijão e o milho <sup>(1)</sup>.

Quando à distribuição das rodovias no País, nota-se que a região Sudeste, e destacadamente o Estado de São Paulo, com uma área correspondente a 10,3% do território nacional, concentra 27,1% da rede total existente e 38,5% da rede pavimentada <sup>(2)</sup>.

Do total da rede ferroviária brasileira, cerca de 78,7% está sob controle da Rede Ferroviária Federal, 17,7% da FEPASA e 5,6%, das demais redes. A rede se localiza fundamentalmente nas regiões Sudeste e Sul do País, com ramificações para as regiões Centro-Oeste e Nordeste.

No Estado de São Paulo, observa-se que, até o ano de 1979, a ferrovia crescia a uma taxa média de 7,0 a 8,0% ao ano, sendo o custo de seus fretes pouco competitivos com os do transporte rodoviário. Com o aumento dos custos dos combustíveis, houve uma considerável defasagem entre os custos destes dois tipos de transporte, passando a ferrovia a tornar-se o meio mais econômico para transportes a longa distância. De fato, verifica-se, para o ano de 1979, um crescimento da rede ferroviária da ordem de 30,0%. Posteriormente houve uma estabilização nesse crescimento, contando a rede ferroviária paulista hoje com 5.054 km,

---

(1) Ver, em anexo, Tabelas A.4.2 a A.4.9.

(2) Ver, em anexo, Tabela A.4.10.

sendo 3.422 km constituídos pela bitola métrica (1,00m) e 1.632 km pela bitola larga (1,60m).

Dentre os principais produtos agrícolas transportados por ferrovia, no Estado de São Paulo, destacam-se a soja, o trigo, o milho e o arroz.

Dos produtos agrícolas industrializados, ou subprodutos da industrialização, destacam-se o açúcar, o suco cítrico, farelo cítrico, farelo de soja e "pellets".

O transporte de adubo por via ferroviária é bastante expressivo no Estado, as reduções que vêm sendo observadas no seu transporte, devem-se não à substituição da modalidade, mas sim a uma queda observada no seu consumo, devido sobretudo ao aumento das taxas de juros para a sua aquisição.

Os produtos agrícolas citados - exceto o arroz (1) - são predominantemente transportados a granel. Para esse transporte, considera-se o parque de vagões operacionalizado atualmente suficiente, estando no entanto, a sua disponibilidade condicionada a outros fatores, como, por exemplo, a rapidez com que sua descarga e liberação é efetuada. Tem sido comum o fato de alguns contratantes do transporte ferroviário preferirem manter estocados, sem descarga, a mercadoria transportada, no próprio vagão, o que constituiria um custo menor do que o aluguel de um armazém ou silo por idêntico período. As multas diárias aplicadas pela Rede Ferroviária não são consideradas penalizantes.

O parque de vagões da FEPASA, no ano de 1981, pode ser observado através da Tabela 4.1.

---

(1) O arroz é transportado em vagões comuns e em sacaria. No Estado de São Paulo, restringe-se praticamente às movimentações promovidas pela CFP - Comissão de Financiamento da Produção.

Tabela 4.1  
 ESTADO DE SÃO PAULO  
PARQUE DE VAGÕES DA FEPASA  
 1981

TIPO	BITOLA DE 1,00m	BITOLA DE 1,60m	TOTAL
Comuns	2.466	2.144	4.610
Semi-Graneleiros	718	388	1.106
Hopper	852	-	852
Graneleiros	1.296	319	1.615
Graneleiros Com Assoalho Tipo Camelo	56	-	56
Isotérmicos	65	94	159

Fonte: FEPASA.



Os vagões isotérmicos são utilizados pelas indústrias basicamente no transporte de suco cítrico concentrado, constituindo-se, entretanto, numa alternativa viável no transporte de frutas e hortaliças, embora hoje, esse seja um transporte praticamente inexistente.

A demanda dos graneleiros é sazonal. Para o milho, compreende, principalmente os meses que vão de maio a agosto sendo que, em julho, atinge-se o pico máximo de utilização de transporte. Seu principal destino são as fábricas de ração, destacando-se as localizadas na região de Campinas e Mogi Mirim. O transporte do milho por ferrovia apresenta, no Estado de São Paulo, considerável expressão, se comparado com o rodoviário (20,8% do total transportado, em 1974, segundo GEIPOT). Embora a utilização final do milho, se dê nas regiões acima citadas, há também um fluxo de produto em direção às regiões de armazenagem administradas pela CEAGESP (Ourinhos, Tupã, Cândido Mota etc). Tal fluxo justifica-se pela pequena capacidade de estocagem das indústrias, geralmente calculadas em termos de suprimento de um mês de utilização. Dessa forma, maiores quantidades são estocadas nos armazéns oficiais e transportadas por caminhões, em pequenas partidas, de modo a suprir o consumo industrial durante todo o ano.

Em anos de boa safra, parcela do milho é destinada à exportação, havendo, então, fluxo do produto em direção aos portos. No entanto, isso não tem ocorrido nos últimos anos, sendo às vezes, necessária sua importação.

A soja, de maneira geral, obedece à mesma demanda sazonal de transporte observada para o milho, apenas um pouco mais deslocada para os meses finais do ano.

Os principais pontos de destino são as indústrias de moagem do produto localizadas em Mairinque (CARGIL) e Ourinhos (ZILLO). A capacidade de moagem do Estado de São Paulo é consideravelmente superior à sua produção, sendo notáveis as suas im-

portações do produto, sobretudo de Mato Grosso do Sul e Goiás.

Os fluxos da soja em direção à exportação atingiu, em média, 40 a 50 mil toneladas, já tendo chegado, excepcionalmente a 100 mil toneladas.

Em relação ao trigo, observa-se que a maior demanda da ferrovia dá-se de outubro a janeiro. Grande parte do produto consumido no Estado é proveniente da importação. Dessa forma os maiores fluxos saem do Porto de Santos com destino aos moinhos. Estes se localizam, principalmente na região da Grande São Paulo, também maior centro consumidor do produto final.

No trigo proveniente dos Estados do Sul, com destino ao Nordeste, Norte, Rio de Janeiro e São Paulo, há uma considerável utilização do transporte fluvial e marítimo.

Cabe ainda observar que o transporte de café e de gado-em-pê já chegou a ser expressivo por via ferroviária, sendo hoje considerado apenas residual (1).

#### 4.2.2. ARMAZENAGEM

O desenvolvimento da armazenagem, no Brasil, não vem acompanhando o ritmo de crescimento da produção agrícola, verificando-se em diferentes regiões, sobretudo naquelas de incorporação recente ao processo produtivo "déficits" na capacidade armazenadora, seja na forma de granel ou sacaria.

Em regiões, onde ocorre a sucessão soja-trigo, as deficiências são devidas à inadequação da rede existente, já que

---

(1) Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes - POT carne - 1977.  
Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes - POT arroz - 1977.  
Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes - POT milho - 1978.

a armazenagem a granel é imprescindível dada a mecanização das colheitas, tornando obsoleto o sistema convencional (sacaria).

Um dos principais problemas que a situação atual de armazenagem causará é impossibilitar o agricultor, sobretudo de Estados menos favorecidos, de usufruir plenamente os benefícios da política de preços mínimos, comercializando seus produtos em épocas mais oportunas.

O setor de armazenagem teve grande impulso a partir de 1975, quando da criação do Programa Nacional de Armazenagem (PRONAZEM), visando suprir as deficiências da capacidade estática prevista em 10 milhões de toneladas para 1980. A capacidade estática de armazenagem naquela época era de 35,2 milhões de toneladas, chegando a 46,9 milhões, em 1978.

A armazenagem a seco no Estado de São Paulo, em 1978, com capacidade estática de 10,4 milhões de toneladas, representava 22% do total do País, sendo superada apenas pela do Rio Grande do Sul e Paraná.

Mesmo dispondo de espaço razoável para armazenamento de grãos, a capacidade de estocagem do Estado de São Paulo apresenta ainda deficiências quanto à aparelhagem, sobretudo para melhor integração com o sistema de transportes, e também no tocante à oferta de armazém, devido a este Estado constituir-se em ponto de concentração de mercadorias oriundas de várias regiões do País.

Uma das principais deficiências relativas ao aparelhamento dos armazéns paulistas constitui-se na pequena parcela representada pela armazenagem a granel (cerca de 25% do total), cujas vantagens, além dos ganhos econômicos no transporte, é possibilitar o emprego de métodos modernos de conservação.

A descontinuidade do Programa, contudo, não tem permitido o perfeito funcionamento do sistema, o que se daria atra-

vés da integração dos seus três segmentos: armazenagem primária, intermediária e terminal.

Observa-se que, na armazenagem primária, não houve incremento na área útil, redundando na perda de mercadorias e sobrecarregando os outros estágios da cadeia de armazenagem.

Segundo a Companhia Brasileira de Armazenagem (CIBRAZEM), a rede armazenadora, a nível de propriedade, sobretudo utilizada para conservação de grãos, corresponde a 2,5% da produção nacional, dos quais apenas 0,7% se refere a silos pré-fabricados. A Região Sul do País responde por 71% do total da capacidade existente nas propriedades; a Sudeste, por 9% e a Centro-Oeste, por 20%. As perdas na propriedade, por falta de secagem e/ou estocagem adequadas, causam danos da ordem de 10 a 30%, variando de acordo com o produto.

Quanto à armazenagem intermediária, no Estado de São Paulo, tem havido grande ociosidade nos armazéns e silos da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP), inclusive em regiões importantes na produção de grãos. Atualmente, a capacidade total de armazenagem da CEAGESP, que se constitui na rede oficial do Estado é de 1.583.680 t, das quais 642.300 t se referem a silos, e 941.380 t a armazéns. Este segmento, mesmo assim, apresenta entraves, não só de ordem técnica, mas também de localização.

Por sua vez, a armazenagem terminal, com unidades localizadas nos grandes centros consumidores ou em regiões portuárias, atuando como reguladora do abastecimento ou no fluxo de exportação, ainda apresenta problemas estruturais, onerando seus custos de funcionamento.

A expansão da rede de armazéns, no Estado, teve início em 1971, consolidando-se em 1977, enquanto que para silos a evolução significativa começou só a partir de 1974, com a implantação dos "Corredores de Exportação". A capacidade estática do

Estado, em 1978, era de 10,4 milhões de toneladas, dividida entre 2.307 unidades armazenadoras, compreendendo silos, baterias, graneleiros, armazéns convencionais e depósitos. Apenas 253 unidades eram destinadas a graneis sólidos (2,4 milhões de toneladas).

Cabe observar que cerca de 69% do total da capacidade estática de armazenagem são detidas pela iniciativa privada, 22,7% pelos órgãos oficiais e o restante (cerca de 8%) pertencem às cooperativas.

Pode-se afirmar que o Estado de São Paulo, mesmo com sua característica de centro consumidor, apresenta no momento situação razoável de disponibilidade de armazenagem, não dispensando, entretanto, que sejam concentrados esforços no sentido de modernização e ampliação do setor, tendo em vista a evolução da produção armazenável que poderá ultrapassar os nove milhões de toneladas em 1984. Segundo a CEAGESP, a armazenagem convencional está plenamente atendida enquanto o déficit para granel está próximo de 1,5 milhão de toneladas.

A Tabela 4.2 coloca em confronto os dados de Produtos Armazenáveis de Origem Agrícola, no Estado de São Paulo, e a Capacidade Estática de Armazenamento.

#### 4.2.2.1. Análise a Nível de DIRA

Uma análise de dados agregados por DIRA - Divisões Regionais Agrícolas do Estado <sup>(1)</sup> - permite registrar algumas conclusões, bem como recomendar medidas para cada uma das DIRAs.

---

(1) O trabalho não considera as recentes modificações administrativas realizadas nas Divisões Regionais Agrícolas.

Tabela 4.2

**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS ARMAZENÁVEIS DE ORIGEM AGRÍCOLA**  
**E CAPACIDADE ESTÁTICA DE ARMAZENAMENTO**  
**1973/1978**

DIRA	PRODUÇÃO (1)		ESTOCAGEM (2)		RELAÇÃO (A/B)
	(A) (t)	%	(B) (t)	%	
São Paulo	70.630	0,9	2.523.089	25,0	0,03
Vale do Paraíba	67.762	0,8	154.154	1,5	0,44
Sorocaba	785.262	9,8	679.909	6,7	1,15
Campinas	1.394.498	17,4	960.946	9,5	1,45
Ribeirão Preto	2.564.489	32,0	2.547.310	25,2	1,01
Bauru	735.211	9,2	656.528	6,5	1,12
S. José do Rio Preto	777.644	9,7	587.714	5,6	1,32
Araçatuba	327.882	4,1	309.484	3,1	1,06
Presidente Prudente	373.897	4,7	838.780	8,3	0,44
Marília	890.883	11,1	863.472	8,5	1,03
Total	7.988.158	100,0	10.441.490	100,0	0,76

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e CIBRAZEM.

(1) Produção média do quinquênio 1973/74 - 1977/78.

(2) Capacidade estática de armazenagem em 1978.

- DIRA de São Paulo

A expansão e adequação da rede de armazenagem a nível dessa DIRA merece destaque, menos por sua participação na produção de grãos, bem pouco expressiva, mas sobretudo por ser um polo de concentração de grande volume de produtos agrícolas, por parte dos quais é exportada, via Santos, ou utilizada como matéria-prima pelas agroindústrias. Responde, também, pela armazenagem de grande parte do trigo importado ou produzido em outros Estados.

- Dira de Ribeirão Preto

Ribeirão Preto possui a maior armazenadora do Estado, em consonância com sua posição de principal produtor, a nível regional, e centro expedidor de mercadorias para Brasília e Norte do País. O espaço armazenador é, praticamente, o dobro do volume produzido: 2,5 milhões de toneladas para estocagem em comparação a 1,3 milhão de toneladas de grãos colhidos.

- DIRA de Sorocaba

Nessa DIRA há perspectivas de reerguimento da cultura de milho, que tem nos Municípios de Tatuí, Itapetininga e Sorocaba, polos de grande expressão. Caracteriza-se também como grande produtora de feijão, sobretudo na Delegacia Agrícola de Itararé, além de constituir-se numa das mais importantes áreas cebolicultoras do Estado. Estas observações, aliadas à constatação de problemas recentes na estocagem regional, principalmente do feijão, permite visualizar esta área como carente em investimentos em infra-estrutura, sobretudo estradas vicinais e armazenamento.

- DIRA de Campinas

Possui atualmente uma capacidade de armazenagem de 960 mil toneladas e uma produção de grãos não tão expressiva a nível estadual, de cerca de 360 mil toneladas. Sua grande importância reside no fato de possuir um desenvolvido parque industrial e funcionar como importante centro terminal de vários produtos.

- DIRA de Marília

A soja teve na região de Marília sua maior expressão, no Estado de São Paulo, contudo, o café ainda é a principal cultura. Praticamente é a única região onde a sucessão soja-trigo é viável. Destaca-se por uma agricultura bastante diversificada, mas, mesmo assim, um aumento acentuado de produção de grãos, a curto prazo, não deverá ter sua comercialização comprometida pela armazenagem, que atualmente pode ser considerada suficiente (863 mil toneladas). Ocupa o segundo posto no tocante à produção estadual de grãos (838 mil toneladas). No entanto, devido à sua grande possibilidade de expansão, as políticas de ampliação e melhoria das condições atuais de armazenagem devem ser analisadas com atenção.

Em relação às demais DIRAs, pode-se afirmar que, devido sobretudo a suas relativas especializações em atividades menos ligadas à lavoura, ou ainda à pouca expressividade da produção de grãos, possuem condições satisfatórias de armazenagem, chegando mesmo - como no caso de Presidente Prudente - a apresentar grande ociosidade da rede já instalada.

Exceção pode ser feita à DIRA de São José do Rio Preto, não tanto pela sua própria produção de cereais (arroz e milho), para a qual a rede existente tem sido suficiente, mas, principalmente, por constituir-se em entreposto para os fluxos de grãos oriundos



do Mato Grosso do Sul e Minas Gerais.

Constata-se, de modo geral, que a armazenagem em si não constitui problema crucial na comercialização de produtos agrícolas não perecíveis em São Paulo, apresentando, no entanto, problemas de escoamento em alguns pontos, sobretudo na região Sul do Estado.

Observa-se, também, que o maior problema relativo à estocagem de grãos reside na armazenagem primária, ainda considerada insuficiente, reduzindo em grandes perdas e podendo, ainda, sobrecarregar as armazenagens intermediárias e terminal, em períodos de grandes safras.

O armazenamento a nível de fazenda, no Brasil, ainda é pouco expressivo, situando-se entre 2% e 3% das safras, enquanto que em países como a França, Argentina e Estados Unidos, estas cifras sobem para 30%, 35% e 60%, respectivamente (1).

#### 4.2.2.2. Armazenagem a Frio

Em relação à oferta de armazenagem frigorífica a Tabela 4.3 mostra a distribuição do total nacional por Estados e Regiões.

Nota-se, pela Tabela 4.3, uma concentração de oferta de armazenagem frigorífica nas regiões Sudeste e Sul, mais precisamente nos Estados de São Paulo - 39%, Rio Grande do Sul - 21,4% e Rio de Janeiro - 14,8%, totalizando 75,2%.

Ao par da existência dos déficits dessas capacidades no suprimento da demanda da estocagem frigorificada, o armazena-

---

(1) Nogueira Júnior, S. Produção e Armazenamento de Grãos em São Paulo, Informações Econômicas (11), 1980. e Condições Atuais de Armazenagem no Estado de São Paulo - Informações Econômicas (4), 1980.

Tabela 4.3

BPASIL

## RESUMO GERAL: CADASTRO RELAÇÃO DCB/DIPOA, DAS NÃO CADASTRADAS

1975

ESTADOS	CAPACIDADE ARMAZENADORA (1) NÃO CADASTRADA TON. (PV)			CAPACIDADE ARMAZENADORA CADASTRADA - TON (PI + PV + CO)			TOTAL GERAL		
	Congelada	Resfriada	Total	Congelada	Resfriada	Total	Congelada	Resfriada	Total
0 - AP	2	2	4	-	-	-	2	2	4
1 - RO	-	-	-	10	20	30	10	20	30
2 - AM	-	-	-	770	140	910	770	140	910
3 - PA	-	112	112	1.912	310	2.222	1.912	422	2.334
NORTE	2	114	116	2.692	470	2.162	2.694	584	3.278
4 - MA	-	-	-	50	40	90	50	40	90
5 - PI	-	-	-	746	30	776	746	30	776
6 - CE	120	96	216	3.856	478	4.334	3.976	574	4.550
7 - RN	-	-	-	460	130	590	460	130	590
8 - PB	90	83	173	2.800	300	3.100	2.890	383	3.273
9 - PE	26	82	108	5.953	428	6.381	5.979	510	6.489
10 - AL	-	-	-	160	30	190	160	30	190
11 - SE	-	-	-	360	-	360	360	-	360
12 - BA	252	254	506	6.354	1.670	8.024	6.606	1.924	8.530
NORDESTE	488	515	1.003	20.739	3.106	23.845	21.227	3.621	24.848
13 - MG	5.759	2.175	7.925	26.387	7.467	33.854	32.137	9.642	41.779
14 - ES	2.700	135	2.835	7.653	3.019	10.672	10.353	3.154	13.507
15 - RJ	370	961	1.331	58.203	7.921	66.124	58.575	8.882	67.455
16 - SP	13.374	2.216	15.590	142.833	26.092	168.925	150.207	26.308	184.515
SUDESTE	88.104	5.487	27.681	235.076	44.499	279.575	257.270	49.986	307.256
17 - PR	1.832	793	2.625	17.113	2.228	19.341	18.945	3.021	21.966
18 - SC	3.450	781	4.231	16.498	4.799	21.297	19.948	5.580	25.528
19 - RS	26.575	2.228	28.803	87.602	8.890	96.492	114.177	11.118	125.295
SUL	31.857	3.802	35.659	121.213	15.917	137.130	153.070	19.719	172.789
20 - MT	10.195	1.342	11.537	10	250	260	10.205	1.592	11.797
21 - GO	2.740	490	3.230	900	483	1.383	3.640	973	4.613
22 - DF	-	60	60	4.300	87	4.387	4.300	147	4.447
CENTRO- OESTE	12.935	1.892	14.827	5.210	820	6.030	18.145	2.712	20.857
BRASIL	67.476	11.810	79.286	384.930	64.812	449.742	452.406	75.622	528.028

Fonte: CIBRAZIM - 1975.

(1) Fridgeiros abastecidos com Inspecção Federal não incluídos no Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras (CIBRAZIM).

mento a frio, possui ainda outros importantes pontos de estrangulamento, tais como: baixa qualidade geral da rede e dos serviços de frio, distribuição deficiente face às reais necessidades de abastecimento, deficiências gerais dos transportes frigoríficos, quebras constantes das cadeias de frio, desde a produção até o consumo e ausência de uma política governamental para o setor (1).

#### 4.2.2.3. Armazenamento de Frutas e Hortaliças

A construção de frigoríficos para armazenamento de frutas e hortaliças, no Brasil, ainda caminha em passos lentos, embora, nos últimos cinco anos, tenha havido maior interesse nesse sistema e sobretudo na conservação de frutas de clima temperado, com destaque para a maçã e a pera.

Ainda não se atingiu um nível relativamente satisfatório de aproveitamento das aplicações do frio na indústria alimentícia. Os índices estatísticos, baseados em dados mundiais, revelam que só no Brasil cerca de 40% da produção é perdida por falta de armazenamen5o adequado para frutas e hortaliças, sem considerar em destaque determinados produtos, que durante a fase máxima de sua safra, não atingindo um preço acessível para a sua comercialização, perdem-se nos pomares por não serem colhidos.

Uma das razões do pouco aproveitamento do frio está naturalmente na falta de recursos para sua instalação. Outras vezes ainda o empresário desconhece os benefícios que pode trazer através da estabilização do preço e pelo controle da distribuição do produto no mercado consumidor.

---

(1) No Sistema de Armazenagem a Frio, salvo algumas unidades oficiais, que somam 15,0% da capacidade instalada, e a política de federalização dos frigoríficos abatedouros coordenada pelo DIPOA, a ação governamental, através de uma política de armazenagem, pode ser considerada nula.

Outro fator - considerado o mais importante e também um dos obstáculos pelo qual se cogita a construção de tais armazéns - é o desconhecimento da manipulação e operação a serem realizados com o produto desde a fase de colheita, até a sua retirada do frigorífico para ser levado ao consumidor. Embora, em outros países, sejam realizados inúmeros estudos sobre esse tipo de armazenagem, a produção brasileira apresenta determinadas características que a diferencia durante o período de preservação, podendo causar sérios prejuízos quando de sua utilização inadequada.

Diante desses fatos, muitos interessados em tais instalações ficam na expectativa de maiores dados para não correr riscos de prejuízo.

Por outro lado, a instalação de frigoríficos terá de ser minuciosamente estudada, verificando-se a possibilidade de sua múltipla utilização - não sendo específica a uma determinada fruta ou hortaliça - evitando-se, assim, dificuldades no seu funcionamento, que a tornaria ociosa e anti-econômica.

Um dos grandes problemas que se nota nas instalações frigoríficas existentes no País, é que não se procura estabelecer um cronograma anual de sua utilização para tirar o maior proveito da unidade e este fator é considerado, em certo ponto, mais grave do que a parte técnica do seu funcionamento ou utilização (1).

#### 4.2.3. EQUIPAMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO

##### 4.2.3.1. Centrais de Abastecimento (2)

A promoção de uma central de abastecimento, destina-

---

(1) Companhia Brasileira de Armazenamento - Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras - Brasília, 1978.

(2) Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central-CENABRA Relatório de Viabilidade, 1971.

da a servir de suporte ao sistema de comercialização, deve permitir, através do movimento atacadista, a concretização de:

- redução dos custos diretos de comercialização a nível do atacado, ou seja, custos decorrentes de perdas e de despesas de mão-de-obra e fretes adicionais;
- redução dos custos indiretos das organizações que operam no comércio atacadista de distribuição de gêneros alimentícios (economias de escala);
- melhoria das condições de abastecimento na zona de influência direta da central, ao propiciar:
  - a) concentração da oferta, permitindo melhores condições para a comercialização;
  - b) melhor concorrência e formação de preços mais justos;
  - c) maior especialização dos comerciantes;
  - d) eliminação de intermediários desnecessários;
  - e) melhores instalações e conseqüentemente melhores condições de trabalho;
  - f) adequação das condições higiênico-sanitárias, de manuseio, embalagem etc;
  - g) redução das flutuações especulativas de preços;
  - h) melhores condições de informação de mercado;
  - i) melhoria dos hábitos alimentares da população, especialmente das camadas de mais baixo nível de renda, através do aumento das opções de aquisição de gêneros alimentícios;
- elevação do nível de renda dos empresários agrícolas, resultante de:
  - a) aperfeiçoamento do mecanismo de formação dos preços;
  - b) diminuição do risco de deterioração dos preços, por defi-

ciência do canal de escoamento;

c) criação de facilidades aos produtores, não só para a venda de seus produtos, como para a aquisição dos elementos necessários ao seu trabalho;

- obtenção de maior controle de dados sobre origem e destino dos gêneros alimentícios.

Além do exposto, tendo como apoio a instituição e as instalações de uma Central de Abastecimento, outras funções podem ser exercidas por intermédio de organismos ligados direta ou indiretamente ao abastecimento:

- facilidade para incrementar e difundir políticas de abastecimento;
- estabelecimento de sistemas de financiamentos a produtores e comerciantes;
- apoio à formação de cooperativas e associações de produtores;
- aplicação de sistema racional de preços mínimos;
- distribuição de incentivos a setores produtivos.

#### 4.2.3.2. Mercados do Produtor

Como equipamento complementar às Centrais de Abastecimento, existem também os Mercados do Produtor, localizados em áreas de grande concentração de produção. Estes mercados são pontos de reunião de agentes de comercialização entre produtores, representantes de cooperativas e comerciantes para efeito de operações de compra e venda de produtos alimentícios. São idealizados como equipamentos capazes de fortalecer os produtores na medida em que os mesmos defrontam-se diretamente com a rede ataca-

dista nas suas próprias regiões, beneficiados ainda por toda uma infra-estrutura de comercialização que lhes permite vender melhor seus produtos. Essa infra-estrutura compreende, entre outros benefícios, a existência de um sistema de informação de mercado, assistência técnica, facilidade de comunicação etc. Por outro lado os produtores, estando diante de uma série de compradores, têm a possibilidade de optar para quem vender, ao contrário das formas tradicionais, quando vendiam diretamente em suas propriedades, sem conhecimento correto do mercado. Além dessa função, vários objetivos podem ser alcançados com a sua existência, tais como:

- promover a concentração da oferta em zonas de produção e estimular a concorrência entre compradores;
- fomentar a classificação e padronização de acordo com as normas estabelecidas ou que estabelecerem para cada produto e a melhoria no acondicionamento dos produtos para o envio aos centros de consumo;
- oferecer alternativas de comercialização aos produtores, mediante a informação do mercado, dando uma maior transparência do mercado;
- facilitar e melhorar as condições em que se realizam as transações entre produtores e comerciantes;
- fomentar o incremento ao cooperativismo através de uma participação ativa dos produtores no mercado;
- fortalecer as estruturas associativas dos produtores através da participação na sociedade do Mercado do Produtor;
- estimular a produção visando a demanda do mercado;
- facilitar o abastecimento dos centros de consumo e das indústrias de transformação e manipulação.

#### 4.3. O ABASTECIMENTO METROPOLITANO

##### 4.3.1. PROCESSO DE EXPANSÃO PERIFÉRICA

O processo de urbanização no Brasil apresenta traços comuns aos países onde o capitalismo se desenvolveu tardiamente. Este processo apresenta, como uma de suas características, a intensa migração para os grandes pólos industriais e comerciais, o que determinou a aglomeração desordenada da população brasileira. Uma característica desse tipo de aglomeração é a desigual divisão da área urbana, penalizando em geral as classes de renda mais baixa. Esta distribuição da população nas grandes concentrações urbanas aparentemente é o inverso do que ocorre em países desenvolvidos, onde a população de renda mais baixa, desprovida de transporte próprio, reside em conjuntos habitacionais próximos ao centro, enquanto as famílias ricas residem nas áreas mais distantes.

No caso do Brasil as populações mais pobres instalam-se geralmente em áreas periféricas aos centros desenvolvidos, padecendo da falta de infra-estrutura de serviços urbanos, o que afeta sensivelmente a qualidade de vida, principalmente no que se refere aos setores de transporte, saúde e abastecimento.

Esta distribuição espacial se deve, de um lado, ao intenso fluxo migratório campo-cidade a partir dos anos 30, quando se caracterizou o processo de desenvolvimento capitalista tardio. Neste processo, a instalação de indústrias nas principais cidades fez com que aumentasse a oferta de empregos, agindo como pólo de atração para populações do interior, em busca de melhores condições de vida. Também a crescente capitalização do campo em algumas regiões contribuiu para a exclusão de trabalhadores rurais de suas atividades, motivando sua expulsão em direção às cidades. Por outro lado, a alocação desses novos contingentes nas metrópoles é determinada pelos interesses econômicos que envolvem o uso do solo, onde a terra adquire caráter de mer-



cadoria, para uso imediato ou para formação de patrimônio, visando a reserva de valor.

Tais condições resultam no que se denomina "Modelo de Expansão Periférica", onde a disputa pelo espaço urbano é desfavorável para as classes de menor renda, que são impelidas a residirem em áreas mais afastadas dos centros e carentes de serviços públicos essenciais.

O padrão periférico de crescimento decorre da existência de mecanismos econômicos que conferem ao solo urbano funções econômicas alheias à sua utilidade intrínseca e natural.

O estado cronicamente inflacionário da economia, a ausência de mercado de capitais consistentemente estável para se constituir no refúgio tranquilo e seguro para a poupança dos investidores e a ausência de impostos significativos sobre a propriedade imobiliária, transformam esta forma de investimento no único meio para a constituição e preservação de um patrimônio. Neste contexto, o solo urbano deixa de significar apenas uma utilidade, para transformar-se em objeto de ações econômicas alheias ao seu valor de uso. Além do mais, usado como reserva de valor, o solo tem o peso de uma moeda forte, cotada a altos preços no mercado, o que favorece a sua demanda especulativa (1).

A retenção dos imóveis dotados de infra-estrutura permite aos especuladores a apropriação privada dos investimentos públicos (asfalto, água, luz, esgoto etc) e força as camadas de baixa renda a localizarem-se a longas distâncias, em áreas desprovidas de benfeitorias sociais. O mecanismo utilizado pelo movimento de especulação imobiliária foi instalar novos loteamentos fora das vizinhanças de onde já houvesse infra-estrutura de serviços. Deixavam entre esses locais, espaços vazios para que,

---

(1) São Paulo. Secretaria de Economia e Planejamento - Diagnóstico 1975 - São Paulo, 1975.

no futuro, após a aplicação de investimentos públicos em equipamentos urbanos, tivessem essas terras valorizadas.

Por outro lado, a ocupação de áreas mais distantes e sem infra-estrutura facilitava a instalação da população de baixa renda, dado que com estas condições, eram acessíveis a essa camada.

"A resultante do processo do ponto de vista urbanístico é o padrão periférico de crescimento da metrópole com todas as suas características: baixa densidade de ocupação do solo urbano, aumento das distâncias, ineficiência dos transportes, elevação dos custos sociais e privados de urbanização e comprometimento irreversível da eficiência da administração pública.

É importante lembrar que o processo de valorização do solo urbano não resulta apenas da demanda especulativa, nem se desenvolve ao sabor dos comportamentos puramente financeiros e desvinculados dos movimentos reais da economia. Seu impulso inicial é a criação real da riqueza, o crescimento da indústria e dos serviços e a conseqüente elevação da arrecadação tributária. Mas como este movimento real valoriza o solo urbano por meio de investimentos públicos, isto não faz mais do que acentuar o caráter anti-social de um processo que implica na privatização de riqueza gerada no setor público e socialização das deseconomias provocadas pelo padrão ineficiente do crescimento físico (1).

Todo esse processo de expansão urbana da Grande São Paulo teve influência direta na organização de seu sistema de abastecimento, tanto no que se refere à parcela de alimentos aí produzida, como à distribuição espacial dos diversos tipos de equipamentos de comercialização existentes.

---

(1) Perez, L.H. et alii - Subsídios para a Formulação de uma Política de Uso do Solo, visando o Abastecimento na Região Metropolitana de São Paulo - São Paulo, 1977, pp. 17.

#### 4.3.1.1. Efeitos Sobre a Área Rural

No início do século, a cidade de São Paulo, um reduzido núcleo urbano, comportando, em seus arredores uma série de pequenos aglomerados, era ainda circundada por um cinturão de chácaras que, além de fins agrícolas, encerravam importante função residencial. Ao redor desse cinturão, havia o "cinturão caipira" que, juntamente com o primeiro, exercia importante papel no abastecimento da população da região, bem como das tropas que transportavam mercadorias entre o interior e o porto de Santos, que fazia pousada nos aglomerados dos arredores. "O cinturão de chácaras apresentava propriedades menores que o cinturão caipira, onde era comum uma certa indefinição fundiária, sendo frequentes os litígios e as invasões, estas, às vezes, relacionadas com a prática da rotação de terras pelo sistema de roça, outras vezes à antiga estrutura ligada aos jesuítas e aos aldeamentos" (1).

Esses diferentes tipos de ocupação do solo produziam também diferentes tipos de produtos. No "cinturão caipira", desenvolvia-se predominantemente uma agricultura de subsistência, provendo a população de alimentos básicos - cereais, leite, aves, ovos etc. - já no cinturão das chácaras - composto de hortas e pomares nos arredores da cidade e no próprio espaço urbano - produziam-se legumes, verduras e frutas.

A expansão das atividades urbanas fez com que esses dois cinturões passassem por profundas transformações, sendo redefinidas suas funções econômicas e sua relação com a cidade.

Em primeiro lugar, o "antigo 'cinturão das chácaras'" foi anexado pela cidade através de uma expansão urbana difusa, traduzida no desdobramento do espaço urbano, em bairros e lotea-

---

(1) Langenbuch, J.R. - A estruturação da Grande São Paulo - Rio de Janeiro, 1971, pp.74.

mentos territorialmente isolados da cidade propriamente dita. Quando ao 'cinturão caipira' viu-se ocupado por atividades diversas, conhecendo rápida valorização graças à sua posição geográfica vantajosa, e a recursos naturais que antes pouco significavam" (1). A especulação imobiliária acentuou-se nos arredores, provocando uma ocupação desordenada do solo. A agricultura viu diminuir sensivelmente o espaço a ela potencialmente destinado nos arredores de São Paulo. Expandiu-se apesar disto - e de modo considerável comportando ampliações e diversificações. Esta situação teve como consequência o declínio da "agricultura caipira", consolidando-se, no entanto, a produção hortigranjeira de cunho comercial, desenvolvida principalmente por imigrantes japoneses, conforme atesta Langenbuch: "No meio rural, o fato de maior importância é o desenvolvimento conhecido por atividades agrícolas diretamente voltadas ao abastecimento da capital: horticulura, fruticulura e floricultura, que conhecem uma intensificação e diversificação. No período 1915-1940 se estrutura o cinturão hortense, que - embora com certas descontinuidades - circunda a Capital, e constitui uma das marcas características dos arredores paulistanos. O japonês, apesar de ainda pouco numeroso em comparação com os contingentes que ainda estão por vir, constitui o principal instrumento da mencionada expansão agrícola" (2).

Atualmente, a Região Metropolitana de São Paulo possui um cinturão verde definido e consolidado, que a abastece regularmente de produtos hortifrutícolas. Segundo trabalho apresentado no I Congresso Paulista de Agronomia "a horticulura destaca-se dentre as várias modalidades de uso de solo nos subúrbios rurais da Região, caracterizando-se como uma atividade organizada em função da necessidade de abastecimento da Metrôpole em produtos perecíveis. Conclue-se, ainda, que a Região envia par-

---

(1) Langenbuch, J.R. - op. cit. pp. 128.

(2) Langenbuch, J.R. - op. cit. pp. 177.

cela significativa do total de verduras e legumes comercializados na CEAGESP, o que demonstra a importância da sua produção. Estima-se que a Região abastece mais de 50% do total consumido pela população" (1).

Esta atividade agrícola é desenvolvida de forma intensiva, com alto grau de especialização, adotando técnicas modernas de cultivo, o que possibilita alta produtividade. Pode-se dizer que a Região Metropolitana de São Paulo é hoje auto-suficiente quanto ao abastecimento de hortaliças, oriundas principalmente da área de Mogi das Cruzes, que abastece, inclusive, o mercado do Rio de Janeiro. Quanto à produção de legumes e frutas, por serem de menor perecibilidade, encontra-se em declínio nos últimos anos, sendo cultivados em outros municípios, também próximos da Região. A avicultura também é relativamente desenvolvida, participando com boa parcela da produção de ovos.

Resumindo, o processo de expansão urbana relegou as atividades agrícolas ao cinturão-verde, que se especializou na cultura de hortaliças e na avicultura, que demandam áreas pouco extensas, porém de utilização intensiva, através de técnicas modernas.

No presente momento observa-se o afastamento das áreas produtoras de hortaliças. Dentro deste grupo de culturas, as menos rentáveis e menos perecíveis vão deixando de ser produzidas na Região Metropolitana e, mesmo aquelas que melhor remuneram seus produtores e são altamente perecíveis, vão cedendo terreno à mancha urbana. Dessa maneira, o abastecimento da população urbana passa a ser suprido por regiões cada vez mais distantes, acarretando prejuízos aos consumidores tanto em relação à qualidade do produto, como em relação ao preço, que cresce com o custo de transporte (2).

---

(1) Perez, L.H. et alii - op. cit. pp.12

(2) Perez, L.H. et alii - op. cit.

#### 4.3.1.2. Efeitos Sobre a Evolução e Situação das Estruturas de Comercialização

A distribuição dos equipamentos e agentes de comercialização de alimentos em São Paulo reflete as mesmas características do modelo de expansão periférica, onde a maioria da população de baixa renda, por residir em áreas afastadas do centro, é penalizada por uma insuficiente e ineficiente infra-estrutura de serviços de distribuição de alimentos. Neste caso, esta situação decorre em prejuízo das camadas mais pobres da sociedade, que pagam geralmente mais caro pelos alimentos que consomem.

Os agentes privados instalam e dimensionam seus equipamentos em função, não só da concentração populacional e sua renda, como também pela dotação de serviços públicos que afetem seu funcionamento e alterem o preço do solo. Assim, as regiões periféricas são prejudicadas, já que a maioria carece de serviços públicos básicos, que aliado à baixa renda da população, desestimula a presença de equipamentos que possam efetuar vendas a preço mais acessíveis. Por outro lado, no que se refere ao Setor Público, os equipamentos municipais de comércio foram inicialmente financiados por impostos gerais nas zonas normalmente de renda mais alta. Posteriormente, adotou-se uma política de auto-financiamento que inviabilizou investimentos nas zonas de baixa renda, ao mesmo tempo que o sistema viário urbano continuava sendo financiado pelos impostos gerais.

A falta de serviços básicos se deve em parte à concentração, no passado, dos investimentos nos bairros centrais em detrimento dos periféricos, isto é, os serviços públicos provavelmente pouco beneficiaram as classes menos abastadas (1).

---

(1) São Paulo. Secretaria de Economia e Planejamento. Op.cit.

Os contrastes existentes na ocupação espacial da Região Metropolitana de São Paulo se evidenciam quando se considera a população residente nas quatro grandes zonas em que a mesma foi dividida. Essa divisão levou em conta critérios de densidade demográfica, renda familiar e infra-estrutura (água e esgoto), delimitando, assim, cada zona por suas características próprias, da melhor aquinhoadada até a menos assistida e pobre, quais sejam: Central, Intermediária, Periférica e Envolvente. A Tabela 4.4. mostra algumas características dessas zonas, quando da elaboração do Diagnóstico Administrativo do Governo de São Paulo, em 1975, realizado pela Associação Nacional de Programação Econômica e Social (ANPES) (1).

A delimitação dessas zonas pode ser visualizada pelo mapa apresentado na Figura 4.1, onde se observa que a Zona Central restringe-se a parte central da Capital, melhor dotada de serviços públicos e onde reside a população de maior poder aquisitivo - 10% da população total da Região Metropolitana. A Zona Intermediária corresponde a cerca de metade da população da Grande São Paulo e apresenta as maiores disparidades quanto à dotação de serviço, padrões de renda e densidade populacional. O restante da Região possui 40% da população, configurando-se como área pobre, e onde os problemas de abastecimento tendem a se agravar.

Assim, a dotação de equipamentos de comercialização, tanto de varejo, como de atacado é influenciado por essa distribuição, que tende a penalizar as classes de renda baixa.

A seguir, serão analisadas as características dos diversos tipos de estruturas existentes, descrevendo seus problemas e condições de funcionamento.

---

(1) Agricultura em São Paulo, IEA, 25(1/12): 233, 1978.

Tabela 4.4

## GRANDE SÃO PAULO

CARACTERIZAÇÃO DAS ZONAS, DE ACORDO COM O NÚMERO DE LIGAÇÕES DE ÁGUA E ESGOTO,  
RENDA FAMILIAR E DENSIDADE DEMOGRÁFICA NAS SUBDIVISÕES GEOGRÁFICAS (QUADRANTES)

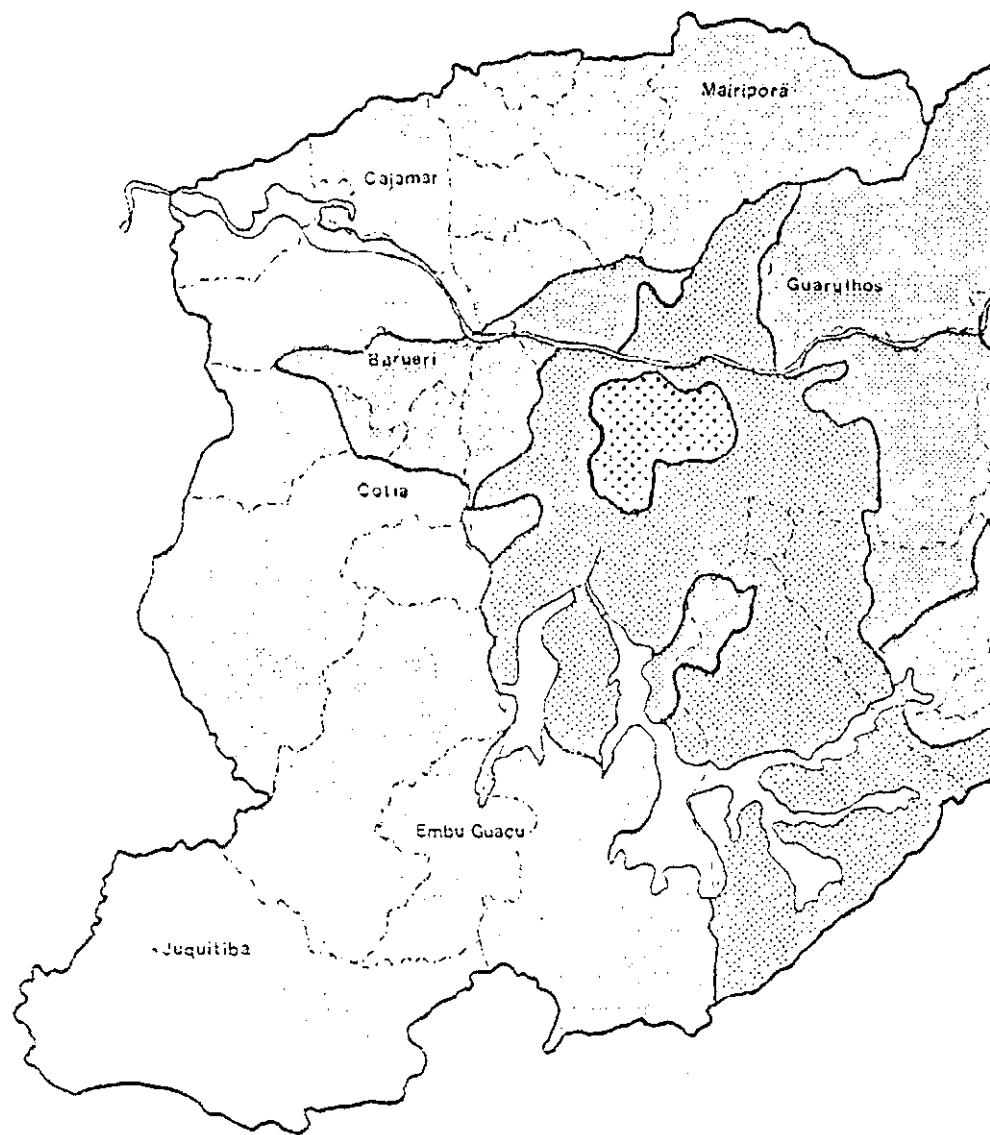
1974

ZONA (1)	ÁGUA (%)		ESGOTO (%)		RENDA FAMILIAR (Cr\$)		DENSIDADE (hab/km <sup>2</sup> )	
	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo
Central	80	100	80	100	2.146,46	4.089,11	87,6	299,8
Interme- diária	10	90	0	80	1.165,95	2.989,29	46,9	194,0
Perifé- rica	0	60	0	30	935,59	1.506,76	12,3	120,5

Fonte: Associação Nacional de Programação Econômica e Social (ANPES).

(1) A zona Envolvente ou Rural, compreende o resto da área e não dispunha de dados relativos aos critérios adotados.









GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

ÁREA METROPOLITANA DA GRANDE SÃO PAULO,  
DELIMITAÇÃO DAS ZONAS

LEGENDA

-  ZONA CENTRAL
-  ZONA INTERMEDIÁRIA
-  ZONA PERIFÉRICA
-  ZONA ENVOLVENTE

Fonte: Agricultura em São Paulo - S.P., I.E.A. 1978

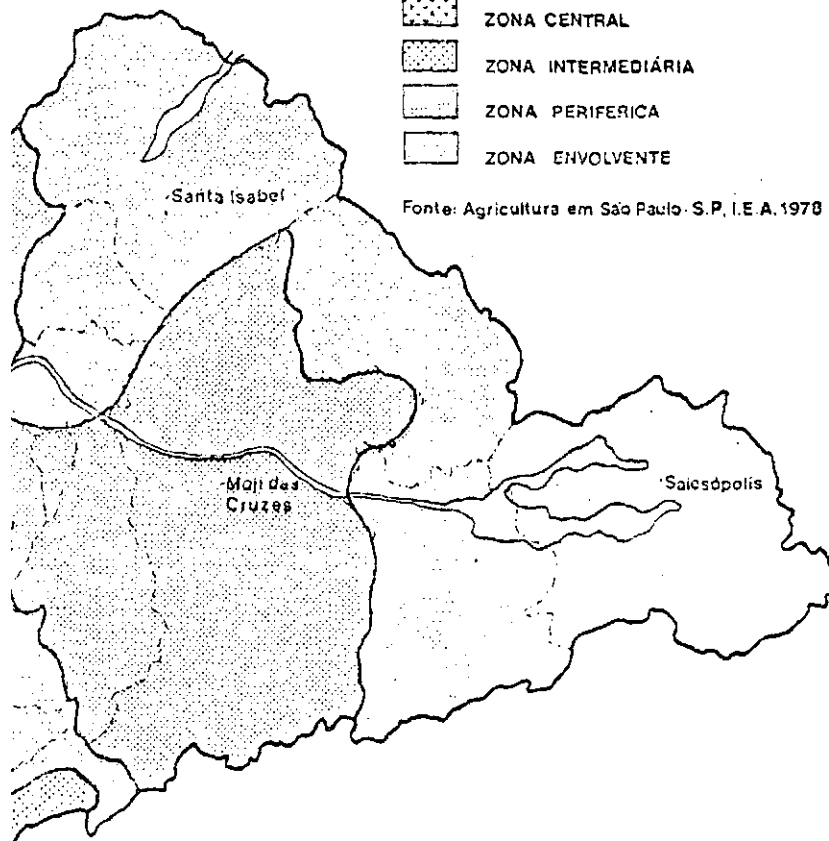


Figura 4.1

#### 4.3.2. ESTRUTURA DO MERCADO ATACADISTA

A Região Metropolitana de São Paulo, com cerca de 12 milhões de habitantes, abriga uma estrutura complexa de mercado atacadista. A importância desse mercado extrapola à própria região, dado que suas operações - pelo volume transacionado - abrangem todo o território nacional, influenciando, inclusive, a formação de preços em outros mercados. O comércio atacadista de hortifrutigranjeiros e pescado funciona, em sua maior parte, no Entrepasto Terminal de São Paulo, antiga CEASA, enquanto que cereais, algumas frutas e produtos pouco perecíveis são negociados na zona Central da cidade de São Paulo, em torno do antigo Mercado Municipal.

##### 4.3.2.1. Companhia de Entrepasto e Armazens Gerais de São Paulo - CEAGESP

O Entrepasto Terminal de São Paulo - ETSP, administrado pela CEAGESP, surgiu em decorrência de o antigo Mercado Municipal - inaugurado em 1933, quando a população de São Paulo estava ao redor de um milhão de habitantes - ter se tornado inadequado, mesmo com a sucessiva ocupação de áreas em suas adjacências. Suas obras foram iniciadas a partir de 1959 e estavam praticamente concluídas em 1966, quando da transferência para lá da comercialização dos produtos hortigranjeiros e pescado. Com uma área total de 654.996 m<sup>2</sup>, esse entreposto oferece a seus usuários uma infra-estrutura de serviços para apoio às operações de comercialização. Em 1981, foram comercializados, na ETSP, 2.304.018 t de produtos, cujo valor alcançou Cr\$ 64.591.814,00. Os 10 principais produtos negociados constam da Tabela 4.5.

A área do mercado é dividida por setores específicos para cada tipo de produto, ocupados por comerciantes atacadistas, produtores, cooperativas, varejistas etc, dispendo de 565 boxes de vários tamanhos, 2.762 módulos para venda direta pelos produtores, 93 bancas fixas para varejo, além de uma área de

Tabela 4.5

ETSP

PRINCIPAIS PRODUTOS COMERCIALIZADOS

1981

Em Percentagem

PRODUTO	VOLUME	VALOR
Laranja	19,18	10,21
Tomate	11,63	11,49
Banana	8,45	2,74
Batata	10,25	5,22
Tangerina	4,34	3,15
Repolho	2,79	0,85
Mamão	2,98	4,20
Cenoura	2,68	2,53
Melancia	2,90	1,45
Maça	1,49	10,89

4.291 m<sup>2</sup> de utilização múltipla.

Os setores de comercialização existentes no ETSP são os seguintes:

- 1) Setor Frutas: com especificação para frutas nacionais e estrangeiras. No mercado de frutas nacionais existe mercados específicos para frutas nacionais e banana verde.
- 2) Setor de Hortaliças: especificação para folhagens e para legumes em caixaria, existindo também um mercado especializado para abóboras.
- 3) Setor de Produtos Diversos: onde são comercializados batata, cebola, alho, ovos e côco.
- 4) Setor de Pescado: onde é comercializado pescado fresco.
- 5) Setor de Desdobramento: onde são realizados os desdobramentos das embalagens de atacado em unidades para venda no varejo para atendimento sobretudo da rede de supermercados.
- 6) Setor Flores: existe também um mercado específico para flores cortadas e vasos ornamentais que é realizado 2 vezes por semana a partir das 12:00 horas, aproveitando a área do Mercado Livre do Produtor que é utilizada para a comercialização de hortaliças e folhagens durante a noite.

O Entrepasto Terminal de São Paulo tem localização privilegiada, a 15 km do centro da cidade, junto aos terminais das rodovias que procedem das regiões produtoras, e ao lado da confluência de duas grandes vias marginais.

Essa localização estratégica facilita o fluxo de produtos provenientes das fontes produtoras, como também sua distribuição para o equipamento varejista, evitando os congestionamentos no centro da cidade. A ele afluem diariamente média de

1.200 caminhões carregados, que representa uma média de 37 mil por mês.

Cabe ressaltar que a criação do ETSP permitiu ao mesmo desempenhar dois importantes papéis: o de modernizador do sistema de abastecimento de São Paulo a nível de atacado e o de ter serviço de grande laboratório de estudo para implantação das centrais previstas no Plano Nacional de Abastecimento.

O crescente volume de negócios verificados no ETSP fez com que a CEAGESP adotasse medidas visando à descentralização dessas atividades, interiorizando parte das operações. A instalação de CEASAs nas principais cidades do interior do Estado permite a retirada de parte do atacado deste mercado, evitando-se "passeios de mercadorias" e fazendo com que o mesmo abasteça a área da Grande São Paulo e atue no comércio com outros Estados. Essa medida procura aliviar, substancialmente, o progressivo congestionamento que atualmente se verifica, além de impedir que as mercadorias venham à capital para muitas vezes terem que retornar às próprias regiões de origem, sem falar no encarecimento e na deterioração que essa desnecessária movimentação acarreta.

#### 4.3.2.2. A Zona Cerealista

O comércio atacadista da Zona da Cantareira, no centro da cidade de São Paulo, é polarizado em torno dos dois mercados municipais existentes. um na comercialização de frutas - Mercado Central - e outro na comercialização de verduras e legumes - Mercado da Cantareira. Esses mercados se localizam numa mesma rua e, apesar de terem sido criados para abrigarem o comércio varejista na década de 30, funcionam realmente como mercados atacadistas desses produtos. Além disso, em torno dos mesmos existe um grande número de firmas que se beneficiam da polarização por eles exercida.

O atacado de cereais é feito oficialmente na Bolsa de Cereais de São Paulo, e extra-oficialmente por várias firmas atacadistas que formam uma chamada "bolsinha" (1), a qual sobrevive a custo de práticas menos ortodoxas. Também estão nessa área armazéns de secos e molhados, que fazem o atacado de certos produtos de produção interna e importados, como a batata, cebola, alho, óleo etc. Forma um conjunto complexo de atividades, funcionando numa área saturada em termos de espaço e circulação viária, o que acarreta custos adicionais nos preços dos produtos. Além do mais, a estrutura que abriga, pela grandiosidade e complexidade, facilita o movimento especulativo de mercadorias a nível do controle de preço e estoques, ao mesmo tempo em que a ação fiscalizadora e controladora do Setor Público é prejudicada.

O funcionamento desse mercado na área central da cidade, nos dias atuais, é inadequado devido a uma série de problemas, que impedem a expansão de suas atividades e melhor mobilidade em suas operações refletindo-se nos custos de comercialização.

A expansão urbana provoca grande elevação no preço do metro quadrado de terra na área central da metrópole. O alto preço determina o uso intensivo, representado pela verticalização do crescimento. Por suas características próprias - grande movimento de milhões de unidades que pesam milhares de toneladas - o mercado de alimentos exige grande espaço horizontal, não podendo atender a exigência de verticalização. É verdade que, se os produtos são classificados e padronizados, podem ser comercializados sem a sua presença física, a exemplo das Bolsas de Cereais que ocupam prédios nas áreas centrais.

---

(1) Os atacadistas, além das compras que realizam pelas vias legais de comércio absorvem também a mercadoria trazida pelos caminhoneiros que alimentam a chamada "bolsinha". Esta compreende as transações realizadas em um bar ou via pública que, por incluir negócios sem documentação e recolhimento de impostos, constituem concorrência forte e desleal aos negócios da Bolsa de Cereais de São Paulo, chegando a impedir seu maior desenvolvimento.

A presença de armazéns e depósitos antigos e inadequados leva a existência de detritos e mau-cheiro, o trabalho noturno provoca barulho que perturba o sossego da população residente, a presença de milhares de trabalhadores gera uma oferta de serviços também incompatível com o valor do solo no núcleo central metropolitano. A deterioração provocada pelo mercado atinge também as imediações.

O ônus social pela presença desse comércio no centro da capital se torna muito maior quando se consideram os usos alternativos que o solo poderia ter. Em substituição aos mercados atacadistas, nessas áreas poderiam ser ampliados e melhorados os serviços básicos de atendimento à população residente (1).

Por outro lado, as dificuldades viárias da região afetam sobremaneira as operações de carga e descarga de mercadorias.

Este terminal localiza-se em área de grande congestionamento, com veículos movimentando-se a velocidades reduzidas (de 0 a 20 km/h) e onde o tempo de desembarço de mercadorias é imprevisível, podendo oscilar em um dia útil de 1 a 24 horas, dependendo das condições climáticas, do tráfego no dia e do congestionamento de veículos de carga na área (2).

Atualmente, o comércio atacadista de gêneros alimentícios é responsável pela movimentação diária de cerca de três mil caminhões no centro da capital. Sem local para estacionamento, os caminhões pesados param em "fila dupla", interrompendo o trânsito e se sujeitando ao pagamento de multas.

No perímetro urbano, os dados obtidos para a velocidade dos veículos de carga, indicam que a distribuição das velo-

---

(1) Perez, L.H. - Localização de mercados atacadistas e o planejamento urbano, 1979.

(2) São Paulo - Secretaria de Economia e Planejamento - op. cit.



idades, em áreas centrais, é muito reduzida oscilando de 0 a 20 km/h. Por outro lado os níveis obtidos em áreas mais distantes do centro, ainda que superiores, não indicam condições de fluxo livre.

A localização inadequada e os horários de funcionamento do mercado e da zona atacadista da Cantareira, em pleno centro da cidade, em área que atrai e gera grande número de viagens, afeta a velocidade comercial do abastecimento. Exige-se um longo período de espera para carga e descarga que pode variar de 1 a 24 horas, dependendo do número de veículos por descarregar. Por outro lado as dificuldades de estacionamento agravam, ainda mais, a eficiência da entrega e da distribuição de gêneros alimentícios (1).

Além disso, nas condições em que ocorre, a operação de carga e descarga provoca também maior consumo de combustível e impede a mecanização do trabalho.

O pagamento de aluguéis elevados e as dificuldades decorrentes do transporte acabam por anular a vantagem da localização do mercado no centro geográfico.

Os atacadistas encontram dificuldades e mesmo a impossibilidade de ampliação de seus depósitos. Os compradores, embora tenham pequenas distâncias para percorrer, acabam gastando um tempo muito grande devido ao trânsito moroso.

Sob todos os aspectos torna-se muito onerosa a manutenção do comércio atacadista de alimentos na área central da metrópole (2).

---

(1) São Paulo. Secretaria de Economia e Planejamento - Op. cit.

(2) Perez, L.H. - Localização de mercados atacadistas e o planejamento urbano, 1979.

#### 4.3.2.3. Rede MAKRO

Uma outra estrutura atacadista atualmente em São Paulo são as unidades atacadistas diversificadas, para atendimento ao consumidor institucional: hotéis, restaurantes, lanchonetes, cantinas industriais, pequeno varejo e, mesmo, alguns feirantes.

A principal organização do setor é a rede MAKRO, originária da Holanda, que possui três grandes lojas com mais de 12 mil metros quadrados de área na Grande São Paulo. Consistem em lojas que oferecem uma linha variada de mercadorias dos quais cerca de 55% referentes a produtos alimentícios. Esta rede, "além de uma nova tecnologia operacional, envolvendo um sistema de computação eletrônica para controle de estoques, custos e emissão de notas, oferece lotes de venda que representam parcelas de até 1/6 daqueles diretamente fornecidos pelas indústrias, cooperativas e outros fornecedores" (1).

Existem algumas evidências de que outros grupos estão ampliando suas atividades de modo a operar como a rede MAKRO. No entanto, a aferição desse fenômeno, bem como do impacto exercido pelo MAKRO, ainda carece de pesquisas específicas para que se chegue a uma conclusão.

#### 4.3.2.4. Nova Proposta: "Os Atacadões"

Atualmente, com o objetivo de descentralizar as atividades atacadistas do ETSP na Grande São Paulo, estão sendo instalados os denominados "Atacadões", com objetivo de atender feirantes, pequeno varejo e grupos de compra em bairros distantes daquele entreposto, proporcionando economias de custo de transporte e tempo. Essas unidades são previstas para serem geridas por Cooperativas de Produtores, com seus preços regulados pelos

---

(1) Nogueira, A.C. - O abastecimento alimentar brasileiro - Rio de Janeiro, 1977.

vigentes no ETSP. Para atendimento às populações locais, foi im-  
plantado também o sistema de semi-atacado, que consiste na venda  
em unidades menores, fixadas num volume mínimo que pode ser ad-  
quirido.

#### 4.3.3. ESTRUTURA DO MERCADO VAREJISTA

A distribuição do comércio varejista na Grande São Paulo é bastante diversificada, comportando vários tipos de equi-  
pamentos (fixos e móveis), dimensionados de acordo com as carac-  
terísticas sócio-econômicas dos locais onde se instalam. A dis-  
tribuição desigual da renda e de dotação de serviços públicos im-  
plica que os próprios agentes de comercialização acompanhem essa  
distribuição. O sistema de distribuição de alimentos, a nível  
de varejo, caracteriza-se pela existência, de um lado, de equipa-  
mentos modernos de venda (supermercados) - segundo o modelo atu-  
almente generalizado em países desenvolvidos - servindo aqui a  
um segmento mais limitado da população. De outro lado, também  
apresenta um sistema tradicional mais difuso e menos capitaliza-  
do, que predomina nas áreas de população de menor renda (empô-  
rios, quitandas etc).

"Pesquisa efetuada pelo FIPE/USP, em 1972, no muni-  
cípio de São Paulo, indica a clara relação entre nível de renda  
familiar e o tipo de equipamento onde são realizadas as compras  
de alimentos.

As camadas populacionais de baixa renda dispendem  
42% em armazéns e empórios, 26% em feiras livres e apenas 9% em  
supermercados (inclusive "mercadinhos"). Enquanto isso, as famí-  
lias ricas gastam 51% em supermercados, 18% em feiras livres e  
apenas 5% em armazéns e empórios" (1) (Ver Tabela 4.6).

---

(1) Perez, L.H. - O abastecimento metropolitano - São Paulo, 1979 - pp. 4.

Tabela 4.6  
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO  
CLASSE DE RENDA E DISPÊNDIO EM GÊNEROS  
POR TIPO DE EQUIPAMENTO DE VAREJO  
1972

EQUIPAMENTOS	NÍVEIS DE RENDA		
	Baixa	Média	Alta
Feiras Livres	26	24	18
Supermercados	9	29	51
Armazéns e Empórios	42	17	5
Padarias	8	10	6
Açougues	10	12	12
Quitandas	1	2	1
Ambulantes	3	1	1
Outros	1	5	6
Total	<u>100</u>	<u>100</u>	<u>100</u>

Fonte: FIPE - USP,

Assim, verifica-se que a camada da população de renda mais baixa, que reside afastada da região central, tende a pagar mais caro pelos alimentos que consome, dado que a maior parte de suas compras se dão em equipamentos de menor porte e que operam em pequena escala. Donde se conclui que a melhoria de tecnologia da distribuição varejista em certos setores, não está sendo usufruída pela maioria da população.

Paralelamente a complexas estruturas tais como as cadeias de supermercados, subsistem sistemas tradicionais rígidos sem qualquer perspectiva de redução de custos operacionais que propiciariam baixa nos preços aos consumidores. Tal é o caso do pequeno comércio varejista de esquina, os ambulantes, e até as feiras que são os principais responsáveis pelo abastecimento das zonas periféricas (1).

Apresentam-se, a seguir as principais características de diferentes tipos de equipamentos que atuam no comércio varejista da Grande São Paulo. Deve-se levar em conta que a falta de dados e pesquisas recentes não permite uma avaliação mais pormenorizada do setor. No entanto, algumas características são evidenciadas e, em parte, comprovadas por estudos realizados na década de 70, refletindo as consequências do modelo de expansão periférica na Grande São Paulo.

#### 4.3.3.1 O Comércio Tradicional

O chamado comércio tradicional se caracteriza por ser composto de pequenas e médias firmas - individuais ou sociedades limitadas - que operam em escala reduzida, utilizando-se basicamente de mão-de-obra familiar. Este tipo de comércio era o que predominava, em São Paulo, até meados da década de 50, distribu-

---

(1) São Paulo. Secretaria de Economia e Planejamento - op. cit.

indo alimentos por inúmeros estabelecimentos representados por grandes mercearias, empórios, armazens de secos e molhados, quitandas etc. Com o advento dos supermercados, no período assinalado, o setor sofreu profundas transformações, seja, adaptando novas tecnologias mercadológicas em áreas de melhor poder aquisitivo, seja concentrando suas unidades nas áreas periféricas, desassistidas em termos de serviços públicos.

Assim, na medida em que se caminha no sentido da periferia metropolitana, o poder de compra vai se tornando mais disperso, mudando a estrutura da demanda, o que determina outra estrutura do comércio varejista. As condições de compra e venda em larga escala se tornam mais difíceis, os supermercados tendem a se tornar rarefeitos e, em seu lugar aparecem os "mercadinhos", unidades varejistas diversificadas e de auto-serviço, mas de escala menor, utilizando a mão-de-obra familiar. Esses estabelecimentos representam 9,7% do número total e comercializam 30,3% do volume da Grande São Paulo.

Finalmente, predominam, nas áreas periféricas, os empórios e armazéns, que são unidades de pequena escala prestadoras de serviços através de balcão e da mão-de-obra familiar. Esses estabelecimentos "tradicionais", embora representem 89,0% dos equipamentos varejistas de alimentos na Grande São Paulo, comercializam apenas 19% do volume desses gêneros básicos (1).

Os pequeno e médio varejos, na Grande São Paulo, são representados por uma série de equipamentos, cujo número total, em setembro de 1974, era de 22.065 estabelecimentos.

Desse total, os armazéns de secos e molhados representavam 5.034 unidades; os empórios, 3.515; os empórios e bares em uma só unidade, 2.947; as mercearias, 2.720; as mercearias

---

(1) Perez, Luiz Henrique, 1979.

rias e bares, 2.208; as quitandas, 1.738; as mercearias e quitandas, 501; as avícolas, ovos e abatedouros, 833; os laticínios e congêneres, 498 e o restante representado por combinações das formas citadas em diversos sistemas. Nota-se que os armazens de secos e molhados e empórios, com suas várias combinações são os principais tipos de estabelecimentos, representando importantes meios de abastecimento da população <sup>(1)</sup>.

No entanto, apesar de sua importância na distribuição de alimentos, esse tipo de comércio atua de forma desvantajosa para a população típica que atende, ou seja, as classes de menor renda. Por operarem em pequena escala, efetuarem suas compras à vista no atacado, terem falta de capital de giro e acesso ao crédito, são obrigados a vender mais caro seus produtos do que os supermercados e grandes estabelecimentos. Além disso, têm escala de venda reduzida em função da capacidade de consumo de sua clientela, além de muitas vezes financiarem esse consumo através do sistema de cadernetas, o que contribui para que cobrem mais caro de modo a compensar os riscos de não-pagamento.

Um outro problema que afeta a situação desses agentes é a questão da distância entre seus estabelecimentos e os centros de comércio atacadista. Por serem unidades pequenas e médias, sem áreas suficientes para estoques, além de serem dispersas e não possuírem centrais de compras, seus suprimentos de mercadorias dependem de um número maior de viagens entre as mesmas e os fornecedores. Esta situação se reflete na formação de preços, levando-se em conta os custos crescentes de combustíveis, agravados com problemas de fluidez de tráfego de veículos na cidade.

A gravidade dessa situação pode ser avaliada quando se sabe que mais da metade (53,4%) das famílias da Metrópole Paulista gastam menos de cinco salários mínimos por mês, sendo

---

(1) Diagnóstico 1975.

que 40% dessas despesas monetárias são destinadas à alimentação. As camadas da população que residem nas zonas periféricas, de mais baixa renda, são as que gastam a maior percentagem do orçamento familiar em alimentação, as que têm como principal fonte de abastecimento os empórios e armazéns e as que pagam mais caro pelos alimentos.

Os estabelecimentos de pequeno e médio varejo, em conjunto, oferecem quase todos os gêneros alimentícios, produtos de uso pessoal e utilidades domésticas, complementando-se uns aos outros. Os armazéns ou empórios vendem principalmente cereais, bebidas, latarias e artigos de limpeza. As quitandas são especializadas em hortigranjeiros. As mercadorias, além dos produtos de empórios, às vezes, dispõem de serviços de panificação e seção de laticínios.

Quanto à mão-de-obra que empregam, restringe-se, em geral, ao proprietário e membros da família, que executam todas funções - caixa, atendimento no balcão, reposição de estoques, compras no atacado e disposição dos produtos na área de venda.

As condições de operacionalidade dos pequenos e médio varejos tradicionais fazem com que enfrentem grandes dificuldades para sua permanência no ramo, quando sofrem a concorrência de supermercados ou, mesmo, de unidades concorrentes que modernizam e ampliam suas operações. Dessa forma, existe uma grande tendência para o desaparecimento de muitas firmas e o deslocamento de parte delas para as zonas periféricas, onde possam subsistir. Sobre isso, há indicações quanto à grande mobilidade desses agentes, onde se estima em três anos o período médio de permanência no ramo.

#### 4.3.3.2. As Feiras Livres

A feira livre é equipamento varejista móvel, ou mais propriamente, de instalação provisória em vias públicas, com de-



terminada periodicidade, e destinado à venda de gêneros alimentícios e utilidades de uso pessoal e doméstico.

As instalações são constituídas de conjunto de bancas ou barracas ou, conforme o produto comercializado, veículos motorizados, tornando fácil a mobilidade do equipamento.

Do ponto de vista legal, é um equipamento varejista eventual e supletivo, que deve subsistir enquanto os estabelecimentos fixos não estiverem plenamente capacitados a abastecer a população de todos os gêneros alimentícios por ela demandados (1).

Na realidade, a feira-livre é uma modalidade de comércio varejista tradicional e organizada, operando regularmente no abastecimento de gêneros alimentícios, além de produtos diversos (vestuário, flores, utensílios domésticos etc). Apesar de serem combatidas por muitos como anti-higiênicas, por causarem transtornos ao trânsito e aos moradores onde se instalam e outras alegações, são dos mais importantes veículos distribuidores de hortifrutigranjeiros e pescado para a população, numa proporção estimada em 80% e 50%, respectivamente. Por outro lado, são apontadas como vantagens de sua existência, o fato de se oferecerem, em geral, alimentos de boa qualidade e aparência, além de permitirem ao consumidor várias opções de escolha (a nível de preço e qualidade), devido à concentração de vários feirantes em um mesmo local. A oferta de produtos de boa qualidade é possível já que a feira é um equipamento móvel, exigindo reposição diária dos produtos nas bancas. Essa característica tem, por sua vez, influência sobre os preços dos produtos, que apresentam grande variação entre o início e o fim da feira.

Os preços, no início, tendem a ser mais altos, com produtos de melhor qualidade e frescos, pois são obtidos durante a madrugada no Entrepasto Terminal de São Paulo - ETSP. Além disso, não há ainda uma cotação definida entre os feirantes concorrentes, o que faz com que cada um procure obter a melhor margem de lucro possível. Com o decorrer do movimento, os preços

---

(1) Diagnóstico 1975 - op. cit.

vão se ajustando de acordo com o nível das transações. No final da feira, ao contrário, os preços são mais baixos, quando há uma verdadeira "liquidação", uma vez que os feirantes não tem condições de guardar os produtos para o outro dia.

A competência para controlar e regulamentar o funcionamento das feiras-livres é de alçada dos governos municipais, que fixam o número de feiras, determinam seus locais e tipos de produtos permitidos, especificam condições sanitárias etc. Assim, no Município de São Paulo, existe legislação que regulariza o funcionamento de feiras-livres <sup>(1)</sup>, classificando-as em categorias, "A", "B" e "C", tendo em vista principalmente o número de equipamentos abastecedores fixos existentes na região por elas servidas, a densidade e condições sócio-econômicas da sua população e intensidade do tráfego local.

As feiras da categoria "A" comercializam produtos hortifrutigranjeiros, com um número específico de barracas. As da categoria "B" são autorizadas para comercialização de hortifrutigranjeiros, cereais em geral, laticínios, conservas, especiarias e condimentos, frios e massas em geral, além de produtos de limpeza, tendo número específico de barracas. Já as da categoria "C", possuem limites mais amplos quanto aos tipos de produtos à venda e número de barracas. Englobam os produtos permitidos nas categorias anteriores, mais roupas, brinquedos e armários em geral.

As feiras-livres, se bem que distribuídas em toda a Capital, estão localizadas sobretudo nas zonas intermediárias e periférica, sendo que a quase totalidade das feiras são da categoria "C", conforme se observa na Tabela 4.7 <sup>(2)</sup>.

---

(1) Decreto nº 11.199, de 2 de agosto de 1974, publicado no Diário Oficial do Município, em 3 de agosto de 1974.

(2) São Paulo (Estado), Secretaria de Agricultura, 1977.

Tabela 4.7

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO  
DISTRIBUIÇÃO DAS FEIRAS-LIVRES POR ZONAS E POR CATEGORIAS  
 1976

CATEGORIA	ZONA			TOTAL
	Central	Interme diária	Periférica	
A	20	10	-	30
B	15	33	7	55
C	19	251	171	441
Total (1)	54	294	178	526

Fonte: Ministério da Agricultura, Weiss, J. Estudos de Comercialização Orientados à Nutrição, 1976.

(1) Não incluídas as experimentais.

Dessa forma, pode-se aquilatar a importância das feiras no atendimento às regiões periféricas e intermediárias, suprimindo as deficiências da rede de abastecimento fixo.

"As feiras-livres também são importantes equipamentos distribuidores nos municípios da Grande São Paulo. Levantamento nos principais municípios da GSP indica existência de 156 feiras por semana, com um total de 58.096 bancas. Nesses municípios a feira tem grande predominância de roupas e armarinhos, são geralmente pequenas e sem muito volume e variedades de mercadorias. Como os feirantes dessa região se abastecem no atacado da Capital, geralmente os seus preços são mais elevados que as feiras de São Paulo" (1).

Esse fato vem confirmar os problemas por que passam as populações de menor renda no tocante à aquisição de gêneros alimentícios, já que as regiões periféricas do Município de São Paulo obedecem a características semelhantes às dos municípios que formam a Região Metropolitana.

#### 4.3.3.3. Supermercados

Os supermercados surgiram em São Paulo na década de 50, acompanhando a modernização porque passou a economia brasileira, através do processo de urbanização e industrialização. Constituem-se em grandes unidades que oferecem uma gama variada de mercadorias, desde alimentos in natura até aparelhos eletrodomésticos.

Dentre os equipamentos que operam no comércio varejista, esses agentes são os que têm capacidade de vender mais barato, em função da própria estratégia empresarial que utilizam.

---

(1) Diagnóstico 1975, op. cit.

Trabalhando em larga escala, em cadeias, os supermercados podem comprar e vender mais barato porque possuem maior "poder de barganha" no mercado de produtos agrícolas e agroindustriais, no mercado financeiro (obtenção de crédito) etc. Além disso, a maior escala permite o emprego de técnicas redutoras de custos na compra, manuseio e venda dos produtos. Por venderem à vista e efetuarem suas compras, geralmente, num prazo de 30 dias, podem ainda empregar recursos de seus fornecedores no mercado financeiro, obtendo lucros extras, não operacionais.

No entanto, ao se analisar o atendimento desses agentes à população, verifica-se que constituem um verdadeiro paradoxo, quanto à clientela que atendem e as vantagens que podem oferecer. Realmente, o fato dos supermercados poderem vender mais barato não reflete um benefício real para a maioria da população. A razão dessa situação está em que os mesmos são instalados preferencialmente em áreas que concentram população de renda média/alta e que usufrui dos benefícios de serviços públicos urbanos. Essa localização preferencial se dá em função da linha de produtos comercializados (a maioria de origem industrial), da amplitude de seus negócios, dos investimentos que realizam e da estratégia de venda empregada, o que faz com que se dirijam para uma clientela de maior poder aquisitivo e hábitos de consumo modernos. Assim, são nos bairros melhor servidos de infra-estrutura urbana e de renda elevada que se instala a maioria dos supermercados na Grande São Paulo.

Uma análise da relação entre número de lojas e percentual da população, nas três zonas em que se costuma dividir a cidade, mostra uma densidade relativamente alta de lojas nas zonas Centro e intermediária, quando comparadas com as zonas periféricas (Ver Tabela 4.8).

A desigualdade, em termos de atendimento à população, evidencia-se pela alta concentração do volume de vendas que os supermercados apresentam, ao contrário dos equipamentos de menor porte, que atendem à população de menor renda. Segundo a-

Tabela 4.8

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO  
DISTRIBUIÇÃO DAS LOJAS DE SUPERMERCADOS E POPULAÇÃO ATENDIDA

Em percentagem

ZONAS	POPULAÇÃO ATENDIDA	LOJAS EXISTENTES
Central	20	36,2
Intermediária	50	56,3
Periférica e Envolvente	30	9,7

Fonte: Diagnóstico 1975 - op. cit.

firma Perez <sup>(1)</sup>, a concentração familiar e geográfica da renda permite o desenvolvimento de equipamentos varejistas diversificados que operam em larga escala. Como pode observar-se na Tabela 4.9, os supermercados, representando apenas 1,3% dos estabelecimentos varejistas de alimentos na Grande São Paulo, comercializaram 50,7% do valor destes produtos em 1976/77.

Os supermercados tiveram crescimento vertiginoso, em São Paulo, durante as últimas décadas, acompanhando o processo de crescimento econômico e expansão urbana. Nesse período, foram gradativamente modernizando suas instalações, acompanhado do aumento nas áreas de venda e na variedade de produtos ofertados. Esse desenvolvimento levou a que as grandes redes passassem a instalar os hipermercados que, com área mínima de oito mil metros quadrados de vendas, podem atingir 15 mil famílias dentro de um raio de até uma hora de automóvel, reunindo 18 mil itens nas três grandes linhas de varejo: comestíveis, bens duráveis e vestuário.

No entanto, os problemas por que tem passado a economia nos últimos anos (revigoração do processo inflacionário, queda real nos rendimentos da classe média etc), além dos crescentes preços dos combustíveis, contiveram essa expansão e induziram a uma mudança nas estratégias de investimento. Novas tendências são evidentes, no sentido de atender maiores faixas da população, com instalações mais simples e oferta de produtos mais acessíveis à população de menor renda, buscando-se ainda redução dos custos operacionais com novas técnicas mercadológicas.

#### 4.3.3.4. Cooperativas de Consumo

Uma opção que se apresenta para o abastecimento, em gêneros alimentícios e outras mercadorias, de parte da população

---

(1) Perez, Luiz Henrique, 1979.

Tabela 4.9

GRANDE SÃO PAULO

NÚMERO E VOLUME DE VENDAS DAS LOJAS VAREJISTAS DE ALIMENTOS

CENSO NIELSEN 1976/1977 - ÍNDICE NIELSEN ALIMENTAR

CARACTERÍSTICAS	NÚMERO DE LOJAS		VOLUME DE VENDAS	
	Absoluto	Relativo %	Absoluto em Milhões	Relativo %
Auto-serviço de 5 ou mais "check-outs"	265	1,3	15.073	50,7
Auto-serviço de até 4 "check-outs"	2.020	9,7	8.996	39,3
Tradicionais	18.532	89,0	5.635	19,0
Total	20.817	100,0	29.704	100,0

Fonte: Censo Nielsen, 1976/1977.



trabalhadora da Grande São Paulo são as Cooperativas de Consumo. Por não serem entidades que visem lucro, podem vender suas mercadorias a preços inferiores aos agentes privados, pois acrescentam aos preços dos fornecedores apenas uma taxa de administração com a finalidade de cobrir os custos operacionais.

Há dois tipos principais de cooperativas de consumo: fechadas e abertas. São fechadas as cooperativas constituídas dentro de uma determinada instituição ou categoria profissional e na qual somente os integrantes da instituição ou da referida categoria poderão a ela se associar. Cooperativa aberta ou popular, ao contrário, é aquela em que qualquer pessoa poderá se associar, não importando sua categoria profissional ou econômica. Qualquer desses dois tipos, entretanto, poderá operar com terceiros ou não-associados.

Das 111 Cooperativas de Consumo existentes no Estado de São Paulo, 32 se localizam na Região Metropolitana, que concentra cerca de 75% dos cooperados (em apenas 29% das Cooperativas). A maioria das Cooperativas da região (80%) são do tipo "fechada", ligadas a grandes indústrias, possuindo grande número de associados.

As cooperativas de consumo mais representativas do Brasil estão localizadas na região industrial do ABCD <sup>(1)</sup>, no Estado de São Paulo. Na maioria dos casos são, cooperativas fechadas, com grande número de associados, e ligadas a grandes indústrias. Recentemente, entretanto, essas cooperativas apresentam tendência a se transformar em abertas. Nessa região, estima-se que atendam a uma população de até 850 mil pessoas, representando 52% do total da população da área.

---

(1) Esta região, pertencente à Região Metropolitana de São Paulo, congrega os seguintes municípios: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema, e forma o maior polo industrial da América Latina.

No entanto, apesar de sua reconhecida importância no abastecimento da população operária, esse sistema tem conhecido uma estagnação em seu crescimento, além de uma série de dificuldades quanto ao seu funcionamento. Dentre os vários fatores que são apontados como povoadores dessa situação, destaca-se, em primeiro lugar, a concorrência dos supermercados. Estes, por fornecerem grandes redes, efetuam a compra de seus artigos em maior escala, proporcionando maior poder de barganha junto aos fornecedores e melhores preços e quantidades. Por outro lado, as cooperativas comprando em menor quantidade têm um preço superior ao do supermercado, eliminando ou reduzindo, a vantagem inicial que podem oferecer - preços mais baixos que os oferecidos pelo varejo privado. Outro fator que contribuiu para tal situação, foi o fato de que as cooperativas passaram a recolher o Imposto sobre Circulação de Mercadorias como qualquer entidade privada, deixando com isso de usufruir as vantagens do antigo Imposto sobre Vendas e Consignações na década de 60, perdendo, portanto, uma fonte de recursos necessários à expansão das atividades.

Além desses dois fatores, as causas mais frequentes do declínio das cooperativas de consumo são as seguintes:

- insuficiente capital para o giro dos negócios, obrigando a cooperativa a valer-se de empréstimos de terceiros (bancos e/ou fornecedores);
- endividamento com terceiros, onerando os preços da cooperativa por causa dos juros necessários ao pagamento dos empréstimos tomados;
- elevação dos preços provocada pela fuga dos cooperados, que deixam de operar com a cooperativa e partem em busca de preços mais baixos; e
- diminuição do número de associados não acompanhada de redução das despesas fixas; ao contrário, agravada pela progressão dos juros e dívidas a pagar, o que esvazia as cooperativas e as conduz ao processo de sua dissolução.

#### 4.3.3.5. Rede SOMAR

A Rede SOMAR, instituída pela Companhia Brasileira de Alimentos-COBAL, foi idealizada como uma tentativa de suprir as conhecidas deficiências do pequeno comércio varejista no atendimento à população carente da periferia. Como se sabe, esse comércio constitui-se de muitas unidades, que atuam de forma atomizada e são responsáveis pelo abastecimento de grande parte da população, que, por operarem em pequena escala e com altos custos, cobram mais caro por suas mercadorias que outros estabelecimentos. Assim, este instrumento tem por objetivo congregar pequenos varejistas num sistema de "Cadeias Voluntárias", repetindo experiências já desenvolvidas em outros países.

Cadeia Voluntária é uma forma de distribuição de gêneros alimentícios, que se caracteriza pela associação de pequenos e médios estabelecimentos varejistas a uma Central de Serviços. Essa Central, além de prestar assistência técnica, operacional e gerencial, é o principal fornecedor de mercadorias e serviços comuns, repassando ganhos de escala a seus associados de modo a que possam competir no mercado a preços mais favoráveis para o consumidor.

Instituída recentemente, em São Paulo, não há ainda a possibilidade de uma avaliação concreta de seu funcionamento, bem como dos impactos gerados no setor varejista.

#### 4.3.3.6. Novas Propostas: Mercado, Varejão e Feirão

Como complemento da rede de abastecimento novos equipamentos estão sendo instalados, na Grande São Paulo, para venda direta de alimentos à população: os Mercadões, os Varejões e Feirões.

Os Mercadões são instalados pela Coordenadoria de Abastecimento da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, em co

laboração com a CEAGESP, em bairros periféricos, de grande concentração demográfica, com o objetivo de levar produtos mais baratos para a população residente. Os preços desses produtos são estipulados de acordo com os vigentes no Entrepasto Terminal de São Paulo, da CEAGESP, acrescidos de uma margem de comercialização máxima de 15%. O fato de propiciar preços mais baratos à população faz também com que os Mercadões possam influenciar na formação de preços de outros agentes através da concorrência que exercem, auxiliando no redirecionamento e redimensionamento da estrutura varejista em benefício da população. Os Mercadões, foram idealizados para operarem principalmente com produtores, convertendo-se num incentivo à agricultura praticada no "cinturão-verde", através de melhor remuneração aos agricultores, que podem, portanto, ampliar suas lavouras e ofertar produtos de boa qualidade. Cabe ressaltar, no entanto, que podem participar também feirantes, cooperativas e atacadistas, com supervisão e controle de preços e qualidade - por parte da CEAGESP.

Os Varejões funcionam nos mesmos moldes dos Mercadões, nas instalações do Entrepasto Terminal de São Paulo, da CEAGESP, diferenciando-se apenas quanto a iniciativa do empreendimento, pois são instalados pela CEAGESP.

Os Feirões são uma iniciativa da Prefeitura de São Paulo visando concentrar num só local feiras que concorrem entre si, em determinados bairros, caracterizando-se, como uma feira de maior porte que o usual.

#### 4.4. O ABASTECIMENTO NO INTERIOR

##### 4.4.1. INTRODUÇÃO

A discussão sobre o abastecimento no Interior se faz estratégica na medida em que se vislumbra não só um bom potencial de expansão de consumo diante o aumento populacional de determinadas regiões, como uma certa equivalência de vantagens na infra-estrutura disponível encontrada, até recentemente, apenas nos grandes centros.

De fato, verifica-se que a estrutura de varejo no Interior vem sofrendo algumas alterações, já que, até alguns anos atrás, esse varejo se caracterizava unicamente por pequenas empresas - armazéns, mercearias ou empórios, sem filiais e não atuando em cadeias. Embora no geral, a estrutura varejista no Interior, ainda se baseie na pequena empresa, já existe um movimento de alteração nessa estrutura, com a entrada de grandes supermercados e/ou cadeias de lojas. Registra-se um número expressivo de empresas de supermercados que se deslocaram das regiões metropolitanas para se instalarem no Interior, ou de empresas que prioritariamente procuraram cidades médias e vêm se implantando em regiões interioranas vizinhas.

Deixando de lado somente a perspectiva de atuação da iniciativa privada no Interior, observa-se que a ação estatal tem se dado precipuamente através do programa de implantação das CEASAs nas cidades médias paulistas. O programa de construção de Centrais de Abastecimento Regionais previa a construção de 13 centrais, sendo que oito já estão em funcionamento nas cidades de: São José do Rio Preto, Bauru, Sorocaba, Ribeirão Preto, Presidente Prudente, Marília, Araraquara e Araçatuba. A programação prevista para 1982 abrange as cidades médias de: Piracicaba, São José dos Campos, Guaratinguetá, Santos e Franca.

Neste capítulo, far-se-á uma descrição sumária das funções principais de cada mercado regional no tocante à produ-

ção agrícola, seus equipamentos de comercialização, suas inter-relações com o mercado metropolitano e, até que ponto, para determinadas regiões, tem se verificado uma tendência de reprodução do modelo metropolitano. Essas questões serão discutidas a nível de DIRAs-Divisões Regionais Agrícolas de São Paulo.

#### 4.4.2. PRODUÇÃO REGIONAL AGRÍCOLA

Ao analisar as diferenças regionais existentes no Estado, no tocante à produção agropecuária, observa-se - exceto na região do Litoral - que a cultura do café foi, não só o iniciador, mas também, o principal elemento organizador do espaço agrícola. O processo de ocupação se iniciou na região do Vale do Paraíba, passando para Campinas e, posteriormente, para as demais regiões, sendo Marília uma das últimas áreas ocupadas nesta exploração, caracterizadamente predatória, sempre em busca de terras férteis, que proporcionassem maiores taxas de retorno.

Após a ocupação, com a instabilidade do café no mercado internacional, fez-se necessário uma nova opção econômica para as regiões. Estas se diferenciaram quanto ao início da diversificação das atividades complementares do tipo algodão, milho, pecuária, pois quanto antes iniciassem essas novas atividades, menor seria o impacto depressivo, em função do café, na economia regional.

Dessa forma, a fase posterior do declínio do café foi de diversificação de culturas, onde as regiões passaram, então, a especializar, em regiões agrícolas, pecuárias, ou ainda, mantendo um equilíbrio entre essas duas atividades.

Deixa-se de considerar a evolução histórica pela qual passaram as regiões, passando-se a traçar o quadro atual <sup>(1)</sup>.

---

(1) Ver análise minuciosa no Apêndice AP-4.1 - O Abastecimento no Interior.

As Regiões de Presidente Prudente e Araçatuba se mostram, no momento, como áreas predominantemente de desenvolvimento da pecuária de corte - especializando-se sobretudo na fase final de engorda - com implantação de pastagens de boa qualidade e frigoríficos de porte, criando, enfim, um grande potencial para a expansão da atividade pastoril na área.

No extremo oposto - áreas precipuamente agrícolas - situam-se as Regiões de Campinas e Ribeirão Preto definidas como centros policultores de produtos altamente valorizados no mercado, como a cana, café e soja.

As Regiões de Sorocaba e do Litoral podem também ser classificadas como agrícolas, mas com algumas peculiaridades, já que Sorocaba se distingue como produtora de alimentos e a do Litoral está voltada quase exclusivamente para o cultivo da banana e do chá.

Marília, Bauru e São José do Rio Preto se diferem como regiões de relativa diversificação entre as atividades agrícola e pecuária. Como produtores agrícolas - Marília e Bauru se distinguem pelo plantio de oleaginosas, destacando-se, na segunda região, o cultivo recente da cana. Em São José do Rio Preto, aparece, em grande escala, o cultivo da laranja.

Em comparação às demais regiões do Estado, o Vale do Paraíba e São Paulo são áreas de características bem distintas, altamente industrializadas e, como consequência, com um grande desenvolvimento urbano. A DIRA do Vale tem características bem peculiares, como a existência de uma bacia leiteira, ao lado de uma região especializada em hortifrutícolas - como é o caso da região de Mogi das Cruzes. Mais especificamente, a Delegacia Agrícola de São Paulo se encontra inserida neste cinturão verde da Região Metropolitana mais dedicado ao plantio de verduras em folha. A Tabela 4.10 fornece indicações dos principais produtos desenvolvidos nas diferentes regiões do Estado.

Tabela 4.10  
ESTADO DE SÃO PAULO  
INDICAÇÕES DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES E PRODUTOS POR DIRA  
1980

DIRA	ATIVIDADE PRINCIPAL	PRODUTOS EM DESTAQUE (1)		
		a) Lavoura	b) Olericultura	c) Fruticultura
1. Presidente Prudente	Pecuária	1)café, 2)feijão, 3)algodão, 4)cana, 5)milho, 6)amendoim	7)tomate	
2. Araçatuba	Pecuária	1)café, 2)milho, 3)cana, 5)algodão	4)tomate	
3. Marília	Agricultura/ Pecuária	1)café, 2)cana, 3)soja, 3)trigo, 5)milho, 6)amendoim, 7)feijão, 8)algodão	-	
4. Bauru	Agricultura/ Pecuária	1)cana, 2)café, 3)milho	-	
5. São José do Rio Preto	Agricultura/ Pecuária	1)café, 3)cana, 4)milho, 5)algodão, 6)arroz, 7)feijão	8)tomate	2)laranja
6. Ribeirão Preto	Agricultura	1)cana, 2)café, 4)soja, 5)milho, 6)algodão, 8)amendoim, 9)feijão	7)tomate	3)laranja, 7)tangerina
7. Sorocaba	Agricultura	1)feijão, 2)cana, 4)milho, 7)café, 8)algodão, 11)soja	3)batata, 6)cebola, 9)tomate	5)uva, 10)laranja
8. Litoral	Agricultura	2)chá		1)banana
9. Vale do Paraíba	Pecuária (leite)	1)cana	2)batata	
10. Campinas	Agricultura	1)cana, 3)café, 4)algodão, 5)milho, 8)feijão	6)batata, 9)tomate,	2)laranja, 7)tangerina

Fonte: SIA, SIA, SIA - IIA - Instituto de Economia Agrícola - Secretaria da Agricultura e Abastecimento de São Paulo, 1980.  
(1) - De acordo com o valor da produção agrícola regional.



#### 4.4.3. FLUXOS DE PRODUTOS

##### 4.4.3.1. Discussão dos Fluxos a Partir do Balanço Produção/Consumo

Foram utilizados dois procedimentos metodológicos para indicação dos fluxos de produtos. O primeiro foi feito a partir de uma estimativa de consumo regional comparado à produção, obtendo-se, assim, os superávits ou saldos positivos de produtos. Esses saldos (negativos e/ou positivos) expressam o montante de produtos que distintamente as regiões importam, no caso de saldo negativo, ou exportam, em caso de disponibilidade do produto.

Foi selecionada uma pauta de produtos para os quais utilizou-se esse procedimento. Os resultados (saldos) ao nível de cada região do Estado estão apresentados na Tabela 4.11. Cabe destacar que a Delegacia Agrícola de São Paulo foi desmembrada da DIRA de Campinas, e tratada particularmente para que não causasse distorções a nível regional, dado que a cidade de São Paulo isoladamente representa um centro populacional de grande dimensão.

Para melhor visualização dos saldos por região, decidiu-se agregar os volumes dos saldos, por grupo de produtos, do tipo: cereais, produtos diversos (batata e cebola), frutas, hortaliças e ovos. Essa agregação fornece informações do quantum tramitado intra-regiões, fornecendo indicações sobre os fluxos das mercadorias transportadas.

Pode-se afirmar que a maior demanda de produtos se concentra na Região Metropolitana de São Paulo e como fontes principais de fornecimento se situam sobretudo as Regiões de Campinas, Sorocaba e Vale do Paraíba.

Como se sabe, para os cereais, principalmente no caso do arroz, o Estado não se coloca como auto-suficiente, sendo necessária a importação de outros Estados para seu abastecimento.

Tabela 4.11  
ESTADO DE SÃO PAULO  
QUANTIDADES DISPONÍVEIS DE PRODUTO, SEGUNDO AS DIRAS

PRODUTOS	RIBEI RÃO PRETO	SÃO JOSÉ RIO PRETO	ARACA TUBA	PRESI DENTE PRUDE NTE	MARI LIA	BAURÍ	CAMPI NAS	SORÓ CABÁ	D. A. SÃO PAULO (1)	VALE DO PARAÍ BÁ	LITO RAL
Arroz	-96,1	-5,9	-20,5	-48,4	-40,5	-47,0	-237,4	87,4	-988,2	-123,5	-102,9
Feijão	-33,0	-15,7	-8,7	-1,1	2,8	-9,7	-55,2	135,8	-256,2	-31,6	-25,2
Batata	-15,7	-14,8	-7,9	-8,2	-6,2	-4,4	94,0	244,3	-164,1	4,0	-17,5
Cebola	4,5	-4,0	4,5	-3,3	-3,2	-3,1	25,9	180,5	-55,3	-9,6	-5,7
Tomate	35,0	58,2	81,0	93,5	27,0	21,3	92,2	98,8	-94,7	-6,7	18,7
Ovos	12,2	8,6	49,4	31,6	73,4	20,0	54,8	10,8	-51,8	-0,4	-6,8
Banana	-3,1	-1,0	2,1	-1,1	8,6	0,3	0,8	16,6	-64,8	-10,2	591,5
Laranja	2.179,8	733,5	17,4	-4,1	19,9	16,9	1.309,2	70,2	-118,1	42,5	-13,5
Limão	72,4	12,6	4,6	0,6	0,1	1,7	20,4	2,7	-6,7	20,1	-1,6
Mamão	0,1	41,9	52,0	9,2	0,7	0,1	-4,2	-1,9	-15,5	-2,7	-1,5
Manga	13,2	3,4	-0,1	-0,2	-0,1	2,5	4,9	-0,4	-11,8	-1,9	-1,3
Papayinha	50,1	6,0	1,9	-1,3	18,4	-18,9	101,6	14,2	-29,6	-6,6	3,0
Abacaxi	0,4	2,2	-0,3	2,7	2,1	5,1	3,0	3,1	-15,9	-3,1	-1,1
Melancia	-2,8	0	11,9	8,0	65,5	27,4	-3,6	2,3	-19,9	-3,4	-2,2
Abóbora	3,5	-0,1	5,2	14,4	9,5	0,9	9,3	22,7	-33,9	-1,9	1,0
Abobrinha	-3,9	-2,3	-1,2	-1,6	-1,6	-1,5	-4,9	-0,7	-25,7	1,4	-1,2
Alface	-3,0	-1,5	-0,7	0,9	-0,9	-1,1	5,4	2,9	-17,0	11,0	-2,8
Cenoura	-1,0	-0,4	-0,3	-0,4	-0,4	-0,4	-1,1	21,0	-1,4	24,6	-0,4
Chuchu	-4,3	-2,3	-1,4	-1,8	-1,8	-1,7	-7,0	-3,6	-12,4	-5,0	6,8
Couve	-1,7	-1,0	-0,5	-0,7	-0,7	-0,7	-3,3	-1,3	-7,1	0,8	-1,4
Pepino	0,8	-0,8	-0,1	-0,6	-0,7	-0,6	0	-0,8	-13,0	1,3	0,2
Repolho	-2,9	-1,0	-0,6	-0,8	-1,0	-1,1	-3,5	14,9	-22,2	36,3	-2,2
Vagem	-1,2	-0,7	-0,3	-0,4	-0,5	-0,4	9,4	0,4	-17,4	3,6	0,8

Fonte dos Dados Brutos: Estimativa da CIB - Coordenadoria do Abastecimento, 1982.

(1) Referência recente à Delegacia Agrícola do Rio Paulo, tendo sido desenvolvida da DIBA de Campinas.

No caso dos "produtos diversos" (batata e cebola), a situação é de disponibilidade, ou seja, a produção se coloca como superior ao consumo, havendo déficits, a nível regional, principalmente no caso da Grande São Paulo. Esta vem sendo abastecida pelas regiões de Campinas (destaque para o Município de São João da Boa Vista) e Sorocaba (Municípios de Piedade e Ibiúna), responsáveis pelo fornecimento desses produtos, no Estado, como pode ser visto na Tabela 4.12.

No caso das frutas, há disponibilidade para exportação, exceto do abacaxi em que a produção situa-se abaixo do consumo populacional. A Região de São Paulo (Capital e adjacências), apresenta déficit, sendo abastecida de laranja e tangerina, sobretudo pela Região de Campinas; de banana, pela Região do Litoral; de mamão, pela de São José do Rio Preto; de melancia, pela de Marília. Ressalta-se que essas três últimas regiões, com suas respectivas produções, abastecem não só a área de São Paulo - capital -, como também as demais regiões do Estado.

Para as hortaliças, novamente as Regiões de Campinas, Sorocaba e Vale do Paraíba respondem pelas principais "exportações", já que são as áreas com os maiores saldos (disponibilidades). Na DIRA de Sorocaba, os maiores saldos de produtos hortícolas, que implicam logicamente em remessas, se referem a repolho, cenoura e abóbora. Para o Vale do Paraíba, os principais volumes exportáveis são de repolho, cenoura e alface. Da Região de Campinas há que se destacar o envio da vagem. Ressalte-se que, na maioria das regiões, nota-se um saldo positivo de tomate, tratando-se no entanto, de tomate rasteiro para ser industrializado. Para o grupo de verduras - folhagens, haste - os maiores volumes produzidos estão associados à Região Metropolitana de São Paulo e às Regiões de Campinas e Sorocaba, em um raio próximo de 80 km do centro da cidade de São Paulo.

Tabela 4.12

## ESTADO DE SÃO PAULO

QUANTIDADES DISPONÍVEIS POR GRUPO DE PRODUTOS, SEGUNDO AS DIRAS

Em mil toneladas

DIVISÃO REGIONAL AGRÍCOLA	GRUPO DE PRODUTOS			
	Cereais (arroz, feijão)	Prod. Diversos (batata, cebola)	Frutas	Hortaliças
Ribeirão Preto	-129,2	-11,3	2.319,9	21,3
São José Rio Preto	-21,6	-18,8	799,6	48,0
Araçatuba	-29,2	-3,3	89,7	81,0
Presidente Prudente	-49,5	-11,4	12,5	7,2
Marília	-37,7	-9,4	115,2	28,7
Bauru	-56,7	7,6	35,2	14,7
Campinas	-292,6	119,9	1.432,1	96,5
Sorocaba	48,4	424,7	106,8	154,4
São Paulo (1)	-1.244,4	-219,3	-282,4	-244,9
Vale do Paraíba	-155,1	-5,5	34,7	65,5
Litoral	-128,1	-23,2	573,2	19,3

Fonte dos Dados Brutos: Estimativas da CAB - Coordenadoria de Abastecimento, 1982.

(1) Refere-se somente à Delegacia Agrícola de São Paulo, tendo sido desmembrada da DIRA de Campinas.

#### 4.4.3.2. Discussão dos Fluxos a Partir da Pesquisa do Atacado

Durante o ano de 1978, a CEAGESP desenvolveu uma série de pesquisas, nas cidades médias do Interior de São Paulo, objetivando detectar os principais mercados atacadistas com o fim de decidir a instalação das futuras CEASAs. Assim, foram aplicados os questionários junto aos comerciantes atacadistas e uma das informações coletadas, de interesse para o trabalho ora desenvolvido, referia-se ao local de origem das remessas feitas ao núcleo atacadista pesquisado. Desta forma, pode-se compilar por tipo de produto - frutas, hortaliças e produtos diversos (batata, cebola) - as principais fontes remetedoras a partir da tabulação desses questionários. É interessante ressaltar que a amostra e o tipo de aplicação variou de cidade para cidade, obtendo-se dessa forma, diferenças do ponto de vista qualitativo reforçando, dessa forma, o caráter apenas indicativo que essas informações transmitem.

Foi possível, a partir dessa tabulação, formular uma matriz indicadora das regiões de origem dos produtos e do quantum (distribuição percentual) por tipo de produto, para as cidades-sedes das DIRAs. Essa matriz é apresentada a seguir, na Tabela 4.13.

Resumidamente, pode-se afirmar que as DIRAs de Ribeirão Preto, Araçatuba, Marília, Campinas, Sorocaba e Vale do Paraíba respondiam, na época da pesquisa, por cerca de 50% da movimentação existente das hortaliças, ou seja, a própria região se auto-abastecia. Para frutas, somente as DIRAs de Ribeirão Preto, Araçatuba e Sorocaba é que detinham percentagens em torno de 50% dos envios relativos à própria região, ou seja, de auto-abastecimento.

É interessante notar que a CEAGESP, abastecia, em hortaliças, em mais de 40%, as Regiões de Araçatuba e Marília e cerca de 90% a Região do Litoral. Em frutas, esse entreposto respondia por cerca de 50% para o Vale do Paraíba e 34% para o Litoral.

Tabela 4.13

ESTADO DE SÃO PAULO

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS QUANTIDADES REMETIDAS, POR TIPO DE PRODUTO - PESQUISA DO ATACADO

1978

SEDE DAS DIRAS	RIBEIRÃO PRETO			SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (1)			ARACATUBA			PRESIDENTE PRUDENTE			MARÍLIA			BAURÓ			CAMPINAS (1)			SOROCABA			VALE DO PARAÍBA			LITORAL		
	F	PD	H	F	PD	H	F	PD	H	F	PD	H	F	PD	H	F	PD	H	F	PD	H	F	PD	H	F	PD	H	F	PD	H
REGIÕES REMETEDORAS																														
Ribeirão Preto	55	38	62	-	-	-	-	-	-	19	4	13	16	2	-	15	-	32	-	-	-	-	-	9	-	-	-	27	-	-
São José do Rio Preto	-	-	-	29	-	35	25	-	-	27	-	-	4	-	-	10	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aracatuba	-	-	-	-	-	-	54	12	48	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Presidente Prudente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	8	27	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Marília	-	-	-	-	-	-	4	-	-	17	-	-	24	20	54	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bauró	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	6	-	-	35	-	38	-	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	-
Campinas	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	8	3	-	-	-	7	4	23	27	59	-	-	-	6	4	8	24	-	-
Sorocaba	-	15	25	-	-	-	-	-	-	-	24	39	-	-	2	14	56	23	-	-	-	51	80	78	-	-	-	-	-	11
Vale do Paraíba	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30	27	69	-	-	-
Litoral	18	-	-	-	-	-	-	-	-	15	-	-	17	-	-	11	-	-	-	-	-	23	-	-	13	-	-	6	23	-
CEAGESP	3	13	13	-	-	-	11	7	48	17	5	13	22	24	44	2	30	-	-	-	-	23	-	5	47	37	14	34	60	89
Outros Estados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20	-	-	19	3	-	-	-
RS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PR	-	31	-	-	-	-	-	81	-	48	-	-	51	-	-	-	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MT	-	-	-	-	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
GO	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	1	13	6	-	-	-
Outros Países-Arg.,Chile	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9	12	-
Diversos	5	3	-	71	-	65	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	72	73	41	-	-	-	3	-	-	-	-	-
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte dos Dados Brutos: Pesquisa do Mercado - CINCENP - 1978.

(1) Dados dos Boletins Anuais de Movimentação das CEASAs de São José do Rio Preto e Campinas, de 1980

Cabe destacar os envios de "produtos diversos" (batata e cebola) de Sorocaba e do Estado do Paraná.

Acredita-se que, com a entrada em funcionamento dos principais CEASAs no Interior, instalados em centros importantes de consumo e produção (tipo Campinas), ou em regiões especializadas em hortifrutícolas (Sorocaba), ou, ainda, em regiões basicamente importadoras (Litoral), esse quadro global, anteriormente traçado, venha se alterar, passando a existir maior integração entre essas regiões, através de seus CEASAs. No entanto, tal fato só poderá ser medido quando houver a possibilidade de compatibilização das séries de movimentação (boletim de mercadorias) para os vários CEASAs já implantados. Isto ocorrerá, a médio prazo, no entanto, de forma pragmática, pode-se afirmar que ainda não se sente maior integração entre esses entrepostos, visualizando-se, até o momento, uma dependência frente à CEAGESP que funciona como polo centralizador.

#### 4.4.4. PRINCIPAIS NÚCLEOS URBANOS E EQUIPAMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO

Os equipamentos de comercialização pretendem atingir uma série de objetivos, a nível da melhoria do abastecimento, servindo funções básicas e adicionais de intervenção no mercado.

A política de implantação do SINAC-Sistema Nacional de Abastecimento, visando a centralização do comércio atacadista, nas imediações dos grandes centros urbanos (instalação de CEASAs), como foi visto anteriormente, constava do I Plano Nacional de Desenvolvimento. No II Plano previa-se como objetivo principal a construção de uma rede de "Mercados Expedidores Rurais" mais conhecidos como Mercados do Produtor, procurando estimular o aumento de oferta agrícola por parte dos produtores nas regiões escolhidas para a implantação dos mercados.

Conceitualmente, uma central de abastecimento procu-

ra, a médio e longo prazos, se tornar o "mercado" onde os produtores se fazem presente para a oferta e os varejistas, para a procura. Constitui-se numa entidade, cujo objetivo principal não será de interferir regular e continuamente na comercialização. Foi concebida para explorar e administrar as instalações destinadas ao abastecimento de gêneros alimentícios; participar de planos e programas de abastecimento, promover e facilitar o intercâmbio com as demais centrais; firmar convênios, acordos, etc, com outras entidades ligadas ao abastecimento, tendo em vista sua melhoria.

Como política estadual de abastecimento, no tocante a equipamentos, deve-se ainda mencionar os TUCS-Terminal Urbano de Carga e Serviços local, destinado ao transbordo de mercadorias, visando a uma descentralização de circulação no centro urbano. Inclui também uma tentativa de racionalização do transporte de mercadorias com a futura instalação da central de fretes, além de possibilitar a instalação de escritórios de transporte facilitando e agilizando o intercâmbio de mercadorias da região.

Esquemáticamente passa-se a relacionar as informações sobre a situação de instalação dos equipamentos de comercialização nas regiões, a população total das DIRAs, sua participação no Estado, a relação dos núcleos populacionais principais e secundários até 50 mil habitantes.

#### 1) DIRA de Presidente Prudente

População Total: 692,5 mil habitantes

Nº de Municípios: 50 municípios

Núcleos Populacionais:

a) Principal: Presidente Prudente (137.000 hab)

Equipamentos de Comercialização:

a) CEASA em Presidente Prudente



início de funcionamento: outubro de 1981

área construída: 6.536 m<sup>2</sup>

área útil de comercialização: 3.930 m<sup>2</sup>

## 2) DIRA de Araçatuba

População Total: 532,1 mil habitantes

Nº de Municípios: 38 municípios

Núcleos Populacionais:

a) Principal: Araçatuba (129.000 hab)

b) Secundários: Biriguí (50.900 hab)

Equipamentos de Comercialização:

a) CEASA em Araçatuba

início de funcionamento: outubro de 1981

área construída: 3.200 m<sup>2</sup>

área útil de comercialização: 1.786 m<sup>2</sup>

b) TUCS-Terminal Urbano de Cargas e Serviços a ser implantado em Andradina.

## 3) DIRA de Marília

População Total: 699,6 mil habitantes

Nº de Municípios: 47 municípios

Núcleos Populacionais:

a) Principal: Marília (122.000 hab)

b) Secundários: Assis (67.400 hab)

Ourinhos (59.800 hab)

Tupã (56.700 hab)

Equipamentos de Comercialização:

a) CEASA em Marília

início de funcionamento: outubro de 1981

área construída: 3.200 m<sup>2</sup>

área útil de comercialização: 1.786 m<sup>2</sup>

- b) TCUS-Terminal Urbano de Cargas e Serviços a ser implantado em Ourinhos.

4) DIRA de Bauru

População Total: 667,0 mil habitantes

Nº de Municípios: 38 municípios

Núcleos Populacionais:

a) Principal: Bauru (186.800 hab)

b) Secundários: Jaú (74.000 hab)

Lins (51.100 hab)

Equipamentos de Comercialização:

a) CEASA em Bauru

início de funcionamento: novembro de 1979

área construída: 6.620 m<sup>2</sup>

área útil de comercialização: 3.120 m<sup>2</sup>

5) DIRA de São José do Rio Preto

População Total: 999,8 mil habitantes

Nº de Municípios: 84 municípios

Núcleos Populacionais:

a) Principal: São José do Rio Preto (188.600 hab)

b) Secundários: Catanduva (72.900 hab)

Votuporanga (52.300 hab)

Equipamentos de Comercialização

a) CEASA em São José do Rio Preto

início de funcionamento: julho de 1979

área construída: 6.620 m<sup>2</sup>

área útil de comercialização: 3.120 m<sup>2</sup>

6) DIRA de Ribeirão Preto

População Total: 1.796,3 mil habitantes

Nº de Municípios: 80 municípios

Núcleos Populacionais:

a) Principal: Ribeirão Preto (318.400 hab)

b) Secundários: Franca (148.500 hab)  
Araraquara (128.100 hab)  
São Carlos (119.600 hab)  
Barretos (72.800 hab)  
Sertãozinho (51.500 hab)

Equipamentos de Comercialização:

a) CEASA em Ribeirão Preto

início de funcionamento: novembro de 1980

área construída: 15.180 m<sup>2</sup>

área útil de comercialização: 7.915 m<sup>2</sup>

b) CEASA em Araraquara

início de funcionamento: outubro de 1981

área construída: 3.200 m<sup>2</sup>

área útil de comercialização: 1.786 m<sup>2</sup>

c) CEASA em Franca

início de funcionamento: 2º semestre de 1980

7) DIRA de Sorocaba

População Total: 1.424,3 mil habitantes

Nº de Municípios: 54 municípios

## Núcleos Populacionais:

- a) Principal: Sorocaba (270.000 hab)
- b) Secundários: Itapetininga (84.400 hab)  
Itú (74.200 hab)  
Itapeva (65.500 hab)  
Botucatu (64.500 hab)  
Tatuí (55.500 hab)  
Votorantim (53.100 hab)

## Equipamentos de Comercialização:

- a) CEASA em Sorocaba  
início de funcionamento: setembro de 1980  
área construída: 6.237 m<sup>2</sup>  
área útil de comercialização: 3.120 m<sup>2</sup>
- b) TUCS-Terminal Urbano de Cargas e Serviços a ser implantado nos Municípios de Avaré e Itapeva.
- c) Mercado do Produtor instalado no Município de Guapiara em maio de 1978.

## 8) DIRA do Litoral Paulista

População Total: 1.291,0 mil habitantes  
Nº de Municípios: 29 municípios

## Núcleos Populacionais:

- a) Principal: Santos (417.000 hab)
- b) Secundários: São Vicente (193.000 hab)  
Guarujá (151.000 hab)  
Cubatão (79.000 hab)  
Praia Grande (66.000 hab)

## Equipamentos de Comercialização:

- a) CEASA em Santos  
início de funcionamento: 2º semestre de 1982.  
área total prevista para construção: 12.800 m<sup>2</sup>  
área útil de comercialização prevista para construção:  
7.760 m<sup>2</sup>

## 9) DIRA do Vale do Paraíba

População Total: 1.981,0 mil habitantes  
 Nº de Municípios 45 municípios

## Núcleos Populacionais:

- a) Principal: São José dos Campos (288.000 hab)
- b) Secundários:
- Mauá (206.000 hab)
  - Mogi das Cruzes (198.000 hab)
  - Taubaté (169.000 hab)
  - Jacareí (116.000 hab)
  - Suzano (101.000 hab)
  - Guaratinguetá (85.000 hab)
  - Itaquaquetuba (73.000 hab)
  - Pindamonhangaba (70.000 hab)
  - Cruzeiro (58.000 hab)
  - Lorena (57.000 hab)
  - Ribeirão Pires (56.000 hab)

## Equipamentos de Comercialização:

- a) CEASA em São José dos Campos  
 início de funcionamento previsto para o 2º semestre de 1982  
 área total prevista para construção: 6.400 m<sup>2</sup>  
 área útil de comercialização prevista para construção: 3.375 m<sup>2</sup>
- b) CEASA em Guaratinguetá  
 início de funcionamento previsto para o 2º semestre de 1982  
 área total prevista para construção: 2.500 m<sup>2</sup>  
 área útil de comercialização prevista para construção: 1.450 m<sup>2</sup>
- c) Mercado do Produtor instalado em 1982, no Município de Mogi das Cruzes.

10) DIRA de Campinas (excetuando-se a Delegacia Agrícola de São Paulo)

População Total: 3.229,0 mil habitantes

Nº de Municípios: 83 municípios

Núcleos Populacionais:

a) Principal: Campinas (644.400 hab)

b) Secundários: Piracicaba (214.400 hab)

Limeira (150.800 hab)

Americana (122.100 hab)

Rio Claro (110.300 hab)

Sumaré (101.900 hab)

Bragança Paulista (84.100 hab)

Santa Bárbara D'Oeste (76.600 hab)

Mogi-Guaçú (73.400 hab)

Araras (65.300 hab)

Atibaia (57.800 hab)

Indaiatuba (56.100 hab)

São João da Boa Vista (55.900 hab)

Mogi-Mirim (50.600 hab)

Equipamentos de Comercialização:

a) CEASA em Campinas

início de funcionamento em 1975

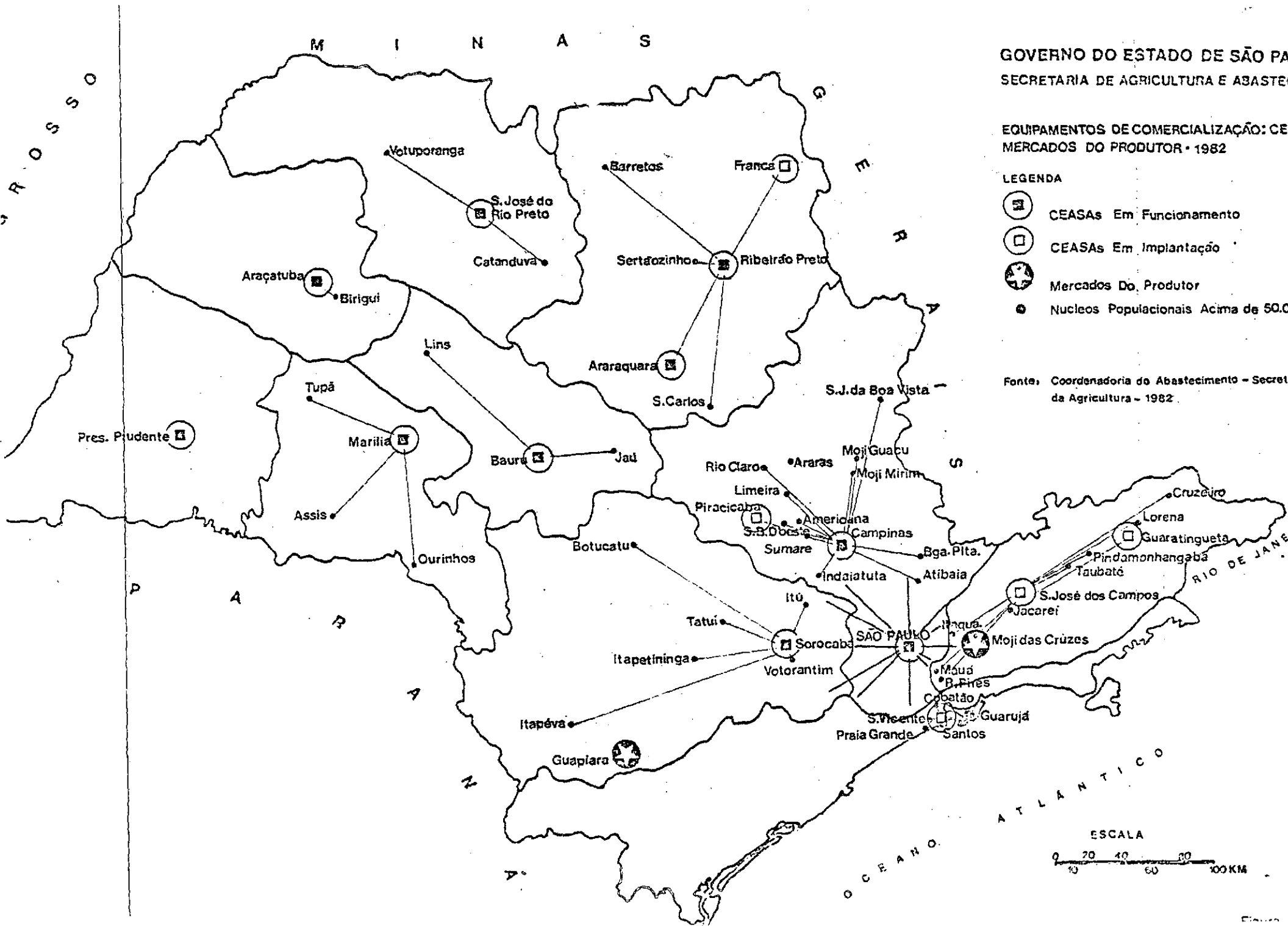
b) CEASA em Piracicaba

início de funcionamento previsto para o 2º semestre de 1982

área total prevista para construção: 6.400 m<sup>2</sup>





área útil prevista para a comercialização: 3.375 m<sup>2</sup>

Graficamente, na Figura 4.2, são relacionados os principais equipamentos de comercialização (CEASAs e Mercados do Produtor) bem como os núcleos populacionais acima de 50 mil habitantes existentes no interior.

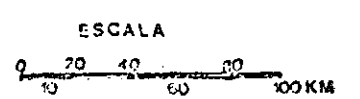


**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO**

**EQUIPAMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO: CEASAs E MERCADOS DO PRODUTOR - 1982**

- LEGENDA**
-  CEASAs Em Funcionamento
  -  CEASAs Em Implantação
  -  Mercados Do. Produtor
  -  Nucleos Popacionais Acima de 50.000

Fonte: Coordenadoria do Abastecimento - Secretaria da Agricultura - 1982.



CAPÍTULO 5

ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL



## 5.1. ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL PÚBLICA

### 5.1.1. FEDERAL

A criação de órgãos para a atuação nos setores de abastecimento no Brasil é relativamente recente quando se tem por modelo a infra-estrutura ora implantada.

Observa-se que a instalação de órgãos, mecanismos e políticas especialmente voltadas para o setor, apesar de ocorrerem desde a 2ª década deste século, eram constituídas basicamente por comissões e instituições que visavam à garantia do mercado interno em épocas de crise, bem como, sem prejudicar o abastecimento dos grandes centros urbanos, auferir vantagens que a crise propiciava para exportar gêneros alimentícios.

Com tal objetivo foram instituídos o Comissariado de Alimentação Pública, em 1918, a Comissão de Abastecimento, em 1939, e a Comissão Central de Preços que tinha também a finalidade de controlar os preços dos alimentos básicos comercializados nos grandes centros, objetivando combater a inflação no período da II Guerra Mundial.

No entanto, foi só na década de 50 que se implantou, no Brasil, o primeiro sistema orgânico para controle do abastecimento em suas várias fases.

Em 26 de dezembro de 1951, foi criada pela Lei 1522 a Comissão Federal de Abastecimento e Preços. Esta Comissão era auxiliada pelas COAPs - a nível estadual - e pelas Comissões Municipais de Abastecimento - a nível local. Esse sistema era encarregado de comprar, distribuir e vender determinados produtos básicos, fixando-lhes os preços, bem como controlar o abastecimento e outros serviços necessários para a consecução de tal fim.

No entanto, segundo vários relatórios e análises da

época, realizados por Comissões de Estudo, contratadas pelo Governo Federal, a estrutura de abastecimento possuía vários entraves de diversas ordens - desde variáveis históricas, até aquelas que apontavam necessidade de remodelação da infra-estrutura de transportes, de comércio varejista e atacadista e de armazenamento. O diagnóstico elaborado, então, propunha como meio para solucionar tais entraves, uma intervenção do Governo Federal mais intensa nos setores agrícolas e de abastecimento, a promoção do reaparelhamento burocrático, a modernização e ampliação da infra-estrutura existente e, a entrada de capitais estrangeiros - para a implantação de redes de supermercados à semelhança do que ocorria em países mais desenvolvidos (1).

Nessa mesma época, começaram a ser implantados os órgãos e políticas que constituirão o Sistema Nacional de Planejamento Agrícola. Foi instituída, em 1943, a CFP-Comissão de Financiamento da Produção, no âmbito do Ministério da Fazenda. A CFP ficou encarregada de estabelecer os planos financeiros e providenciar recursos para financiamento de construções de armazéns, frigoríficos, matadouros, entrepostos e mercados regionais, e, no âmbito da produção, era responsável pela estocagem, classificação e distribuição de produtos recebidos pelo Governo, através de financiamento com posterior garantia de compra ou, aquisição direta de gêneros de primeira necessidade aos produtores e cooperativas. Junto com essas medidas estabeleceu-se também a política de preços mínimos de garantia para os produtores de cereais e outros produtos básicos.

Em 1956, criou-se a Comissão Consultiva de Armazéns e Silos, cuja competência era proceder a instalação de Centrais de Abastecimento, armazéns, silos, frigoríficos, mercados etc, visto que os relatórios, já citados, apontavam neste segmento um

---

(1) Plano Salte, Relatório Abbink, Nissão Klein-Sacks - realizadas nas décadas de 40 e 50.

grande entrave para o abastecimento devido às sucessivas perdas causadas pela deficiência do setor.

Concomitantemente, foram instaladas as primeiras Centrais de Abastecimento, administradas pelos Governos Estaduais, nas unidades da Federação do Centro-Sul: São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais.

O Sistema seria complementado, a partir de 1962, quando - através das Leis Delegadas nºs 5, 6, 7 e 2 de 26 de setembro - instituíam-se órgãos centrais no Ministério da Agricultura para planejamento, coordenação e implantação do Sistema Nacional de Abastecimento, vinculado ao Sistema Nacional de Planejamento Agrícola.

Pela Lei Delegada nº 5 foi instituída a SUNAB-Superintendência Nacional de Abastecimento - encarregada de elaborar e promover a execução do Plano Nacional de Abastecimento de produtos essenciais; elaborar programas para a expansão e operação da rede nacional de armazéns, silos e frigoríficos; fixar quotas de exportação e importação de produtos essenciais; promover a melhoria dos níveis de consumo e dos padrões de nutrição da população; aplicar a legislação de intervenção do domínio econômico visando assegurar a livre distribuição de mercadorias e serviços essenciais e, acompanhar a execução das medidas estabelecidas e dos programas e planos elaborados.

A Lei nº 7 instituiu a CIBRAZEM-Companhia Brasileira de Armazenamento, subordinando-a à SUNAB. Caberia a essa empresa participar diretamente da execução dos planos e programas elaborados pelo Governo no que fosse atinente ao setor de armazenamento de produtos agropecuários e de pesca e, também atuar como elemento regulador de mercado, através da estocagem e administração de estoques de produtos essenciais. Era da competência da CIBRAZEM atender, em caráter supletivo, áreas não suficientemente abrangidas pelo sistema privado de armazenamento, entrepostos etc. A empresa também coube a prestação de assistência técnica a

particulares, bem como formar e aperfeiçoar pessoal especializado em armazenamento, classificação, e padronização de produtos agropecuários e de pesca.

Outra base do Sistema Nacional de Abastecimento era instituída pela Lei Delegada nº 6 que criava a Companhia Brasileira de Alimentos-COBAL, também subordinada à SUNAB. Sua finalidade era garantir o abastecimento interno de operações de compra, transporte, venda, importação e exportação de gêneros alimentícios e bens necessários à realização das atividades agropecuárias, pesqueira e da agroindústria.

A empresa era também autorizada a importar produtos necessários ao atendimento dos programas de assistência alimentar, prestados por órgãos do Governo Federal, funcionando, ainda, como agente depositário de gêneros alimentícios básicos recebidos pelo Governo, a título de doação de procedência nacional ou internacional.

Outro passo importante na direção da constituição do Plano Nacional de Abastecimento foi dado em função da reorganização da Comissão de Financiamento da Produção. A CFP, através da Lei Delegada nº 2 foi nomeada como órgão executor da política de preços-mínimos para os produtos agropecuários. Posteriormente, através do Decreto nº 51.673, de 18 de janeiro de 1973, aprovou-se o Regulamento da Comissão de Financiamento da Produção, no sentido de que a garantia dos preços-mínimos se efetivasse, através da compra dos produtos pelo preço-mínimo fixado, sendo o financiamento efetuado com ou sem opção de venda pelo produtor. Passaram também a ser financiadas as despesas com beneficiamento, acondicionamento, e transporte isolada ou conjuntamente com o financiamento à produção dos gêneros básicos.

Em 1973, foi criado o Conselho Nacional do Abastecimento, contando com representantes dos Ministérios da Fazenda, Transportes, SEPLAN-PR e sob a presidência do Ministério da Agricultura. Este órgão - extinto em 1979, pelo Decreto nº 83.323,

que determinou a transferência de suas atribuições para o Conselho Monetário Nacional e para a Secretaria Nacional do Abastecimento do Ministério da Agricultura - tinha por objetivo formular, coordenar e executar a Política Nacional de Abastecimento.

Com a instituição do CONAB, deixava a SUNAB de ser o órgão central de planejamento executivo, transformando-se em instituição de assessoramento no âmbito da comercialização de produtos agrícolas no varejo e, passando a subsidiar a COBAL, CIBRAZEM e CFP, fornecendo-lhes análises de curto e médio prazos do mercado de gêneros alimentícios consumidos no País.

A função da SUNAB passa a ser a de fiscalizar e controlar os preços das mercadorias comercializadas no varejo, através de Portarias, tabelamentos de produtos alimentícios, de pescado na Semana Santa, e de Flores em Finados. Estas portarias, entretanto, são fixadas com base na autorização do Conselho Interministerial de Preços-CIP e da Secretaria Especial de Abastecimento e Preços - criada em 10 de setembro de 1979 pelo Decreto nº 83.940, junto ao Gabinete do Secretário de Planejamento da Presidência da República.

Observa-se, portanto, a progressiva centralização dos órgãos responsáveis pelo planejamento, coordenação e execução de políticas agrícolas e de abastecimento a nível da Secretaria de Planejamento da Presidência da República-SEPLAN/PR que passa a integrar também, em seu quadro, o Conselho Interministerial de Preços e a SUNAB (1).

Na área de comercialização, buscando dar uma solução abrangente ao problema de escoamento das safras agrícolas e garantindo o abastecimento interno do País, foi instituído, em

---

(1) Decretos nºs 84.025, de 24 de setembro de 1979 e 84.344 de 27 de setembro de 1979.

1972, pelo Decreto nº 70.502, o Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento-SINAC, sob coordenação e execução da COBAL, que passa a controlar as CEASAs implantadas no País, sob administração federal.

No âmbito da política de armazenagem e de estoques reguladores, sua execução é realizada em conjunto pela CFP, CIBRAZEM, SUNAB, Banco do Brasil S.A. sob coordenação da COBAL, e recursos liberados pelo Conselho Monetário Nacional, seguindo as diretrizes formuladas pela Secretaria Nacional de Abastecimento.

O comércio varejista também foi alvo da intervenção governamental direta através da COBAL. Sua função é suprir as áreas carentes em equipamentos, abastecendo-as através de serviços móveis: barcos, trens, carretas. A Companhia atua também no sentido de aprimorar a tecnologia de comércio, tendo introduzido no Brasil o sistema de Cadeias Voluntárias.

Este sistema visa, principalmente, propiciar aos varejistas melhores condições de operacionalização, através da associação a uma Central de Serviços abastecedora de mercadorias e fornecedora de financiamentos, "know-how", e "marketing" para a transformação de equipamentos tradicionais em estabelecimentos que operem através do auto-serviço. A central de serviços presta ainda assistência contábil e gerencial. Tal serviço é prestado pela COBAL com a finalidade de reduzir os custos operacionais e o repasse desse benefício aos consumidores. Do ponto de vista do pequeno varejo, o associativismo permite ainda a possibilidade de continuar existindo e operando frente à expansão das redes de supermercados, ou frente à perda de poder aquisitivo pelas populações da periferia dos grandes centros urbanos.

Por outro lado, a instalação dessas unidades-piloto em pequenas, médias e grandes cidades tem por objetivo produzir por efeito-demonstração sua expansão, através da iniciativa privada.

Esse sistema, constituído basicamente pela COBAL, CIBRAZEM, CFP, e com base nas diretrizes elaboradas pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República e Ministério da Agricultura, está integrado a nível federal e estadual, com órgãos da administração direta e indireta, totalizando aproximadamente 500 órgãos e entidades.

A nível de cada Unidade da Federação esse Sistema é integrado pelas Delegacias Federais da Agricultura e Unidades locais da Administração Indireta do Ministério da Agricultura constituída pelas autarquias - CFP, SUDEPE, INCRA, IBDF; empresas públicas - COBAL, CIBRAZEM, EMBRAPA e EMBRATER; empresas de economia mista - BNCC (1). No âmbito estadual se constituem as Comissões Estaduais de Planejamento Agrícola-CEPAs que incluem as Secretarias da Agricultura, Secretarias de Planejamento e órgãos estaduais vinculados ao setor agrícola. Estas Comissões tem a incumbência de executar, no plano estadual, os programas e projetos elaborados pelos órgãos centrais do Sistema, a nível federal.

Esse conjunto de órgãos integrados constitui o Setor Público Agrícola e Sistema Nacional de Planejamento Agrícola (2).

Essas Comissões, entretanto, não chegam a ter plena realização devido à centralização das divisões, a nível federal, e à implantação, a nível estadual, da infra-estrutura própria de cada uma das empresas do Ministério da Agricultura, que passam a operar paralelamente.

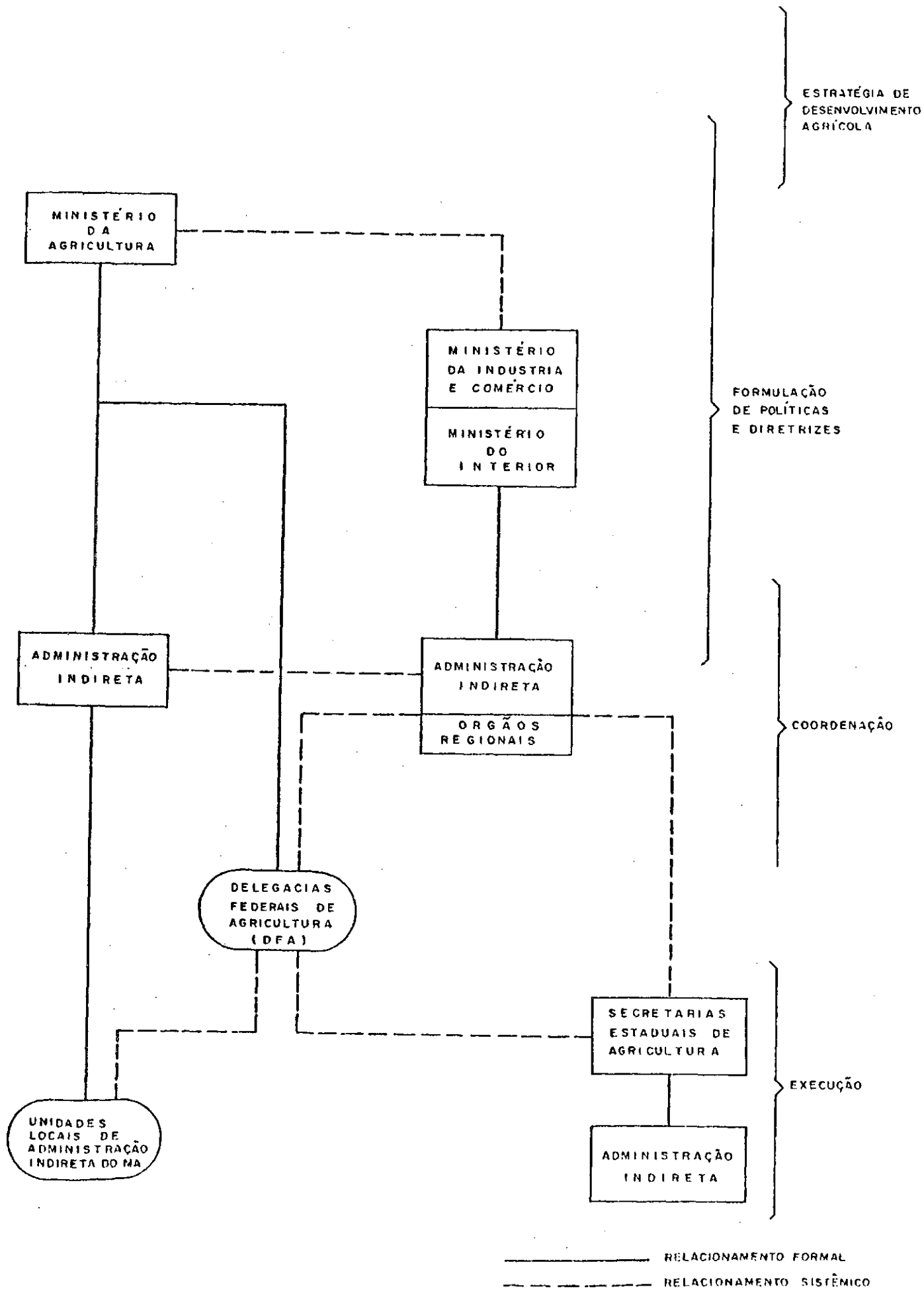
Em São Paulo, a atuação desses órgãos não é predominante, devido à existência da infra-estrutura da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, com sua rede de serviços prestados pela CEAGESP, CAIC-Companhia Agrícola, Imobiliária e Colonizadora e órgãos de pesquisa e assistência técnica da administração

---

(1) Ver Organograma da Figura 5.1.

(2) Ver Diagramas das Figuras 5.2 e 5.3.

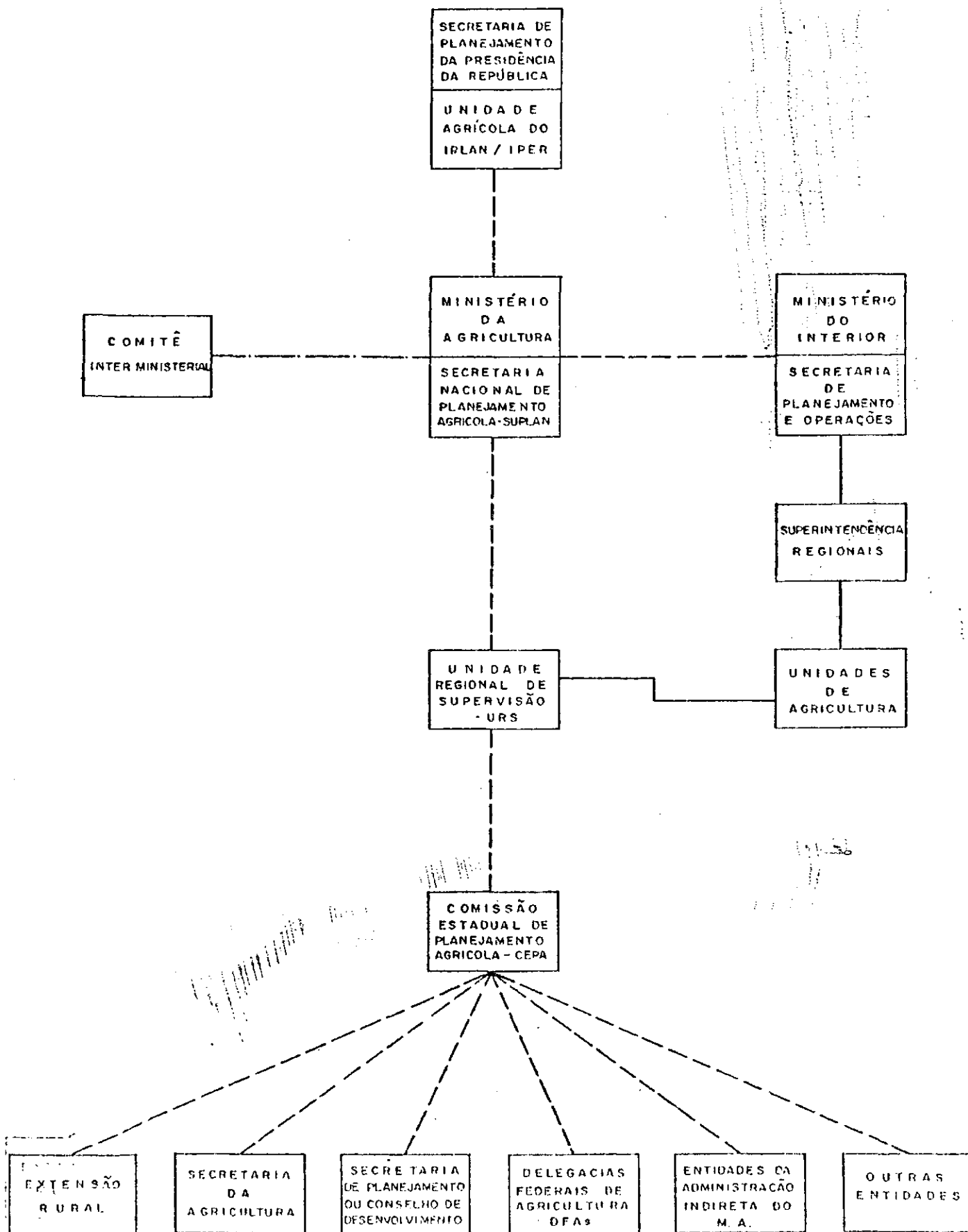
# DIAGRAMA DO SETOR PÚBLICO AGRÍCOLA - S.P.A.







# DIAGRAMA DO SISTEMA NACIONAL DE PLANEJAMENTO AGRÍCOLA - SNPA



direta. Além dessa infra-estrutura, São Paulo conta com uma ampla rede de armazéns e depósitos do IBC, FEPASA e Rede Ferroviária Federal.

A intervenção da CFP é predominante, no Estado, do ponto de vista de providenciar financiamentos, sendo as aquisições através do AGF de pequena monta, representando apenas 7% do total de recursos destinados a tal operação. Sua intervenção ocorre mais em época de crises, como as ocorridas com algodão, em 1978 e 1980, com o arroz, em 1977 e 1980; com o feijão, em 1978 e 1981 e com o milho, em 1977.

No momento, a atuação do órgão vem sendo mais a nível da distribuição de produtos estratégicos, através da colocação em supermercados de gêneros básicos a preços fixados; fornecimento, para a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, de cereais com a finalidade de serem comercializados a preços mais baixos em Campanhas Populares e, via leilão na Bolsa de Cereais quando se trata de liberação de estoques de produtos importados.

Esta atuação, por outro lado, está presa à caracterização do Estado de São Paulo como grande centro consumidor e importador de produtos básicos dada a insuficiência de produção dos principais itens que constam da pauta de intervenção do órgão (arroz e feijão) <sup>(1)</sup>. Por outro lado, a CFP não intervém em produtos, cuja produção é predominante no Estado (açúcar, café e citros) que têm políticas especiais.

No que se refere aos demais órgãos, a COBAL tem uma intervenção mais a nível da garantia do abastecimento institucio

---

(1) Estudos de Auto-Suficiência Alimentar Regional no Estado de São Paulo, Secretaria de Agricultura e Abastecimento - Coordenadoria de Abastecimento, 1981.

nal e da manutenção de estoques reguladores, atuando ainda na área da produção, através do estabelecimento de Mercados do Produtor Hortigranjeiro e também da implantação da Rede SOMAR.

A CIBRAZEM mantém, no Estado, apenas o Entrepasto de Pescado, em Santos, com armazéns frigorificados, atuando também como reguladora do fluxo de transportes de produtos destinados à exportação, com a finalidade de otimizar a pequena capacidade de armazenamento do Porto de Santos, para produtos frigorificados.

Na área de abastecimento é imprescindível a atuação do Ministério da Agricultura no setor de fiscalização e inspeção sanitária de produtos de origem animal. O órgão mantém, em São Paulo, um serviço especializado para controle dos produtos de origem animal - como carne, leite, pescado etc - que recebem, após a inspeção, o carimbo "SIF", identificando-os como tendo sido fiscalizados e estando em boas condições para consumo.

Quanto à proteção do consumidor, foi instituída recentemente, no âmbito do Ministério da Agricultura e vinculada à Secretaria Nacional de Abastecimento, a Coordenadoria de Defesa e Orientação do Consumidor-CODECON. Este órgão objetiva fornecer informações ao consumidor na área de alimentação, saúde, higiene e legislação; orientá-lo para o planejamento da dieta alimentar equilibrada e no tocante ao aspecto nutricional. O CODECON visa também a orientação do consumidor no sentido de maior racionalização da compra de alimentos e um conhecimento melhor dos mercados fornecedores. Divulga tais informações através das emissoras de rádio, telefone e pelo Jornal da Feira (1).

No âmbito do abastecimento, o Governo Federal vem ainda, implantando programas especiais para apoio ao pequeno produtor, programas de subsídio de alimentos para o trabalhador ur-

---

(1) Portaria de 10 de março de 1982 - Ministério da Agricultura.

bano e programas visando atingir escolares e famílias carentes.

Esses programas são englobados pelo Programa Nacional de Alimentação e Nutrição, cujos objetivos estão integrados às diretrizes do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição - INAN; Instituto Nacional de Assistência ao Escolar-INAÉ, Ministérios da Saúde, Educação e Cultura, Trabalho, Previdência Social e Agricultura.

Esta é, em síntese, a infra-estrutura existente no âmbito federal que dá suporte ao abastecimento tanto público, como institucional, propiciando a vinculação mais estreita entre as políticas econômicas implantadas e suas diretrizes com a execução, planejamento e coordenação dos programas de produção, armazenamento, transporte, comercialização e abastecimento do País.

### 5.1.2. ESTADUAL

No Estado de São Paulo, mesmo após o declínio da produção cafeeira, observado após a crise de 1929, e a crescente expansão industrial, ainda verifica-se um aumento da atividade agrícola através da diversificação do setor, com incremento da agropecuária, agroindústria alimentar, produção para exportação e, recentemente, para obtenção de energia alternativa.

Esta dinâmica foi a responsável pela instalação de uma infra-estrutura administrativa e de suporte à agricultura paulista. Data do final do século XIX a implantação da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio <sup>(1)</sup>. Nessa mesma época criaram-se diversos órgãos voltados para a pesquisa agrônômica e para atividades relacionadas com a expansão cafeeira - como por exemplo aquelas destinadas à implantação de política de imigração, colonização; e as destinadas a realizar levantamentos geológicos e demarcação de terras devolutas.

Assim é que "sucessivas reformas e alterações da estrutura da Secretaria foram sendo processadas no sentido de atender a complexificação da agricultura paulista, e a determinados interesses políticos sem no entanto, corresponder à necessária sistematização ou integração e coordenação entre as diversas atividades dos diversos órgãos que compunham a máquina relativamente complexa que sempre foi a Secretaria" <sup>(2)</sup>.

Em 1967, já refletindo esse problema e a necessidade de proceder alterações profundas na estrutura da Secretaria foi iniciada a reforma administrativa <sup>(3)</sup>, cujos principais objetivos visavam a:

---

(1) Decreto nº 28, de 01 de março de 1892.

(2) São Paulo. Secretaria de Agricultura, IEA - Desenvolvimento da Agricultura Paulista, 1972, pp 204.

(3) Lei 9 717, de 30 de janeiro de 1967.

- unidade de ação técnica e coordenação dos programas a serem implantados;
- descentralização administrativa com a divisão do Estado em DIRAs - Divisões Regionais Agrícolas, Delegacias Agrícolas estabelecendo uma rede de infra-estrutura com poder administrativo e propiciando a extensão dos serviços e da assistência técnica a todos os municípios do Estado através de unidades locais;
- eliminação da superposição de ação e atribuições mediante o remanejamento, fusão e eliminação de órgãos ou serviços;
- melhor definição das atribuições de cada órgão, com a transferência para outros da administração do Estado de certos serviços ou órgãos, e melhor entrosamento da Secretaria com as entidades para-estatais ligadas ao setor agrícola.
- criação do Alto Conselho Agrícola e dos Conselhos Municipais Agrícolas para maior participação dos produtores, e outros agentes vinculados ao setor nas decisões da Secretaria (1).

A área de atuação da Secretaria ficou nessa oportunidade estabelecida nos seguintes termos:

- formulação da política agrícola do Estado;
- pesquisa, experimentação agrícola e assistência técnica, visando ao aumento da produtividade, ao ordenamento da comercialização agrícola e à conservação dos recursos naturais.

Em 1978, com a publicação do Decreto nº 11.138 de 03 de fevereiro desse ano, foram alteradas as disposições e orientações que regiam o Departamento de Cooperativismo - criado pelo

---

(1) Decreto nº 48.288 de 12 de julho de 1967 e pelo Decreto de 27 de outubro de 1969 regulamentado pelo Decreto de 24 de novembro de 1969 que aprova o Regulamento Geral do Sistema de Órgãos Colaboradores Externos da Secretaria da Agricultura.

Decreto nº 5.966 de 30 de junho de 1933, ainda na época da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio.

A partir dessa alteração, restringia-se o Departamento - vinculado diretamente ao Gabinete do Secretário - ao atendimento exclusivo do cooperativismo agrícola, elaborando e acompanhando projetos de viabilização econômica e também fornecendo assistência e assessoria às cooperativas.

No ano seguinte, novamente a estrutura da Secretaria da Agricultura foi alterada com a criação da Coordenadoria de Abastecimento. Isto implicou ampliação das atribuições e da competência da Secretaria que passou a denominar-se Secretaria de Agricultura e Abastecimento. O decreto governamental <sup>(1)</sup> que estabeleceu a nova competência, conferiu à Secretaria de Agricultura e Abastecimento o poder para atuar direta e indiretamente na produção, comercialização e distribuição de gêneros alimentícios e no desenvolvimento das demais funções necessárias à racionalização da política estadual de abastecimento de gêneros alimentícios.

Tendo em vista essa reestruturação, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento <sup>(2)</sup> passou a ter a seguinte estrutura básica:

#### I - Administração Centralizada

- a) Gabinete do Secretário
- b) Assessoria Técnica
- c) Instituto de Economia Agrícola (IEA)
- d) Departamento de Cooperativismo (DC)
- e) Coordenadoria da Pesquisa Agropecuária (CPA)
- f) Coordenadoria da Pesquisa de Recursos Naturais (CPRN)
- g) Coordenadoria da Assistência Técnica Integral (CATI)
- h) Coordenadoria de Abastecimento (CA)

#### II - Administração Descentralizada

---

(1) Decreto nº 14.034 de 01 de outubro de 1979.

(2) Ver Organograma da Figura 5.4.



ORGANOGRAMA DA SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO

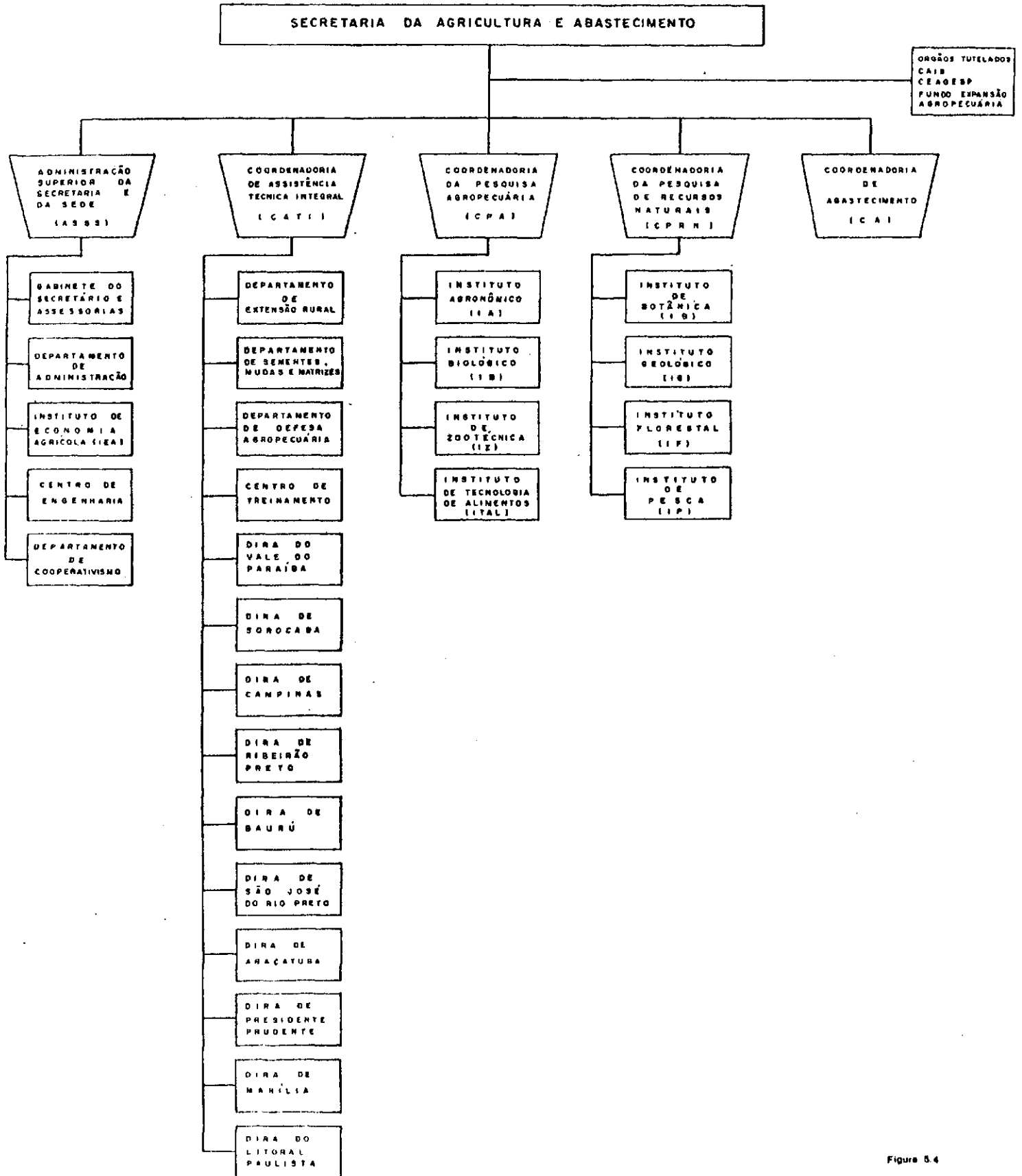


Figura 5.4

- a) Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo - CEAGESP
- b) Companhia Agrícola, Imobiliária e Colonizadora - CAIC.

### III - Entidades Vinculadas

- a) Alto Conselho Agrícola
- b) Conselho Florestal

### IV - Conselho Consultivo junto ao Gabinete do Secretário.

De acordo com essa estrutura, as atividades técnicas desenvolvidas pelos órgãos que integram a Secretaria de Agricultura e Abastecimento são descritas a seguir.

Ao Instituto de Economia Agrícola - o mais antigo centro de pesquisas em economia agrícola do País - compete a pesquisa e o assessoramento econômico, com objetivo de propiciar um amplo conhecimento sobre a agricultura paulista, nacional e fornecer o panorama internacional.

O trabalho realizado pelo Instituto é de natureza muito variada, coordenando a coleta de dados, no Interior do Estado, para o fornecimento de informações sobre área plantada, produção colhida, tecnologia empregada, uso de mão-de-obra, salários, preços da terra; e coleta de informações nas cidades, referentes a preços e condições do mercado dos produtos agropecuários (1).

Por outro lado, o Instituto tem se caracterizado por realizações de pesquisas de campo nos setores de produção, comercialização e exportação de produtos agrícolas.

---

(1) Estas informações que também são coletadas nos demais Estados do Centro-Sul e publicadas regularmente em Boletins de Informações Econômicas apresentam índices de produção, preço, produtividade, renda e custo de produção e vêm sendo mantidas desde 1948, relatando a situação presente e o desenvolvimento recente da agricultura paulista.

Além disso, dada a sua função de órgão de assessoria direta do Secretário de Agricultura e Abastecimento para a elaboração das diretrizes da política agrícola no Estado, e prestando colaboração a órgãos federais, seus técnicos são obrigados a estudar com detalhes os principais problemas que envolvem a política agrícola e de abastecimento no Estado e no País.

Assim, foram elaborados pelo IEA análises e diagnósticos da infra-estrutura de armazenamento no Estado, programas para implantação de Entrepostos Hortigranjeiros no Interior, Abastecimento na Periferia da Grande São Paulo, análises sobre preço no Varejo de Gêneros Alimentícios na Capital do Estado, dentre outros.

Desta forma, funciona o IEA como núcleo de análises e diagnósticos sobre a política agrícola e de abastecimento, no Estado, em convênio com o Ministério da Agricultura, atuando em substituição à CEPA - Comissão Estadual de Planejamento Agrícola.

No campo das pesquisas científicas voltadas para a assistência técnica, aperfeiçoamento de tecnologia, controle e defesa sanitária atuam os Institutos Agrônomo, de Zootecnia, de Tecnologia de Alimentos e Biológico, respectivamente, que integram a Coordenadoria de Pesquisa Agropecuária.

O Instituto Agrônomo de Campinas-IAC, o mais antigo do País, criado em 1887, e o mais conceituado pelo volume de serviços prestados à agricultura é encarregado de pesquisas visando o aumento da produtividade e da rentabilidade econômica das lavouras.

No momento, a instituição está conduzindo 958 projetos de pesquisa, abrangendo mais de 90 culturas, dentre as quais se destacam quanto ao número de projetos, em elaboração, o algodão, citros, feijão, milho, café, arroz, soja, mandioca e trigo.

Desenvolve também, o IAC, atividades de alto inte-

resse para a agricultura como: produção de sementes, análises de solos, análises de plantas, fornecimentos de dados climatológicos etc.

Na área da pesquisa destinada ao desenvolvimento da produção animal atua o Instituto de Zootecnia, objetivando a melhoria da alimentação animal e de pastagens e o aumento da produção de carne e leite. Neste sentido, com a utilização de recentes técnicas desenvolvidas pelo Instituto de Zootecnia na pecuária, foram observados um acréscimo de 40% no peso dos animais e o incremento de 22% na produção leiteira (1).

O Instituto também desenvolve projetos na área da criação de pequenos e médios animais, com objetivo de fornecer alternativas de proteína animal, a custos mais acessíveis.

Outro órgão de relevantes pesquisas na área de abastecimento integrante da Coordenaria de Pesquisas Agropecuária é o ITAL-Instituto de Tecnologia de Alimentos (2) que vem desenvolvendo estudos sobre alimentos substitutos da carne bovina, leite e trigo.

São de grande importância as pesquisas realizadas para a elaboração do extrato protéico da soja - líquido e em pó integral -, cujo valor nutritivo, aliado ao baixo custo propicia seu emprego em alimentação, objetivando, a curto prazo, a resolução de problemas de deficiência calórico-protéica, principalmente nas faixas de população de baixa renda.

---

(1) Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Pesquisa Agropecuária. Relatório do Encontro de Dirigentes da Secretaria de Agricultura e Abastecimento - Águas de Lindóia - Abril/1982.

(2) Sua criação data de 1963, ligado ao Instituto Agronômico de Campinas, sendo posteriormente transformado em Centro Tropical de Pesquisas e Tecnologia de Alimentos, em decorrência de Convênio com a FAO; em 1968, passa à Coordenadoria de Pesquisa Agropecuária com a atual denominação.

Nesta mesma linha, estão sendo desenvolvidas pesquisas sobre a adição de farinha de milho desengordurada na fabricação de massas alimentícias e pão, em substituição ao trigo - importante item da alimentação brasileira e da pauta de importação de cereais.

Ainda no campo do estímulo à produção de proteínas a baixo custo, o ITAL vem pesquisando a melhoria da qualidade dos produtos pesqueiros e o melhor aproveitamento das matérias-primas disponíveis.

Visando aumentar o abastecimento interno e a competitividade para exportação de produtos alimentícios básicos, estão em fase de estudos projetos sobre a conservação desses alimentos e sua transformação na agroindústria.

No campo da defesa sanitária animal e vegetal, vêm sendo desenvolvidos projetos na área do Instituto Biológico.

Na produção vegetal esse Instituto vem pesquisando as doenças e pragas que atuam sobre o café, banana, arroz, pastagens, citros. Na área animal, as pesquisas mais importantes são com respeito à febre aftosa, brucelose, leptospirose e tuberculose. Neste sentido são produzidas pelo Instituto Biológico, em caráter supletivo, vacinas, soros e antígenos para atendimento das necessidades da pecuária.

Outro importante campo da atuação do Instituto Biológico, na área do abastecimento, é a realização, em convênio com a CEAGESP, de estudos e análises sobre resíduos de defensivos agrícolas nos produtos comercializados no Entreposto. Tais análises visam a um duplo objetivo: a localização de produtores que não aplicam as recomendações propostas pelo Receituário Agrônomo e a salvaguarda da saúde do consumidor.

Na área de Recursos Naturais, estão vinculados à Coordenadoria de Pesquisa de Recursos Naturais o Instituto Flores-

tal, o Instituto de Botânica, o Instituto Geográfico e Geológico e o Instituto de Pesca.

Os três primeiros são encarregados de pesquisas de apoio à atividade econômica no sentido de preservação do meio ambiente, integrando-o à exploração econômica. O Instituto de Pesca é encarregado de estudos sobre a atividade pesqueira e o pescado visando o aumento de sua produtividade e à exploração racional do setor. O órgão vem desenvolvendo projetos de agricultura continental e maricultura, pesca exploratória e experimental. Além disso, vem colaborando com a SUDEPE - Superintendência de Desenvolvimento da Pesca do Ministério da Agricultura, na elaboração de diagnósticos e Planos para o Setor Pesqueiro, no Estado de São Paulo.

No âmbito da assistência técnica à produção, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento dispõe de uma infra-estrutura que integra a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI. Esta conta com Casas da Agricultura, na maioria dos municípios paulistas, as quais são unidades executivas de prestação de serviços e assistência técnica às empresas e agricultores.

Sua função básica é prestar assistência técnica no campo da extensão rural; efetuar a defesa e fiscalização agropecuária e produção de sementes, mudas e matrizes.

O enfoque dado pela Coordenadoria na prestação dos serviços de extensão rural visa, além daqueles aspectos referentes ao aumento físico de produtos agropecuários, também à melhoria das condições sócio-econômicas da população rural, à manutenção e ampliação do potencial de produção do setor, às formas de organização dos componentes sobre os quais se assenta a produção agrícola e à preservação do equilíbrio do meio ambiente, tomando uma direção de desenvolvimento agrícola. São elaborados Programas de Desenvolvimento Agrícola Regionais à parte de um diagnóstico do potencial físico da região, seu uso atual, perfil de fatores de desenvolvimento sócio-econômico e das condições e pers-

pectivas sócio-econômicas para a região, inclusive de mercados.

Para obter a consecução física desses objetivos a CATI foi estruturada em 62 Delegacias Agrícolas - a nível sub-regional - que são responsáveis pelo planejamento, execução, supervisão, controle e avaliação dos projetos específicos de extensão rural.

A nível regional, o Estado foi dividido em 10 Divisões Regionais Agrícolas (DIRAs) sediadas, geralmente, nos municípios de polarização regional, no Estado, sendo responsáveis pelo planejamento, execução, coordenação, controle e avaliação do Programa de Desenvolvimento Agrícola Regional.

A nível da direção central, a CATI é integrada pela Diretoria Geral, e conta com os Centros de Adaptação e Transferência de Tecnologia de Produção Vegetal, Animal e de Recursos Naturais, Centro de Sócio-Economia, Centro de Comunicação Rural e parte administrativa.

A partir de 1979, foi integrada à Secretaria de Agricultura e Abastecimento a Coordenadoria de Abastecimento que tem por objetivo:

- elevar e diversificar a oferta de alimentos de modo a atingir preços mais compatíveis com o nível de renda da população;
- aumentar a auto-suficiência alimentar e reduzir custos de transporte, através do estímulo à produção de gêneros alimentício especialmente nas áreas próximas aos grandes centros urbanos;
- aprimorar as informações de mercado agrícola e os serviços de comercialização, bem como sua divulgação a produtores, agentes de comercialização, notadamente os de pequeno e médio portes e aos consumidores;

- assistir e orientar produtores, agentes de comercialização e agroindústrias quanto a novas técnicas de compra e venda, gestão empresarial, associativismo, utilização mais racional da infra-estrutura de transporte, armazenagem, classificação e padronização;
- orientar o consumidor, especialmente o de baixa renda, quanto ao valor nutritivo dos alimentos, diversificação de hábitos alimentares, preparo e processamento semi-industrial, locais de compra etc;
- implantar Mercados do Produtor e incrementar sistemas de centralização entre produtores e consumidores.

Dentro das diretrizes traçadas, a Coordenadoria de Abastecimento desenvolveu e vem implantando o Programa Paulista de Alimentação e Nutrição-PROPAN, cujo objetivo básico é constituir um Sistema Estadual de Abastecimento, integrando os vários segmentos desde a produção até o consumo final.

Outro item que integra o PROPAN é a orientação ao consumidor visando fornecer à população indicações sobre sazonalidade dos produtos, aspectos nutricionais, modo de preparo, aproveitamento de sobras etc.

Neste sentido, a Coordenadoria de Abastecimento vem elaborando os seguintes projetos:

- Mercadões - instalados em áreas da periferia dos municípios integrantes da Região Metropolitana, foram implantados, desde 1980, 14 Mercadões. Estes equipamentos visam à aproximação entre produtor e consumidor com diminuição de elos da cadeia de intermediação, controle do preço e fiscalização das mercadorias comercializadas e efeito de regulador de mercado sobre as feiras da região onde são instalados. Verifica-se uma comercialização média de 300 toneladas/dia e um fluxo de compradores por volta de 40/50 mil consumidores/dia.



- Atacadões - visando à descentralização do comércio atacadista foi implantado o primeiro Atacadão no Recinto de Exposições da Secretaria de Agricultura e Abastecimento - distante 22 km da CEAGESP. O objetivo deste projeto é beneficiar os comerciantes varejistas dos arredores, grupos de compras, e outras entidades que realizam grandes aquisições de mercadorias. Sua realização é obtida graças à diminuição da distância entre o centro distribuidor e os agentes pela descentralização física das unidades de venda no atacado.

Outro aspecto importante é a operação desse centro por diversas cooperativas de produtores, abrangendo, hortigranjeiros, pescado, laticínios, café, cereais.

A Coordenadoria vem desenvolvendo estudos para a implantação de outras unidades semelhantes em pontos das Regiões Leste e Norte do Município, dotando-os de equipamentos atacadistas descentralizados, em relação à CEAGESP.

- Campanhas do Alimento Mais Barato - esta promoção, também contando com a participação de produtores, tem por objetivo o escoamento de safras em "época de pico", épocas de larga demanda de produtos, ou ainda a colocação de produtos essenciais por tempo mais prologando. São realizadas em pontos de venda espalhados estrategicamente pelo Centro da cidade de São Paulo e áreas periféricas, nos Mercadões e Atacadões.

Foram realizadas, até o momento, Campanhas de Ovos, Frutas de Verão, Pescado, Arroz e Feijão, Frango, Carne, Laranja e Suco Concentrado de Laranja, todas apresentando alto índice de aceitação pelo público consumidor e pelos agentes participantes.

- Grupos de Compras - objetivando através do associativismo que o consumidor obtenha significativas reduções nos preços dos produtos e que desenvolva o hábito de racionalizar suas compras de alimentos. Este projeto é concretizado junto com

os moradores e associações comunitárias localizadas nos bairros próximos ao local dos Atacadões.

Na área de estudos sobre produção e consumo de alimentos, a Coordenadoria desenvolveu o Projeto de Estímulo à Auto-Suficiência Regional de Alimentos, abrangendo uma análise sobre oferta e demanda de alimentos, fluxos de remessa, projeção de produção e consumo por Delegacia Agrícola do Estado. Este projeto objetiva detectar, nas diversas Regiões do Estado, as áreas que apresentam balanço entre produção e consumo positivo ou negativo. A partir desses resultados e dos estudos sobre fluxo de comercialização inter-regional, os agentes regionais - produtores, atacadistas, entidades institucionais - poderiam começar um diagnóstico em conjunto, visando à superação dos problemas de comercialização e de falta de produtos na própria região.

No que diz respeito à Orientação do Consumidor, a equipe de nutricionistas e economistas domésticas da Coordenadoria de Abastecimento tem realizado palestras, cursos, visando à introdução de produtos alimentícios com maior poder nutricional - como a soja -, divulgando modos de preparo e aspectos nutricionais junto à população. São também elaborados folhetos sobre produtos de época, ressaltando sua importância do ponto de vista alimentar e econômico. Esses folhetos são distribuídos nos Mercadões, Atacadões e nos Pontos-de-Venda das Campanhas de Alimento Mais Barato.

- Programas Especiais - constam da relação de Programas Especiais projetos que apresentam integração com demais órgãos da Secretaria de Agricultura e Abastecimento e outros da Administração Federal ou Estadual, sendo desenvolvidos, planejados ou coordenados pela Coordenadoria de Abastecimento. Estes projetos são descritos a seguir:

a) Hortas Comunitárias - Projeto que visa, através da implantação de 50 Hortas Comunitárias, na periferia da Grande São Paulo, a união na tentativa de barateamento da cesta alimen-

tar, via cultivo de hortaliças em regime comunitário. Para tanto é implantado com apoio e participação de entidades comunitárias. Além do atendimento direto dos técnicos da Coordenadoria de Abastecimento e da distribuição de cadernos de orientação, o projeto conta com o Telecurso Rural montado pelas Coordenadorias de Abastecimento e de Assistência Técnica Integral (CATI), levado ao ar pela televisão e apresentado aos grupos participantes.

- b) Programa Integrado de Consumo de Pescado - Que visa o estudo dos vários segmentos da atividade pesqueira desde a captura até seu consumo final. Este estudo, que tem por objetivo a comercialização e a introdução da sardinha, corvina e pescado em larga escala junto à população, vem sendo desenvolvido em conjunto com a SUDEPE.
- c) Campanha de Introdução de Novos Hábitos de Consumo - Projeto desenvolvido pela equipe de nutricionistas e economistas domésticas da Coordenadoria de Abastecimento, CATI e entidades comunitárias e associativas.
- d) Cursos Especiais para Atacadistas e Varejistas - Projeto desenvolvido em conjunto com a equipe técnica do Programa de Produção, Industrialização e Comércio de Produtos de Origem Animal - PPICPOA, pertencente à CATI, visando à difusão de novas técnicas de comercialização e manipulação de produtos.
- e) Projeto de Capacitação de Escolares - Este estudo visa implantar, em Colégios Agrícolas do Estado, cursos para formação de técnicos capacitados a ministrar palestras e cursos especiais para agentes de comercialização e técnicos para o trabalho em Hortas Comunitárias. Está prevista a elaboração de convênio com o INAE-Instituto Nacional de Assistência ao Escolar.

Além desses programas, a Coordenadoria desenvolve também pesquisas junto aos consumidores nos Mercadões, com obje-

tivo de detectar o grau de satisfação dos usuários, em relação ao equipamento, de estabelecer a economia auferida pelos usuários dos Mercadões; levantamento de preços de gêneros de 1ª necessidade na periferia como subsídio às Campanhas de Alimentos Mais Baratos. A Coordenadoria desenvolveu ainda pesquisa no sentido de uma primeira abordagem dos problemas de comercialização do Pescado em Cananéia e Iguape junto aos pescadores artesanais da região. O objetivo dessa pesquisa é o de melhoria das condições de aquisição de materiais e combustível para a atividade pesqueira, bem como abrir novas alternativas para o escoamento da produção local e a ampliação da oferta de gêneros alimentícios aos pescadores.

Ao nível das empresas vinculadas que compõem a administração indireta da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, encontram-se a Companhia Agrícola, Imobiliária e Colonizadora - CAIC - e a Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo - CEAGESP, ambas de capital misto, onde o Estado detém a participação majoritária.

A CAIC tem como função precípua a prestação de assistência à agricultura no sentido de fornecer, em caráter supletivo, serviços de moto-mecanização e realizar, em conjunto com os demais órgãos da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, e em sintonia com as diretrizes de política agrícola, trabalhos de colonização de áreas específicas.

A CEAGESP resultou da fusão de duas empresas anteriores a CAGESP-Companhia de Armazéns Gerais do Estado de São Paulo e do CEASA-Centro Estadual de Abastecimento S.A. A união das duas empresas e sua transformação em Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo data de 31 de maio de 1969.

Dentro das diretrizes de política agrícola e de abastecimento do Governo do Estado de São Paulo, seus objetivos abrangem a prestação de serviços relativos a armazenagem de produtos nas áreas produtoras e de consumo concentrado, possuindo para isso unidades de frigorificação para fabricação de gelo e armazenamento de pescado.

Na área de comercialização, a CEAGESP atua como entreposto terminal e expedidor de hortigranjeiros, com a finalidade de redução dos custos de comercialização e controle da qualidade dos produtos colocados no mercado. Neste sentido, atua como central distribuidora e centro de comercialização de frutas nacionais e estrangeiros, legumes, pescados, verduras e flores.

Neste setor desenvolve também a operacionalização e controle dos sistemas de comercialização direta do produtor ao consumidor através dos Varejões instalados no Entreposto Terminal de São Paulo e nas unidades do interior e dos Mercadões instalados pela Coordenadoria de Abastecimento nos municípios da Capital e Grande São Paulo.

No Estado de São Paulo, todas as Centrais de Abastecimento e Entrepostos, à exceção do CEASA-Campinas - que integra o Sistema SINAC - e o do Entreposto de Pesca de Santos - da CIBRAZEM - são administradas e controladas pela CEAGESP.

Desta forma, verifica-se que a empresa não comercializa produtos de quaisquer natureza, fornecendo apenas infra-estrutura e serviços correlatos, como por exemplo, informações de mercado, análise de resíduos de defensivos, segurança, fiscalização, classificação e padronização de produtos etc.

A essa infra-estrutura, diretamente vinculada ao setor agrícola e de abastecimento, cabe ainda acrescentar a existência de outros órgãos e instituições, no Estado de São Paulo, que vêm desenvolvendo trabalhos no sentido de um melhor conhecimento da problemática agrícola e de abastecimento, bem como encaminhar soluções ou realizar projetos que melhorem a performance do setor ou de seus segmentos.

Neste aspecto é importante ressaltar a criação, em 1967, nos quadros da Secretaria de Economia e Planejamento do Estado, do Grupo Executivo da Grande São Paulo-GEGRAN, o qual elaborou o primeiro diagnóstico completo dos problemas que afetam o

setor agrícola e o abastecimento, em particular, à vista do processo de industrialização e urbanização da Região Metropolitana da Grande São Paulo. A partir de 1975, com a transformação do GEGRAM em Secretaria dos Negócios Metropolitanos e com a instituição de um órgão específico para realizar estudos de planejamento e desenvolvimento da Área Metropolitana - A EMPLASA-Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S.A. vinculada à essa Secretaria - aqueles estudos e diagnósticos passaram a integrar o Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado-PMDI. As diretrizes do PMDI, caminham no sentido de dirigir e orientar o crescimento e desenvolvimento da Área Metropolitana - Municípios da Capital e mais 36 limítrofes - para um planejamento integrado do uso do solo, preservação dos mananciais, zoneamento industrial e preservação do Cinturão-Verde existente em áreas próximas à Capital, responsável pelo principal suprimento de hortigranjeiros do Estado de São Paulo e de outros Estados do Centro-Sul.

Considerando tais estudos, foram concretamente implantados pela Secretaria dos Negócios Metropolitanos, em convênio com a COBAL, o Projeto Mercado do Produtor da sub-região Leste da Grande São Paulo e o Projeto da Rede Somar. O primeiro visa à melhoria das condições de comercialização por parte dos produtores localizados em Mogi das Cruzes e arredores, e o segundo tem a finalidade de atender ao segmento da comercialização varejista, na periferia da metrópole.

Por outro lado, para coibir os abusos e distorções que vinham sendo praticados no comércio de gêneros alimentícios e outros produtos básicos, foi instituído na Secretaria de Economia e Planejamento, em 1976, o Grupo Executivo de Proteção ao Consumidor-PROCON, cuja função é receber, analisar e encaminhar aos respectivos órgãos competentes problemas referentes a qualidade, preços, quantidade, aspectos sanitários que sejam lesivos ao consumidor.

Este órgão conta com suporte técnico dos Institutos: Adolfo Lutz, Pesos e Medidas, de órgãos federais como a SUNAB, e

entidades de pesquisa e estudos sobre renda, custo de vida, como o DIEESE.

Atuam, em São Paulo, várias outras instituições estaduais que fornecem infra-estrutura de apoio ao planejamento e operação do sistema de abastecimento nas áreas de comercialização, transporte e armazenagem. Destacam-se, nessas funções, a Coordenadoria da Ação Regional da Secretaria do Interior e a FEPASA-Ferrovias Paulistas S.A. ACAR, vem desenvolvendo, em conjunto com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento e CEAGESP, o projeto de instalação de Terminais Urbanos de Carga-TUCs junto às unidades da empresa no Interior; enquanto a FEPASA mantém rede de armazéns e depósitos para estocagem de gêneros alimentícios.

No plano do abastecimento institucional, o Estado conta com a rede de estabelecimentos escolares estaduais e municipais que distribuem a merenda escolar; e com a rede de Centros de Saúde que mantêm um programa de assistência alimentar e nutricional às gestantes, nutrizes e crianças até a idade pré-escolar.

Estes Programas são desenvolvidos em conjunto com os Ministérios da Agricultura, Educação e Cultura, Saúde, e contam com a participação de órgãos da administração direta e indireta desses Ministérios - COBAL, INAN-Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, INAE-Instituto Nacional de Assistência ao Escolar, além das Prefeituras locais encarregadas de fornecer infra-estrutura para armazenamento dos produtos a nível local.

### 5.1.3. MUNICIPAL

A intervenção a nível da esfera municipal vem se pautando mais pela atuação nas fases finais da comercialização de gêneros alimentícios, em especial, no comércio varejista e hortigranjeiros.

A legislação municipal permite ao poder público atuar direta ou indiretamente no sentido de estimular e manter a realização de feiras, construir e administrar mercados municipais, entrepostos e similares.

É, no entanto, difícil estabelecer os limites exatos da ação municipal em toda a sua extensão, visto que o sistema de abastecimento é articulado com providências tomadas em esferas diferentes, porém integradas, da administração pública federal, estadual e municipal.

Observa-se todavia, que a ação tradicional do município pode ser viabilizada através de distintos mecanismos, tais como:

- legislação do uso do solo com vistas a manter uma produção agrícola em sua área rural, constituindo os chamados "Cinturões-Verdes";
- regulamentação do uso do solo urbano e planejamento da distribuição espacial dos equipamentos e estabelecimentos de comércio atacadista, varejista, entrepostos e indústrias - com a finalidade de impedir problemas de natureza urbana;
- fiscalização sanitária, tributária e de obras;
- concessão de estímulos para ampliação e aperfeiçoamento da rede de comercialização.

No Município de São Paulo, devido à complexidade que tal problema desencadeia - em função da área do município, população, densidade demográfica, distribuição de renda diversificada e outros vinculados à infra-estrutura urbana - a solução e a condução do controle e administração do abastecimento está a cargo de uma Coordenadoria Municipal de Abastecimento. Este órgão, subordinado ao Gabinete do Prefeito, executa a fiscalização e controle de feiras e equipamentos varejistas e atacadistas, atra



vés das Unidades de Abastecimento descentralizadas a nível de cada uma das 17 Administrações Regionais.

Também, a fiscalização tributária e sanitária são levadas a efeito através das Administrações Regionais, embora suas políticas e diretrizes sejam formuladas pelas respectivas Secretarias de Finanças e Higiene e Saúde.

Como parte da rede de equipamentos a Prefeitura do Município de São Paulo, administra diretamente um Mercado Central, onze Mercados Distritais, quatro unidades de frigorificação e três entrepostos para comercialização de carnes, pescados e produtos hortigranjeiros. Estas unidades possuem também fábrica de gelo e câmaras frigoríficas.

Além dessa rede, a Prefeitura Municipal controla a realização de mais de 600 feiras semanalmente, classificadas em categorias "A", "B" e "C" (1). Tais categorias limitam e dispõem sobre o número de bancas, veículos, e grupos de produtos comercializados, de acordo com a região, densidade e condições sócio-econômicas da população e intensidade de tráfego local.

Atualmente, a Prefeitura do Município de São Paulo vem colaborando para a execução dos programas de equipamentos alternativos, implantados pela Coordenadoria de Abastecimento da Secretaria de Agricultura e Abastecimento.

---

(1) Decreto nº 11.199, de 2 de agosto de 1974.

## 5.2. ENTIDADES PRIVADAS

A organização de entidades privadas, instituídas no setor de abastecimento, abrange vários segmentos: produção, comercialização e consumidores. Podem se enquadrar em duas categorias distintas - as de utilidade pública e aquelas cujo objetivo é a defesa de seus associados.

No primeiro tipo, está a Bolsa de Cereais de São Paulo, cujo objetivo é a assessoria do poder público na comercialização de gêneros alimentícios básicos, fornecendo cotações, realizando leilões, comercializando em seu espaço, através de corretores, a produção de grãos, tornando-se centro de operações para a distribuição de cereais junto aos atacadistas. Realiza, ainda, cursos de classificação e padronização de cereais e também é consultada para arbitrar laudos e realizar a classificação e padronização de grãos.

No segundo grupo - as instituições de classe ou de representação - é que se encontram o maior número de entidades.

A nível de produtores podem ser citada a Federação da Agricultura do Estado de São Paulo - organizada em comissões técnicas específicas por grupo de produtos -, as Associações de Produtores de Hortigranjeiros, Avícolas e de outros produtos, além da constituição dos respectivos Sindicados Rurais, em várias regiões do Estado de São Paulo.

Neste aspecto é recente a constituição em uma Associação representando diversas categorias de produtores - a Associação dos Produtores Comunitários de Lins, datando de 1981.

No âmbito do comércio também se verifica a existência de diversas associações e sindicatos - Associação Brasileira de Cerealistas-ABRACE, Sindicato do Comércio Atacadista de Gêneros Alimentícios de São Paulo, Associação Brasileira dos Distri-

buidores Atacadistas-ABAD, congregando os atacadistas de produtos industrializados. Têm grande peso na elaboração das políticas de comercialização e na defesa de interesses do setor as Associação Comercial do Estado de São Paulo e a Federação do Comércio do Estado de São Paulo.

A nível dos consumidores, é também recente a instituição de associações, como: ADECON-Associação de Defesa dos Consumidores, Associação das Donas de Casa e diversas outras voltadas para a solução de problemas de âmbito da comunidade, dentre os quais a questão do abastecimento coletivo organizando grupos de compras, realizando levantamento de preço e efetuando compras diretamente dos produtores.

## CAPÍTULO 6

### MECANISMOS DE PLANEJAMENTO

## 6.1. O PLANEJAMENTO DO ABASTECIMENTO

Até recentemente, o acelerado ritmo de expansão da economia paulista era muito mais uma fonte de ufanismo que motivo para se pensar em planejamento. Com a explosão urbana das últimas décadas e o decorrente processo de crescimento desordenado da Região Metropolitana, os problemas, sobretudo os de infra-estrutura básica, começaram a assumir proporções alarmantes. A rápida queda do nível de vida na Capital - poluição, aumento da mortalidade infantil, surtos de doenças endêmicas, congestionamentos de trânsito etc - colocou, em primeiro plano, a necessidade de se planejar o crescimento.

Incapaz de se colocar à frente do processo de crescimento sócio-econômico, coube ao Poder Público o papel de tentar corrigir as distorções decorrentes da expansão desordenada. Na última década, pesados investimentos foram (e ainda o são) feitos em infra-estrutura básica.

Neste contexto, o abastecimento apenas foi lembrado, quando da ocorrência de uma ou outra crise conjuntural. O "cinturão-verde" metropolitano foi tendo sua área reduzida pela construção de reservatórios de água e de rodovias, pela extração de argila e areia, pela poluição dos rios e do ar e pela especulação imobiliária. A pequena produção de alimentos foi sendo desestruturada, deslocada e substituída por culturas mais rentáveis, estimuladas pelo mercado externo.

Neste mesmo período, a Secretaria de Agricultura sofreu um flagrante processo de esvaziamento, tendo sua dotação orçamentária progressivamente reduzida e, em decorrência, perdendo boa parte de seus técnicos. Acompanhando a grande expansão agroindustrial, desenvolveram-se os setores de armazenagem de matérias-primas e de tecnologia de alimentos (CEAGESP e ITAL).

Até 1980 não havia, no Estado de São Paulo, uma ins-

tituição especificamente encarregada de definir e coordenar a implantação de uma política estadual de abastecimento.

Na década de 1970, as diversas instituições federais, estaduais e municipais atuaram de forma desordenada, registrando-se a ocorrência de estudos paralelos até mesmo dentro desses órgãos, onde diferentes coordenadorias, departamentos ou divisões não somavam esforços.

Com o agravamento da crise econômica, a questão do abastecimento alimentar toma maiores proporções e passou a constituir uma fonte de preocupação para os quadros dirigentes do Poder Público e da iniciativa privada. Em 1978, a então denominada Secretaria de Agricultura organizou um grupo de trabalho, com posto pelas principais instituições públicas atuantes no setor, com o objetivo de analisar a viabilidade de constituição de um Conselho Estadual de Abastecimento. Nesse momento, os trabalhos no setor eram os seguintes:

a) Na Secretaria da Agricultura

- a CEAGESP implantava CEASAs Regionais, expandia sua capacidade de armazenagem a granel e racionalizava as operações no Entrepasto da Capital;
- o Instituto de Economia Agrícola realizava estudos sobre a estrutura de comercialização varejista e acompanhava a evolução dos custos e preços dos produtos agrícolas;
- o Instituto de Tecnologia de Alimentos pesquisava novos processos de obtenção de alimentos altamente nutritivos e mais baratos;
- a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, através da ação isolada de alguns de seus técnicos, estimulava e apoiava a implantação de mercados do produtor, destacando-se Mogi das Cruzes;

## b) Na Secretaria do Planejamento

- em diversas coordenadorias, equipes técnicas buscavam a sistematização dos dados fornecidos pelo IEA, FIBGE, e pela CEAGESP;
- o recém-criado PROCON começava a firmar-se na defesa do consumidor;

## c) Na Secretaria dos Negócios Metropolitanos

- através de convênios com a COBAL, estavam em fase de conclusão estudos para a implantação da Cadeia Voluntária de Varejistas (futura Rede SOMAR) e do Mercado do Produtor de Mogi das Cruzes (inaugurado em 1982);
- desenvolvia-se também intensa atividade no sentido de criar-se uma legislação que disciplinasse o uso do solo e preservasse o "cinturão-verde" metropolitano;

## d) Na Secretaria dos Transportes

- prosseguiam os planos de modernização ferroviária e expansão rodoviária, destacando-se a constituição dos "corredores de exportação" (de grande impacto para a laranja e o açúcar) e a integração com o sistema de armazenagem;

## e) Na Secretaria da Educação

- ampliava-se o Programa da Merenda Escolar, que assumia importante papel na suplementação alimentar de crianças com elevado grau de desnutrição;

## f) Na Secretaria da Saúde

- também ampliou-se o apoio nutricional às gestantes e nutrizes, destacando-se a integração com o ITAL, através da

distribuição do GESTAL;

g) Na Área Federal

- a COBAL operava a CEASA Campinas, inaugurava o Mercado do Produtor de Guapiara, ao mesmo tempo em que abandonava a venda direta no varejo, implantava uma política de apoio e organização dos varejistas;
- a Comissão de Financiamento da Produção atuava principalmente na colocação de cereais importados, via leilões, para regularizar preços nas entressafas; pela primeira vez, na década, ocorria excedente de produção de feijão em São Paulo, registrando-se a integração CATI-CEAGESP-CFP para a compra, secagem e armazenagem do produto;

h) Na Área do Município da Capital

- com a extinção da Secretaria Municipal de Abastecimento, a Prefeitura da Capital tinha sua atuação restrita ao credenciamento e fiscalização de feirantes, ambulantes etc;

i) Na Área do Setor Privado

- o comércio atacadista de gêneros alimentícios tinha como principal preocupação os problemas decorrentes de sua localização central: enchentes periódicas, engarrafamentos de trânsito, dificuldades de estacionamento e multas, elevado custo para carga e descarga, falta de espaço para expansão física etc. Propunha-se a criação de um grande terminal atacadista localizado fora do centro urbano, junto ao anel rodoviário;
- os supermercados percebiam a importância do mercado "periférico" e iniciavam estudos e experiências visando à redução de seus custos e à venda a preços acessíveis a essa população de baixa renda.



## 6.2. A CRIAÇÃO DA COORDENADORIA ESTADUAL DE ABASTECIMENTO

No final de 1979, a Secretaria da Agricultura é também denominada de Abastecimento, criando-se a Coordenadoria de Abastecimento, com a atribuição legal e explícita de elaborar a política estadual para o setor e coordenar suas atividades.

Em 1980, é instituída a Comissão Estadual de Movimentação de Safras - CEMOS -, por orientação do Governo Federal, contando, em seu Centro Operacional, com técnicos do Gabinete do Secretário da Agricultura e Abastecimento, da CEAGESP, da CFP, do Gabinete do Secretário de Transportes, do DER e da FEPASA.

Através da estrutura orgânica da CEMOS, contando com a colaboração de técnicos do IEA, CEAGESP etc, e reunindo a experiência das demais instituições públicas e privadas do Estado, começou a ser organizada a Coordenadoria de Abastecimento.

O primeiro grande desafio foi a "Campanha de Uso da Soja na Alimentação". Esta campanha foi desenvolvida em três frentes simultâneas e complementares: orientação ao consumidor, promoção e abastecimento.

- a) Orientação e treinamento do consumidor quanto ao preparo correto do produto: o conhecimento completo sobre as características da soja foi obtido através de profunda integração entre pesquisadores da Universidade de São Paulo e do ITAL, de extensionistas da CATI e nutricionistas de universidades e instituições assistenciais públicas e privadas. O treinamento de monitores (estudantes de nutrição e economia doméstica) e a realização de centenas de cursos se deu através da ampla participação de dezenas de entidades voltadas ao atendimento do público e à ação comunitária.
- b) Promoção: ampla campanha publicitária foi desenvolvida para levar o consumidor a experimentar o novo produto, apresen

tado como nutritivo, barato e saboroso (se preparado adequadamente).

- c) Abastecimento: através da colaboração de cooperativas de produtores e da Associação Paulista de Supermercados, introduziu-se a venda da soja no varejo, garantindo o fornecimento aos consumidores motivados pela intensa promoção e pelos cursos de orientação.

Desse primeiro grande desafio criou-se a convicção de que, com objetivos claramente definidos, com um mínimo de recursos e com a ampla colaboração e integração do Poder Público, iniciativa privada e organizações comunitárias, era possível enfrentar e resolver os problemas do abastecimento no Estado de São Paulo.

O segundo desafio vencido pela Coordenadoria de Abastecimento foi a implantação do Mercado Bresser - a venda direta do produtor ao consumidor. Contava-se com a experiência do Varejão da CEAGESP e do Mercado do Produtor (ainda sobre caminhões) de Mogi das Cruzes.

O Varejão mostrou que era possível:

- a) a comercialização no varejo com uma margem média de 15% sobre o preço de atacado;
- b) a comercialização varejista em larga escala, atendendo de 60 mil a 80 mil compradores no espaço de seis horas;
- c) quebrar a resistência dos feirantes à intervenção no comércio varejista.

O Mercado do Produtor de Mogi das Cruzes mostrou que os produtores:

- a) podiam se estruturar para vender no varejo;

- b) tendiam a diversificar sua produção para atender a clientela;
- c) podiam programar sua produção para reduzir a sazonalidade e manter a oferta mais constante e adequada à demanda.

A junção dessas duas experiências mostrava que o Mercado era viável, desde que solucionado o problema do local. As estações do Metro contavam com amplos estacionamentos que ficavam parcialmente ociosos nos fins-de-semana. Optou-se pela Estação Bresser, um local cercado, pavimentado, iluminado, dispondo de água e sanitários e de fácil acesso aos consumidores. Assim, foi possível a implantação de um equipamento varejista fornecendo 300 t de produtos alimentícios, por semana, para 50 mil compradores, a preços de 30% a 40% mais baixos que os das feiras-livres e contando com a participação de 75% de produtores.

Neste processo, é que foi sendo constituído o corpo técnico da Coordenadoria de Abastecimento, com profissionais de diversas especializações, cedidos por outros órgãos da própria Secretaria de Agricultura e Abastecimento (Assessoria Técnica do Secretário, CATI e Departamento de Cooperativismo) e oriundos de outras secretarias (Negócios Metropolitanos e Planejamento). A diversidade da origem desses técnicos, o caráter multidisciplinar da equipe, a decisão de enfrentar os problemas e de trabalhar junto com os demais órgãos interessados e com a comunidade, são fatores que determinaram o espírito de trabalho que norteia a Coordenadoria de Abastecimento.

### 6.3. OS INSTRUMENTOS EFETIVAMENTE UTILIZADOS NO PLANEJAMENTO DO ABASTECIMENTO PAULISTA

#### 6.3.1. A EXPERIÊNCIA DA COORDENADORIA DE ABASTECIMENTO

Em fins de 1980, com a definição das Diretrizes Básicas da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, estavam dadas as bases para a elaboração de uma Política Estadual de Abastecimento para o Estado de São Paulo. A Coordenadoria de Abastecimento elaborou o primeiro PROPAN (Programa Paulista de Alimentação e Nutrição), primeira proposta de planejamento global e integrado da questão do abastecimento paulista, a ser conduzido por todas as instituições públicas e privadas, a nível federal, estadual e municipal, que atuam no setor.

A integração de problemas tão amplos e complexos e de organismos tão distintos não pode ser alcançada de imediato, por decreto ou apenas baseada na boa vontade das pessoas envolvidas. A execução desse planejamento global iniciou-se pelo trabalho integrado na implantação de vários projetos de menor porte. É a partir da prática cotidiana e da obtenção de sucessos parciais que se articulará todo um Sistema Estadual de Abastecimento.

Foi levando em conta tais condicionantes, a falta de pessoal e de recursos, além da conjuntura política atual, que a Coordenadoria de Abastecimento definiu como prioridade, para sua atuação no curto prazo, o estímulo à venda direta do produtor ao consumidor. Os pontos básicos que justificam esta prioritização são os seguintes:

- a) a redução dos custos da distribuição varejista, através do aumento da escala de vendas, permite a imediata e significativa redução nos preços aos consumidores;
- b) a participação direta do produtor nas vendas no varejo permi

te o aumento de sua renda líquida, através da redução de seus custos de frete, embalagem e taxas de comercialização (pagas aos atacadistas);

- c) a redução dos preços aos consumidores, torna possível o aumento no consumo de alimentos e facilita a transmissão da orientação nutricional (quanto a mudanças de hábitos, melhor aproveitamento etc);
- d) a elevação da renda líquida do produtor estimula-o a aumentar, diversificar e programar sua produção, bem como aperfeiçoar o beneficiamento e a classificação de seus produtos.

Assim, a Coordenadoria de Abastecimento considera a melhoria do processo de comercialização como o ponto central a partir do qual são irradiados os estímulos à produção, ao consumo e à melhoria nutricional.

O exemplo, já citado, do Mercado Bresser, indica o tipo de equipamento varejista que reúne as melhores condições para a execução desse planejamento integrado. Neste sentido, torna-se interessante destacar alguns instrumentos utilizados no planejamento dos mercados.

#### a) O Volume a Ser Comercializado

As estimativas do Metrô previam um movimento de 30 mil passageiros na Estação Bresser. Com base neste fluxo e na análise do número de habitantes, renda familiar, distribuição de renda e do número de automóveis por família, admitiu-se que o Mercado deveria ser dimensionado para 20 mil famílias (ou 100 mil consumidores, à base de cinco pessoas por família) e observou-se que suas características sócio-econômicas se aproximavam das médias metropolitanas. Para se estimar a quantidade consumida pela população a ser atingida utilizaram-se os coeficientes de consumo per capita dados pela pesquisa ENDEF (FIBGE 1974/75).

b) Qualidade e Quantidades dos Produtos a Serem Oferecidos no Mês de Setembro

Os coeficientes da ENDEF representavam médias anuais e era necessário orientar os produtores para que trouxessem os produtos, cujas safras ocorriam no mês de setembro e cujo consumo também correspondesse àquela semana específica. Para solucionar este problema, tomaram-se os dados de entradas mensais na CEAGESP e calculou-se a percentagem das entradas anuais que ocorriam a cada mês. Estimou-se, assim, a sazonalidade de cada produto e considerou-se uma relação direta entre essas entradas no mercado e o consumo. Desta forma, transformou-se o consumo médio anual da ENDEF no consumo mensal e semanal de 100 mil pessoas. Assim foi possível determinar os produtos e suas quantidades a serem levadas pelos produtores para a inauguração do Mercado Bresser, por exemplo, 90 engradados de alface, 600 caixas de tomate etc.

A precisão destas estimativas ultrapassou qualquer expectativa. No grupo de verduras e legumes a margem de erro foi de apenas 3%. No grupo das frutas, a comercialização ultrapassou em 47% as estimativas, o que pode ser explicado pela elevada elasticidade-preço da demanda desses produtos. A redução de 30% a 40% no gasto dos consumidores permitiu o aumento na aquisição dos alimentos de maior elasticidade. Outros produtos, como alho, batata, cebola, arroz e feijão que, também segundo a pesquisa ENDEF, não são habitualmente comprados em feiras-livres, tiveram sua comercialização abaixo das estimativas. Ainda nestes casos, a oferta, a preços menores, provocou uma alteração nos hábitos de compra. Como exemplo mais flagrante, observou-se que a venda de feijão atingiu a 38% do consumo previsto para 100 mil consumidores, quando habitualmente apenas 11% dessa demanda é atendida pelas feiras-livres.

c) O Comportamento do Consumidor da Periferia

A implantação de Mercadões nas áreas periféricas exi

giu novas consultas e interpretações dos dados da ENDEF. Sendo a população da periferia metropolitana constituída de migrantes nordestinos, mineiros e do interior do próprio Estado de São Paulo, tornou-se necessário o estudo dos padrões de consumo em suas regiões de origem. Tratando-se também de consumidores de baixa renda, o conhecimento da elasticidade-renda de demanda dos principais alimentos foi importante instrumento de planejamento, permitindo prever, por exemplo, maior comercialização de mandioca, batata-doce, banana, laranja etc, ao lado de menores vendas de algumas verduras, frutas importadas etc. Cabe destacar ainda que alguns fenômenos observados escaparam totalmente às previsões feitas com base na ENDEF e outras pesquisas de consumo e orçamento. Por exemplo, a surpreendente venda de tomate no Mercado Itaquera (região periférica da Região Leste da Capital). Essas pesquisas indicavam uma relação direta entre o consumo de tomate e a renda e o grau de urbanização. No entanto, há indicações de que o consumo de macarrão aumentou significativamente, em todo o Brasil, nos anos recentes, em função do subsídio ao trigo. Assim, as populações mais carentes passaram a substituir arroz e feijão por macarrão, mas preparando-o apenas com sal, pois não dispunham de recursos para comprar os condimentos necessários à elaboração do molho. Com a oferta de tomate a preços reduzidos, suas vendas atingiram proporções que ultrapassaram as previsões.

A análise dos tipos de produtos e das quantidades em que estão sendo comercializados em cada um dos Mercadões, comparada com o nível de renda e origem dos compradores, a ser feita pela Coordenadoria de Abastecimento, deverá trazer novas contribuições para o planejamento metropolitano.

### 6.3.2. A EXPERIÊNCIA DE OUTRAS INSTITUIÇÕES

Dentre os programas implantados em São Paulo, visando à melhoria das condições de comercialização e alcançando impacto significativo, destaca-se a Rede Somar de Abastecimento, da

COBAL. Objetivando a implantação das Cadeias Voluntárias de Varejistas, o Governo Federal, através da COBAL, estabeleceu convênio com a Secretaria dos Negócios Metropolitanos, ficando atribuído à sua Equipe Técnica de Abastecimento a realização das pesquisas e estudos básicos para a realização do programa.

A Central de Serviços, que beneficiaria os varejistas, deveria ser instalada em imóvel que a COBAL possuía na Zona Oeste da Capital. Desta forma, a localização do programa era dada por esse condicionante e restava à SNM definir a área de influência da Central, com base na prioridade de atendimento à população de baixa renda e na deficiência de equipamentos de comercialização. Para a realização desses estudos iniciais, foi de fundamental importância a disponibilidade da Pesquisa OD (origem/destino), realizada pela EMPLASA (empresa vinculada à SNM e voltada ao planejamento metropolitano). Essa pesquisa fornecia um conjunto de dados sócio-econômicos - número de domicílios, renda, fluxos de pessoas etc - a nível de distritos e subdistritos da Capital e de outros municípios metropolitanos. Definida e mapeada a área de influência da Central de Serviços, efetuou-se completo cadastramento de todos os tipos de equipamentos varejistas situados em seu interior. A partir desse cadastro, foram selecionados cerca de 500 varejistas, que atendiam a critérios como: área disponível (limites mínimo e máximo), faturamento, localização, disposição em associar-se etc. Com base nessa nova população, foi definida uma amostragem de 10% e passado um questionário que visava ao estudo das condições de comercialização existentes, destacando-se a caracterização dos fornecedores atacadistas.

A partir deste convênio, a COBAL implantou a Central de Serviços e inaugurou a Rede Somar de Abastecimento. A idéia inicial de promover-se a associação voluntária dos varejistas, com estes assumindo a gerência da Central, foi substituída por uma fórmula intermediária, com maior participação do Poder Público. O trabalho de organização dos pequenos varejistas mostrou-se extremamente difícil e incompatível com a urgência em promo-



dendo alimentos e gerenciando redes de varejistas se, por um lado, conseguiu reduzir o preço de varejo na periferia, por outro, limitou o alcance que esse programa poderia atingir se fosse realmente dirigido pela iniciativa privada. A tradição paternalista e a suscetibilidade de influências políticas tornam difíceis as condições de compra e venda de uma empresa pública.

Outra conclusão extraída dessa experiência é a de que o grau de oligopolização da agroindústria alimentícia é poderoso obstáculo à redução dos preços dos alimentos. Para atingir este objetivo em profundidade, seria necessário um amplo programa que integrasse a produção-processamento agroindustrial-comercialização, estimulando e integrando a participação organizada de produtores-comerciantes-consumidores. O fomento às pequena e média agroindústrias geridas por cooperativas de produtores teria papel essencial na execução desse programa.

CAPÍTULO 7

POLÍTICAS E PROGRAMAS DE  
ABASTECIMENTO, CONSUMO E  
NUTRIÇÃO

## 7.1. A NÍVEL DA PRODUÇÃO

### 7.1.1. A PRESERVAÇÃO DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

Como foi visto nos capítulos anteriores, a produção de alimentos, no Estado de São Paulo, encontra sérios obstáculos como: deslocamento provocado pela expansão das culturas energéticas e/ou de exportação; especulação imobiliária e retenção da terra como reserva de valor; expansão dos sítios de fim de semana e o descontrolado desmembramento dos imóveis rurais; exploração mineral (areia e argila) desenfreada; poluição das águas, do ar e do solo; expansão urbana e industrial desordenada.

O controle de todos estes problemas encontra-se disperso em uma complicada malha de leis e instituições federais, estaduais e municipais, muitas vezes com atribuições conflitantes, gerando uma situação jurídica confusa, que acaba por beneficiar os infratores, especuladores e predadores do meio ambiente.

O controle da flora e da fauna, feito através dos Códigos Florestal, de Caça e de Pesca, é uma atribuição federal delegada ao Governo Estadual, através de sua Secretaria de Agricultura e Abastecimento. A exemplo do que ocorre com outros convênios, através dos quais a União delega poderes ao Estado de São Paulo (como Defesa Sanitária Animal e Vegetal, Classificação etc), os custos operacionais da Secretaria de Agricultura e Abastecimento são superiores às verbas recebidas. Como consequência, apesar de todo o esforço desenvolvido pelos técnicos, estes serviços apresentam deficiências que comprometem a preservação do meio ambiente paulista.

O controle da poluição é competência estadual, extremamente limitada por restrições impostas pelo Governo Federal (praticamente isenta de controle as indústrias consideradas de "segurança nacional"); pelo poder político-econômico das multinacionais e pela própria crise econômica que, ao provocar insta-

bilidade nas empresas, dificulta a rígida aplicação da legislação.

Devido ao adiantado estado de deterioração das condições de vida na Região Metropolitana de São Paulo, algumas leis específicas foram desenvolvidas para esta área.

A Lei de Proteção aos Mananciais foi criada para garantir o abastecimento de água à população metropolitana; a Lei de Zoneamento Industrial tem como objetivo ordenar a distribuição das indústrias segundo seu grau de poluição, proibindo que sejam implantadas ou ampliadas ou, então, confinando aquelas cujo processo de produção gera agressões ao meio ambiente.

A aprovação de uma lei específica para preservar a atividade produtiva no "cinturão-verde" metropolitano tem sido insistentemente tentada, nos últimos anos, sem alcançar sucesso.

O controle do desmembramento dos imóveis rurais - básico para conter o processo de desruralização e de expansão dos sítios de fins de semana - é feito conjuntamente pelas prefeituras municipais e pelo INCRA. Ressalvando-se algumas tentativas de aplicação correta da legislação vigente, observa-se que as propriedades rurais vão sendo pulverizadas por loteamentos especulativos e visando ao lazer da classe média urbana.

Os imóveis retidos para especulação ou simples reserva de valor, mantidos completamente ociosos, são taxados com valores significativos pelo Imposto Territorial Rural (ITR), embora, até recentemente, sua cobrança fosse deficiente, atingindo apenas os imóveis pequenos e produtivos e mantendo isentos os latifúndios improdutivos.

A exploração de areia e argila, para atender a acelerada expansão da construção civil e da cerâmica industrial, vem seguindo de forma desenfreada, destruindo riquíssimas várzeas (fôrteis solos orgânicos próximos da capital), poluindo rios e

culturas e provocando entupimentos de equipamentos de irrigação. A Região Metropolitana conta com 20% de seu território com pedidos de lavra registrados nos órgãos competentes.

A nível do Estado, a expansão da cultura da cana-de-açúcar, subsidiada pelo Programa Pro-Álcool, visando a produção energética, vinha deslocando importantes culturas alimentares. A Secretaria de Agricultura e Abastecimento assumiu, com algum sucesso a responsabilidade pelo zoneamento da cultura da cana. Procura-se conter a implantação de destilarias em regiões produtoras de alimentos e induzir o seu deslocamento para as áreas de pecuária extensiva. No Oeste do Estado de São Paulo, o Pro-Álcool poderia ampliar o número de empregos e, até mesmo, a produção de alimentos, que pode ser obtida em rotação com a cana.

Diante deste conjunto de problemas, tem sido uma preocupação da Secretaria de Agricultura e Abastecimento o desenvolvimento de uma política de apoio e orientação aos municípios, para que desenvolvam Planos Diretores do Desenvolvimento, que permitam ordenar o uso do solo, preservar e ampliar a atividade agrícola voltada para o auto-abastecimento.

#### 7.1.2. FOMENTO À PRODUÇÃO

Estimulada apenas pelas condições "naturais" de mercado, a produção agrícola orienta-se pelos melhores preços, normalmente obtidos no mercado externo e na parcela rica dos consumidores brasileiros. A produção de alimentos básicos para a população de baixa renda vai sendo deslocada, aumentando a distância dos centros consumidores, elevando o custo de transporte e encarecendo o preço final dos produtos.

Para conter este processo, o Estado tem desenvolvido programas - descritos a seguir - que visam ao fomento à produção desses gêneros básicos.

- PRO-FEIJÃO

Este programa tem como aspectos básicos a produção de feijão irrigado, no Oeste do Estado, aproveitando a grande disponibilidade de água e energia elétrica na região. Foi estendido a todo o território paulista, baseando-se no zoneamento edafoclimático realizado pelo Instituto Agronômico de Campinas. A ampliação da área irrigada vem aumentando a produção e reduzindo sua sazonalidade. Além disso, a produção de sementes, nos períodos secos do ano, permite maior controle fitossanitário, diminuindo a transmissão de moléstias e conseqüentemente proporcionando maior produtividade das culturas a serem implantadas.

- PRO-VÁRZEA

O aproveitamento das várzeas paulistas, sobretudo com a cultura de arroz, tem-se mostrado economicamente pouco viável ou até mesmo inviável para a iniciativa privada. Considerando-se a sua importância estratégica para conter o processo de deslocamento das culturas alimentares e seu conseqüente encarecimento do transporte, fizeram-se pesados investimentos públicos na construção de "polders" nos Vales do Paraíba e do Ribeira.

A plena utilização dessas terras, situadas estrategicamente nas proximidades dos maiores centros urbanos do País, é uma prioridade assumida por várias Secretarias de Estado e órgãos federais. Programas especiais de desenvolvimento integrado vêm sendo propostos para esses Vales, embora esbarrem em sérios obstáculos devido ao montante de recursos necessários, à resistência encontrada para a regularização de títulos de propriedade e para a modificação da estrutura fundiária.

Ainda não se chegou à forma mais adequada para se dar à terra ao uso social condizente com as necessidades da população paulista. O reassentamento de produtores expelidos de outras regiões, através da desapropriação de várzeas ociosas ou semi-ocupadas, é uma proposta sempre presente, mas realizada ape

nas em pequena escala (caso de Salesópolis, que receberá horticultores de Mogi das Cruzes desapropriados e desalojados para permitir a construção de reservatório de água).

A liberação de novos recursos para o PRO-VÁRZEA deverá fomentar a produção de arroz, feijão e batata de inverno e da olericultura.

- Estímulo à Auto-Suficiência Regional em Alimentos

Programa desenvolvido pela Coordenadoria de Abastecimento, dentro do PROPAN e que procura levar aos Conselhos Regionais Agrícolas a preocupação e a metodologia para o planejamento regional integrado. Tem como objetivo a preservação e o fomento à produção de alimentos, baseando-se na elaboração de Plano Diretor para disciplinar o uso do solo e tendo como fonte de estímulo ao incremento produtivo a melhoria nas condições de comercialização, com a participação direta dos produtores nas vendas aos consumidores. Devido à sua amplitude e complexidade, este programa desenvolve-se lentamente, tendendo a tornar-se um serviço de orientação e assessoria às prefeituras municipais.

- Produção de Sementes

A Secretaria de Agricultura e Abastecimento, através do Instituto Agrônomo de Campinas, vem desenvolvendo importantes pesquisas visando ao melhoramento genético das variedades de feijão, arroz, milho etc., obtendo resultados importantes para o incremento da produtividade desses alimentos básicos. A reprodução e distribuição das sementes aos produtores é feita, de forma crescente, pela CATI (sobretudo no caso do feijão).

- Assistência Técnica

A participação do Estado, através da CATI, na Assistência Técnica aos produtores paulistas é menor que aquela prestada pelo setor privado (cooperativas e indústrias de insumos).

Este órgão da Secretaria de Agricultura e Abastecimento veio assumindo diversas funções delegadas pelo Governo Federal, que acabaram por lhe dar um caráter fiscalizador e repressor, incompatível com a prestação de assistência técnica. Além disso, a política salarial adotada para os extensionistas não lhes possibilita as condições mínimas para um trabalho adequado. A alteração desse sistema vem sendo desenvolvida a partir da recente reestruturação da CATI, onde os trabalhos de Assistência Técnica, Defesa Sanitária e Produção de Sementes foram diferenciados em departamentos próprios, que procuram rever suas funções e adequá-las às necessidades da agricultura paulista. Neste contexto, cresce a importância atribuída à assistência técnica à comercialização, reconhecendo-se que a obtenção de bons preços é o melhor estímulo ao produtor e à produção.

#### - Preços Mínimos, Crédito Rural e Estoques Reguladores

Estes poderosos instrumentos de política agrícola estão nas mãos do Governo Federal, que os tem empregado mais em função de problemas conjunturais do que visando a solução de médio e longo prazos. Assim, os alimentos básicos continuam padecendo de problemas crônicos que prejudicam produtores, comerciantes e consumidores. Quando há crise no abastecimento, o Governo Federal intervém, através da distribuição de produtos importados.

Por um lado, esta política impede que o consumidor pague preços exorbitantes, por outro lado, não é suficiente para conter a especulação e manter os preços em níveis mais adequados com a real situação de oferta e demanda, ou seja, estes preços são forçados para cima ao nível do consumidor e para baixo ao nível do produtor. Para voltar a estimular os produtores, os preços mínimos são elevados para a safra seguinte. Ocorrendo, em resposta, uma grande produção, verifica-se que parte significativa dos produtores não consegue vender ao Governo, recebendo o preço mínimo. Problemas como a exigência de padrão, de qualidade da sacaria e de atestado de classificação, feito pelo Governo, têm levado os pequenos produtores de feijão de São Paulo a entre



garem sua produção a atravessadores a preços abaixo de mínimo.

Para enfrentar essas crises cíclicas, tem sido propostos e, parcialmente adotados, programas de médio prazo, que garantam um lucro estável para os produtores e tornem seguros os investimentos no setor.

## 7.2. AO NÍVEL DA COMERCIALIZAÇÃO

### 7.2.1. O MERCADO DO PRODUTOR

Em função da crise econômica que atinge o Brasil, hoje observa-se, por um lado, o constante aumento dos custos de produção e comercialização e, por outro lado, o crescimento na desigualdade da distribuição da renda e a queda do poder aquisitivo da população. Neste contexto, os comerciantes estabelecidos, baseados no poder oligopolista que o mercado lhes dá, conseguem manter suas margens de lucro, captando uma parcela relativamente maior do excedente gerado pelos produtores.

Neste momento, acentua-se a questão básica de que os produtores recebem pouco e os consumidores pagam muito pelos alimentos.

A participação organizada e consciente dos produtores no mercado torna-se condição essencial à sua sobrevivência: ou eles aumentam sua participação no excedente gerado ou se descapitalizam e perdem seus instrumentos de trabalho e/ou suas terras.

A organização da expedição rural, através da implantação de Mercados do Produtor, tem sido feita pela COBAL, registrando-se os equipamentos de Guapiara e Mogi das Cruzes. Estes pontos de comercialização situam-se em regiões de grande produção de hortigranjeiros e têm por função concentrar e facilitar a sua expedição para as CEASAs.

A simples instalação física de um local adequado para a comercialização do produtor não é condição nem suficiente nem absolutamente necessária para atingir o objetivo central proposto: a maior captação do excedente. Na luta pelo controle do mercado, a questão principal é o poder de barganha, que é obtido pelos pequenos, através de sua organização, e dado aos grandes

pela concentração do capital. Em Mogi das Cruzes existia um Mercado Livre do Produtor, realizado duas vezes por semana, sobre caminhões e nas ruas. Os produtores dessa região, predominantemente de origem nipônica, encontra-se fortemente organizados, tanto ao nível de bairro (associações e clubes), quanto em cooperativas e sindicato rural. Neste caso, o trabalho da COBAL, apoiado em estudo da Secretaria dos Negócios Metropolitanos, foi o de projetar, financiar e construir as instalações físicas adequadas para a comercialização dos produtores mais organizados, no maior centro produtor de hortigranjeiros do País e rodeado por dois milhões de consumidores (população residente em um raio de 30 km).

A expansão da organização dos produtores se dá de forma lenta, mas segura e ampla, geralmente a partir do esforço localizado de pequenas comunidades que se mobilizam. São muitos os casos de instalação de mercados, feiras ou feirões, que comercializam no atacado, no varejo ou em ambos; livres ou controlados; com exclusividade ou apenas predominância de produtores; ocupando ruas, praças, matadouros desativados etc, organizados pelas prefeituras do Interior de São Paulo. Esse trabalho normalmente é restrito ao mercado local e, eventualmente, ganha dimensões regionais. Para atender às condições de organização dos produtores, a nível dos grandes fluxos de comercialização inter-regional e inter-estadual, o PROPAN prevê o desenvolvimento de um conjunto de instrumentos de apoio, dos quais podem ser destacados:

- a) padronização das embalagens, classificação e padronização dos produtos;
- b) sistema de informações de mercado;
- c) introdução de técnicas de comercialização à distância (leilões).

Atualmente, as embalagens que dão entrada nas CEASAs

não têm as suas dimensões perfeitas e legalmente definidas, ocorrendo, por exemplo, que uma caixa de tomate pese de 22 a 29,5 kg. A classificação também não é fixa, é considerado EXTRA AA o melhor tomate que entra no dia.

O processo de coleta, centralização e divulgação das informações de mercado ainda é muito lento e imperfeito. Normalmente, os produtores hortigranjeiros, melhor informados, negociam com base nas cotações alcançadas no dia anterior. A defasagem nas informações de mercado facilita a ação dos atravessadores que sempre aumentam suas margens quando as variações de preço são acentuadas. Quando o preço cai, seu impacto é imediato, a nível do produtor, e retardado, a nível do consumidor; quando sobe, o processo é invertido, sempre aumentando a margem de comercialização do atravessador. Nestas condições, as vendas à distância são praticamente inviáveis e os produtos "passeiam" atrás de bons preços no mercado.

As grandes cooperativas de produtores, por sua vez, enfrentam problemas estruturais e legais que as levam a uma prática distante daquela preconizada nos ideais cooperativistas. Os problemas estruturais são derivados do gigantismo e, por sua vez, são base para distorções funcionais. O grande e rápido crescimento de algumas cooperativas deu-lhes um grande poder no mercado. Perfeitamente integradas no sistema capitalista, não podem escapar à sua regra máxima: crescer ou morrer. Assim, esse poder oligopolista (quase monopolista em alguns produtos) é usado para maximizar os lucros da grande empresa, que precisa acumular para crescer.

Para agravar o problema do gigantismo, têm-se as exigências legais às quais as cooperativas de produtores não podem fugir (como o fazem as empresas privadas), pois são submetidas à rigorosa fiscalização federal. Para atender à rígida legislação, essas cooperativas são forçadas a manter um número imenso de funcionários administrativos. Isso aumenta os custos operacionais e onera o produto.

É muito comum entre os médios e grandes produtores a entrega de apenas parte de sua produção à cooperativa. Alguns entregam para mais de uma cooperativa, grandes atacadistas locais e atacadistas nos centros consumidores. Estes consideram as cooperativas como empresas iguais às privadas, sendo positiva a concorrência entre ambas.

Nos casos dos produtos alimentares sobre os quais incide o ICM (Imposto de Circulação de Mercadorias), como o arroz e o feijão, as cooperativas encontram a concorrência desleal dos atravessadores que sonegam o imposto e podem pagar melhor os produtores. Este é o principal motivo alegado para explicar a absoluta ausência de organização dos produtores de feijão, em São Paulo.

Nos últimos dois anos, a Coordenadoria de Abastecimento tem desenvolvido programas que visam à venda direta dos produtos tanto aos consumidores (no varejo e semi-atacado) quanto a varejistas, creches, pensões, restaurantes industriais (no atacado). Nos 14 Mercadões implantados até esta data, diversos grupos de produtores consolidaram sua participação no comércio varejista: produtores da região de Mogi das Cruzes, liderados pelo seu Sindicato Rural; Cooperativas de produtores de frango, de laranja, de pescado, de maçã, de cebola etc de várias regiões de São Paulo e outros Estados.

A Campanha de Alimentos Mais Baratos vem sendo um estímulo constante à participação organizada dos produtores, tendo alcançado amplo sucesso com ovos, laranja e pescado (basicamente através de Cooperativas, Sindicatos Rurais e Associações de Produtores) e encontrado dificuldade nas frutas de verão (produtores em lento processo de organização).

O Atacadão da Água Funda é o primeiro passo dado para descentralizar o comércio atacadista de alimentos e fortalecer a participação das cooperativas de produtores. Este equipamento conta com a participação de três cooperativas, nas áreas de hortigranjeiros, laticínios e pescado.

### 7.2.2. O MERCADO ATACADISTA

Ao nível do comércio atacadista de hortigranjeiros, a política seguida pela CEAGESP é a de implantação das Centrais de Abastecimento Regionais. Até recentemente a instalação desses equipamentos levava em conta apenas a dimensão atual e potencial dos mercados consumidor e atacadista de cada região. O objetivo tem sido o de simplesmente fornecer um local físico adequado (do ponto de vista de localização, higiene, espaço etc) para onde os atacadistas deveriam ser deslocados. A CEAGESP apenas projeta, constroi e aluga espaço para a comercialização; não compra, não vende e nem controla preços. Como consequência desta política, a estrutura do comércio atacadista não se altera ou os empresários mais fortes ampliam seu espaço e seus poderes oligopolistas.

Nestas condições, a criação de entrepostos no Interior altera pouco ou nada o fluxo de produtos e os preços destes.

Por outro lado, deve-se levar em conta, em primeiro lugar, a relativa eficiência que a rede de Centrais de Abastecimento vem apresentando. Destaca-se o caso da Região Metropolitana, que possui o Entreposto de maior volume de comercialização de hortigranjeiros do mundo, sofre um incremento demográfico superior a meio milhão de habitantes por ano e não tem apresentado crises na distribuição desses produtos.

Em segundo lugar, deve-se levar em conta que a substituição desse sistema só pode ser feita pela intervenção do Estado ou pela participação organizada dos produtores. A intervenção estatal tem se mostrado desastrosa em outros países, do ponto de vista econômico e/ou político. A participação organizada dos produtores, apesar de extremamente demorada, é o caminho seguro, previsto no PROPAN.

Ao nível do comércio atacadista de gêneros alimentícios pouco ou não perecíveis, os problemas se agravam por várias razões, entre as quais: localização deste setor no centro urba-

no da capital, sonegação de impostos e dependência da importação de outros Estados e países.

A criação de um ou mais terminais atacadistas de gêneros alimentícios (TAGASP) é uma questão sempre colocada na pauta de discussões, mas cuja solução vem sendo adiada, em função do montante de recursos requerido e da importância política do tema.

A sonegação de impostos, com a cumplicidade de todos os agentes (do produtor ao varejista), contribui para cobrir o mercado com um véu escuro, que esconde as suas características e dificulta qualquer intervenção.

A dependência de importação torna muito mais difícil, ou mesmo impossível, o contato direto com os produtores e favorece a formação de poderosos oligopólios que atuam a nível nacional e internacional.

Concretamente, as políticas para regularizar o comércio atacadista em São Paulo se restringem àquelas adotadas pelo Governo Federal, através da CFP, COBAL, CACEX. Estes órgãos controlam os estoques reguladores e regulam o comércio exterior.

Para controlar a especulação altista nas entressafas são distribuídos os estoques internos ou externos de alimentos. Para reduzir a perda de excedentes de produção, esses órgãos promovem ou facilitam a compra, estocagem ou exportação de alimentos.

A política estadual - consubstanciada no PROPAN - preconiza a criação de um Sistema Estadual de Abastecimento, tendo como componentes:

- a) Sistema Estadual de Centrais de Abastecimento - integrando as CEASAs-, avaliando seus desempenhos e revendo suas funções;

- b) Sistema Paulista de Informações de Mercado - analisado no item anterior -;
- c) Bolsa de Alimentos - centralizando o comércio à distância -, baseado no Sistema de Centrais e movido pelo Sistema de Informações.

A concretização dessa proposta, respeitados a crise econômica e o conceito de planejamento predominante no Poder Público, vem se dando lentamente, através da somatória de projetos de curto prazo. Entre estes destacam-se os Atacadões e os referentes ao mercado varejista, a ser analisado em seguida.

### 7.2.3. O MERCADO VAREJISTA

O principal equipamento varejista do Estado de São Paulo - o supermercado - não necessita de políticas e programas especiais de estímulo. Perfeitamente integrado ao sistema econômico e controlado por poderosos grupos, usufrui das facilidades creditícias e outros subsídios colocados à sua disposição. Os supermercados atendem, de forma satisfatória, as camadas de renda média e alta, e parcela da população de baixa renda, normalmente aquela que transita em suas proximidades, deslocando-se entre o local de trabalho e a residência.

O aspecto mais crítico da distribuição varejista diz respeito ao atendimento das populações pobres das periferias dos centros urbanos, que é feito por dezenas de milhares de empórios, armazéns, quitandas, ambulantes etc.

Para resolver esta questão, o Governo Federal, através da COBAL, vem desenvolvendo a Rede SOMAR de Abastecimento. Uma avaliação precisa deste empreendimento não pode ser feita devido à ausência de pesquisas que comprovem uma eventual redução da diferença de preços pagos pela população periférica e aqueles dos supermercados. Além disso, seria necessário também ava-



liar-se a relação custo/benefício do programa. Admite-se, baseando-se em indicações secundárias, que o sistema implantado pela COBAL, tem um relativo sucesso, pelo menos quanto ao atendimento direto dos consumidores pelos equipamentos da Rede SOMAR.

Por outro lado, observa-se também que a redução do preço final poderia ser bem maior se os varejistas se associassem voluntariamente e gerenciassem sua rede de equipamentos, e se esse programa fosse associado a outros, voltados ao fomento da produção e ao processamento agroindustrial (setor oligopolista multinacional).

A Rede SOMAR vem sendo ampliada, com a instalação de novas Centrais de Serviços em outros municípios da Região Metropolitana e do Interior do Estado. Os limites de seu sucesso podem ser medidos, por um lado, pela constante expansão e, por outro lado, pelo fato dessa expansão não encontrar forte oposição do comércio tradicional.

Alguns setores mais organizados do comércio varejista têm tentado implementar algumas medidas para reduzir seus custos e garantir-lhes as condições de sobrevivência.

Destaca-se o Sindicato dos Açougueiros de São Paulo, que reúne cerca de cinco mil equipamentos na Capital e que vem estudando a viabilidade de instalação de Centrais de Compra. Estes centros de distribuição de carne, situados em pontos estratégicos da cidade, permitiriam a eliminação de atravessadores e a redução de custos de transporte, resultando em menores preços aos consumidores.

Ao nível do Governo do Estado, o PROPAN define, em seu 3º Subprograma, Aprimoramento da Distribuição de Alimentos nas Regiões de Maior Concentração Urbana:

- descentralização e regionalização do comércio atacadista de gêneros alimentícios na Região Metropolitana de São Paulo;

- ampliação dos mercados:
  - a) implantação de novos Mercadões,
  - b) ampliação dos Mercadões já implantados;
- fomento ao associativismo de varejistas visando à implantação de cadeias voluntárias:
  - a) criação de Centrais de Compra operadas prioritariamente por Cooperativas de Produtores,
  - b) cadastramento e treinamento gerencial de varejistas interessados na criação de associações para a compra em comum;
- implantação de Centrais distribuidoras de cestas de alimentos básicos:
  - a) apoio e orientação às Cooperativas de produtores interessadas em implantar as Centrais,
  - b) estímulo à formação de grupos de compras comunitárias, às cooperativas de consumo e restaurantes industriais e institucionais interessados na distribuição da cesta.

O objetivo geral da proposta é articular as organizações de produtores, comerciantes e consumidores, de tal forma a permitir a redução de custos e de preços.

Tanto o nível inicial, quanto o ritmo de organização dos vários segmentos sociais que participam do processo de abastecimento são bastante diferenciados. Isto vem a inviabilizar um desenvolvimento harmônico e global da proposta contida no PROPAN. Alguns projetos avançam rapidamente, enquanto outros permanecem anos na fase de estudos e negociações preliminares.

O projeto de maior sucesso tem sido o dos Mercadões

que, em apenas dois anos, já beneficiou mais de 10% da população metropolitana.

O Mercado é basicamente um equipamento varejista que trabalha em larga escala e pequena margem de comercialização. O aumento na escala de venda é dado por:

- aumento no consumo derivado da elasticidade-preço da demanda;
- maior número de compradores, que abandonam as feiras-livres, atraídos pelos menores preços dos Mercadões.

Assim, os Mercadões abalam o comércio tradicional, provocando o fechamento das feiras muito próximas e a redução dos preços nos equipamentos situados dentro da sua área de influência. Esta área é definida por fatores de atração e repulsão que atingem diferentemente os diversos estratos sociais. Como principal atração tem-se os preços, que são de 30% a 40% menores que os das feiras-livres.

Como limitações, os Mercadões apresentam: a distância, a aglomeração de compradores e a disputa pelos melhores produtos nas primeiras horas da manhã.

Em resumo, cada classe social avalia sua relação custo (monetário e subjetivo)/benefício, opta entre comprar mais barato nos Mercadões ou no comércio tradicional. Com a ampliação dos Mercadões uma parcela dos equipamentos varejistas tende a ser eliminada do mercado. Embora esse não seja o objetivo da Coordenadoria de Abastecimento e tudo seja feito para evitar o aumento do nível de desemprego na economia, considera-se esta tendência como inevitável em qualquer programa de racionalização da distribuição varejista.

Este setor tem sido tradicionalmente tratado de forma paternalista pelo Poder Público que concede o sub-emprego a necessitados e deficientes. A própria legislação municipal proi

be que o feirante tenha mais de uma banca, ou seja, impede-o de obter escala e, na prática, obriga-o a buscar altas margens de comercialização para obter a sua sobrevivência. Por outro lado, é previsível o esgotamento da participação de produtores nos Mercadões, seja pelo progressivo aumento da distância, seja pela sua descaracterização e transformação em novos comerciantes. Assim, para evitar o massivo desemprego de feirantes e para compensar a queda na participação de produtores, um novo tipo de equipamento deve ser proposto, com as seguintes características:

- concentre a oferta varejista e permita a venda em escala;
- siga as tabelas de preços definidas pela CEAGESP;
- obedeça ao controle e fiscalização do Poder Público;
- seja confinado, de fácil acesso e estacionamento;
- permita a ampla participação de feirantes.

As dificuldades para a aplicação desse programa de reestruturação da distribuição varejista de hortigranjeiros são, sobretudo, as seguintes:

- disponibilidade de terrenos para confinar a comercialização, retirando as feiras-livres das ruas;
- dificuldade de manutenção de uma estrutura de fiscalização atuante e incorruptível.

### 7.3. AO NÍVEL DO CONSUMO

#### 7.3.1. IMPOSTOS E SUBSÍDIOS

Inexiste, no Brasil, a prática de utilização da política tributária como instrumento de orientação ao consumo. Um caso especial foi o subsídio concedido ao trigo na década de 70. Em 1973 o Governo Federal comprava uma tonelada de trigo por Cr\$ 796,18, no mercado internacional e vendia a Cr\$ 612,00 aos moinhos; em 1979, estes preços atingiram, respectivamente, Cr\$ 5.616,00 e Cr\$ 1.390,71, representando um subsídio de 75%, ou, em valores absolutos, mais de um bilhão de dólares dispendidos pelo Tesouro Nacional. Esta política permitiu a oferta de produtos derivados do trigo a baixos preços, redundando em um grande aumento no seu consumo, em substituição ao feijão, farinha de mandioca e outros alimentos tradicionais. Do ponto de vista nutricional esta substituição foi negativa, principalmente devido à redução no suprimento de proteínas e ferro.

A partir de 1981 este subsídio passou a ser retirado, implicando em drásticos aumentos nos preços dos produtos derivados do trigo.

A partir da reforma, efetuada em 1967, que se caracterizou como mais uma das poderosas medidas centralizadoras do Poder Federal, o tributarismo tornou-se um espírito e uma atividade constantes na vida nacional. Os governos estaduais viram reduzidas suas fontes de arrecadação a praticamente um só imposto: ICM (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias), responsável por 80% da arrecadação paulista.

A incidência ou não do ICM e o seu peso têm sido determinados, por um lado, pela perda de autonomia e rigidez orçamentária a que ficou submetido o Governo do Estado e, por outro, por crises conjunturais em poderosos ramos do setor secundário. Assim, a política tributária, é resultante do jogo de pressão e-

xercido pelo Estado, e pelas indústrias. O primeiro quer aumentar sua arrecadação, e as segundas minimizar as crises, via isenção fiscal. Neste contexto, o consumidor ainda não representa uma força de pressão suficiente para interferir na definição de uma política tributária que o favoreça.

Como consequência, os produtos básicos da alimentação das camadas de baixa renda - como o arroz e o feijão - são taxados pela Secretaria da Fazenda, enquanto produtos supérfluos são isentos de ICM - como as revistas eróticas.

Apenas eventualmente, ramos mais organizados como os açougueiros conseguem a redução temporária da taxa de ICM. Até as cooperativas de consumo, instituições sem caráter lucrativo, são forçadas a pagar o ICM, tal qual o comércio estabelecido. Além disso, estas organizações não possuem a "flexibilidade contábil" das empresas privadas e, portanto, não podem sonegar os impostos, ficando em desvantagem no mercado.

Ao nível do Imposto de Renda (federal), existem alguns mecanismos que permitem às empresas obter deduções, em função de aplicação de recursos em cooperativas de consumo e restaurantes industriais. As grandes empresas multinacionais utilizam esses mecanismos e, ao beneficiar dezenas de milhares de trabalhadores, aumentam sua produtividade.

### 7.3.2. FISCALIZAÇÃO E CONTROLE SANITÁRIO

Uma das consequências mais graves do processo de industrialização da agricultura é o crescente processamento dos alimentos.

Em primeiro lugar, os alimentos vão perdendo o valor nutritivo devido à obtenção de novas variedades mais produtivas agronomicamente, de maior rendimento industrial, e ao próprio processamento, onde, por exemplo, o arroz é polido, retira-se o

germe do trigo e o açúcar é branqueado etc.

Em segundo lugar, são adicionados conservantes, corantes, espessantes, anti-acidulante e outras substâncias químicas, algumas cumulativas, outras cancerígenas, que são de difícil controle e afetam a saúde da população.

O consumidor brasileiro está firmemente imbuido do espírito de que "o branco é puro", daí o branqueamento artificial do sal, do açúcar, da farinha de trigo, do arroz etc, destruindo o seu valor nutritivo e agregando substâncias nocivas à saúde.

A resistência a este processo de degradação dos alimentos está restrita a grupos de pessoas, predominantemente das camadas médias da população, que pregam o retorno à agricultura, ao processamento e à alimentação naturais. Não há nenhuma iniciativa governamental no sentido de opor à intensa propaganda das multinacionais um programa de valorização de hábitos alimentares naturais e nutricionalmente adequados.

Não há também uma ampla e firme estrutura de fiscalização que impeça o uso abusivo de aditivos. Existe apenas a obrigação legal de constar nos rótulos dos alimentos industrializados os tipos de substâncias químicas adicionadas.

O controle sanitário, notadamente no abate de animais, em São Paulo, é ainda precário, atingindo cerca de 50%, nos casos de suínos e bovinos. O abate e processamento clandestinos geralmente são feitos sem as devidas condições higiênicas e provocam danos à saúde pública. No âmbito da comercialização, o manuseio e a conservação dos alimentos ainda apresentam sérias deficiências, aumentando os custos, devido às perdas e prejudicando o consumidor.

Neste sentido, a Coordenadoria de Abastecimento vem reativando o trabalho de um grupo de técnicos que, no passado,

foi responsável pela fiscalização dos produtos de origem animal, em São Paulo, competência hoje assumida pelo Governo Federal, através do Ministério da Agricultura. Este Setor da Coordenadoria ministra cursos, principalmente a varejistas, sobre as técnicas corretas de manuseio e conservação de alimentos altamente perecíveis.

### 7.3.3. ORIENTAÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

No Estado de São Paulo, três órgãos públicos, todos de criação recente, se destacam no desenvolvimento de trabalhos de orientação e defesa do consumidor: PROCON, CODECON e Coordenadoria de Abastecimento.

O PROCON, vinculado à Secretaria do Planejamento, atua mais na área da defesa do consumidor, testando novos produtos, analisando denúncias do público etc. Este órgão orienta os consumidores, principalmente na medida em que divulga os resultados de seus testes e análises.

A CODECON, vinculada ao Ministério da Agricultura, se caracteriza pela transmissão de orientações aos consumidores através de veículos de comunicação de massa: televisão, rádio, serviço telefônico etc. Atua também na defesa, recebendo denúncias e as encaminhando, principalmente, para os órgãos competentes da esfera federal.

A Coordenadoria de Abastecimento, como regra geral, vincula seu serviço de orientação ao consumidor aos equipamentos de comercialização implantados por ela (Mercadoes, Atacadões e Pontos de Venda) e às campanhas de escoamento de excedentes de safra. Para atingir seus objetivos, conta com uma equipe de nutricionistas e economistas domésticas, que operam uma Cozinha Experimental e elaboram, com o apoio da Assessoria de Imprensa do Gabinete do Secretário, um jornal semanal.



#### 7.4. AO NÍVEL DA NUTRIÇÃO

##### 7.4.1. MERENDA ESCOLAR

O Instituto Nacional de Assistência ao Escolar (INAE, órgão federal) e as Secretarias de Educação do Estado e de importantes Municípios de São Paulo distribuem, anualmente, milhões de refeições aos escolares paulistas. Os programas de Merenda Escolar adquirem importância vital na suplementação nutricional às crianças pobres das periferias dos grandes centros urbanos. Estudo da Escola Paulista de Medicina <sup>(1)</sup> indica que 1/3 das crianças de seis a 60 meses de idade, no Município de São Paulo, apresentam desnutrição. Ingressam na rede escolar sem condições nutricionais mínimas para assimilar os ensinamentos ministrados pelos professores.

Neste caso, a viabilidade do próprio ensino depende da suplementação alimentar dada pela merenda, que atinge uma importância tal, que é distribuída mesmo nos períodos de férias escolares.

Esta via é a principal forma de subsídio ao consumo de populações carentes. Estes programas podem ser ampliados e melhorados se forem vinculados a programas de apoio à agroindústria operada por cooperativas de produtores e ao cultivo de hortas comunitárias e domésticas.

Neste sentido, a Coordenadoria de Abastecimento vem desenvolvendo um intenso programa de hortas comunitárias, principalmente junto a creches e unidades de internamento e recupera-

---

(1) Instituto de Medicina Preventiva da Escola Paulista de Medicina - "Estado Nutricional das Crianças de seis a 60 meses no Município de São Paulo", 1975.

ção de menores (FEBEM-Fundação Estadual do Bem Estar do Menor). Juntamente com a orientação técnica ao cultivo de hortaliças é transmitida a orientação nutricional, quanto ao valor, preparo correto e melhor aproveitamento dos alimentos.

O desenvolvimento de um programa de hortas comunitárias junto à rede escolar, principalmente às unidades integradas às comunidades (unidades especiais localizadas em regiões de baixa renda, como o Vale do Ribeira), está sendo proposto pela Coordenadoria de Abastecimento ao INAE, através de convênio.

#### 7.4.2. SUPLEMENTAÇÃO A GESTANTES E NUTRIZES

Como já foi observado em capítulos anteriores, a expansão periférica da Região Metropolitana de São Paulo, com a incorporação de milhares de famílias de migrantes pobres, em condições precárias ou inexistentes de serviços sanitários, levou ao aumento da taxa de mortalidade infantil. Dentre as medidas tomadas para reverter este processo destacam-se os programas de suplementação alimentar das gestantes e nutrizes, desenvolvidos pelas Secretarias de Saúde do Estado e principais Municípios.

Assim, os Postos de Saúde, ampliados para atender a demanda crescente da população periférica, intensificaram a distribuição de suplementos nutritivos, como o GESTAL, produto à base de soja, desenvolvido pelo Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento.

Atualmente, desenvolve-se uma difícil campanha para estimular o aleitamento materno em detrimento do fornecimento de leite em pó, produto controlado por poderosa multinacional. Intensa campanha publicitária é encetada para induzir as mães a desmamarem seus bebês e adotarem o leite em pó. Em alguns Postos de Saúde, onde o esforço dos médicos conseguiu ampliar o período médio de aleitamento materno, verificou-se significativa redução na incidência de moléstias e na taxa de mortalidade.



## CAPÍTULO 8

PROBLEMAS AINDA VIGENTES NO  
ABASTECIMENTO DE SÃO PAULO -  
RECOMENDAÇÕES



### 8.1. PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE

O sistema sôcio-econômico implantado, no Brasil, ainda não considera o aumento do nível nutricional de sua população um sério objetivo a ser atingido, um dos serviços prioritários que o aparelho de Estado deve prestar. Daí decorre a não-aplicação de políticas e programas, de médio e longo prazos, que visem à solução dos problemas do abastecimento.

No Estado de São Paulo, devido ao vigor de sua economia e ao gigantismo de seus problemas, a ação pública normalmente se caracteriza como corretiva, sendo executada a reboque dos acontecimentos. Por outro lado, o dinamismo e a criatividade de sua população - expressos na multiplicidade de grupos e associações de ação comunitária - permitem o desenvolver de instrumentos para superar seus problemas. Neste contexto, cabe ao Poder Público Paulista o papel de coordenador e orientador de uma ação consciente dessas forças sociais, dando-lhes liberdade para que encontrem as melhores soluções para seus problemas.

Mais que os elevados investimentos na construção de modernas Centrais de Abastecimento é fundamental o treinamento de técnicos, habilitando-os para transmitir aos vários segmentos sociais, que atuam no abastecimento, a orientação necessária à implantação e desenvolvimento de organizações comunitárias.

Ao nível dos produtores, as cooperativas, sindicatos, associações regionais ou por produtos, grupos de compra de insumos etc, permitem maior poder de barganha - tanto na compra (insumos), quanto na venda (produtos) - organizando e operando unidades armazenadoras e agroindustriais a nível de bairro rural; incentivando-os à participação nos Conselhos Agrícolas Regionais e no Alto Conselho Agrícola, contribuindo na descentralização das decisões e no planejamento regional e estadual.

Ao nível dos comerciantes, aparece o incentivo às as-

sociações e sindicatos de varejistas criando Centrais de Serviço que lhes dêem maior poder para comprar das indústrias e dos atacadistas, que lhes orientem quanto ao estoque, técnicas de venda, aspectos fiscais e contábeis etc; que permitam racionalizar o fluxo de produtos, reduzindo custos de transportes e perdas.

Ao nível do consumidor, as cooperativas de consumo, grupos de compras, grupos de fiscalização e defesa, hortas domésticas e comunitárias, foram criados independentemente ou vinculados a outras organizações comunitárias, como as Sociedades Amigos de Bairro, Clubes de Mães, Creches, Orfanatos, Sindicatos e Associações diversas.

Sem a participação popular a ação pública se perde em obras vultuosas que apenas fortalecem os oligopólios ou no paternalismo de programas assistenciais paliativos que colaboram na manutenção de problemas crônicos.

Assim, uma Política Estadual de Abastecimento deve dar prioridade ao desenvolvimento de instrumentais de apoio à participação organizada de produtores, comerciantes e consumidores.

## 8.2. RECOMENDAÇÕES DE PROGRAMAS

Dentro da problemática analisada nos capítulos anteriores - sobretudo no Capítulo 4 - surge a necessidade de implantação de programas específicos que visem responder individualmente a questões determinadas como, por exemplo, a preservação dos "Cinturões-Verdes".

Todavia, cabe ainda ressaltar que esses programas, embora específicos, são partes interligadas de uma problemática maior - o abastecimento da população - devendo, portanto, haver, por parte dos diversos órgãos envolvidos uma diretriz única que irá estabelecer a unidade necessária à solução das questões levantadas. Estas - conforme já foram demonstradas - envolvem principalmente a população de baixa renda, residente nas áreas periféricas, as mais deficientemente atendidas pelo sistema de abastecimento.

Portanto, a priorização dos programas recomendados deve levar em conta sobretudo esse contingente populacional que inclusive, por seu número expressivo demanda soluções geradoras de benefício para a sociedade como um todo.

Assim, a concepção de estímulo à participação comunitária se expressa através de cinco grandes linhas de atuação a serem perseguidas por uma política de abastecimento.

a) Preservação do Meio-Ambiente e dos "Cinturões-Verdes":

- Implantação de Planos Diretores de Desenvolvimento Municipal, que ordenem o uso do solo, compatibilizando a expansão urbano-industrial, a preservação da natureza, a extração florestal e mineral e a produção agropecuária.



## b) Aumento da Produção de Alimentos:

- Aplicação do Zoneamento Agrícola no sentido de evitar a competição entre produtos para produção de energia e alimentares, induzindo a implantação de projetos do PRO-ÁLCOOL nas regiões de pecuária extensiva e estimulando a rotação com culturas alimentares;
- Desenvolvimento e difusão de tecnologia de baixo custo para a produção de alimentos básicos;
- Produção e distribuição de sementes melhoradas e sadias;
- Estímulo à auto-suficiência regional na produção de alimentos, através de programas especiais, tais como PRO-FEIJÃO, PRO-VÁRZEA, PRO-PEIXE, PRO-VALE etc;
- Fomento à agroindústria operada por cooperativas de produtores.

## c) Aperfeiçoamento do Processo de Comercialização:

- Apoio à expansão de Mercados Livres do Produtor, à organização de cooperativas e à participação de produtores nos equipamentos atacadistas e varejistas e nos pontos de venda implantados pelo Poder Público;
- Desenvolvimento dos instrumentos de apoio aos agentes do processo de comercialização, através de:
  - . padronização e regularização das embalagens,
  - . classificação e padronização dos produtos,
  - . rápido e eficiente sistema de informações de mercado,
  - . assistência técnica, jurídica e contábil para a formação e desenvolvimento de cooperativas, associações e sindicatos,

. introdução de técnicas de comercialização à distância;

- Descentralização do comércio atacadista de gêneros alimentícios;
- Fomento ao associativismo de pequenos varejistas;
- Criação de uma Cooperativa Central de Consumo que possibilite o suporte e a ampliação de organizações de compra (cooperativas e grupos informais).

d) Elevação dos Padrões de Consumo:

- Definição de uma política tributária mais justa, que onere o consumo de bens supérfluos e subsidie o consumo de alimentos básicos;
- Rigorosa aplicação da legislação de defesa sanitária e controle da contaminação de alimentos;
- Orientação ao consumidor quanto ao valor nutritivo dos alimentos, destacando-se a importância de produtos nacionais de oferta abundantes, em oposição à introdução de padrões inadequados, feita pela propaganda comercial.

e) Melhoria do Estado Nutricional:

- Orientação ao consumidor, quanto ao preparo correto e ao melhor aproveitamento dos alimentos;
- Implantação de Hortas Comunitárias e Domésticas, destacando-se a importância do suprimento de Vitamina A às crianças em idade escolar;
- Ampliação e aperfeiçoamento dos Programas de Merenda Escolar e Suplementação à Gestantes e Nutrizes.



CAPÍTULO 9

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



ACOMPANHAMENTO CONJUNTURAL. Brasília, COBAL, 1980/81.

AGROANALYSIS. Rio de Janeiro, FGV, 1980/81.

ALMEIDA, A.C.G. de. Abastecimento de alimentos; perspectivas econômicas da distribuição de leite pasteurizado para consumo "in natura" na Grande São Paulo. São Paulo, FESP/SP, 1979.

ALVES, E.L.G. Nível alimentar, renda e educação. Revista ABIA/SAPRO, São Paulo, (30):17-44, 1977.

ANDRADE, T.A. & LODDER, C.A. Sistema urbano e cidades médias no Brasil. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1979. 156p.

ARAÚJO, P.F.C. de et alii. Crescimento e desenvolvimento da agricultura paulista. Agricultura em São Paulo, São Paulo, 21(3), 1974.

ARRUDA, B.K.G. Tendências do consumo alimentar nos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Revista Alimentação e Nutrição, São Paulo, (4):44-59, 1981.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Agroindústria e desenvolvimento no Estado de São Paulo. São Paulo, 1978. 4v.

BARROS, M. de S. et alii. Mercado varejista de gêneros alimentícios da Grande São Paulo; uma abordagem estrutural. Agricultura em São Paulo, São Paulo, 25(1/2):219-68, 1978.

BOLETIM MENSAL. São Paulo, CEAGESP, 1980/81.

BORTOLETO, E.E. & UENO, L.H. Situação do abastecimento de tomate no Brasil. Informações Econômicas, São Paulo, (1):35-40, 1980.

\_\_\_\_\_. Variação estacional de hortaliças a nível de atacado. Informações Econômicas, São Paulo, (3):15-24, 1979.

- BRASIL. Ministério da Agricultura. Secretaria Geral. Estrutura organizacional do Ministério da Agricultura. Brasília, SUPLAN, 1979. 500p.
- CAMARGO FILHO, W.P. de. Comercialização da cebola. Informações Econômicas, São Paulo, (1):23-8, 1981.
- \_\_\_\_\_. Situação do abastecimento de cebola no Brasil. Informações Econômicas, São Paulo, (1):29-34, 1980.
- CAMARGO FILHO, W.P. de & CAMARGO, A.M.M.P. de. Concentração da produção de cebola no Brasil. Informações Econômicas, São Paulo, (5):23-8, 1980.
- CAMARGO FILHO, W.P. de & SUEYOSHI, M. de L.S. Melhor época de compra para frutas e hortaliças. Informações Econômicas, São Paulo, (2):27-31, 1982.
- CAMPINO, A.C.C. et alii. Produção e comercialização de alimentos básicos. São Paulo, FIPE, 1978.
- CASTRO, A.B. de. Cesta de mercado na cidade de Piracicaba e a comercialização de alimentos. Piracicaba, 1975. Tese (Mestre) - ESALQ/USP.
- COMPANHIA BRASILEIRA DE ALIMENTOS. Subsídios para o aperfeiçoamento da política de distribuição de alimentos e outros gêneros básicos. Brasília, s.d. 62p.
- COMPANHIA BRASILEIRA DE ARMAZENAMENTO. Cadastro nacional de unidades armazenadoras; capacidade estática, meio ambiente natural. Brasília, 1978.
- \_\_\_\_\_. Visão conjuntural da armazenagem a frio no Brasil; abordagem sobre o Programa Nacional de Armazenagem. Brasília, 1975.

COMPANHIA DE ENTREPÓSITOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO. Arma-  
zenagem de produtos agrícolas à granel em São Paulo. São Pau-  
lo, 1976.

\_\_\_\_\_. Levantamento de campo do mercado atacadista nas sedes  
regionais. São Paulo, 1978.

\_\_\_\_\_. O mundo da CEAGESP. São Paulo, 1978. 36p.

COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL. Central de A-  
bastecimento de Brasília - CENABRA; relatório de viabilidade.  
Brasília, 1971.

CRIANÇAS brasileiras fora do peso normal. Metrô-News, São Pau-  
lo, 20 maio 1982. p.4.

DINI, R.M. et alii. Implantação de "cinturões-verdes". In: SIM-  
PÓSIO SOBRE PARTICIPAÇÃO DOS "CINTURÕES-VERDES" NO ABASTECI-  
MENTO DAS GRANDES CIDADES, I, São Paulo, 1979.

EMPRESA BRASILEIRA DE PLANEJAMENTO DE TRANSPORTES. Plano opera-  
cional de transportes; arroz, fase I. Brasília, 1977.

\_\_\_\_\_. Plano operacional de transportes; carne, fase I. Bra-  
sília, 1977.

\_\_\_\_\_. Plano operacional de transportes; milho, fase I. Bra-  
sília, 1978.

EMPRESA METROPOLITANA DE PLANEJAMENTO DA GRANDE SÃO PAULO. Su-  
mário de dados da Grande São Paulo. São Paulo, 1981.

ESCOLA PAULISTA DE MEDICINA. Instituto de Medicina Preventiva.  
Estado nutricional das crianças de 6 a 60 meses no município  
de São Paulo. São Paulo, 1975.

FUNDAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO. Estudos da adminis-



tração pública paulista, 1971/78; agricultura e abastecimento. São Paulo, FUNDAP, 1979. 202p. (Série documentos, 2).

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS. Produção e comercialização de alimentos básicos. São Paulo, 1978.

FUNDAÇÃO IBGE. Censo demográfico. Rio de Janeiro, IBGE, 1940/70.

\_\_\_\_\_. Sinopse preliminar do censo demográfico de 1970; São Paulo. Rio de Janeiro, IBGE, 1971.

\_\_\_\_\_. Sinopse preliminar do censo demográfico de 1980; Brasil. Rio de Janeiro, IBGE, 1981.

FURTADO JÚNIOR, A.M. O transporte na comercialização de bovinos de corte no Estado de São Paulo. Agricultura em São Paulo, 23(2):109-84, 1976.

GIULIETTI, N. et alii. Diagnóstico da avicultura no Brasil, 1970/78; contribuição para um programa de desenvolvimento. São Paulo, IEA, 1980. 280p.

GOLDENBERG, I. Fluxo regional, inter-regional e interestadual de bovino de corte no Estado de São Paulo. Agricultura em São Paulo, São Paulo, 23(2)-27-108, 1976.

\_\_\_\_\_. Relações entre agricultura e indústria; o caso das conservas e hortaliças e frutas no Estado de São Paulo. Informações Econômicas, São Paulo, (5):15-20, 1979.

INSTITUTO BRASÍLIO MACHADO NETO. Forum de debates; abastecimento de alimentos. São Paulo, 1977. 243p.

INVESTIGAÇÃO interamericana de mortalidade na infância, distrito de São Paulo, 1968/70. s.n.t.

- KIRSTEN, J.T. et alii. Orçamentos familiares na cidade de São Paulo, 1971/72. São Paulo, FIPE, 1973. (Série FIPE - Monografias, 3).
- KLEM, P.C.F. A instalação do mercado do produtor da região serrana e seus efeitos sobre a estrutura da produção local de hortigranjeiros. Rio de Janeiro, 1981. 87p. Dissert. (Mestre - Desen.Agr.) - FGV/RJ.
- LANGENBUCH, J.R. A estruturação da Grande São Paulo; estudo de geografia urbana. Rio de Janeiro, IBGE, 1971. 354p. (Tese de Doutorado)
- LAUSCHNER, R. Agroindústria cooperativa como agente de modernização da empresa rural. s.n.t. 52p. mimeo.
- LINHARES, M.Y.L. & SILVA, F.C.T. da. História política do abastecimento; 1918/74. Brasília, BINAGRI, 1979. 242p. (Estudos sobre o desenvolvimento agrícola, 6).
- MARCONDES, P. Abastecimento; a dúvida de São Paulo. Super Hi-per, São Paulo, 6(7):14-33, jul. 1980.
- MARTINS, I.S. Situação alimentar no Estado de São Paulo. Revista ABIA/SAPRO, São Paulo, (37):26-36, 1978.
- MATA, M. da et alii. Migrações internas no Brasil; aspectos econômicos e demográficos. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1973. 218p.
- MEDINA, M.C.G. A fome do brasileiro. Jornal do Engenheiro Agrônomo, São Paulo, (122):9-10, 1981.
- MELLO, N.T.C. de. A pecuária leiteira no Estado de São Paulo; perfil técnico-econômico das empresas do Vale do Paraíba. São Paulo, 1981. Tese (Mestre) - FEA/USP.

- MELO, F.H. de. O problema alimentar no Brasil; a importância dos desequilíbrios tecnológicos. São Paulo, INAN/FIPE, 1981.
- MONTEDONIO, J.M. Hábitos alimentares no Brasil; níveis de consumo dos principais alimentos, níveis de renda e poder de compra das diversas camadas sociais. Revista ABIA/SAPRO, São Paulo, (6):48-60, 1973.
- MONTEIRO, C.A. & REA, M.F. A classificação antropométrica utilizada como instrumento de investigação epidemiológica da desnutrição. Revista de Saúde Pública, São Paulo, 11(2), s.d.
- MULLER, G. Agricultura e alimentação no Brasil; subsídios para o estudo da evolução alimentar-nutricional nas metrópoles brasileiras no período 1960/75. São Paulo, 1982. 63p. mimeo.
- NEVES, E. et alii. Fatores sócio-econômicos que afetam a escolaridade na zona rural do Estado de São Paulo. São Paulo, FEALQ, 1981.
- NOGUEIRA, A.C. O abastecimento alimentar brasileiro. Rio de Janeiro, FGV, 1977. 31p. mimeo.
- NOGUEIRA JÚNIOR, S. Condições atuais de armazenagem no Estado de São Paulo. Informações Econômicas, São Paulo, (4):17-22, 1980.
- \_\_\_\_\_. Produção e armazenamento de grãos em São Paulo. Informações Econômicas, São Paulo, (11):19-25, 1980.
- NUNES, E.M. et alii. Alimentação, nutrição e desenvolvimento econômico de São Paulo. Revista ABIA/SAPRO, São Paulo, (9): 41-7, 1973.
- PAIVA, R.M. et alii. Setor agrícola no Brasil; comportamento econômico, problemas, possibilidades. Rio de Janeiro, GRAPHOS, 1973. 451p.

PEREZ, L.H. Localização de mercados atacadistas e o planejamento urbano. São Paulo, 1979. 7p. mimeo.

\_\_\_\_\_. Mercados atacadistas hortigranjeiros. São Paulo, 1979. mimeo.

\_\_\_\_\_. O abastecimento metropolitano. In: CONGRESSO PAULISTA DE AGRONOMIA, 2, São Paulo, 1979. 7p. mimeo.

PEREZ, L.H. et alii. Subsídios para a formulação de uma política de uso do solo, visando o abastecimento na região metropolitana de São Paulo. In: CONGRESSO PAULISTA DE AGRONOMIA, 1, São Paulo, 1977.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. Rio de Janeiro, IBGE, 1971/73, 1976/79.

PINHO, D.B. Avaliação do cooperativismo brasileiro. 2.ed. Belo Horizonte, Fundec, 1981. 82p. (Coleção ato cooperativo).

PINES, J.M. Produção agrícola e políticas de comércio; a "prova de fogo" dos compromissos assumidos referentes à nutrição. Revista ABIA/SAPRO, São Paulo, (15):5-10, 1974.

PINO, F.A. et alii. Contribuição ao estudo da olericultura paulista. Agricultura em São Paulo, São Paulo, 26(1):63-102, 1979.

PIVA, L.H. de O. et alii. Avicultura na economia agrícola de São Paulo. Agricultura em São Paulo, São Paulo, 22(1/2), 1975.

PROGNÓSTICO. São Paulo, IEA, 1975/82.

PROGNÓSTICO. Região Centro-Sul. São Paulo, IEA, 1975/82.

REIS FILHO, J.C.G. dos & SILVA, W. da. Relatório de pesquisa. São Paulo, IEA, 1982.

- RETIRADA do subsídio para o trigo. ABIA Informa, São Paulo, (114):9, 1981.
- REVISTA CONJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro, FGV, 1975/79.
- ROMÃO, D.A. Do auto consumo à produção capitalista; a evolução da produção de feijão no Estado de São Paulo. Campinas, 1981. 198 p. Dissert. (Mestre) - UNICAMP/SP.
- SALOMON, J.B. & DÓREA, J.G. Perfil da alimentação brasileira; relação entre calorias e proteínas. Revista ABIA/SAPRO, São Paulo, (33):33-44, 1977.
- SÃO PAULO (Cidade). Prefeitura. Elementos institucionais de sistema de abastecimento. São Paulo, 1973. 28p. (Documento de trabalho).
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Agricultura. Abastecimento da periferia da Grande São Paulo. São Paulo, 1977. 47p.
- \_\_\_\_\_. Desenvolvimento da agricultura paulista. São Paulo, IEA, 1972. 319p.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. A extensão rural na Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI. Campinas, 1981. 19p.
- \_\_\_\_\_. Conselhos Agrícolas e Alto Conselho Agrícola. São Paulo, 1981. 20p. (Série documentos, 2).
- \_\_\_\_\_. Programa paulista de fruticultura de clima temperado (Pro-Fruti). São Paulo, 1982. 110p.
- \_\_\_\_\_. Relatórios do Encontro de Dirigentes da Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Águas de Lindóia, 1982.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Abastecimento. Projeto de estímulo à auto-suficiência regional de alimentos. São Paulo, 1981.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Departamento de Cooperativismo. Algumas considerações sobre cooperativas de consumo e sua viabilidade econômica. 3.ed. São Paulo, 1981.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Economia e Planejamento. Diagnóstico 1975. São Paulo, 1975.

\_\_\_\_\_. Plano regional. São Paulo, 1978. 6v.

\_\_\_\_\_. Coordenadoria de Ação Regional. Aspectos do problema migratório no Estado de São Paulo. São Paulo, 1972.

\_\_\_\_\_. Coordenadoria de Ação Regional. Diagnóstico de armazenagem no Estado de São Paulo. s.n.t.

\_\_\_\_\_. Coordenadoria de Ação Regional. Diagnóstico para as regiões administrativas do interior do Estado de São Paulo. São Paulo, 1972.

SARDINHA, C. Diminuir as perdas e aumentar o consumo. Jornal do Engenheiro Agrônomo, São Paulo, (122):13, 1981.

SILVA, E.S. da. Cooperativismo de consumo; sua perfeita integração com as empresas como fórmula para o seu sucesso. São Paulo, 1981. 27p. mimeo.

SILVA, J.G. da. Progresso técnico e relação de trabalho na agricultura paulista. Campinas, 1980. 2v. Tese (Dout.) - UNICAMP/SP.

SOCIEDADE CIVIL DE PLANEJAMENTO E CONSULTAS TÉCNICAS. Avaliação integrada do setor de unidades de auto-serviço no país. Rio de Janeiro, 1975.

SOUZA, I. de. Migrações internas no Brasil. Rio de Janeiro, Vo  
zes, 1980. 142p.

UENO, L.H. Perdas na comercialização de produtos hortifruti-  
cos na cidade de São Paulo. Informações Econômicas, São Pau  
lo, (3):5-7, 1976.

BIBLIOGRAFIA



- ALVES, E.L.G. & VAISSMAN, E. Análise sócio-econômica da desnutrição no município de São Paulo. São Paulo, FIPE, 1976. mimeo.
- BARROS, J.R.M. & GRAHM, D.H. A agricultura brasileira e o problema da produção alimentar. In: SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA DA TECNOLOGIA. São Paulo, 1978.
- CAMPINO, A.C.C. et alii. Fatores sócio-econômicos associados à nutrição no município de São Paulo. Revista Estudos Econômicos, 5(1), 1975.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS. Nível alimentar da população trabalhadora da cidade de São Paulo. Estudos Sócio-Econômicos, (1), jul.1973.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Food consumption in Brazil, family budget surveys in the early 60's. Rio de Janeiro, 1970.
- \_\_\_\_\_. Pesquisa sobre o consumo alimentar. Rio de Janeiro, 1976. v.1.
- FUNDAÇÃO IBGE. Estudo Nacional da Despesa Familiar - ENDEF; dados preliminares. Rio de Janeiro, IBGE, 1978.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS. Produção e comercialização de alimentos básicos. São Paulo, 1978.
- OMETTO, A.M.H. & OLIVEIRA, I.M.V. Adequação alimentar da população de um núcleo habitacional na área periférica de Piracicaba. Revista ABIA/SAPRO, São Paulo, (57):26-33, 1981.

VIEIRA, J.L.T.M. O impacto da renda no estado nutricional das famílias paulistanas. São Paulo, 1976. Dissert. (Mestre) - FEA/USP.

1

2

3

4

5

6

7

**ANEXO ESTADÍSTICO**

As tabelas a seguir, constam desse volume em caráter preliminar, devendo posteriormente fazer parte do Anexo Estatístico, Volume II.

Tabela A.1.1  
REDA INTERNA PARA O BRASIL  
 1970/80

Cr\$ 1.000.000

ANOS	TOTAL		AGRICULTURA		INDÚSTRIA		SERVIÇOS	
	Cr\$ Corrente	Cr\$ Real (2)	Cr\$ Corrente	Cr\$ Real (2)	Cr\$ Corrente	Cr\$ Real (2)	Cr\$ Corrente	Cr\$ Real (2)
1970	167.229	11.100.157	17.127	1.136.838	60.639	4.025.034	89.463	5.938.284
1971	224.423	12.378.908	23.973	1.322.823	81.224	4.480.220	119.226	6.576.365
1972	293.366	13.795.348	30.560	1.437.065	109.386	5.143.806	153.420	7.214.476
1973	402.444	16.469.446	44.271	1.811.728	153.265	6.272.151	204.908	8.385.567
1974	586.756	18.659.256	65.657	2.087.939	233.587	7.428.232	287.511	9.143.054
1975	833.985	20.739.860	87.821	2.183.967	328.862	8.178.267	417.302	10.377.626
1976	1.283.400	22.597.630	137.703	2.424.623	492.728	8.675.771	652.968	11.497.218
1977	1.910.133	23.576.772	236.850	2.923.439	712.149	8.790.055	961.134	11.863.277
1978	2.898.705	25.795.758	320.671	2.853.671	1.045.261	9.301.843	1.532.773	13.560.152
1979	4.861.481	28.105.508	529.555	3.061.497	1.753.444	10.137.123	2.578.482	14.906.887
1980 <sup>(1)</sup>	10.510.035	30.345.114	1.085.324	3.133.604	3.878.917	11.199.409	5.545.795	16.012.105

Fonte dos Dados Brutos: F.G.V.

(1) Estimativas.

(2) Índice "2" - Conjuntura Econômica para Cr\$ janeiro de 1982.

Tabela A.1.7  
 ESTADO DE SÃO PAULO  
RENDA INTERNA (1)  
 1970/80

ANOS	TOTAL (1)		AGRICULTURA (1)		INDÚSTRIA (1)		SERVIÇOS (1)	
	Cr\$ Corrente	Cr\$ Real (3)	Cr\$ Corrente	Cr\$ Real (3)	Cr\$ Corrente	Cr\$ Real (3)	Cr\$ Corrente	Cr\$ Real (3)
1970	64.792	4.300.697	3.032	201.255	31.201	2.071.028	30.559	2.028.414
1971	86.342	4.762.523	4.097	225.985	42.161	2.325.551	40.083	2.210.921
1972	113.265	5.326.213	5.613	263.948	55.563	2.612.814	52.089	2.449.451
1973	115.367	6.358.173	8.022	328.289	77.285	3.162.779	70.060	2.867.106
1974	221.757	7.052.030	10.223	325.098	112.890	3.589.982	98.645	3.136.981
1975	307.105	7.637.205	12.610	313.590	152.595	3.794.791	141.901	3.528.849
1976	472.476	8.319.182	19.193	337.943	232.564	4.004.900	220.719	3.886.338
1977	717.744	8.859.114	41.338	510.235	339.733	4.193.324	336.673	4.155.555
1978	1.093.149	9.728.001	53.045	472.051	520.589	4.632.754	519.515	4.623.196
1979	1.837.698	10.624.219	101.226	585.214	871.501	5.038.378	864.972	5.000.632
1980 <sup>(2)</sup>	3.898.420	11.255.719	191.267	552.236	1.883.828	5.439.085	1.823.325	5.264.398

Fonte: FGV e Secretaria da Fazenda.

(1) Dados Preliminares.

(2) Estimativa.

(3) Índice "2" Conjuntura Econômica para cruzeiros de janeiro/82.

Tabela A.1.3

ESTADO DE SÃO PAULO

ESTIMATIVA DO CONSUMO APARENTE DE N + P<sub>2</sub>O<sub>5</sub> + K<sub>2</sub>O EM RELAÇÃO A ÁREA CULTIVADA

ANOS	Kg/Ha (1)	ÍNDICE (2)	Kg/Ha (3)	ÍNDICE (2)
1969	51,9	100,0	24,7	100,0
1970	69,1	133,1	30,7	124,3
1971	81,2	156,4	36,7	148,6
1972	93,6	180,3	39,8	161,1
1973	113,6	219,0	47,9	194,0
1974	110,9	213,7	48,0	194,3
1975	115,0	221,6	50,1	202,8
1976	129,4	249,3	60,5	244,9
1977	158,7	305,8	74,5	301,6
1978	170,5	328,5	79,3	321,0
1979	190,9	367,8	88,6	358,7
1980	258,9	498,8	116,4	471,2
1981	150,8	290,5	69,8	282,5

Fonte: Instituto de Economia Agrícola

(1) Culturas anuais, culturas perenes e terra em descanso.

(2) Índice 1969 = 100.

(3) (1) + área de pasto formado.



Tabela A.1.4

ESTADO DE SÃO PAULO  
DADOS DOS CENSOS AGROPECUÁRIOS 1970 E 1975

ANO	TRATORES	ARADOS		COLHEITA- DEIRAS	SILO PARA FORRAGEM (t)	ÁREA IRRIGADA	
		Tração Animal	Tração Mecânica			ha	% da Área Agrícola
1970	67.213	332.001	69.644	24.241	354.251	91.463	0,45
1975	101.359	263.768	112.410	17.746	610.975	150.074	0,73

Fonte: FIBGE - 1970/75.

Tabela A.1.5

ESTADO DE SÃO PAULO  
NÚMERO DE TRATORES POR FAIXA DE POTÊNCIA

ANO	<10 CV	10-50 CV	>50 CV
1970	6.506	35.916	24.789
1975	7.038	33.118	61.203

Fonte: FIBGE - Censo Agropecuário 70/75.

Tabela A.1.6  
BRASIL E SÃO PAULO  
DISPONIBILIDADE DE TRATORES DE 4 RODAS

ANO	PRODUÇÃO BRASILEIRA DE TRATORES DE 4 RODAS (1)	EXPORTAÇÕES DE TRATORES 4 RODAS (2)	(1) - (2)	Nº CONTRATOS DE FINAN- CIAMENTO PARA TRATORES DE 4 RODAS		% SÃO PAULO
				Brasil	São Paulo	
1975	57.041	671	56.370	49.012	12.975	26,5
1976	63.161	390	62.771	52.522	15.552	29,6
1977	50.390	4.353	46.037	48.727	13.993	28,7
1978	48.668	5.700	42.968	45.089	13.424	29,8
1979	55.268	6.734	48.534	57.612	15.738	27,3
1980	58.812	7.540	51.272	39.357	10.393	26,4

Fonte: IEA - Instituto de Economia Agrícola - Prognóstico 81/82.

Tabela A.1.7

## ESTADO DE SÃO PAULO

TOTAL DE CRÉDITO RURAL POR FINALIDADE E % EM RELAÇÃO AO BRASIL

	1977	1978	1979	1980
<b>Custeio</b>				
(Contratos)	174.938 (17,30)	191.995 (17,40)	217.111 (15,78)	254.621 (13,57)
(Valor Cr\$ 1.000)	17.279.702 (22,04)	24.966.328 (22,38)	46.419.536 (20,57)	100.773.958 (20,73)
<b>Investimento</b>				
(Contratos)	57.285 (15,24)	61.470 (14,08)	73.617 (13,08)	52.772 (10,49)
(Valor Cr\$ 1.000)	6.881.595 (17,11)	9.716.200 (16,63)	16.709.296 (14,90)	23.711.488 (14,71)
<b>Comerciali- zação</b>				
(Contratos)	157.091 (46,91)	162.820 (45,85)	187.905 (43,18)	149.331 (38,67)
(Valor Cr\$ 1.000)	14.168.720 (30,02)	21.018.034 (32,86)	36.736.656 (33,12)	53.928.455 (25,46)

Fonte: Derur - Banco Central.

Tabela A.1.8

ESTADO DE SÃO PAULO  
CRÉDITO DE CUSTEIO PARA LAVOURAS

	1978		1979		1980	
	Valor Corrente (Cr\$1.000)	Nº de Contratos	Valor Corrente (Cr\$1.000)	Nº de Contratos	Valor Corrente (Cr\$1.000)	Nº de Contratos
Café	5.160.404	48.000	9.719.792	55.248	22.888.703	57.544
Cana-de-açúcar	3.160.589	7.702	5.570.067	8.415	12.193.635	7.520
Soja	1.660.470	5.877	3.462.348	7.258	7.302.800	8.996
Algodão	1.824.078	13.203	3.809.900	13.364	7.679.090	15.395
Amendoim	560.294	8.959	1.299.505	11.521	1.479.214	6.298
Arroz	620.015	5.770	1.201.686	6.734	2.395.013	8.072
Batata	551.215	3.012	842.870	3.245	1.605.748	2.599
Feijão	347.057	7.046	620.359	8.585	3.319.076	28.781
Frutas Cítricas	1.537.126	11.137	3.069.759	13.781	6.539.265	14.024
Frutas Outras	432.799	4.959	925.221	5.965	1.715.422	6.295
Hortaliças	782.519	10.200	1.531.466	11.007	3.990.466	11.906
Mandioca	27.166	575	67.549	662	267.298	1.577
Milho	1.861.512	26.944	3.833.348	31.352	10.395.317	46.999
Trigo	561.488	3.159	762.084	2.389	1.760.056	2.961
Uva	138.747	2.555	233.172	2.978	477.345	3.041

Fonte: DERUR - Banco Central.

Tabela A.1.9

ESTADO DE SÃO PAULO  
CRÉDITO DE COMERCIALIZAÇÃO

PRODUTOS	1978		1979		1980	
	Valor Corrente (Cr\$1.000)	Nº de Contratos	Valor Corrente (Cr\$1.000)	Nº de Contratos	Valor Corrente (Cr\$1.000)	Nº de Contratos
Algodão	2.501.368	5.993	4.256.681	6.234	5.689.262	5.176
Arroz	156.702	329	320.102	445	433.001	415
Café	2.807.598	1.680	2.486.123	1.386	5.288.536	1.728
Milho	605.783	1.670	1.309.668	2.313	1.906.671	1.710
Soja	1.848.138	3.651	3.570.521	4.313	6.316.573	4.257

Fonte: DERUR - Banco Central.

Tabela A.3.1

ADEQUAÇÃO NUTRICIONAL POR ESTRATO DE RENDA NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

ESTRATO DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA (1)	% DE FAMÍLIAS ADEQUADAS	% DE FAMÍLIAS NÃO ADEQUADAS	NÚMERO TOTAL DE OBSERVAÇÕES
0 — 0,25	28,57	71,43	21
0,25 — 0,5	49,41	50,59	172
0,5 — 0,75	72,64	27,36	296
0,75 — 1,0	82,56	17,44	298
1,0 — 1,5	89,80	10,20	441
1,5 — 2,0	91,16	8,84	294
2,0 — 3,0	91,91	8,09	321
3,0 — 4,0	92,16	7,84	153
4,0 — 5,0	93,59	6,41	78
5,0 ou mais	98,22	1,78	168

Fonte: Pesquisa de Orçamentos Familiares, Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo.

Alves, E.L.G. - Nível Alimentar, Renda e Educação - Revista ABIA/SAPRO, 30: 17-44, 1977.

(1) Expressa em salários mínimos.

Tabela A.3.2

## ESTADO DE SÃO PAULO

PORCENTAGEM DE CALORIAS, EM RELAÇÃO AO VALOR CALÓRICO TOTAL DA DIETA,  
FORNECIDAS PELOS CARBOHIDRATOS, LIPÍDIOS E PROTEÍNAS, EM DIETAS

1969/75

LOCALIDADE	HIDRATO DE CARBONO	PROTEÍNAS	GORDURA	TOTAL
Estado de São Paulo	64	10	26	100
Área Urbana Não Metropolitana de SP	64	10	26	100
Área Rural Não Metropolitana de SP	63	9	23	100
Área Metropolitana de São Paulo	61	11	28	100
Iguape	66	12	22	100
Icapara	76	10	14	100
Pontal do Ribeira	70	11	9	100
Apiai	63	11	26	100
Ribeira	68	10	22	100

Fonte: IBGE - ENDEF

(obs.) Adequação do teor de calorias vindos de proteínas = 10% e gordura = 30%.



Tabela A.3.3

ESTADO DE SÃO PAULO

FORNECIMENTO E ORDEM DE IMPORTÂNCIA CALÓRICA, PROTEICA E  
SOBRE GASTOS COM ALIMENTAÇÃO DOS PRODUTOS COMPONENTES DA CESTA DE ALIMENTOS

ALIMENTOS	ORDEM DE IMPORTÂNCIA CALÓRICA	1 SOBRE O FORNECIMENTO CALÓRICO	ORDEM DE IMPORTÂNCIA PROTEICA	2 SOBRE O FORNECIMENTO PROTEICO	ORDEM DE IMPORTÂNCIA DE GASTOS	3 SOBRE O TOTAL GASTO COM ALIMENTAÇÃO
Pão	2º	14,35	2º	18,23	3º	8,10
Arroz	1º	20,71	3º	15,50	2º	11,63
Açúcar	4º	12,04	-	-	8º	3,23
Óleo	3º	12,44	-	-	5º	4,89
Feijão	5º	8,33	1º	19,42	6º	4,45
Leite	6º	4,80	5º	9,73	4º	6,19
Ovos	11º	1,28	6º	3,68	9º	3,20
Queijo	-	-	14º	0,69	21º	0,93
Carne Bovina	8º	2,85	4º	11,70	1º	12,02
Carne Aves	13º	1,00	7º	3,21	10º	2,93
Margarina	7º	4,47	-	-	-	-
Pescado	-	-	11º	1,17	30º	0,58
Batata	10º	1,55	9º	1,28	13º	2,07
Farinha de Trigo	12º	1,07	10º	1,17	-	-
Maizena	17º	0,82	-	-	-	-
Banana	9º	1,60	-	-	15º	1,61

Fonte: Pesquisa de Orçamentos Familiares, Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (Set/71 - Ago/72).

Tabela A.4.1

MERCADORIAS TRANSPORTADAS, SEGUNDO OS MODOS DE TRANSPORTE  
1973/77

MODOS DE TRANSPORTE	MERCADORIAS TRANSPORTADAS									
	1973		1974		1975		1976		1977	
	(Milhões t - km úteis)	%	(Milhões t - km úteis)	%	(Milhões t - km úteis)	%	(Milhões t - km úteis)	%	(Milhões t - km úteis)	%
Rodoviário (1)	168.000,0	70,0	185.500,0	67,3	204.823,5	67,6	226.160,0	68,5	249.719,0	70,2
Ferrovieário	42.508,1	17,7	54.687,9	19,8	58.787,7	19,4	63.135,6	19,1	60.605,3	17,0
Hidroviário (Cabotagem)	24.009,3	10,0	29.367,2	10,7	31.739,7	10,5	32.621,2	9,9	35.478,8	10,0
Aéreo (Doméstico)	384,9	0,2	451,4	0,2	520,6	0,2	661,8	0,2	686,0	0,2
Dutoviário	5.017,1	2,1	5.481,9	2,0	6.903,8	2,3	7.748,0	2,3	9.232,4	2,6
<b>Total</b>	<b>239.919,4</b>	<b>100,0</b>	<b>275.488,4</b>	<b>100,0</b>	<b>302.779,3</b>	<b>100,0</b>	<b>330.326,9</b>	<b>100,0</b>	<b>355.721,5</b>	<b>100,0</b>

Fontes: Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA  
 Ferrovia Paulista S.A. - FEPASA  
 Superintendência Nacional da Marinha Mercante - SUNAMM  
 Departamento da Aviação Civil - DDC  
 Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRÁS  
 Samarco Mineração S.A.  
 1º "Anuário Estatístico dos Transportes - 1976 - GEIPOP"

Nota: Os principais produtos transportados por dutos são derivados de petróleo e minério de ferro.

(1) Dados estimados sujeitos a retificação.

Tabela A.4.2

BRASIL

TRANSPORTE DE ARROZ EM CASCA - DISTRIBUIÇÃO INTERMODAL POR ESTADOS

1974

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	RODOVIÁRIO		FERROVIÁRIO		HIDROVIÁRIO		TOTAL	
	t	%	t	%	t	%	t	%
Maranhão (1)	911.149	98,4	2.389	0,3	11.547	1,2	925.934	100
Minas Gerais	478.590	100,0	-	-	-	-	478.934	100
São Paulo	701.803	100,0	-	-	-	-	701.806	100
Paraná	842.597	100,0	-	-	-	-	842.597	100
Rio Grande do Sul	1.813.589	99,2	15.000	0,8	155	0,0	1.828.744	100
Mato Grosso	794.884	97,7	18.623	2,3	-	-	813.507	100
Goiás	958.944	100,0	-	-	-	-	958.944	100
Total	6.501.561	99,3	36.012	0,5	11.702	0,2	6.550.124	100

Fonte: Plano Operacional de Transportes - Arroz - Fase I - 1977 - CEIPOP.

(2) Transporte por animal: 849 t = 0,11.

Tabela A.4.3

BRASIL  
TRANSPORTE DE ARROZ BENEFICIADO -  
DISTRIBUIÇÃO INTERMODAL POR ESTADOS  
 1974

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	RODOVIÁRIO		FERROVIÁRIO		HIDROVIÁRIO		TOTAL	
	t	%	t	%	t	%	t	%
Maranhão	533.892	99,9	611	0,1	-	-	534.593	100
Minas Gerais	663.544	99,9	816	0,1	-	-	664.360	100
São Paulo	1.820.664	99,2	15.577	0,8	-	-	1.836.241	100
Paraná	570.282	100,0	-	-	-	-	570.282	100
Rio Grande do Sul	1.036.480	87,4	35.000	3,0	113.932	9,6	1.185.412	100
Mato Grosso	128.913	96,0	3.266	2,4	2.080	1,6	134.259	100
Goiás	491.912	100,0	111	0,0	-	-	492.023	100
Total	5.245.777	96,8	55.381	1,0	116.012	2,2	5.417.170	100

Fonte: Plano Operacional de Transportes - Arroz - Fase I - 1977 - CEIPOT.

Tabela A.4.4

BRASIL

MILHO: DISTRIBUIÇÃO INTERMODAL - MERCADO INTERNO

1974

Em mil/toneladas

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	RODOVIÁRIO		FERROVIÁRIO		HIDROVIÁRIO		TOTAL	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Rondônia	-	-	-	-	-	-	-	-
Acre	-	-	-	-	-	-	-	-
Amazonas	-	-	-	-	-	-	-	-
Roraima	-	-	-	-	-	-	-	-
Pará	-	-	-	-	-	-	-	-
Maranhão	12	100,0	-	-	-	-	12	100,0
Piauí	10	100,0	-	-	-	-	10	100,0
Ceará	83	96,5	3	3,5	-	-	86	100,0
Rio Grande do Norte	36	100,0	-	-	-	-	36	100,0
Paraíba	8	100,0	-	-	-	-	8	100,0
Pernambuco	143	93,5	-	-	10	6,5	153	100,0
Alagoas	39	100,0	-	-	-	-	39	100,0
Sergipe	14	100,0	-	-	-	-	14	100,0
Bahia	32	100,0	-	-	-	-	32	100,0
Minas Gerais	33	97,4	9	2,6	-	-	42	100,0
Espírito Santo	-	-	-	-	-	-	-	-
Rio de Janeiro	376	100,0	-	-	-	-	376	100,0
São Paulo	1.767	79,2	463	20,8	-	-	2.230	100,0
Paraná	744	100,0	-	-	-	-	744	100,0
Santa Catarina	56	100,0	-	-	-	-	56	100,0
Rio Grande do Sul	179	98,9	2	1,1	-	-	181	100,0
Mato Grosso	-	-	-	-	-	-	-	100,0
Goiás	147	100,0	-	-	-	-	147	100,0
Distrito Federal	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	3.979	89,1	477	10,7	10	0,2	4.466	100,0

Fonte: Plano Operacional de Transportes - Milho - Fase I - 1974 - GEIPOT.

Tabela A.4.5  
BRASIL  
COMPARATIVO DOS MEIOS DE TRANSPORTE - MILHO (1)  
1977/78

PORTO	ANOS	FERROVIÁRIO			RODOVIÁRIO			TOTAL		
		Número	Toneladas	Percentual	Número	Toneladas	Percentual	Número	Toneladas	Percentual
Santos	1977	5.680	290.122	82,2	3.456	60.175	17,2	9.136	350.297	100,0
	1978	27	1.454	65,8	50	755	34,2	77	2.209	100,0
Paranaguá	1977	3.564	173.765	20,1	35.320	691.194	79,1 <sup>(2)</sup>	38.884	864.949	100,0
	1978	337	14.998	41,3	1.154	21.282	58,7	1.491	36.280	100,0
Angra dos Reis	1977	302	10.788	66,1	263	5.538	33,9	565	16.326	100,0
	1978	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Porto Alegre	1977	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	1978	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rio Grande	1977	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	1978	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	1977	9.546	474.675	38,5	39.039	756.807	61,5	48.585	1.231.572	100,0
	1978	364	16.452	42,1	1.204	22.037	37,3	1.568	38.489	100,0

Fonte: Relatório Estatístico das Exportações de soja, milho, farelos, óleos - 1979 - GRAMOS.

(1) Hidroviário: inexistente.

(2) Não computados caminhões da retaguarda.

Tabela A.4.6  
BRASIL  
COMPARATIVO DOS MEIOS DE TRANSPORTE - SOJA  
1978/79

PORTO	ANOS	HIDROVIÁRIO			FERROVIÁRIO			RODOVIÁRIO			TOTAL		
		Número	Toneladas	Porcentual	Número	Toneladas	Porcentual	Número	Toneladas	Porcentual	Número	Toneladas	Porcentual
Santos	1978	-	-	-	157	7.728	65,5	285	4.076	34,5	442	11.804	100,0
	1979	-	-	-	147	6.796	80,0	128	1.714	20,0	275	8.510	100,0
Paranaquã	1978	-	-	-	587	29.054	7,1	16.771	381.432	92,9	17.358	410.486	100,0
	1979	-	-	-	1.217	59.158	9,2	29.047	585.252	90,8	30.264	644.410	100,0
Santa Fê do Sul	1978	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	1979	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Porto Alegre	1978	3	2.756	20,9	-	-	-	653	10.442	79,1	656	13.198	100,0
	1979	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rio Grande	1978	35	36.828	4,8	7.559	323.264	42,3	23.782	404.528	52,9	31.376	764.020	100,0
	1979	5	5.081	1,0	5.365	244.692	47,7	15.397	263.436	51,3	20.767	513.199	100,0
Total	1978	38	39.584	3,3	8.303	360.046	30,0	41.491	800.478	66,7	49.832	1.200.108	100,0
	1979	5	5.081	0,4	5.729	310.636	26,7	44.572	850.402	72,9	51.306	1.166.119	100,0

Fonte: Palatário Estatístico das Exportações de soja, milho, farelos, óleos - 1979 - UNIRIS.

Tabela A.4.7

## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

TRANSPORTE DO TRIGO

1974

DESTINOS	MODO DE TRANSPORTE				
	Rodoviário (t)	Ferroviano (t)	Marítimo (t)	Total (t)	%
Santa Catarina	53.930	48.171	1.300	103.401	14
Paraná	3.974	740	-	4.678	1
São Paulo	-	5.648	109.517	115.165	15
Guanabara	-	-	101.858	101.858	13
Rio de Janeiro	-	-	45.086	45.086	6
Outros	-	-	378.131	378.131	51
Total	57.094	54.559	635.892	748.319	100

Fonte: CTRIN - in "Plano Operacional de Transportes - Trigo - Fase I - 1975 - GEIPOT".



Tabela A.4.8

ESTADO DO PARANÁ  
TRANSPORTE DE TRIGO PARA OUTROS ESTADOS

1974

DESTINOS	MODO DE TRANSPORTE				
	Rodoviário (t)	Ferrovieário (t)	Fluvial (t)	Total (t)	%
Santa Catarina	11.994	38.831	-	50.825	21
São Paulo	36.796	44.424	97.164	178.384	76
Mato Grosso	-	7.295	-	7.295	3
Total	48.790	90.550	97.164	236.504	100

Fonte: CTRIN - in "Plano Operacional de Transportes - Trigo - Fase I - 1975 - GEIPOT".

Tabela A.4.9

ESTADO DE SÃO PAULO  
TRANSPORTE NA COMERCIALIZAÇÃO DE BOVINOS DE CORTE  
 1973

TIPO DE OPERAÇÃO	RODOVIÁRIO		FERROVIÁRIO		A PÉ		FLUVIAL		MISTO		TOTAL
Compra	74,65	35,78	0,26	6,73	20,22	22,69	0,04	13,10	4,83	32,48	100,00
Venda	62,08	59,17	1,66	85,49	31,28	69,83	-	-	4,98	66,63	100,00
Transfe rência	58,85	5,05	1,68	7,78	37,25	7,48	1,48	86,90	0,74	0,89	100,00
Total	65,86	100,00	1,22	100,00	28,13	100,00	0,09	100,00	4,70	100,00	100,00

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

Tabela A.4.10

BRASIL  
EXTENSÃO DA REDE RODOVIÁRIA, SEGUNDO AS REGIÕES  
E UNIDADES DA FEDERAÇÃO

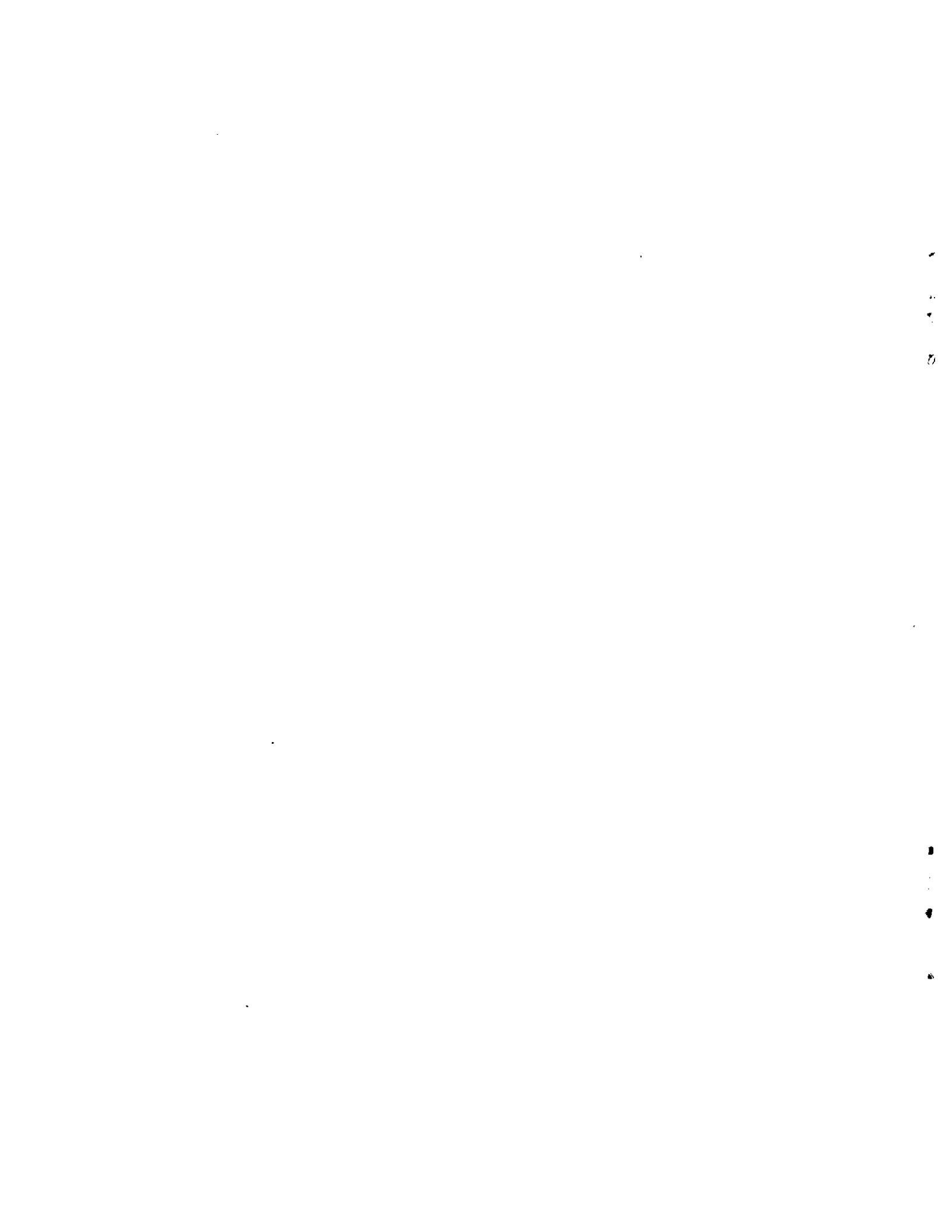
REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXTENSÃO (km)		
	Total	Pavimentada	Não Pavimentada
<b>NORTE</b>	32.305	4.245	28.060
Rondonia	1.761	79	1.682
Acre	1.999	82	1.917
Amazonas	5.596	1.247	4.349
Roraima	1.827	3	1.824
Pará	19.483	2.824	16.659
Amapá	1.639	10	1.629
<b>NORDESTE</b>	406.112	21.667	384.445
Maranhão	49.161	2.203	46.958
Piauí	51.201	2.993	48.208
Ceará	74.059	3.877	70.182
Rio Grande do Norte	32.001	1.223	30.778
Paraíba	37.672	1.325	36.347
Pernambuco	41.609	3.041	38.568
Alagoas	13.343	1.397	11.946
Fernando de Noronha	25	-	25
Sergipe	9.865	573	9.292
Bahia	97.176	5.035	92.141
<b>SUDESTE</b>	480.904	29.228	451.676
Minas Gerais	215.160	9.754	205.406
Espírito Santo	25.188	1.625	23.563
Rio de Janeiro	26.182	4.375	21.807
São Paulo	214.374	13.474	200.900
<b>SUL</b>	391.873	14.630	377.243
Paraná	139.410	5.619	133.791
Santa Catarina	83.875	2.429	81.446
Rio Grande do Sul	168.588	6.582	162.006
<b>CENTRO-OESTE</b>	200.229	6.163	194.066
Mato Grosso	89.203	1.753	87.450
Goiás	110.051	3.924	106.127
Distrito Federal	975	486	489
<b>Total</b>	<b>1.511.423</b>	<b>75.933</b>	<b>1.435.490</b>

Fonte: Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER - in "Anuário Estatístico dos Transportes - 1978 - GETIPI".

Nota: Extensão total = Rede Rodoviária Federal + Rede Rodoviária Estadual + Rede Rodoviária Municipal.

1 0 2 5

1 0 2 5



APÊNDICE 1

ANÁLISE DOS PRINCIPAIS  
PRODUTOS ALIMENTARES

## AP-1.1. INTRODUÇÃO

Apresentam-se, no corpo do Relatório - item 1.3 - o Balanço Produção/Consumo de Produtos Alimentares que visa detectar, através de uma quantificação indicativa, a auto-suficiência do Estado de São Paulo relativa aos principais alimentos de sua população.

Objetivando complementar aquele balanço, elaborou-se uma análise qualitativa individual do ponto de vista da oferta interna e da localização espacial da produção, sendo determinados os principais fluxos de comercialização e pólos de industrialização. Esta análise - apresentada no presente documento - abrange os produtos vegetais (arroz, feijão, batata, cebola, mandioca, tomate, frutas e olerícolas) e os de origem animal (ovos, pecuária leiteira, carne bovina e carne suína).

## AP-1.2. PRODUTOS VEGETAIS

### AP-1.2.1. ARROZ

O arroz constitui-se num dos alimentos de maior índice de consumo per capita no País, o que leva a produção brasileira a se destinar ao mercado interno, havendo, inclusive, em anos de má safra, a necessidade de importação. Trata-se de um produto instável devido, principalmente, às suas próprias características de produção, a qual se baseia em métodos artesanais, apresentando baixos índices de utilização de sementes selecionadas, irrigação, defensivos e adubação, inexistindo políticas específicas de estímulo a seu cultivo.

Tanto em termos do Estado de São Paulo, quanto de Brasil, a cultura do arroz em terras altas (arroz de sequeiro), sem irrigação é predominante, sendo bem menos expressivo seu cultivo nas várzeas, onde quase sempre é irrigado, com maior produtividade agrícola.

No Estado de São Paulo, a única exceção é feita à DIRA do Vale do Paraíba, onde predomina o cultivo do arroz em várzeas, todavia, com baixo emprego de insumo e em pequenas áreas. Em termos de área, essa região responde por 4,9% do total cultivado com arroz do Estado, sendo o seu rendimento 130,9% superior ao das demais DIRAS, contribuindo com apenas cerca de 10% da produção estadual.

A produção do arroz encontra-se atualmente concentrada nas DIRAS de São José do Rio Preto, Ribeirão Preto, Campinas e Sorocaba, sendo estas, no conjunto, responsáveis por 70% da produção estadual.

O Estado de São Paulo, com uma produção que atende apenas cerca de 17% de seu consumo, é o mais forte pólo determinante do destino dos fluxos do produto, no País.



A pesquisa de origem e destino realizada pelo GEIPOT-Plano Operacional dos Transportes - Arroz - Fase I - 1977, traz importantes indicações dos fluxos do produto em casca e beneficiado. Os dados embora sejam de 1974, permitem uma identificação do sentido geral dos fluxos de arroz existentes no País, correspondendo, portanto, ao objetivo da presente análise que não visa quantificar os fluxos, mas sim identificá-los. Essa fonte indica que, no ano de 1977, destinaram-se a São Paulo cerca de 900 mil toneladas de arroz em casca e 420 mil toneladas de arroz beneficiado. Por outro lado, indica também que, enquanto originou-se de São Paulo um fluxo de quase três mil toneladas de arroz em casca, o de arroz beneficiado foi de cerca de 450 mil toneladas.

São Paulo, naquele ano, foi o destinatário de cerca de 85% dos fluxos totais de arroz em casca no País, originando por volta de 20% do total dos fluxos de arroz beneficiado, estando em posição inferior apenas ao Rio Grande do Sul que, além de constituir-se num dos maiores produtores do País, domina também o beneficiamento do produto que cultiva. Sendo assim, conclui-se que a exportação oriunda de São Paulo é devida ao fato de exercer o papel de centro de beneficiamento, importando mais do que o necessário para o seu consumo e comercializando o excedente beneficiado.

O destino do arroz originário de São Paulo foi o Rio de Janeiro (33,4%), o Ceará (24,74%), além da Bahia e Pernambuco.

O arroz em casca destinado a São Paulo originou-se principalmente do Mato Grosso (60%), Goiás (19%), Minas Gerais (13%) e Paraná (8%).

Após o beneficiamento, abre-se a etapa da comercialização do arroz beneficiado. Nos vários estágios do processo de comercialização do arroz, surgem diversos agentes, tais como os caminhoneiros, os comerciantes primários, os atacadistas tradi-

cionais, os grandes agentes de comercialização ligados aos supermercados, além das cooperativas e dos proprietários de máquinas de beneficiamento. Em quase todos os Estados brasileiros, predomina a entrega da maior parcela do arroz ao intermediário, sendo determinante o papel do maquinista/atacadista e também decisiva a participação dos supermercados na comercialização do arroz beneficiado (55% do total).

A Figura AP-1.1 mostra a participação percentual dos diversos agentes de comercialização do arroz em casca e beneficiado.

#### AP-1.2.2. FEIJÃO

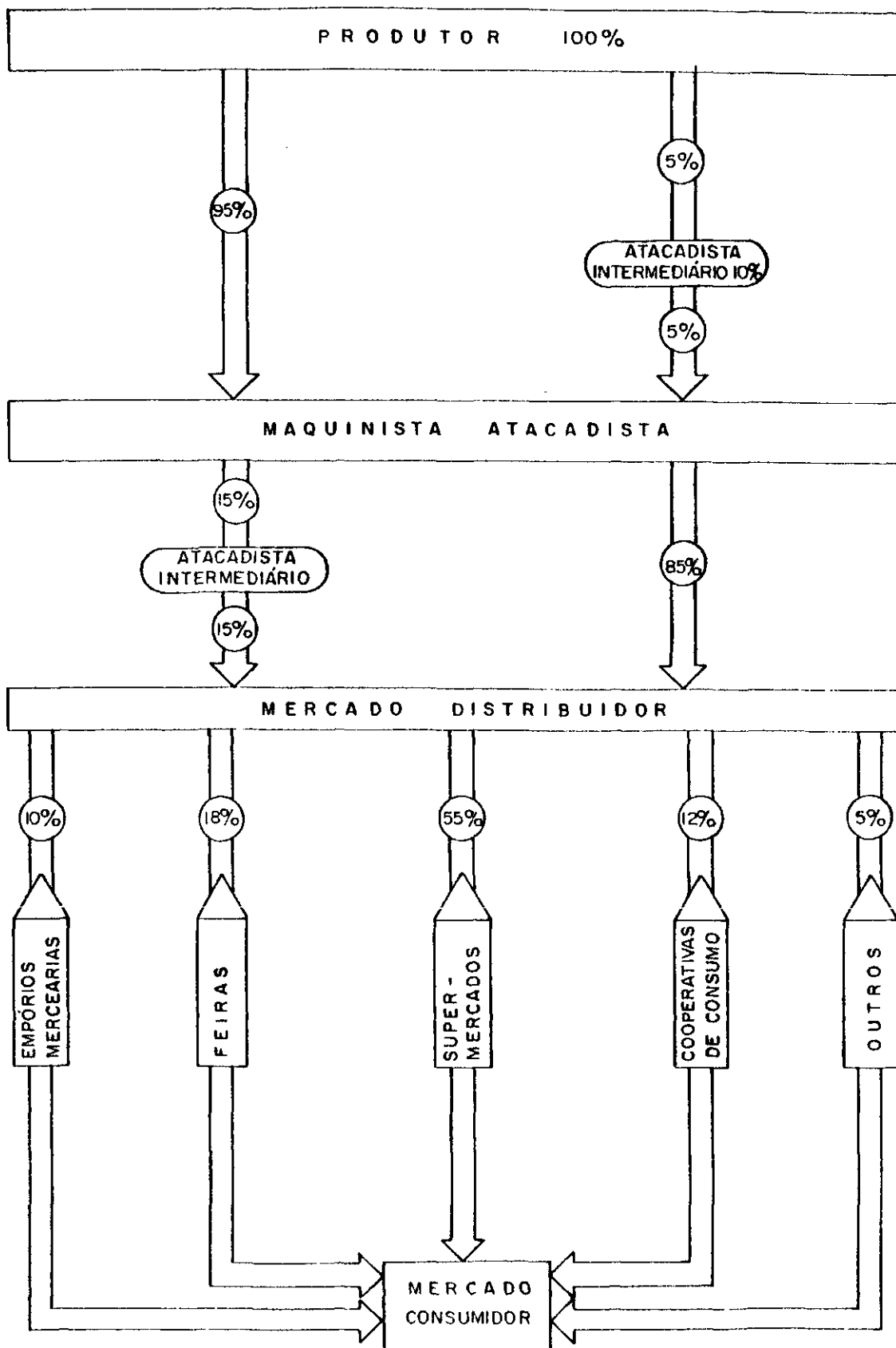
Assim como o arroz, o feijão também desempenha importante papel na dieta do brasileiro, sofrendo, no entanto crises periódicas no seu abastecimento. Para o Estado de São Paulo, a disponibilidade interna desses dois alimentos é menor que o consumo.

O feijão, diferentemente de outros produtos, é produzido em quase todo o País, por pequenos e médios proprietários. Em 1975 <sup>(1)</sup>, cerca de 82,8% e 51,4% da produção nacional proveio de propriedades de até 100 ha e de até 50 ha, respectivamente.

A produtividade agrícola da cultura do feijão é baixa, fato comprovado pelo grau de tecnologia agrícola aplicada na sua produção. Tanto assim que o número de estabelecimentos agrícolas que utilizaram sementes selecionadas, irrigação, defensivos e adubação, em 1975, foi insignificante, enquanto 75,2% das propriedades utilizaram sementes comuns.

---

(1) Fundação IBGE. Censo Agropecuário, 1975.



O abastecimento do produto no Estado de São Paulo é ainda, em boa parte, dependente das safras de outras áreas, sobretudo da safra das águas do Estado do Paraná.

Na sua comercialização, existem relativamente poucas grandes firmas envolvidas, havendo um grande número de empresas médias e uma proliferação de pequenos comerciantes.

Uma pesquisa realizada pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA), em 1981 <sup>(1)</sup>, através de levantamentos feitos junto aos atacadistas, permite analisar os canais de comercialização do produto (Ver Figura AP-1.2).

O comércio do feijão em São Paulo é bastante diversificado e competitivo, sendo a produção cotada no mercado atacadista através de vários agentes (atacadistas do interior, caminhoneiros, agentes de compras, caminhoneiros independentes, varejistas e atacadistas sediados na Capital).

### AP-1.2.3. BATATA

No Brasil, a batata é colhida durante todo o ano, sendo sua produção conduzida em três épocas distintas: águas, seca e inverno.

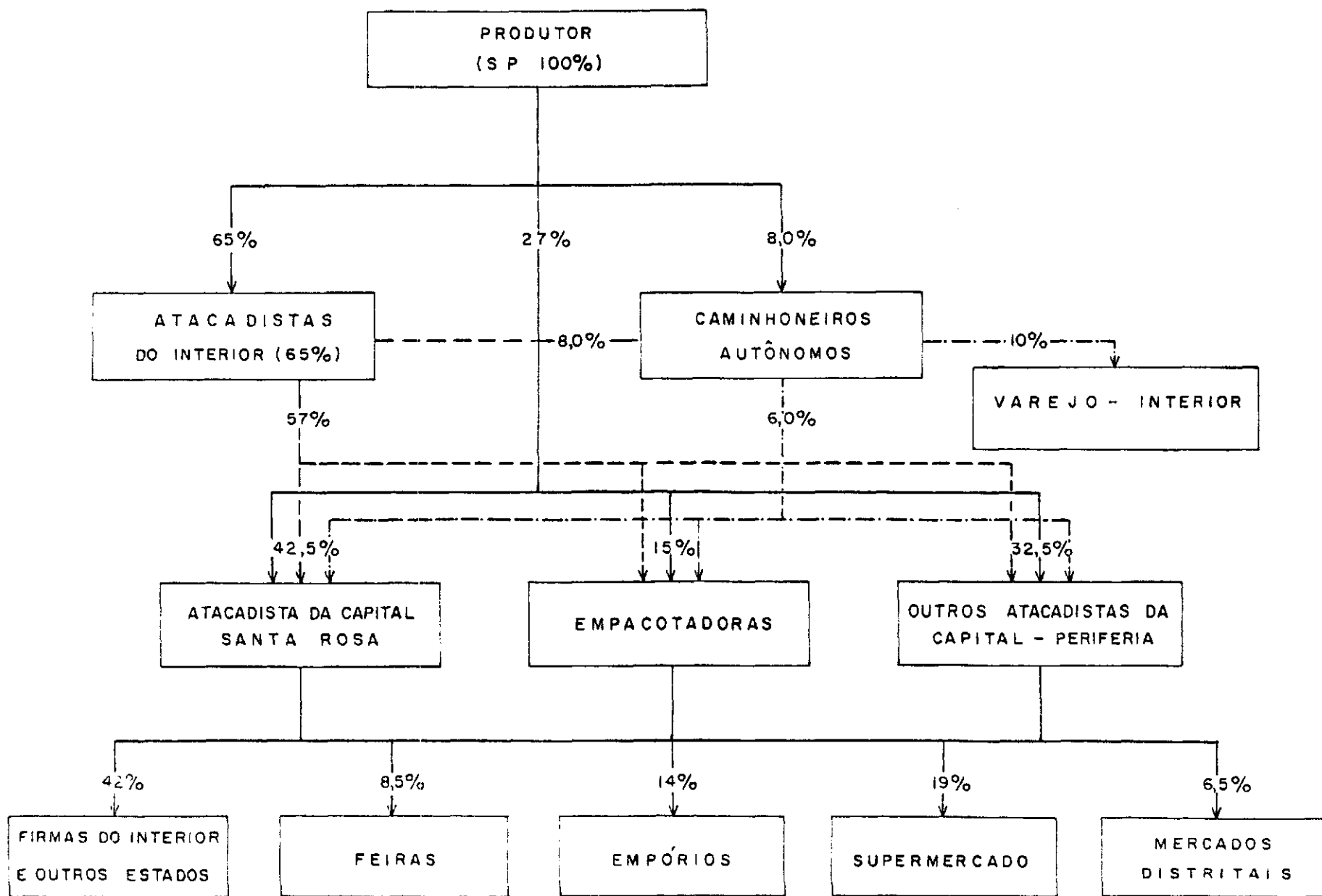
A cultura das águas, plantada em épocas de chuvas abundantes, apresenta menor custo e maior produtividade, sendo a sua colheita promovida nos quatro primeiros meses do ano.

O produto da seca, cuja colheita ocorre nos meses de maio a julho, apresenta menores custos, incorrendo, no entanto, em maiores riscos, devido a estiagens frequentes nesse período.

---

(1) Reis Filho, J.C.G. dos e Silva, V. da - Relatório de pesquisa. São Paulo, IEA, 1982.

# CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO DO FEIJÃO - ESTADO DE SÃO PAULO - 1981



FONTE Reis Filho, J.C.G. dos Silva, W. da. - IEA, 1982

Figura AP-1.2

A tendência apresentada por esse cultivo tem sido de acréscimo, notadamente no Estado de São Paulo, destacando-se sobretudo a DIRA de Sorocaba, local onde as atividades encontram-se mais integradas com a comercialização.

A cultura de inverno, por sua vez, é a que encontra, em São Paulo, melhor adaptação e a que tem demonstrado maior desenvolvimento, registrando-se sensível aumento de produtividade numa área cultivada praticamente inalterada. A rentabilidade econômica, a viabilidade em relação ao clima regional e a disponibilidade de novas terras mecanizáveis, com possibilidades de irrigação, vêm determinando a regionalização da cultura de inverno em São Paulo. Sua colheita dá-se no período de agosto a dezembro, suprimindo grande parte do mercado, não só local, mas também de todo o Centro-Sul, onde tal cultura não pode ser economicamente realizada, devido, principalmente, à ocorrência de geadas. Mesmo o Estado de São Paulo não está livre do problema, tratando-se pois de uma cultura de risco, além do seu elevado custo e produtividade menor do que as já descritas. Os notáveis incrementos de produtividade que esta cultura vem apresentando são, em grande parte, decorrentes da incorporação de técnicas de irrigação, emprego de sementes certificadas e uso de variedades mais produtivas e de melhores qualidades agronômicas.

Analisando o período compreendido pelos últimos 16 anos, observa-se que, no Brasil, o cultivo da batata apresenta-se em expansão, com um crescimento médio anual da ordem de 45 mil toneladas <sup>(1)</sup>, sendo que, no Estado de São Paulo, esta produção apresenta-se estabilizada, notabilizando-se somente os recentes incrementos de produtividade da cultura de inverno.

No Estado de São Paulo, a batata é cultivada, principalmente, nas DIRAs de Sorocaba e Campinas, as quais são respon-

---

(1) Destaca-se sobretudo a safra das águas, com um crescimento médio anual da ordem de 25 mil toneladas.

sáveis por mais de 90% da produção paulista. Destaca-se ainda, nesta atividade, a Delegacia Agrícola de Mogi das Cruzes que, isoladamente, responde por cerca de 4% do total produzido no Estado.

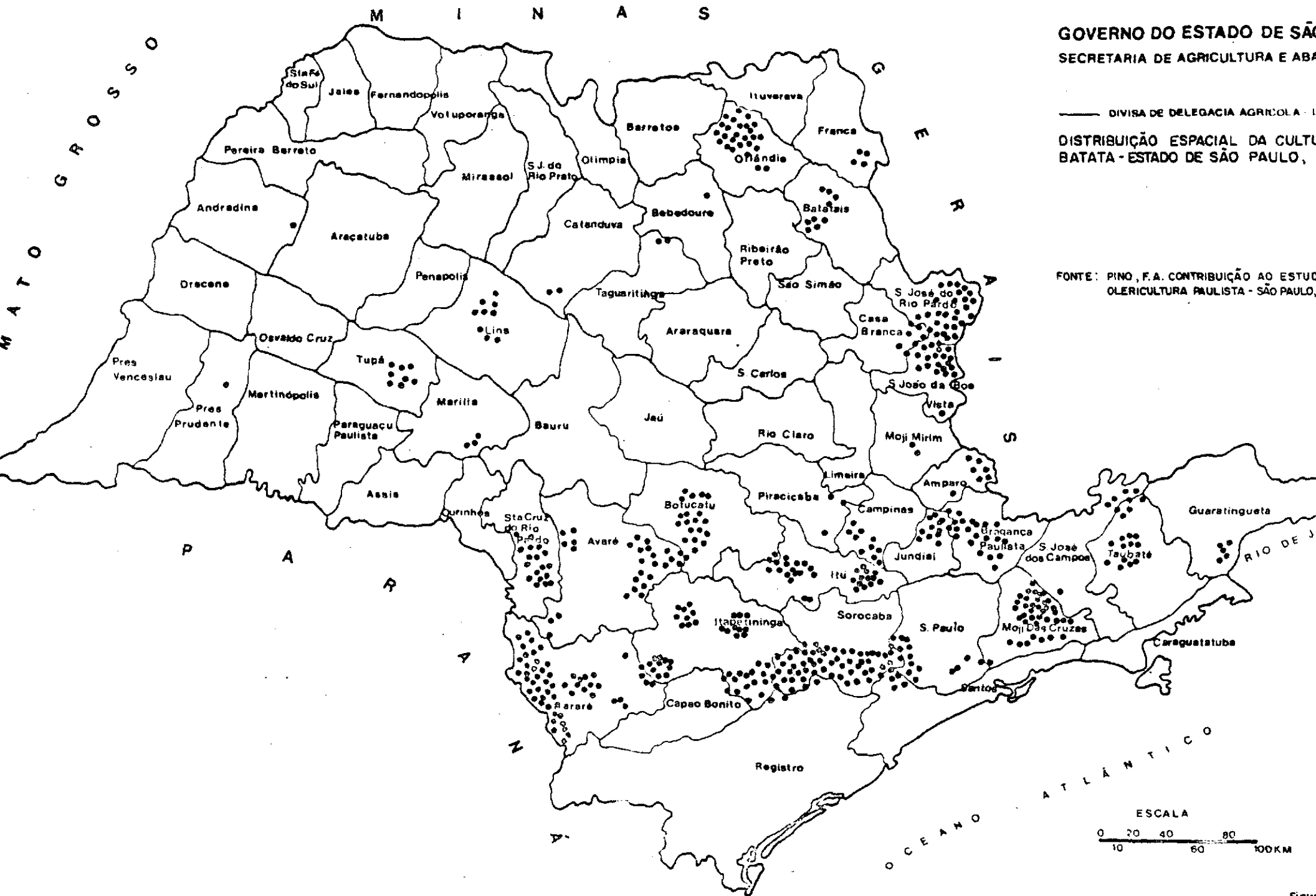
Pino et alii (1979) in "Contribuição ao Estudo da Olericultura Paulista" apresenta o mapa a seguir, da distribuição geográfica da cultura da batata no Estado de São Paulo (Ver Figura AP-1.3).

O levantamento final das safras, elaborado pelo IEA para o ano agrícola 1980/81, mostra a composição para as diversas safras paulistas (Ver Tabela AP-1.1, a seguir).

O Acompanhamento Conjuntural da COBAL permite registrar, para o ano de 1980, que o Estado de São Paulo importou grandes parcelas do produto, notadamente de Minas Gerais (34 mil toneladas) e Paraná (26 mil toneladas) e, secundariamente, de Santa Catarina (2 mil toneladas). Tais importações registraram-se durante o ano todo mas, enquanto de janeiro a maio estas somavam cerca de 7 mil a 10 mil toneladas mensais, de maio a dezembro estas eram bem menos expressivas.

As maiores quantidades comercializadas em São Paulo, provenientes do próprio Estado distribuem-se de maneira praticamente uniforme durante o ano, situando-se ao redor de 10 mil t/mês. A única exceção marcante constitui-se o mês de julho onde foram comercializadas cerca de 1.400 toneladas.

Por outro lado, as exportações mensais para outros estados é praticamente constante durante o ano, sendo que o único volume realmente expressivo é para o Rio de Janeiro (cerca de 10 mil toneladas).



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

— DIVISA DE DELEGACIA AGRICOLA —  
DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA CULTURA DA BATATA - ESTADO DE SÃO PAULO,

FONTE: PINO, F.A. CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DA AGRICULTURA PAULISTA - SÃO PAULO.

ESCALA  
0 20 40 80  
10 60 100 KM



Tabela A-P.1.1  
 ESTADO DE SÃO PAULO  
 PRODUÇÃO DE BATATA NAS DIRAS (1)  
 1980/81

DIVISÃO REGIONAL AGRÍCOLA	BATATA DAS ÁGUAS		BATATA DA SECA		BATATA DE INVERNO	
	Área (hectare)	Produção (mil sc. 60 kg)	Área (hectare)	Produção (mil sc. 60 kg)	Área (hectare)	Produção (mil sc. 60 kg)
São Paulo	2.540	830	1.100	300	1.720	500
Vale do Paraíba	370	75	640	125	1.200	310
Sorocaba	4.640	1.550	5.350	1.875	2.480	850
Campinas	2.920	650	1.360	300	2.550	680
Ribeirão Preto	20	5	720	230	1.050	315
Bauru	100	20	-	-	100	30
São José do Rio Preto	-	-	-	-	-	-
Araçatuba	-	-	20	5	70	20
Presidente Prudente	30	5	-	-	-	-
Marília	250	75	120	35	200	55
Estado	10.870	3.210	9.310	2.870	9.370	2.760

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

(1) Inclui cultura intercalada.

## AP-1.2.4. CEBOLA

A produção de cebola no Brasil sempre visou apenas ao mercado interno, dessa forma, a importação, quando realizada, tem a intenção de cobrir a queda de volume ofertado, devido à ocorrência de acidentes climáticos ou fitopatológicos que comprometem uma safra determinada e, por conseguinte o abastecimento.

Nos últimos anos, a concentração da produção de cebola, em alguns estados brasileiros, foi bastante acentuada. Atualmente, existem cinco regiões grandes produtoras de bulbos no País. No Rio Grande do Sul, situa-se um dos mais antigos pólos de produção. Em Santa Catarina a produção de bulbos situa-se no Vale do Itajaí, predominando a produção de Ituporanga, em franca expansão. No Vale do São Francisco (Estados de Pernambuco e Bahia), localizam-se as maiores regiões ceboleiras do Nordeste. Os municípios maiores produtores são os de Belém de São Francisco e Cabrobó, do lado pernambucano, e Casa Nova e Juazeiro, do lado baiano. No Estado de São Paulo, a produção predominante situa-se na DIRA de Sorocaba, sendo os municípios de Piedade e Pilar do Sul os produtores que mais se destacam; nesta região há produção de cebola de muda, através de reprodução genética e de cebola "de soqueira" ou bulbinhos, de reprodução vegetativa.

A produção, bem como os índices médios de produtividade, dos cinco principais estados cebolicultores podem ser verificados na Tabela AP-1.2, a seguir, elaborada para o período 1978/81, onde constata-se a importância do Estado de São Paulo.

A nível do Estado de São Paulo, a participação das principais DIRAs na produção estadual pode ser visualizada através da Tabela AP-1.3, também elaborada para o período 1978/81.

O mapa da Distribuição Geográfica da Cultura da Cebola (Figura AP-1.4) foi elaborado por Pino et alii, a partir de dados do IEA/CATI para o ano de 1977.

Tabela AP-1.2  
BRASIL  
PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DE CEBOLA DOS PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES  
1978/81

ESTADO	1978		1979		1980		1981 (1)	
	Produtividade (t/ha)	Produção (t)	Produtividade (t/ha)	Produção (t)	Produtividade (t/ha)	Produção (t)	Produtividade (t/ha)	Produção (t)
São Paulo	14,7	261.393	15,7	306.915	16,0	289.780	18,0	290.860
Rio Grande do Sul	6,0	118.500	6,7	150.700	7,4	151.193	8,4	197.268
Santa Catarina	8,2	47.129	8,8	94.017	8,5	103.605	9,0	153.000
Pernambuco	10,2	53.420	12,8	68.139	12,5	87.028	12,0	80.400
Bahia	5,4	14.310	9,5	22.860	10,6	40.140	11,0	40.300
Outros Estados	-	75.598	-	27.106	-	23.792	-	29.508
Brasil (2)	9,1	570.350 (3)	10,0	669.737	10,3	695.538	10,7	791.336

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

(1) Dados preliminares.

(2) Os cinco principais estados participaram na produção total do país com 86,7%, 95,9%, 96,6% e 96,3%, respectivamente em 1978, 1979, 1980 e 1981.

(3) Dado retificado.

Tabela AP-1.3  
 ESTADO DE SÃO PAULO  
PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DE CEBOLA NAS PRINCIPAIS DIRAS  
 1978/81

	1978		1979		1980		1981 (1)	
	Produtividade (t/ha)	Produção (t)	Produtividade (t/ha)	Produção (t)	Produtividade (t/ha)	Produção (t)	Produtividade (t/ha)	Produção (t)
Sorocaba	16,6	112.241	15,9	112.500	17,0	99.850 <sup>(2)</sup>	18,8	96.100
Sorocaba <sup>(3)</sup>	15,3	79.500	17,2	96.540	13,3	67.380	17,9	84.000
Campinas <sup>(4)</sup>	13,4	48.681	12,7	46.875	14,5	49.800	15,6	50.540
Pibeirão Preto <sup>(4)</sup>	9,3	12.307	20,7	39.300	21,0	50.500	20,5	50.180
Outras DIRAS	-	8.664	-	11.700	-	22.250	-	10.040
Estado <sup>(5)</sup>	14,7	261.393	15,7	306.915	16,0	289.780	18,0	290.860

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

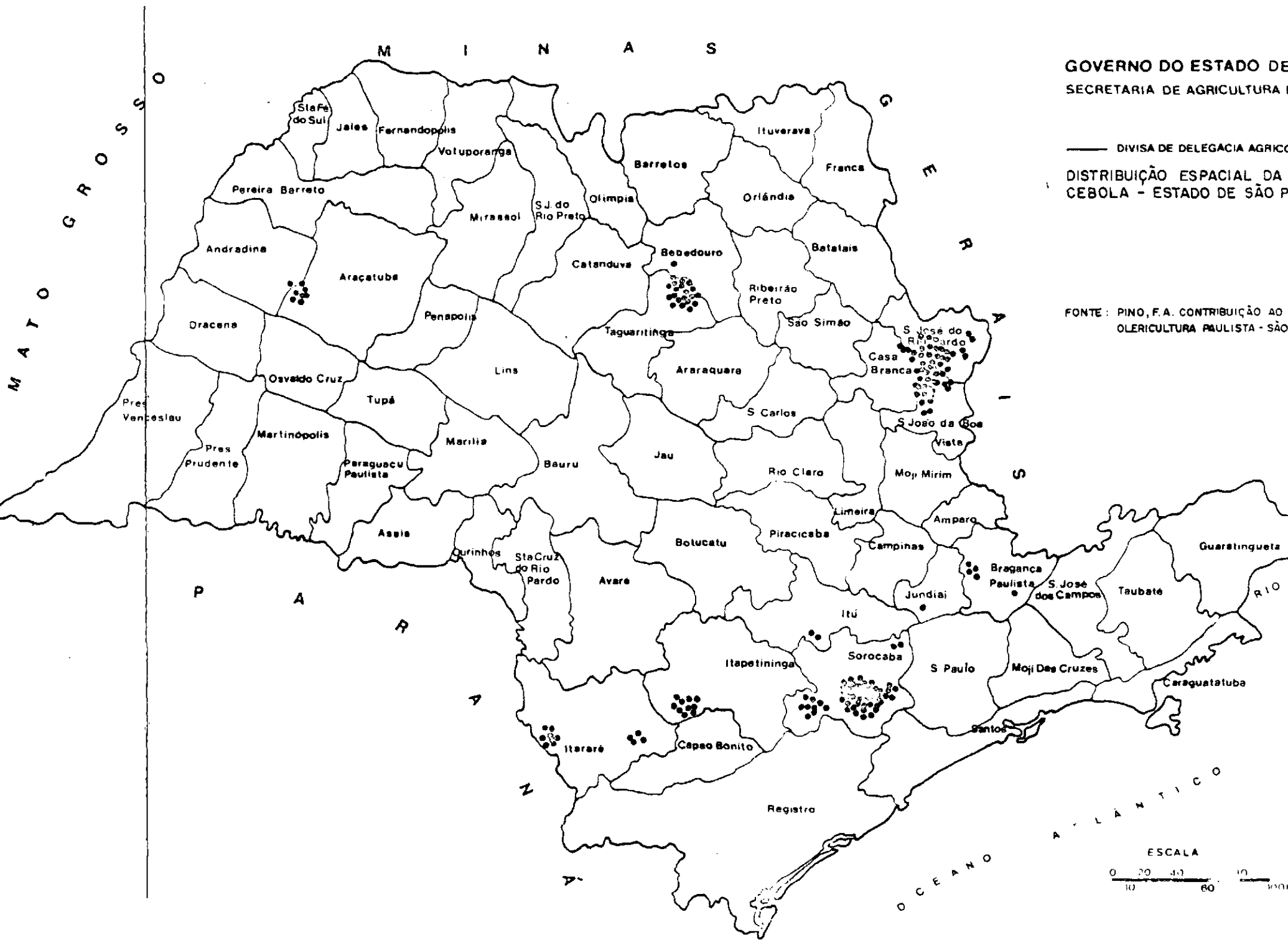
(1) Dados preliminares.

(2) Cebola de meia, baía piriforme.

(3) Cebola "saqueira" ou bolbinho.

(4) Cebola de meia, claras precoces.

(5) As participações dessas DIRAS na produção total do Estado foram de 96,7%, 96,2%, 92,3% e 96,4%, respectivamente, em 1978, 1979, 1980 e 1981.

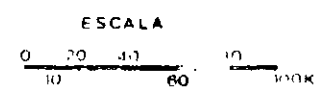


GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE AGRICULTURA E PASTORAGEM

— DIVISA DE DELEGACIA AGRICOLA

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA PRODUÇÃO DE CEBOLA - ESTADO DE SÃO PAULO

FONTE: PINO, F.A. CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DE AGRICULTURA PAULISTA - SÃO PAULO



Na compreensão do abastecimento de cebola no Estado de São Paulo é necessário observar que, apesar deste Estado concentrar uma das maiores produções do País, distribuída em três safras anuais, este é, ainda, dependente de importações do produto de outros Estados.

Isso deve-se, principalmente, ao fato das safras concentrarem-se em curtos períodos do ano, sendo ainda problemáticas as suas condições de armazenagem e conservação.

Observando-se os dados do Acompanhamento Conjuntural da COBAL, para o ano de 1980, pode-se constatar a importância das importações paulistas de cebola dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, nos meses de janeiro a abril (17.000 toneladas) e da Bahia e Pernambuco nos meses de julho a outubro (5.400 toneladas). Confirma-se, assim, a dependência do Estado de São Paulo das importações das safras de Peras e Tardias dos estados do Sul e das Claras Precoces dos estados do Nordeste.

Por outro lado, confirma-se também as maiores percentagens do auto-abastecimento nos meses de abril/maio a julho (safra de bulbinhos - SP) e de setembro/outubro a dezembro (produção de Peras). As maiores exportações paulistas também ocorrem nesses períodos, principalmente para o Rio de Janeiro e Paraná e secundariamente para o Rio Grande do Sul.

#### AP-1.2.5. MANDIOCA

A mandioca tem-se caracterizado como cultura típica de regiões agrícolas de solo arenoso, impróprio para explorações mais rentáveis, de distribuição irregular de chuvas e maior distância dos importantes centros de consumo; assim esta cultura, em São Paulo, vem cedendo lugar a outras que melhor remuneram os fatores de produção disponíveis, caso da cana-de-açúcar, laranja e soja.

Não obstante a importância dos produtos de mandioca na

alimentação da população de menor renda, bem como na substituição do milho na composição de rações, esta cultura vem apresentando tendência decrescente na área explorada e na produção.

Nos últimos cinco anos, a área plantada no Centro-Sul decresceu em cerca de 40 mil hectares anualmente, e a produção em 700 mil toneladas ao ano. No Estado de São Paulo, esta tendência decrescente é notada já a partir do ano de 1963.

Vários fatores têm sido apontados como responsáveis pela redução sofrida no cultivo da mandioca, entre os principais os preços mínimos insatisfatórios nos últimos anos; a diminuição do consumo interno de farinha de mandioca, acelerada devido aos subsídios fornecidos ao trigo <sup>(1)</sup>; os tabelamentos do preço do milho, tornando pouco competitiva a utilização de mandioca na formulação de rações etc.

São ainda apontados como entrave ao desenvolvimento da cultura alguns aspectos de ordem técnica, quais sejam: a bacteriose, que existe ainda de forma endêmica; a necessidade de dois ciclos agrícolas para o retorno do capital investido; e a carência de pesquisas de melhores técnicas agronômicas no seu cultivo.

No Estado de São Paulo, a maior concentração de produção de mandioca, incluindo-se as variedades para consumo de mesa, ocorre na DIRA de Marília, com cerca de 50% da produção paulista.

O levantamento final da safra 1980/81, promovido pelo Instituto de Economia Agrícola, mostra a composição da produção paulista de mandioca (Ver Tabela AP.1.4).

---

(1) Não havendo mais obrigatoriedade em misturar farinha de rapa às farinhas panificáveis, como era feito até 1973, o diferencial de preço do trigo, face ao subsídio, tornou a mistura não-econômica.

Tabela AP-1.4  
ESTADO DE SÃO PAULO  
COMPOSIÇÃO DA PRODUÇÃO PAULISTA DE MANDIOCA<sup>(1)</sup>

DIVISÃO REGIONAL AGRÍCOLA	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (mil t)
São Paulo	2.670	23
Vale do Paraíba	3.500	50
Sorocaba	1.100	10
Campinas	7.650	157
Ribeirão Preto	2.800	38
Bauru	1.720	17
São José do Rio Preto	3.330	27
Araçatuba	940	7
Presidente Prudente	2.690	25
Marília	26.900	318
Estado	<u>53.200</u> <sup>(2)</sup>	<u>672</u>

Fonte: IEA/CATI - Informações Econômicas - Vol. 12, nº 2/82.

(1) Inclui 10.800 ha de mandioca para a mesa com uma produção de 107.300 toneladas.

(2) Inclui 21.600 ha de mandioca nova.



Pino et alii (1978) in "Contribuição ao Estudo da Olericultura Paulista" elabora um mapa da distribuição espacial da cultura da mandioca no Estado de São Paulo (Figura AP-1.5).

#### AP-1.2.6. TOMATE

A produção brasileira de tomate, em 1980, foi de 1 532 700 t, sendo que, desse total, cerca de 81,6% da produção foram provenientes da região Centro-Sul, que também foi responsável por cerca de 75,8% da área total ocupada com essa cultura. Somente o Estado de São Paulo é responsável por 49,3% do total produzido no País (1).

Pelo acompanhamento conjuntural, observa-se que foram comercializadas, nos mercados atacadistas oficiais, 779 mil toneladas, sendo que a região Centro-Sul participou com 87,0% do volume transacionado, destacando-se São Paulo com 58,4%.

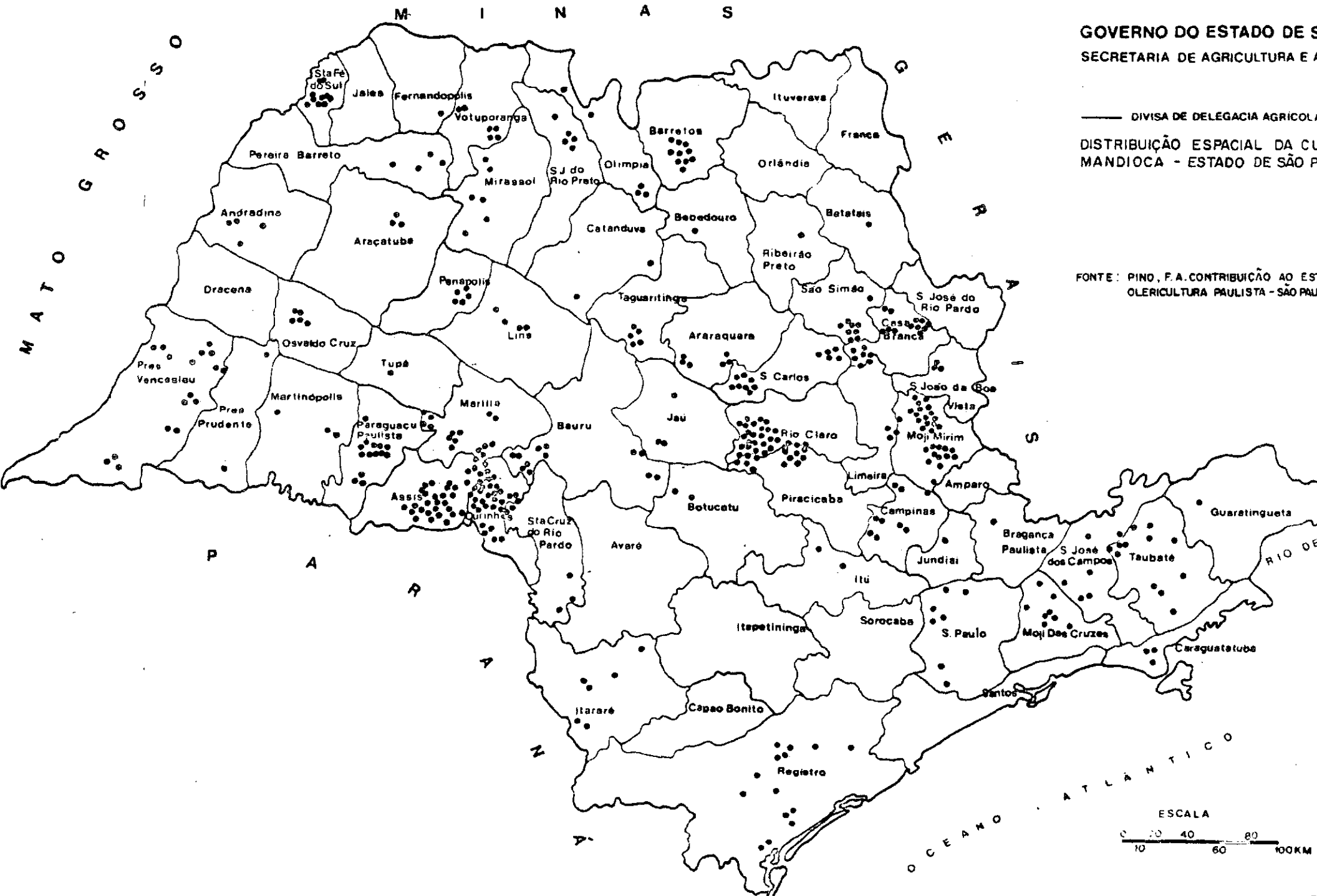
Do total comercializado no País, 24,8%, ou seja, 193 mil toneladas, correspondem às exportações interestaduais ocorridas, onde, o Estado de São Paulo participa com 15,8% (123 mil toneladas).

Os estados importadores do produto paulista são notadamente o Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul. Dentro do próprio Estado, a comercialização mensal de tomate situa-se em torno de 25 a 30 mil toneladas. Por outro lado, São Paulo também importa o produto, notadamente de Minas Gerais (julho/dezembro) e secundariamente de Santa Catarina (fevereiro/abril).

Pino et alii (1978) in "Contribuição ao Estudo da Olericultura Paulista" apresenta o mapa da distribuição geográfica da cultura do tomate no Estado de São Paulo (Figura AP-1.6).

---

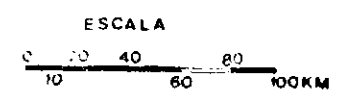
(1) Em 1980, o Estado de São Paulo colheu cerca de 358 400 toneladas, numa área cultivada de 6 970 ha.

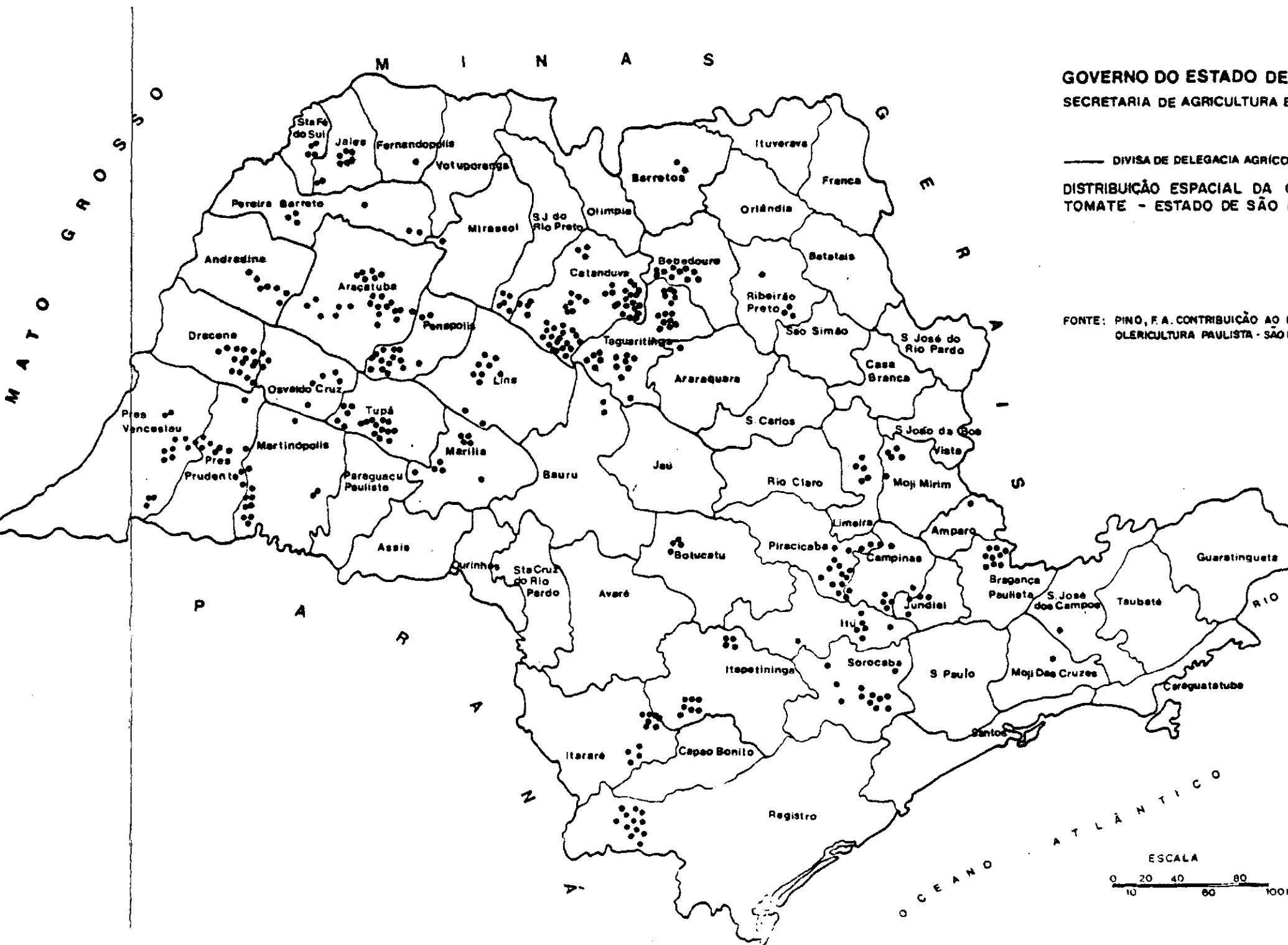


GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE AGRICULTURA E Pecuária

— DIVISA DE DELEGACIA AGRICOLA  
DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA CULTURA DA  
MANDIOCA - ESTADO DE SÃO PAULO

FONTE: PINO, F.A. CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DA  
AGRICULTURA PAULISTA - SÃO PAULO





GOVERNO DO ESTADO DE S  
SECRETARIA DE AGRICULTURA E A

— DIVISA DE DELEGACIA AGRICOLA

DISTRIBUÇÃO ESPACIAL DA CULTURA DO  
TOMATE - ESTADO DE SÃO PA

FONTE: PINO, F. A. CONTRIBUÇÃO AO ESTUDO DA  
HISTÓRIA DA AGRICULTURA PAULISTA - SÃO PA

ESCALA  
0 20 40 80 100 KM  
10 60

O cultivo do tomate rasteiro no Estado de São Paulo, que em 1975 predominava nas DIRAs de Ribeirão Preto e São José do Rio Preto, com 60% da área do Estado, deslocou-se para as regiões de Araçatuba e Presidente Prudente, onde se encontram atualmente os maiores plantios, com 57% do total do Estado.

Quanto ao tomate de mesa as regiões de maiores plantações encontram-se nos Municípios de Capão Bonito, Apiaí, Guapira e Ribeirão Branco, na DIRA de Sorocaba, e Campinas, Indaia-tuba, Elias Fausto, Sumaré e Monte Mor, na DIRA de Campinas, correspondendo a 78% do total da área cultivada.

O levantamento final da safra 1980/81, promovido pelo IEA, dá a composição da produção paulista de tomate (Tabela AP-1.5).

#### AP-1.2.7. FRUTAS

Em relação à fruticultura paulista, cabe diferenciar as culturas tropicais daquelas de características de clima subtropical e temperado. Tal diferenciação justifica-se pelo desenvolvimento desigual dessas culturas, tanto em termos de ocupação territorial, quanto em termos de significado econômico e destino final da produção.

Assim é que o cultivo de frutas tropicais apresenta-se, de um modo geral, mais disseminado pelo interior do Estado, constituindo-se, muitas vezes, em atividades já tradicionais de determinadas regiões, além de deterem maior expressividade no consumo popular, industrialização e exportação.

Já as frutas de clima subtropical ou temperado apresentavam, até bem pouco tempo, nítida concentração de produção na região da Grande São Paulo, também ponto de destino da quase totalidade de suas colheitas. Essas frutas detêm, ainda, pequena participação no consumo popular, podendo, no entanto, consti-

Tabela AP-1.5

COMPOSIÇÃO DA PRODUÇÃO PAULISTA DE TOMATE

DIVISÃO REGIONAL AGRÍCOLA	TOMATE ENVARADO		TOMATE RASTEIRO	
	Área (ha)	Produção (mil cx. 28 kg)	Área (ha)	Produção (mil t)
São Paulo	600	790	-	-
Vale do Paraíba	170	180	-	-
Sorocaba	2.840	4.660	-	-
Campinas	2.600	5.180	70	5
Ribeirão Preto	340	710	2.500	40
Bauru	50	90	1.370	39
São José do Rio Preto	15	25	2.120	32
Araçatuba	5	5	3.340	90
Presidente Prudente	70	100	4.160	102
Marília	50	60	940	22
ESTADO	6.740	11.800	14.500	330

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

tuir-se em uma nova alternativa de produção para algumas regiões do Estado.

As frutas tropicais de maior destaque na economia paulista são as cítricas, notadamente a laranja, e a banana. Destacam-se ainda o abacaxi, mamão, abacate, manga, melão e melancia.

Quanto aos cítricos, cabe ressaltar que grande parte de sua produção é destinada à indústria de sucos. Dessa parcela industrializada, a quase totalidade é voltada para a exportação, sendo inexpressivo o mercado interno, principalmente dos sucos concentrados.

O levantamento final da safra 1980/81, promovido pelo Instituto de Economia Agrícola, mostra a composição da produção cítrica no Estado de São Paulo, por Divisão Regional Agrícola (1) (Tabela AP-1.6).

Observa-se pelos dados da Tabela AP-1.6, que a maior concentração da produção cítrica dá-se nas regiões das DIRAs de Ribeirão Preto, Campinas e São José do Rio Preto. Há ainda, principalmente na produção da Ponkan, certo destaque para as DIRAs de Sorocaba e Marília.

Com relação à banana, a quase totalidade da produção paulista é proveniente da DIRA do Litoral Paulista, merecendo menção, apenas, a colheita da DIRA de Sorocaba, que, no entanto, soma menos de 10% do total produzido no Estado (Tabela AP-1.7).

Trata-se de uma cultura também voltada em grande parte à exportação, embora essa venha, no momento, sofrendo sérios

---

(1) O trabalho não considera as recentes transformações ocorridas nas Divisões Regionais Agrícolas (Extinção da DIRA de São Paulo e criação da DIRA Litoral Paulista).

Tabela AP-1.6

ESTADO DE SÃO PAULO  
COMPOSIÇÃO DA PRODUÇÃO CÍTRICA  
 1980/81

DIVISÃO REGIONAL AGRÍCOLA	LARANJA			LIMÃO			MEXERICA		
	Pés Novos (mil pés)	Pés em Produção (mil pés)	Produção (mil cxs)	Pés Novos (mil pés)	Pés em Produção (mil pés)	Produção (mil cxs)	Pés Novos (mil pés)	Pés em Produção (mil pés)	Produção (mil cxs)
São Paulo	60	450	1.060	20	400	1.030	60	260	400
Vale do Paraíba	10	160	260	-	35	40	-	10	10
Sorocaba	200	2.240	5.370	100	230	420	40	130	290
Campinas	5.060	22.340	46.640	90	700	1.520	30	230	430
Ribeirão Preto	9.320	37.810	68.470	360	1.380	4.050	-	70	105
Bauru	240	640	1.420	-	100	240	-	30	80
São José do Rio Preto	6.650	20.000	50.380	110	400	1.000	-	-	-
Araçatuba	110	530	1.080	-	35	70	-	-	-
Presidente Prudente	-	40	70	-	-	-	-	-	-
Marília	40	340	650	10	70	140	-	20	45
ESTADO	<u>21.690</u>	<u>84.550</u>	<u>175.400</u>	<u>690</u>	<u>3.350</u>	<u>8.510</u>	<u>130</u>	<u>750</u>	<u>1.360</u>

DIVISÃO REGIONAL AGRÍCOLA	PONKAN			TANGERINA		
	Pés Novos (mil pés)	Pés em Produção (mil pés)	Produção (mil cxs)	Pés Novos (mil pés)	Pés em Produção (mil pés)	Produção (mil cxs)
São Paulo	40	600	1.730	-	50	110
Vale do Paraíba	-	80	200	-	20	30
Sorocaba	90	480	1.100	20	200	450
Campinas	100	1.020	2.320	80	2.010	4.170
Ribeirão Preto	50	790	2.000	80	940	2.500
Bauru	10	200	590	-	20	40
São José do Rio Preto	-	120	270	20	60	140
Araçatuba	-	30	60	-	-	-
Presidente Prudente	-	50	190	-	20	80
Marília	10	450	1.170	-	240	470
ESTADO	<u>300</u>	<u>3.820</u>	<u>9.630</u>	<u>200</u>	<u>3.560</u>	<u>7.990</u>

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

Tabela AP-1.7  
ESTADO DE SÃO PAULO  
COMPOSIÇÃO DA PRODUÇÃO DE BANANA  
1980/81

DIVISÃO REGIONAL AGRÍCOLA	BANANA (1)		
	Touceiras Novas (mil/touc)	Touceiras em Produção (mil/touc)	Produção (mil/t)
São Paulo	1.210	48.040	618
Vale do Paraíba	20	210	4
Sorocaba	1.590	3.380	65
Campinas	115	545	9
Ribeirão Preto	30	330	5
Bauru	40	75	1
São J. Rio Preto	35	90	2
Araçatuba	20	65	1
Presidente Prudente	15	85	3
Marília	45	180	2
ESTADO	<u>3.120</u>	<u>53.000</u>	<u>710</u>

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

(1) O trabalho não considera as transformações ocorridas nas DIRAs (extinção da DIRA de São Paulo e criação da DIRA Litoral Paulista).



entraves, devido, principalmente, à concorrência com o produto de outros países (sobretudo Equador) e a crises econômicas dos principais países importadores (notadamente a Argentina).

Uma rápida caracterização da distribuição espacial da produção das demais frutas tropicais no Estado de São Paulo permitiria registrar, como principais pontos de concentração de cultivo, as DIRAS de Bauru (abacate, abacaxi e melancia), Campinas (abacate e manga), São José do Rio Preto (abacaxi e mamão), Araçatuba (mamão) e Presidente Prudente e Marília (melancia).

De uma maneira geral, pode-se considerar o Estado de São Paulo como auto-suficiente no abastecimento dessas frutas, observando-se, no entanto, que são consideráveis as suas importações, principalmente no caso do abacaxi (Paraíba), mamão (Pará) e melão (Pará, Minas Gerais). O balanço entre a produção e o consumo demonstra, para o abacaxi, um "déficit" estimado em 19 mil toneladas, o que poder explicar, em parte, sua importação de para o mamão, o que se observa é um "superávit" de 95 mil toneladas. O que tem ocorrido é a substituição do consumo do mamão comum - predominante na produção paulista - pelo consumo do mamão "papaya", basicamente produzido no Nordeste. Sabe-se, também que grande parte da produção paulista de mamão comum dirige-se a centros consumidores como o Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Vitória e Brasília, entre outros.

#### AP - 1.2.7.1 Fruticultura de Clima Temperado

Historicamente, a fruticultura de clima temperado em São Paulo, se iniciou nas regiões próximas à Capital. A viticultura e o figo com base na colônia italiana, enquanto o pêssego, ameixa, caqui e outras na colônia japonesa. A maçã de introdução mais recente na região tradicional de fruticultura está em franca expansão no sul do Estado de São Paulo, especialmente no Vale do Paranapanema. Com base nessas espécies, em poucas décadas o Estado situou-se como grande produtor.

A valorização da terra, a transferência de mão-de-obra rural para a indústria e a poluição dos rios e mananciais já levou a fruticultura paulista a abrir novas fronteiras no Estado; entretanto, necessita-se ampliar essas áreas a fim de possibilitar o atendimento de maior produção.

A fronteira frutícola paulista está se deslocando para regiões mais distantes da Capital que, no entanto, oferecem vantagens de topografia e preço da terra. Ressalte-se que essas regiões apresentam poucas opções para explorações agropecuárias, porém, com boas vias de comunicação para segurança do rápido escoamento da produção, exigido no caso de frutas.

O interesse pela fruticultura de clima temperado no Estado de São Paulo vem crescendo de forma notável nos últimos anos, observando-se um aumento constante da área cultivada e da produção. Cerca de uma dezena de culturas de importância econômica: ameixeira, caquizeiro, figueira, macieira, marmeleiro, nespereira, noqueira-macadâmia, noqueira-pecã, pessegueiro, pereira, videira, vêm se expandindo nas encostas das serras do Mar, Mantiqueira, Paranapiacaba e, mais recentemente, penetrando em pleno Planalto Paulista. Nas regiões mais frias as produções são mais tardias e nas mais quentes são precoces.

#### AP-1.2.8. OLERÍCOLAS

Neste item, apresenta-se, não só a caracterização da produção e comercialização paulista das olerícolas propriamente ditas, como também de outras culturas, como a batata, cebola, tomate e mandioca que, por serem cultivadas em maiores escalas e possuírem sistemas de produção e comercialização mais específicos, são normalmente tratadas como grandes culturas.

As oleráceas, excetuando-se as acima citadas, apesar de ocuparem hoje lugar de destaque na economia agrícola paulista, possuindo alto valor de produção, são pouco estudadas

quanto à sua localização geográfica no Estado, quanto às quantidades reais produzidas e quanto aos principais aspectos de sua comercialização (fluxos inter-regionais, perdas etc).

Sabe-se, e os estudos existentes o confirmam, que a produção comercial de hortaliças não apresenta distribuição espacial uniforme, mas certa tendência para se concentrar em áreas limitadas, como ocorre atualmente nas circunvizinhanças da Capital paulista, região conhecida por "cinturão-verde".

Isso parece bastante lógico, uma vez que a Região Metropolitana de São Paulo é o maior centro consumidor desses produtos no Estado e, considerando-se ainda, as condições edafoclimáticas favoráveis do "cinturão-verde", principalmente para o cultivo das hortaliças de folhas, de perecibilidade mais acentuada.

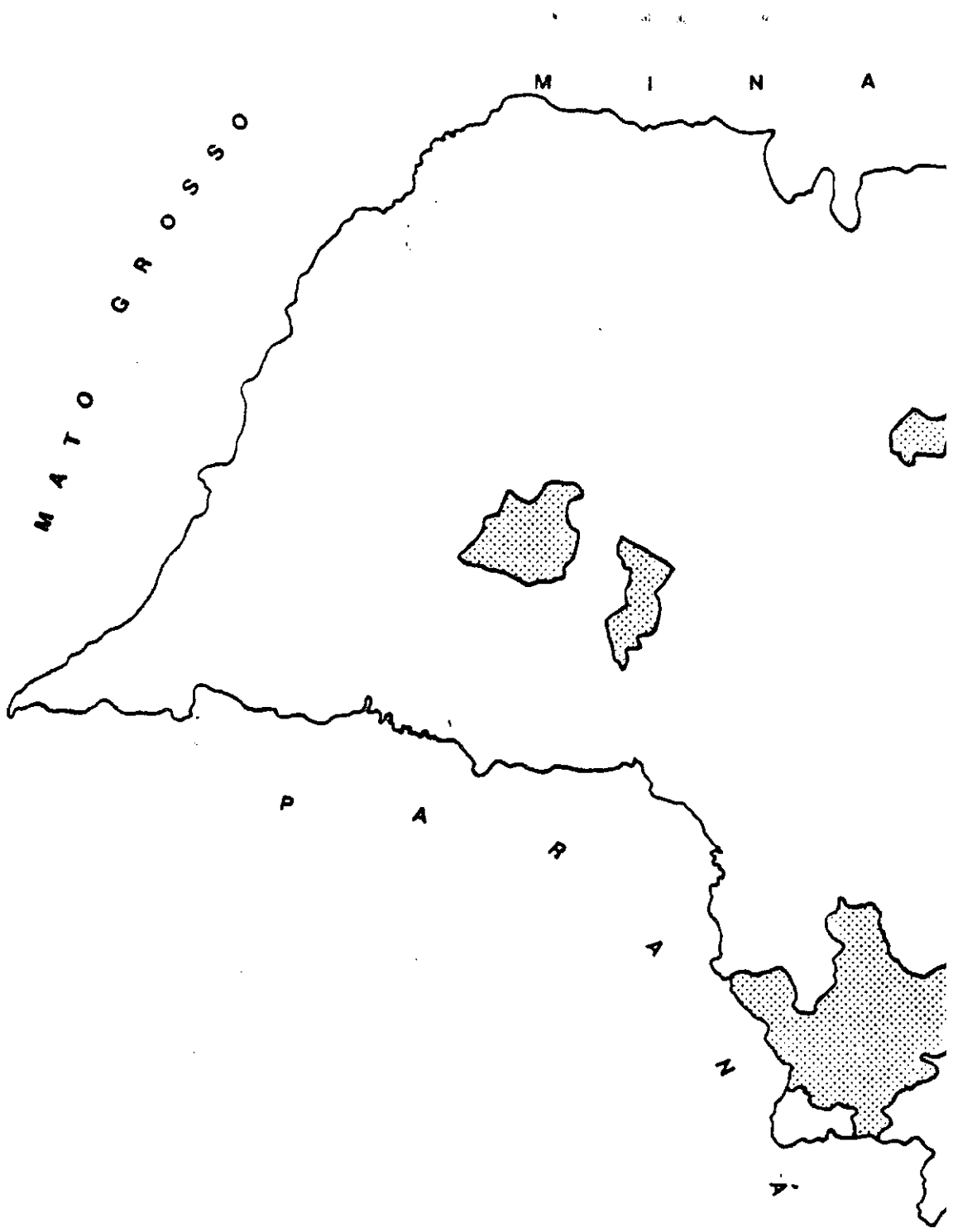
No entanto, em relação ao restante do Estado, a disponibilidade de informações é bastante reduzida, quer tratando-se da produção de verduras, quer referindo-se à de legumes, na qual algumas regiões começam, atualmente, a se destacar.

A principal fonte de referência é a FIBGE que, através do Censo Agropecuário, realiza quinquenalmente o levantamento da produção hortícola no Estado, discriminando as quantidades colhidas de trinta oleráceas, a nível municipal. Entretanto, os levantamentos realizados para o ano de 1980, ainda não se encontram disponíveis, podendo essa fonte ser usada apenas com referência ao ano de 1975.

A análise desses dados mostra que a produção olerícola paulista concentra-se, basicamente, nas DIRAs de Campinas (em globa a Delegacia Agrícola de São Paulo), do Vale do Paraíba (em globa a Delegacia Agrícola de Mogi das Cruzes) e de Sorocaba.

Apenas alguns produtos, notadamente legumes, demonstram certa importância em relação às demais DIRAs na produção

1



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENT**  
**DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA OLERICULTURA,**  
**ESTADO DE SÃO PAULO, 1977.**

FONTE: PINO, F.A. CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DA  
OLERICULTURA PAULISTA - SÃO PAULO, IEA, 1978

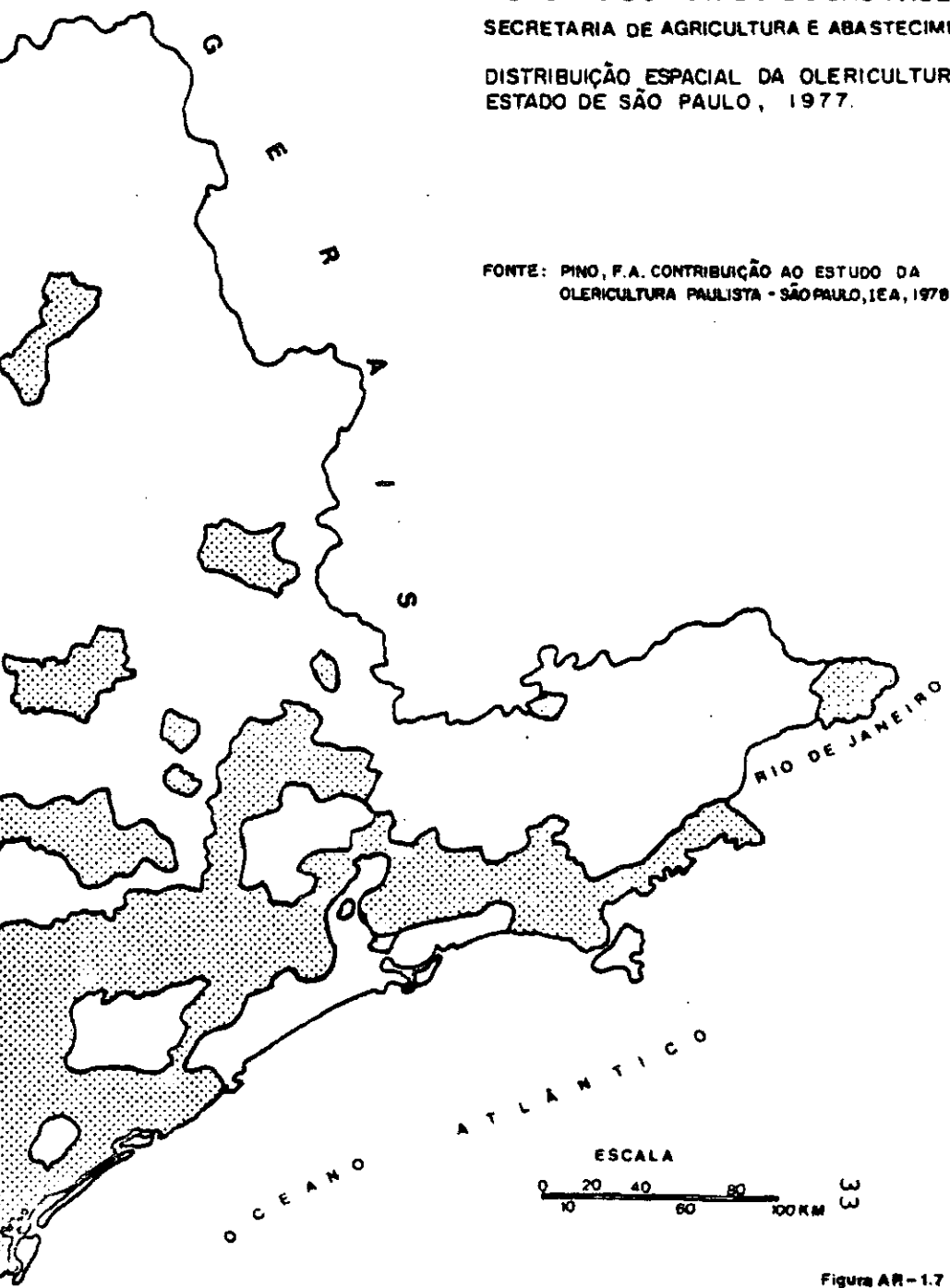


Figura AR-1.7

ção da importância das diversas regiões na olericultura paulista, já foram realizados, baseando-se principalmente nos dados de entrada de mercadorias fornecidos pelos Boletins da CEAGESP. Entre esses, cabe destacar o trabalho realizado pela CONSULTEC para o Banco do Brasil (1979), onde, no entanto, a não observância de certos critérios, quanto ao sistema de discriminação de apenas 80% da produção para o local de origem, nos boletins anteriores a 1978, bem como em relação à agregação de municípios e regiões, pouco acrescenta à compreensão da distribuição espacial da olericultura no Estado de São Paulo.

Estudo semelhante, analisando os dados de procedência de mercadorias dos Boletins da CEAGESP, para o ano de 1980, mostra que, em relação às folhas (agrião, alface, almeirão, cebolinha, chicória, couve, espinafre e salsa), apenas as Delegacias Agrícolas de Mogi das Cruzes e de São Paulo, foram responsáveis pelo fornecimento de 70% a 93% dos totais comercializados. Isso também é verificado em relação aos envios de brócolos.

Em relação às demais oleráceas, a participação dessas duas Delegacias é menos expressiva, devendo-se observar que para o aipo, berinjela, cenoura, ervilha, mandioquinha, pepino, pimentão, quiabo, vagem e abóbora, esta participação resume-se a menos de 15%, situando-se em torno de 20% para o caso da couve-flor e jiló.

A DIRA de Sorocaba respondeu, neste mesmo ano, por 74% dos envios de acelga, 68% de cenoura, 54% de couve-flor e por 50% do repolho comercializado. Teve ainda participação destacada na comercialização de abobrinha, alcachofra, alface, pimentão e pepino.

A DIRA de Campinas (excetuando-se a Delegacia Agrícola de São Paulo) destaca-se no fornecimento de berinjela (74%), jiló (50%), vagem (68%) e ainda: abobrinha, alface, pepino, pimentão, pimenta e quiabo.

Destacam-se ainda as DIRAS do Litoral, em relação à comercialização do chuchu, pepino e pimenta, e de Araçatuba principalmente em relação ao quiabo (56%).

Nota-se que, acompanhando a redução ocorrida na área cultivada com hortaliças na região da Grande São Paulo, de 21 670 ha em 1971, para 13 800 ha em 1977, houve um deslocamento na produção de determinadas espécies, principalmente daquelas de menores restrições edafo-climáticas e menos perecíveis, para outras regiões do Estado. Essas novas regiões, atualmente expressivas no abastecimento de produtos hortícolas na região da Grande São Paulo, estão localizadas principalmente num raio relativamente próximo à região metropolitana, configurando-se, entretanto, alguns fluxos de regiões mais distantes, abrangendo, ainda, outros Estados. Neste último caso, destacam-se especialmente a abóbora, vinda do Rio de Janeiro; cenoura, de Minas Gerais e Paraná, pepino e pimentão da Bahia.

A COBAL, através do Acompanhamento Conjuntural, o qual inclui, entre outros produtos, a cenoura e o repolho, fornece dados sobre as quantidades comercializadas nos principais mercados atacadistas oficiais, permitindo a identificação das principais Micro-Regiões, onde se processa essa comercialização. As Figuras AP-1.8 e AP-1.9 apresentam esses dados.

Essa fonte permite registrar as Micro-Regiões Homogêneas da Grande São Paulo e de Paranaíacaba como responsáveis pela origem de, respectivamente, 51,2% e 47,8% do total de cenoura e por 58,1% e 38,2% do total do repolho, comercializados em São Paulo, no ano de 1980.

A COBAL organizou também o Calendário de Comercialização do Chuchu onde é possível constatar-se que cerca de 25% do total comercializado no País (184 mil toneladas), foi oriundo do Estado de São Paulo, principalmente das MRHs, Grande São Paulo, Baixada do Ribeira, Baixada Santista e Campinas, sendo que a primeira caracteriza-se preponderantemente como reexportadora do produto.







M A T O G R O S S O

M I N A S

P A R A Í

O C E A N O A T L Â N T I C O

Sta Fe do Sul

Jales

Fernandópolis

Votuporanga

Barreros

Ituverava

France

Pereira Barreto

Mirassol

S.J. do Rio Preto

Olimpia

Orlândia

Andradina

Aracatuba

Catanduva

Babedouro

Batatais

Dracena

Penapolis

Taguatinga

Ribeirão Preto

São Simão

S. José do Rio Pardo

Oswaldo Cruz

Tupã

Lins

Araraquara

Casa Branca

Pres. Venceslau

Martinópolis

Marília

Bauru

Jau

Rio Claro

S. João da Boa Vista

Pres. Prudente

Paraguacu Paulista

Assis

Ourinhos

Sta Cruz do Rio Pardo

Avaré

Botucatu

Piracicaba

Limeira

Ampero

Bragança Paulista

S. José dos Campos

Guaratingueta

P

A

R

J

Z

P

Itapetininga

Sorocaba

R. Paulo

Mojo das Cruzes

Taubaté

Caraguatatuba

Itararé

Casa Branca

Santos

Regato

RIO DE JANEIRO

É interessante notar que, dos totais de cenoura e de repolho oriundos da Grande São Paulo (MRH-262), 71,7% e 46,6%, respectivamente, foram destinados a outros estados, principalmente Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná.

Marchiori et alii (1980) estudaram o papel da região metropolitana no abastecimento dos mercados da CEAGESP-SP e CEASA-Grande Rio, constatando que, com exceção da couve-flor, para todas as demais verduras, a responsabilidade da região no abastecimento da CEAGESP foi superior a 70%, destacando-se em relação ao CEASA-RJ, os seus envios de salsaõ, repolho e alface.

A participação no envio de legumes ao CEAGESP, só é elevada para a mandioca de mesa, beterraba e chuchu, apresentando, ainda, crescentes reduções no abastecimento desses produtos na CEASA-Grande Rio.

Uma avaliação da movimentação de mercadorias nos diversos entrepostos de abastecimento do Estado permite registrar, a grosso modo, que cerca de 80% da comercialização de verduras e legumes é realizada através da CEAGESP; cerca de 10% na CEASA-Campinas; 5% na CEASA-Ribeirão Preto; e o restante nas demais CEASAs, notando-se uma menor expressão para a CEASA-Bauru.

Cabe notar que esta avaliação refere-se a uma observação agregada dos produtos, sendo que estes, quando analisados isoladamente, apresentam índices variáveis de participação na comercialização das diversas CEASAs.

Existem, ainda, no abastecimento de produtos hortícolas, dois aspectos de grande importância a serem considerados: a sazonalidade da produção e as perdas.

Em relação ao primeiro - fenômeno já relativamente estudado nos principais mercados - cabe observar que constitui-se numa das mais severas condicionantes da disponibilidade física do produto, bem como das oscilações dos preços praticados nas diversas épocas do ano.

As hortaliças, na sua maioria, devido principalmente ao seu curto ciclo de produção; à sua alta perecibilidade e ao seu alto grau de dependência de condições climáticas adequadas, constituem-se em alimentos de grande oscilação de oferta.

A pesquisa genética, aplicada à obtenção de novos híbridos e variedades, pode propiciar alguns efeitos atenuantes sobre esse fenômeno de mercado. Atualmente, destacam-se principalmente os resultados obtidos com o repolho e a berinjela.

Quanto às perdas de produção e comercialização de oleráceas, os estudos disponíveis são bem poucos, ou mesmo inexistentes. Destaca-se o trabalho de Ueno <sup>(1)</sup> sobre a perda de produtos hortifrutícolas nos diversos agrupamentos de varejo na cidade de São Paulo. (Tabela AP-1.9)

---

(1) Ueno, L.H. Perdas na comercialização de produtos hortifrutícolas na cidade de São Paulo.

Tabela AP-1.9  
CIDADE DE SÃO PAULO  
PERCENTAGEM DAS PERDAS, EM RELAÇÃO AO VOLUME,  
NA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS HORTIFRUTÍCOLAS, SEGUNDO O EQUIPAMENTO  
1974

PRODUTO	SUPERMERCADO	FEIRA-LIVRE	QUITANDA	MÉDIA PONDERADA DOS EQUIPAMENTOS
<b>Legumes</b>				
Abóbora	13	9	13	10
Abobrinha	19	11	12	12
Beringela	18	9	14	14
Beterraba	12	7	10	10
Cenoura	15	8	11	9
Chuchu	18	5	15	7
Pepino	16	6	11	7
Pimentão verde	22	10	15	12
Pimentão vermelho	24	15	20	16
Quiabo	23	8	14	10
Tomate de mesa	24	13	14	14
Vagem manteiga	19	5	12	7
<b>Frutas</b>				
Abacate	27	22	15	22
Abacaxi	24	16	19	17
Banana maçã	33	33	33	33
Banana nanica	33	33	33	33
Caqui	40	21	22	23
Figo	30	10	20	13
Laranja	22	10	11	11
Limão galego	17	10	10	11
Limão tahiti	15	10	11	10
Mamão	34	28	32	29
Manga	24	18	29	19
Melancia	19	22	14	21
Morango	13	8	7	9
Pêssego	28	12	20	14
Tangerina	20	18	13	18
Uva	18	12	18	13
<b>Tubérculos e bulbos</b>				
Batata (inglesa)	16	11	13	11
Batata doce	18	5	10	10
Cebola	35	8	12	14
Mandioca	17	12	23	13
Mandioquinha	28	11	18	13
<b>Verduras</b>				
Agrião	20	6	14	8
Alface crespa	23	10	15	12
Alface lisa	23	12	13	13
Almeirão	24	6	24	9
Cheiro-verde	18	8	18	10
Couve	20	9	15	10
Escarola	20	7	13	9
Espinafre	24	6	14	8
Peppolho verde	19	14	11	14

### AP-1.3. PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

#### AP-1.3.1. OVOS

A avicultura destaca-se entre as atividades que maior desenvolvimento alcançaram dentro do setor agropecuário do País nos últimos anos, tanto em relação à tecnologia aplicada, como em termos das altas taxas de crescimento da produção, principalmente da avicultura de corte.

De acordo com as estimativas existentes para o período 1969/77, as produções de carne de frango para o Brasil cresceram a uma taxa de 19,3% a.a., enquanto a produção de ovos à taxa de 1,8% a.a., conforme Tabela AP-1.10.

A avicultura paulista vem desempenhando importante papel na economia agrícola paulista e segundo os dados do IEA, para o período 1967/77 a produção de carne de aves cresceu a uma taxa média anual de 32%. A produção de ovos que, em 1969, era de 261 milhões de dúzias apresentou uma taxa de crescimento de 8,64% a.a., chegando, em 1979, a 597,7 milhões de dúzias.

Embora a produção de ovos esteja distribuída em todas as DIRAS do Estado, em 1979, as maiores produções estavam localizadas nas DIRAS de São Paulo, Marília, Araçatuba e Campinas, que correspondiam, respectivamente, a 23,18%, 19,56%, 12,80% e 9,43% da produção estadual, totalizando cerca de 65% (Tabela AP-1.11).

Na Divisão Regional Agrícola de Marília destaca-se a produção do município de Bastos; na DIRA de Araçatuba, os municípios de Guararapes e Andradina; na DIRA de Campinas, a produção é pulverizada, destacando-se os municípios de Atibaia, Ipeúna, Itirapina e Rio Claro. A maior produção do Estado está na região de Mogi das Cruzes, ora integrante da DIRA do Vale do Pa-

Tabela AP-1.10  
BRASIL  
PRODUÇÃO AVÍCOLA  
1969/77

ANO	CARNE (Mil t)	OVOS (Milhões dúzias)
1969	154,0	450,0
1970	217,0	470,0
1971	224,0	490,0
1972	294,0	510,0
1973	401,0	500,0
1974	434,0	500,0
1975	484,0	500,0
1976	551,6	510,0
1977	631,5	521,0

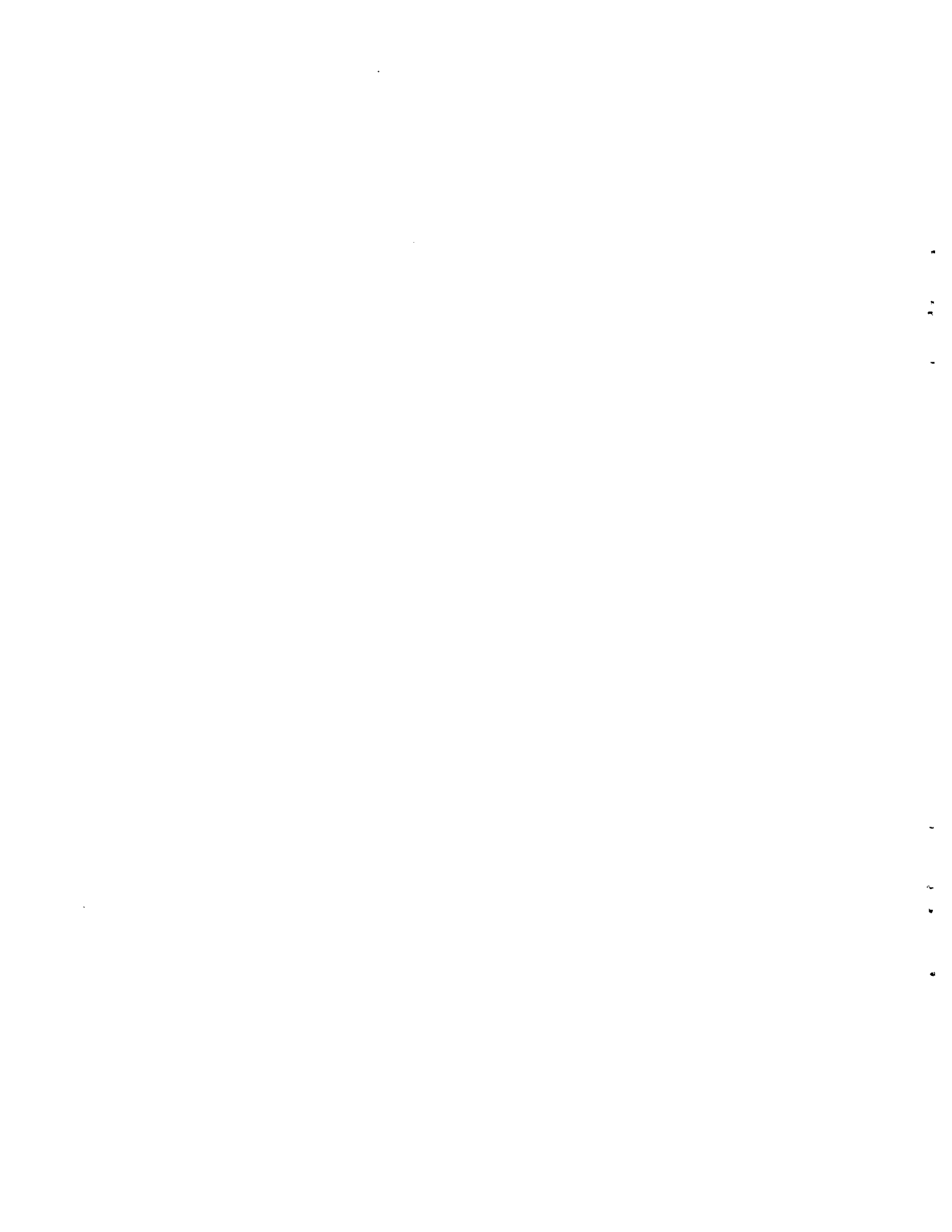
Fonte: União Brasileira de Avicultura (UBA).

Tabela AP-1.11  
 ESTADO DE SÃO PAULO  
 EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE OVOS  
 1969/79

Em milhões de dúzias

DIRA	1968/69	1969/70	1970/71	1971/72	1972/73	1973/74	1974/75	1975/76	1976/77	1977/78	1978/79
São Paulo	97,011	112,440	110,875	105,130	102,952	113,859	103,322	114,041	128,506	138,978	138,562
Vale do Paraíba	12,983	13,970	18,008	17,030	16,755	17,937	18,722	17,762	23,339	24,587	21,457
Sorocaba	9,787	17,970	7,855	11,530	14,893	14,620	14,722	23,795	28,548	37,915	40,021
Campinas	17,279	29,440	38,255	33,760	31,283	36,823	36,085	40,796	53,991	43,452	56,360
Ribeirão Preto	12,638	32,250	21,954	16,870	16,794	20,708	27,331	26,950	32,221	36,220	39,349
Bauru	18,439	17,530	20,258	22,220	23,511	28,152	35,414	30,472	35,165	43,194	41,774
São José do Rio Preto	13,218	19,090	16,276	10,780	11,100	14,396	17,032	17,971	16,483	21,009	21,459
Araçatuba	20,570	24,110	28,487	39,040	35,266	43,189	55,766	57,378	68,994	72,578	76,502
Presidente Prudente	9,034	15,800	15,410	20,500	20,744	34,240	45,229	35,356	59,078	49,408	45,318
Marília	50,041	47,400	66,622	64,340	65,502	74,076	88,377	85,479	103,675	101,859	116,898
ESTADO	<u>261,000</u>	<u>330,000</u>	<u>345,000</u>	<u>340,000</u>	<u>338,800</u>	<u>398,000</u>	<u>442,000</u>	<u>450,000</u>	<u>550,000</u>	<u>569,200</u>	<u>597,700</u>

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).





raíba, sendo que até a data do decreto <sup>(1)</sup> era integrante da DIRA de São Paulo.

Em 1980, a produção de ovos, para o Estado de São Paulo, segundo dados do Instituto de Economia Agrícola, foi de 674 milhões de dúzias, aproximadamente 562 mil toneladas.

O consumo de ovos, calculado pelo índice do ENDEF, foi estimado em 168 mil toneladas, havendo, portanto, um superávit de produção apesar de não se incluir o volume destinado à industrialização.

O Estado de São Paulo figura como grande produtor de ovos de granja, respondendo por mais de 70% da produção nacional. Além de abastecer seu mercado interno, São Paulo contribui, substancialmente, para o abastecimento de outros estados, onde se inserem o Rio de Janeiro, Bahia, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás, Distrito Federal e Pará, embora faltem estatísticas específicas que quantifiquem as exportações de ovos para outros estados.

#### AP-1.3.2. PECUÁRIA LEITEIRA

O início da década de 70 foi marcado por crises de oferta de leite, decorrentes dos preços baixos que vigoraram nos períodos anteriores. Em 1972, a situação de déficits crônicos no abastecimento tornou-se insustentável e os produtores conseguiram, através de reivindicações, sucessivos aumentos reais de preços, que se estenderam até meados de 1975 <sup>(2)</sup>.

A partir de 1976, a produção estadual de leite retomou seu crescimento, e nos anos seguintes ocorreu uma recuperação na oferta do produto.

---

(1) Decreto nº 15.742, de 17/09/80.

(2) Mello, N.T.C. de - A pecuária de leite no Estado de São Paulo. 1981.

Em 1980, a produção estadual foi de 1,695 milhões de litros, sem contudo conseguir ultrapassar os níveis alcançados no início da década.

Apesar da produção leiteira mostrar-se estagnada na década de 70, ocorreram alterações na participação das regiões produtoras no volume total produzido.

Em 1970, o volume era de 1,619 milhões de litros, sendo Ribeirão Preto, Vale do Paraíba, Campinas e São José do Rio Preto as principais DIRAs produtoras, com participação de 21,31%, 16,42%, 16,31% e 12,01%, respectivamente, representando, portanto, cerca de 66% do total de leite produzido no Estado.

No ano de 1980, como dito anteriormente, o volume total produzido somava 1,695 milhões de litros, representando um acréscimo de 4,7% em relação a 1970.

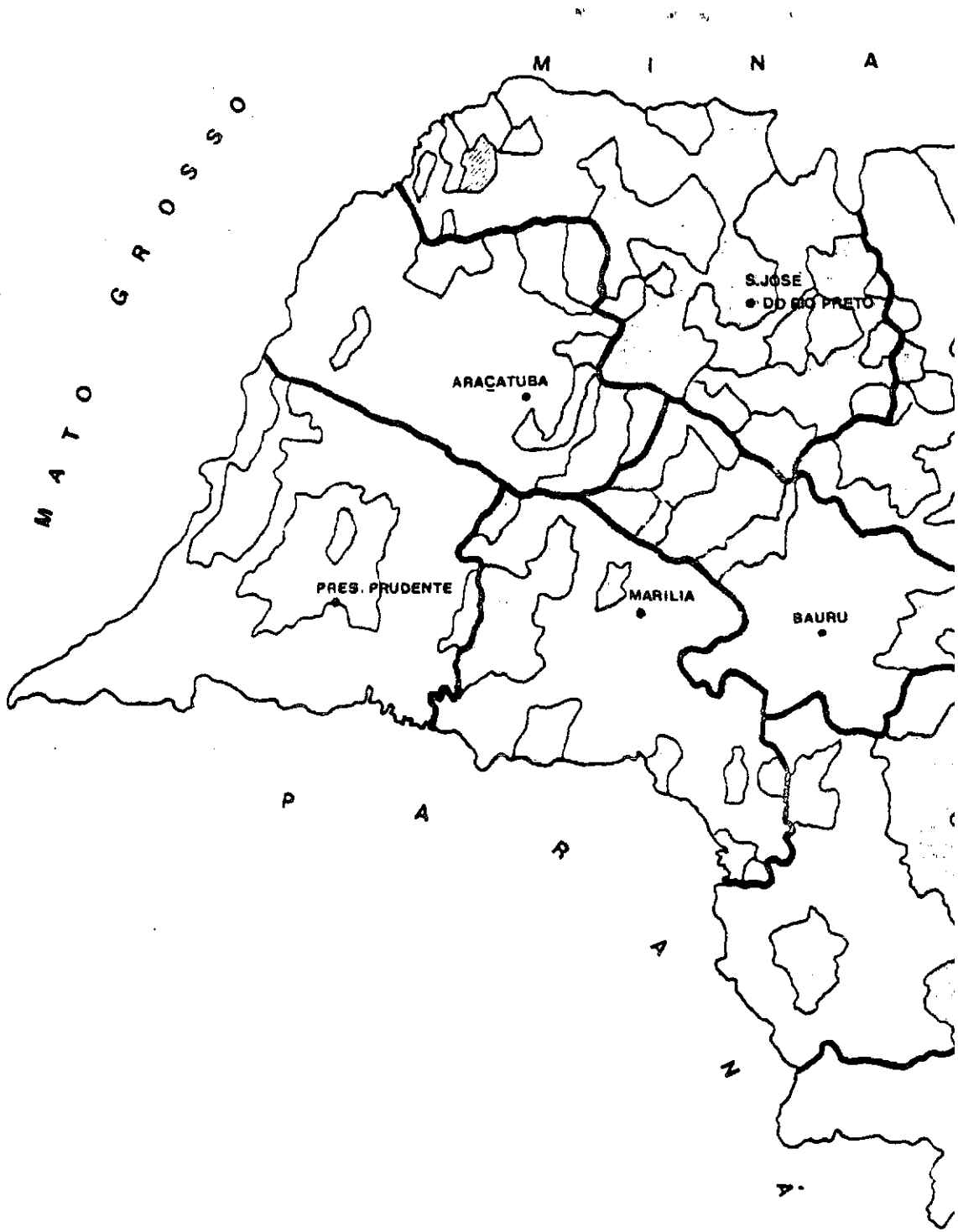
Embora tenha havido alterações em suas participações relativas, as principais DIRAs permanecem as mesmas: a DIRA de Ribeirão Preto manteve sua posição de maior região produtora com participação de 18,18%, sendo seguida por São José do Rio Preto com 17,96%, Campinas com 14,98% e Vale do Paraíba com 13,27%.

A localização espacial da produção de leite no Estado de São Paulo, no ano de 1979, é mostrada na Figura AP-1.10.

#### AP-1.3.2.1. Abastecimento de Leite na Grande São Paulo

Por volta de 1940, a região do Vale do Paraíba era a principal supridora do produto consumido na Grande São Paulo. Nos anos 60, o produto passa a ser obtido também na região da Alta Mogiana.

A partir da década de 70, essas bacias leiteiras já não eram capazes de atender a demanda crescente, motivo pelo qual passou-se a importar o produto de outros estados. Dessa forma, hoje, a Grande São Paulo é abastecida, também, por leite dos



M A T O G R O S S O

M I N A

S. JOSÉ  
• DO RIO PRETO

ARACATUBA  
•

PRES. PRUDENTE  
•

MARILIA  
•

BAURU  
•

P A

P

A

Z

P

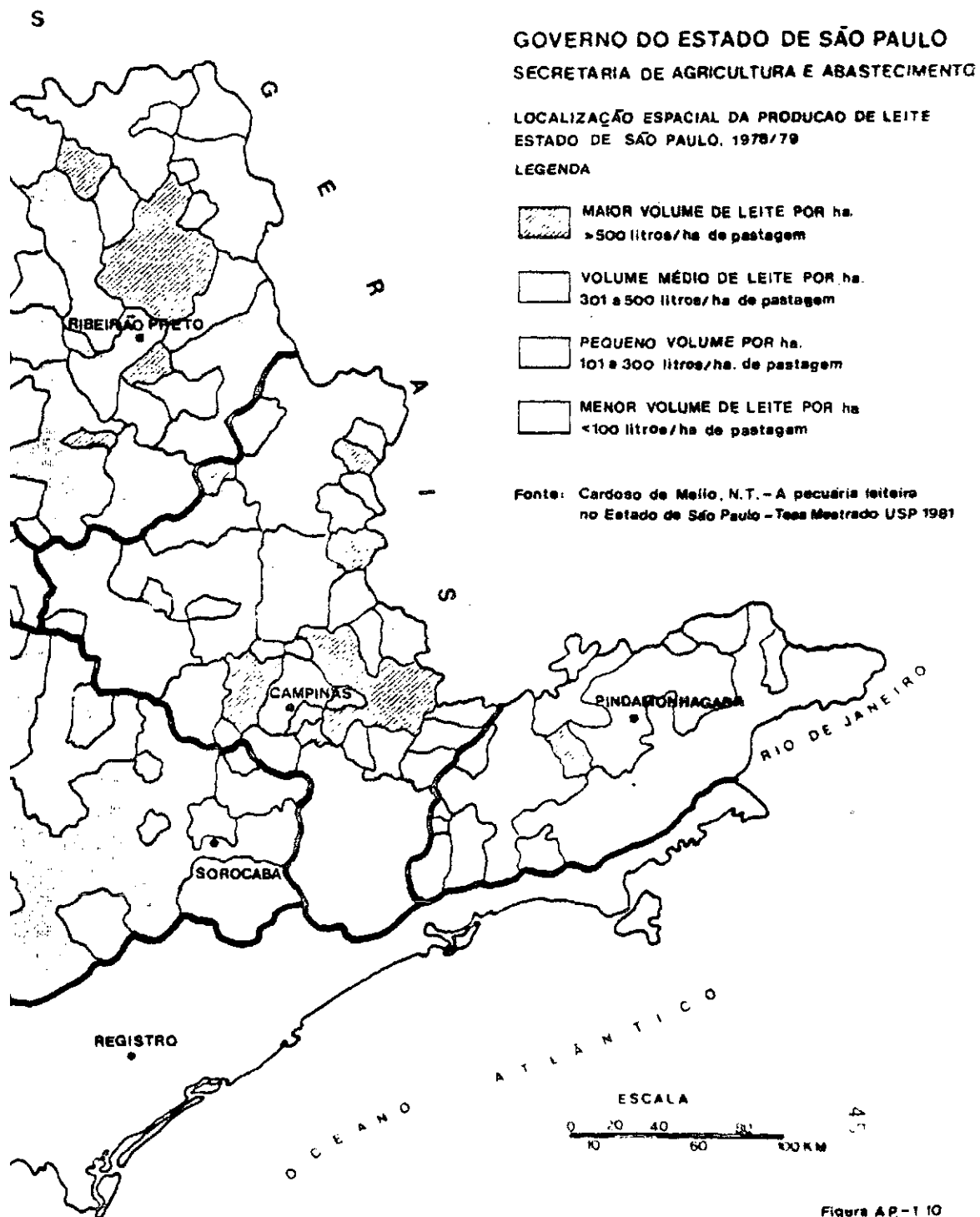


Figura AP-1 10

estados de Minas Gerais, Paraná, Goiás e Rio de Janeiro.

Através da Tabela AP-1.12, pode-se visualizar a distribuição de leite na Grande São Paulo nos últimos anos.

Dados disponíveis sobre a participação de outros estados no abastecimento de leite na Grande São Paulo permitem registrar que, para o ano de 1979, o Estado de Minas Gerais enviou 164.731 mil litros, Paraná enviou 32.564 mil, Rio de Janeiro 22.421 mil e Goiás 44.722 mil. Portanto, para um total distribuído de 657.662 mil litros, cerca de 20% foram supridos por outros estados, isto sem computar os produtos industrializados do leite.

Dados mais recentes fornecidos por técnicos do IEA, permitem observar que a produção de leite decaiu levemente no primeiro trimestre de 1982, em decorrência do desestímulo de preços ao produtor, principalmente de Leite B.

Por outro lado, tem aumentado a quantidade ofertada de leite de outros estados, como Paraná, Goiás, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, o que tem contrabalançado a pequena redução na produção paulista.

A Figura AP-1.11 mostra as origens do leite consumido na Grande São Paulo em 1977.

#### AP-1.3.3. CARNE BOVINA

No contexto da pecuária nacional, destaca-se a Região Sudeste, que concentrava cerca de 32,0% do efetivo bovino em 1979 <sup>(1)</sup>. Nessa região, os estados de Minas Gerais e São Paulo situavam-se como principais produtores com, respectivamente, 56,0% e 33,0% do total regional.

---

(1) Anuário Estatístico do Brasil, Rio de Janeiro, IBGE, 1980.

Tabela AP-1.12  
 ESTADO DE SÃO PAULO  
PRODUÇÃO DE LEITE, POR DIRA  
 1970/80

Em mil litros

DIRAs	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
Araçatuba	88.536	83.558	85.503	83.457	80.058	103.565	103.718	103.699	150.320	143.840	152.920
Bauru/Marília	157.770	165.727	130.247	140.500	137.250	114.230	130.180	142.487	123.760	124.110	142.510
Campinas	264.181	314.188	328.905	279.329	219.011	219.204	230.596	234.086	264.720	248.960	253.890
São Paulo	63.159	81.337	76.801	69.982	66.033	69.411	86.782	78.337	32.760	32.451	28.780
Presidente Prudente	107.729	105.998	80.536	89.931	174.454	128.106	105.536	108.953	102.690	113.130	124.970
Ribeirão Preto	345.082	404.394	396.610	296.138	278.674	288.826	276.234	291.361	345.230	334.190	308.180
São José do Rio Preto	194.444	181.190	204.055	245.635	235.495	226.104	268.758	283.784	264.170	285.790	304.500
Sorocaba	133.658	124.920	147.610	125.324	100.659	128.655	117.601	120.362	158.000	146.770	154.200
Vale do Paraíba	265.965	249.700	249.730	236.706	231.886	226.901	217.395	223.749	263.810	239.120	224.920
ESTADO	<u>1.619.524</u>	<u>1.711.000</u>	<u>1.700.000</u>	<u>1.567.000</u>	<u>1.496.520</u>	<u>1.505.000</u>	<u>1.536.800</u>	<u>1.586.800</u>	<u>1.705.460</u>	<u>1.668.360</u>	<u>1.695.410</u>

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).



A atividade de recria-engorda e abate cabe ao Estado de São Paulo, dado ser ele o principal mercado consumidor de carne no País e o maior pólo de atração de bovinos, nas diferentes atividades de cria.

A evolução da produção de carne bovina, no Estado no período 1948/80, caracterizou-se por uma oscilação constante. Entretanto, essa atividade, em 1981, representava 9,60% do valor da produção, dentre os 26 principais produtos agrícolas, ocupando o 3º lugar em importância.

A distribuição espacial da produção de carne bovina no Estado, de 1969 a 1980, pode ser visualizada na Tabela AP-1.13.

Nota-se pelos dados da tabela, que a região Oeste do Estado de São Paulo é a principal produtora, concentrando 77% da produção de carne bovina, destacando-se as DIRAS de São José do Rio Preto, Araçatuba e Presidente Prudente.

Não existem estudos recentes sobre a distribuição dos fluxos regionais, inter-regionais e interestaduais de bovinos de corte. Entretanto, em trabalho de Goldenberg (1976), esses fluxos são apresentados existindo evidências de que os mesmos não se modificaram muito no decorrer dos anos, pois as DIRAS apresentadas como principais produtoras, Araçatuba, Bauru, Presidente Prudente, São José do Rio Preto e Ribeirão Preto que concentravam, em 1972, mais de 70% dos bovinos de corte e mais de 60% do número total de bovinos existentes no Estado, ainda hoje, segundo técnicos do Instituto de Economia Agrícola, concentram as atividades de cria, recria-engorda e abate.

Essas cinco DIRAS, segundo Goldenberg (1976), dominavam 96,8% da origem de movimentação total de gado no Estado. Resalte-se, entretanto, que o maior volume de movimentação teve origem em três DIRAS: Presidente Prudente, Araçatuba e São José do Rio Preto. Essas regiões limitam-se com os estados de Minas



Tabela AP-1.13  
 ESTADO DE SÃO PAULO  
 EVOLUÇÃO RECENTE DA PRODUÇÃO DE CARNE BOVINA  
 1968/69 a 1979/80

Em mil toneladas

DIRA	1968/69	1969/70	1970/71	1971/72	1972/73	1973/74	1974/75	1975/76	1976/77	1977/78	1978/79	1979/80
São Paulo	10,254	9,199	7,403	4,620	7,266	6,995	6,906	8,424	8,281	7,042	7,311	8,807
Vale do Paraíba	7,228	9,387	5,411	10,490	14,185	13,806	13,608	12,827	12,897	10,843	12,034	12,676
Sorocaba	39,547	31,052	32,089	26,370	27,084	27,602	28,236	28,613	36,038	30,316	33,009	40,024
Campinas	25,137	18,629	15,053	11,960	17,154	17,950	15,720	14,080	17,358	14,732	17,018	19,119
Ribeirão Preto	44,780	30,361	49,638	55,340	42,140	42,454	42,548	42,303	40,922	35,462	40,330	42,553
Bauru	10,717	40,609	39,996	46,790	48,224	39,992	36,093	29,887	29,408	29,087	30,230	25,298
São José do Rio Preto	61,388	39,508	51,455	51,740	81,761	97,062	84,934	84,869	84,256	82,356	86,220	76,704
Araçatuba	89,996	71,951	101,097	158,080	150,974	120,274	108,579	103,772	97,736	100,580	99,941	110,251
Presidente Prudente	162,579	134,148	114,099	126,730	137,417	111,668	132,378	102,768	83,486	112,720	91,979	104,813
Marília	32,365	30,156	23,759	31,880	28,295	26,497	27,798	28,697	28,458	26,562	27,028	26,467
ESTADO	<u>484,000</u>	<u>415,000</u>	<u>440,000</u>	<u>524,000</u>	<u>554,500</u>	<u>504,300</u>	<u>496,800</u>	<u>456,240</u>	<u>438,840</u>	<u>449,700</u>	<u>445,100</u>	<u>466,712</u>

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Gerais, Mato Grosso do Sul e Goiás, que são as principais fontes de imigração de garrotes e boi magro. Essa imigração explica, em grande parte, o maior fluxo apresentado pelas referidas DIRAs.

Essas áreas de produção centralizam os mercados de oferta e demanda de animais para cria e recria, sendo também locais onde compradores e vendedores fixam o preço dos animais gordos antes de encaminhá-los aos mercados semifinais e finais. São também grandes centros consumidores em consequência da localização, em seu interior, de estabelecimentos abatedores de grande porte.

Com relação às correntes de comércio de gado destinado ao abate, nota-se uma maior dispersão, consequência da distribuição geográfica dos estabelecimentos abatedores.

A Figura AP-1.12 mostra os principais fluxos de bovinos para abate, destacando-se os envios para a região de São Paulo onde está localizado um maior número de frigoríficos, cujo abate representa cerca de 50% do total do Estado.

#### AP-1.3.4. CARNE SUÍNA

Segundo o Censo Agropecuário (1975) da FIBGE, existiam 344 mil propriedades em Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com rebanhos acima de 20 animais e sendo a maioria pequenas propriedades.

Embora seja uma atividade disseminada, a suinocultura tem apresentado pouco destaque no valor bruto da produção agrícola e, nos últimos anos, essa participação está diminuindo nas regiões de maior concentração de produção, em decorrência da expansão das culturas da soja e trigo (Paraná e Rio Grande do Sul) e aumento dos preços do café, que provocaram um incremento no valor total da produção agrícola nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná.



Os estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Santa Catarina se destacam como os principais criadores de suínos no Brasil, sendo que, nos últimos anos, nesses estados, como também em São Paulo, tem-se verificado mudanças nas formas de exploração com a produção lentamente se orientando para a produção de porco "tipo carne", embora grande parte da suinocultura brasileira continue sendo desenvolvida em pequenas propriedades com utilização de animais cujo produto final é o porco "tipo banha".

Segundo informações obtidas de técnicos do Instituto de Economia Agrícola, os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina destacam-se como os detentores dos melhores rebanhos, com desfrute de 65%, apesar desse índice ser considerado baixo diante dos padrões mundiais.

No Estado de São Paulo, já existe um número razoável de produtores que fornecem como produto final o porco "tipo carne", entretanto, em média, seu rebanho não atinge o desempenho dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O Estado de São Paulo contou, em 1981, com produção suinícola de 76,4 mil toneladas, volume esse 16,9% superior à produção de 1980.

Como pode ser visualizado na Tabela AP-1.14, a produção de suínos acha-se distribuída por todas as DIRAS do Estado, contudo, com maior concentração, por ordem de importância, nas DIRAS de Sorocaba, Campinas, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto, com participação de 69,2%, do total da produção estadual.

Nas DIRAS de Campinas e Ribeirão Preto, tem-se uma suinocultura mais tecnificada, comparadas às outras regiões do Estado. Na DIRA de Campinas, destaca-se a região de Bragança Paulista, alcançando altos índices de produtividade.

Tomando por base os dados de consumo do ENDEF para

Tabela AP-1.14  
ESTADO DE SÃO PAULO  
EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE SUÍNOS  
1975/81

DIRAS	Em arrobas						
	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
São Paulo	137.113	142.354	201.440	190.170	215.180	238.570	251.040
Vale do Paraíba	174.000	212.540	210.330	162.120	117.115	116.600	127.650
Sorocaba	501.230	750.493	722.310	726.450	583.645	701.275	1.157.278
Campinas	552.043	741.134	704.410	735.470	786.520	912.130	1.093.260
Ribeirão Preto	748.580	851.118	723.114	738.774	730.496	776.920	789.980
Bauru	222.241	212.495	223.110	199.980	200.760	213.540	210.210
São José do Rio Preto	829.432	795.636	879.600	836.813	710.154	451.680	489.292
Araçatuba	334.850	402.250	323.500	331.250	301.090	330.700	343.350
Presidente Prudente	253.980	165.080	175.610	188.880	195.750	196.898	236.162
Marília	585.306	543.540	430.760	485.750	360.657	431.600	400.500
TOTAL DO ESTADO	4.338.775	4.807.640	4.594.184	4.595.657	4.201.367	4.359.913	5.098.722
TOTAL DO ESTADO EM TONELADAS	65.082	72.115	68.913	68.935	63.020	65.399	76.481

Fonte: Instituto de Economia Agrícola, (IEA).

São Paulo e considerando uma população de 25.041 mil habitantes para o estado, em 1980, teremos um consumo estimado de 40.066 toneladas de carne com osso (1,6 kg comensal/ano), 22.537 toneladas de carne sem osso (0,9 kg comensal/ano), 27.545 toneladas de bacon/toucinho (1,1 kg comensal/ano) e 80.131 toneladas de banha de porco (3,2 kg comensal/ano), o que perfaz um consumo estimado de 170.279 toneladas de suínos.

A estatística de abates diz respeito a matanças sob inspeção (SIF), o que não vem a ser o total de abates praticados. Em relação aos suínos, sabe-se que os abates clandestinos têm grande peso. Um estudo do SIPA estima que, em 1979, 36% dos abates de suínos no Brasil foram efetuados sob inspeção federal. Supõe-se que, para São Paulo, tal percentagem seja maior, mesmo assim, a Inspeção Federal dava como produção sob sua fiscalização no Estado, em 1980, 62.200 toneladas. Se essa quantidade representa 50% dos abates, ter-se-á que o Estado importa, pelo menos, um terço do consumo, provavelmente de Minas Gerais e dos estados do Sul.

Tabela AP-1.15

BRASIL

PRODUÇÃO DE CARNE SUÍNA, TOTAL E INSPECIONADA (SIF)

1970/79

ANOS	PRODUÇÃO TOTAL (t)	PRODUÇÃO SIF (t)	PRODUÇÃO SIF (%)
1970	705.100	88.967	13
1971	750.200	83.811	11
1972	699.500	98.140	14
1973	805.200	133.263	17
1974	787.600	138.465	18
1975	942.700	167.352	18
1976	1.059.700	188.304	18
1977	1.000.000	180.326	18
1978	1.000.000	264.486	27
1979	900.000	320.000	36

Fonte: SIPA/GIA-FGV.

Tabela A.1  
 ESTADO DE SÃO PAULO  
EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE ARROZ  
 1948/80

ANOS	ÁREA CULTIVADA (1.000 ha)	VOLUME DE PRODUÇÃO (1.000 t)	RENDIMENTO AGRÍCOLA (kg/ha)	PREÇO MÉDIO RECEBIDO PELO PRODUTOR (Cr\$/t)	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr\$ 1.000)	VALOR REAL (Cr\$1.000) (1)
1948	443,8	646,9	1.458	2,42	1.565	26.033.416
1949	543,0	682,3	1.256	2,80	1.910	29.691.600
1950	600,0	901,0	1.502	1,85	1.667	23.328.550
1951	494,9	703,2	1.542	1,73	1.320	15.848.988
1952	391,1	534,3	1.366	3,42	1.827	19.609.271
1953	529,8	542,6	1.024	6,40	3.473	32.499.801
1954	508,2	558,0	1.098	6,32	3.527	25.974.798
1955	629,2	684,0	1.087	6,18	4.229	26.754.766
1956	580,8	448,8	773	8,32	3.734	19.704.472
1957	459,8	528,0	1.148	9,48	5.005	23.128.684
1958	546,9	540,0	987	11,79	6.367	26.031.097
1959	595,3	648,0	1.088	12,83	8.314	24.668.198
1960	573,5	660,0	1.151	14,08	9.293	21.344.157
1961	643,7	792,0	1.230	17,17	13.599	22.790.557
1962	508,2	612,0	1.204	48,50	29.682	32.804.882
1963	762,3	720,0	944	87,83	63.238	39.856.343
1964	1.108,4	900,0	812	109,50	98.550	32.605.212
1965	1.064,8	1.026,0	963	103,67	106.365	22.438.653
1966	701,8	576,0	821	284,67	143.234	21.912.140
1967	725,6	900,0	1.196	310,90	279.810	33.341.650
1968	880,9	636,0	722	369,99	235.314	22.572.749
1969	774,4	546,0	705	379,34	207.120	16.491.412
1970	636,5	780,0	1.225	365,67	282.103	18.725.147
1971	556,6	348,0	625	696,70	242.452	13.373.366
1972	503,0	660,0	1.312	796,70	525.822	24.726.441
1973	519,0	582,0	1.121	883,30	514.081	21.038.031
1974	464,7	582,0	1.252	1.336,70	795.400	25.294.284
1975	523,7	510,0	974	2.166,60	1.105.000	27.479.565
1976	620,3	840,0	1.354	1.660,00	1.394.400	24.552.076
1977	347,0	360,0	1.037	2.583,33	930.000	11.478.990
1978	341,9	246,3	720	4.166,67	1.026.250	9.132.663
1979	300,4	307,8	1.025	7.170,00	2.206.926	12.758.823
1980	294,6	413,4	1.403	13.000,00	5.374.200	15.516.667

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Fundação Getúlio Vargas (FGV) - Revista Conjuntura Econômica.

(1) Índice "2" Conjuntura Econômica, para Cr\$ jan/82.



Tabela A.2  
ESTADO DE SÃO PAULO  
EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE FEIJÃO  
1948/80

ANOS	ÁREA CULTIVADA (1.000 Ha)	VOLUME DE PRODUÇÃO (1.000 t)	RENDIMENTO AGRÍCOLA (kg / ha)	PREÇO MÉDIO RECEBIDO PELO PRODUTOR (Cr\$/t)	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr\$ 1.000)	VALOR (1) REAL (Cr\$ 1.000)
1948	240,7	157,2	653	3,57	561	9.332.106
1949	256,2	175,7	686	1,80	316	4.912.328
1950	201,2	124,9	621	1,95	244	3.414.617
1951	190,7	122,0	640	2,48	303	3.638.063
1952	155,8	102,4	657	3,42	350	3.756.565
1953	239,1	148,1	619	5,67	830	7.767.013
1954	312,7	121,0	387	3,58	433	3.188.853
1955	278,3	88,2	317	9,10	803	5.080.179
1956	238,1	102,1	429	11,72	1.197	6.316.619
1957	314,6	150,0	477	10,98	1.647	7.610.978
1958	360,3	150,0	416	7,45	1.118	4.570.876
1959	261,4	116,4	445	26,17	3.046	9.037.686
1960	448,2	195,6	436	30,67	5.999	13.778.499
1961	355,7	139,2	391	25,17	3.504	5.872.351
1962	358,2	116,4	325	86,50	10.069	11.128.372
1963	387,2	160,8	415	93,67	15.062	9.492.967
1964	386,2	148,2	384	120,83	17.907	5.924.521
1965	330,2	189,0	572	172,83	32.665	6.890.956
1966	321,9	150,5	467	424,33	63.862	9.769.699
1967	370,3	162,0	437	311,83	50.516	6.019.395
1968	225,1	117,3	521	389,97	45.743	4.387.946
1969	234,7	79,2	338	935,50	74.092	5.899.390
1970	265,5	139,8	490	787,17	110.046	7.304.522
1971	259,0	138,0	533	967,50	133.515	7.364.530
1972	250,0	123,0	492	1.235,00	151.905	7.143.235
1973	270,0	133,8	496	3.266,70	437.084	17.887.040
1974	289,6	131,4	454	2.416,70	317.550	10.098.315
1975	231,2	109,2	472	3.000,00	327.600	8.146.882
1976	239,7	139,7	583	7.383,30	1.031.452	18.161.423
1977	349,5	201,6	577	8.333,30	1.680.000	20.736.240
1978	445,6	206,3	463	8.333,30	1.719.167	15.298.974
1979	351,5	230,6	656	12.548,30	2.893.646	16.728.933
1980	402,3	248,4	617	48.133,33	11.956.320	34.520.902

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Fundação Getúlio Vargas (FGV) - Revista Conjuntura Econômica.

(1) Índice "2", Conjuntura Econômica, para Cr\$ jan/82.

Tabela A.3  
ESTADO DE SÃO PAULO  
EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE BATATA  
1948/80

ANOS	ÁREA CULTIVADA (1.000 ha)	VOLUME DE PRODUÇÃO (1.000 t)	RENDIMENTO AGRÍCOLA (kg / ha)	PREÇO MÉDIO RECEBIDO PELO PRODUTOR (Cr\$ / t)	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr\$1.000)	VALOR (1) REAL (Cr\$ 1.000)
1948	43,6	202,5	4.644	2,22	450	7.485.647
1949	54,0	253,3	4.691	1,52	385	5.984.955
1950	36,7	211,1	5.752	2,83	597	8.354.615
1951	48,1	240,1	4.992	2,40	576	6.915.921
1952	47,5	285,1	6.002	2,38	679	7.287.735
1953	43,1	285,7	6.629	4,07	1.163	10.883.175
1954	49,1	345,3	7.033	4,58	1.581	11.643.367
1955	46,7	348,3	7.458	3,88	1.351	8.547.100
1956	44,6	333,5	7.478	4,52	1.507	7.952.501
1957	43,4	352,6	8.124	5,70	2.010	9.288.442
1958	44,1	415,1	9.413	6,77	2.810	11.488.515
1959	43,3	380,1	8.778	9,00	3.421	10.150.336
1960	46,6	459,4	9.858	8,45	3.882	8.916.175
1961	43,9	436,7	9.948	15,05	6.572	11.014.011
1962	39,2	427,8	10.913	29,83	12.761	14.103.600
1963	38,6	426,0	11.036	48,00	20.448	12.687.543
1964	39,9	424,1	10.629	58,00	24.598	8.138.234
1965	34,1	416,1	12.202	122,50	50.972	10.753.002
1966	28,7	354,2	12.341	315,50	111.750	17.095.673
1967	35,2	444,0	12.614	175,83	78.069	9.302.559
1968	34,1	404,4	11.859	157,99	63.891	6.128.812
1969	34,3	371,9	10.843	392,00	145.785	11.607.766
1970	35,9	421,8	11.749	344,83	145.449	9.654.466
1971	38,2	438,0	11.466	366,00	160.308	8.842.399
1972	36,2	420,0	11.602	523,30	219.786	10.335.295
1973	34,5	403,8	11.704	1.113,30	457.627	18.727.731
1974	33,6	416,4	12.393	1.100,00	458.040	14.565.996
1975	32,3	423,0	13.096	1.245,00	526.635	13.096.561
1976	29,8	397,2	13.329	2.133,33	847.360	14.919.999
1977	27,2	396,6	14.581	3.083,33	1.222.850	15.093.637
1978	29,7	434,4	14.626	4.320,00	1.876.608	16.700.052
1979	31,8	520,2	16.358	6.166,70	3.207.900	18.545.718
1980	28,5	513,6	18.021	16.916,67	8.688.400	25.085.595

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Fundação Getúlio Vargas (FGV) - Revista Conjuntura Econômica.

(1) Índice "2", Conjuntura Econômica, para Cr\$ jan/82.

Tabela A.4  
ESTADO DE SÃO PAULO  
EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE CEBOLA  
1948/80

ANOS	ÁREA CULTIVADA (1.000 ha)		PRODUÇÃO (1.000 t)		RENDIMENTO AGRÍCOLA (kg/ha) (3)	PREÇO MÉDIO RECEBIDO PELO PRODUTOR (Cr\$ / t)	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr\$1.000)	VALOR (4) REAL (Cr\$ 1.000)
	(1)	(2)	(1)	(2)				
1948	6,00	-	22,10	-	3.683	1,73	38	632.121
1949	6,50	-	28,50	-	4.385	2,90	83	1.290.263
1950	8,30	-	27,00	-	3.253	4,16	112	1.567.365
1951	5,37	-	22,86	-	4.259	3,43	79	948.537
1952	7,50	-	17,50	-	2.333	4,81	84	901.575
1953	9,40	-	40,40	-	4.298	3,89	157	1.469.181
1954	9,70	-	35,16	-	3.623	7,13	251	1.848.504
1955	9,14	-	40,15	-	4.393	7,00	281	1.777.746
1956	11,40	-	39,10	-	3.430	5,66	221	1.166.226
1957	9,53	-	39,89	-	4.200	9,27	370	1.709.812
1958	8,50	-	34,50	-	4.059	20,27	699	2.857.819
1959	8,95	-	31,21	-	3.506	21,87	682	2.023.540
1960	8,86	-	38,30	-	4.303	17,13	656	1.506.700
1961	9,85	-	51,24	-	5.224	40,00	2.048	3.432.241
1962	7,62	-	30,15	-	3.974	35,47	1.071	1.183.680
1963	8,55	-	32,34	-	3.800	89,33	2.885	1.818.298
1964	7,55	-	36,06	-	4.750	217,33	7.846	2.595.844
1965	9,05	-	42,75	-	4.703	332,67	14.238	3.003.633
1966	8,80	-	42,54	-	4.829	185,33	7.877	1.205.033
1967	10,41	-	54,75	-	5.269	310,00	16.988	2.024.258
1968	8,98	-	37,65	-	4.178	489,97	18.423	1.767.246
1969	11,50	-	54,60	-	4.747	542,00	29.593	2.356.267
1970	13,31	-	65,10	-	4.895	361,11	35.508	2.356.913
1971	11,86	-	54,00	-	4.576	644,40	34.798	1.919.415
1972	11,20	-	66,00	-	5.893	944,40	62.330	2.931.028
1973	11,60	-	78,90	-	6.802	1.333,30	105.197	4.305.036
1974	10,80	-	75,60	-	7.000	1.077,80	81.480	2.591.121
1975	11,70	-	99,00	-	8.462	2.076,00	205.480	5.109.955
1976	15,51	3,61	161,87	42,27	10.436	2.333,33	377.696	6.650.329
1977	14,10	4,00	171,15	54,75	12.138	2.546,44	435.824	5.379.376
1978	17,82	5,51	261,38	80,85	14.668	7.777,78	2.032.956	18.091.403
1979	19,46	5,90	306,56	98,40	15.753	7.700,00	2.360.512	13.646.744
1980	17,60	5,10	281,28	67,38	15.982	14.666,67	4.125.440	11.911.183

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Nucleão Getúlio Vargas (NGV) - Revista Conjuntura Econômica.

- (1) Total de cebola (de mata e de soqueira).
- (2) Cebola de soqueira.
- (3) A partir de 1976, média de cebola de mata e de soqueira.
- (4) Índice "2", Conjuntura Econômica, Cr\$ jan/82.

Tabela A.5  
 ESTADO DE SÃO PAULO  
 EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE MANDIOCA (1)  
 1948/80

ANOS	ÁREA CULTIVADA (1.000 ha)	VOLUME DE PRODUÇÃO (1.000 t)	RENDIMENTO AGRÍCOLA (kg / ha)	PREÇO MÉDIO RECEBIDO PELO PRODUTOR (Cr\$ / t)	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr\$1.000)	VALOR (3) REAL (Cr\$ 1.000)
1948	53,2	529,6	9.955	0,13	69	1.147.799
1949	45,2	407,1	9.007	0,16	65	1.010.447
1950	71,0	754,0	10.620	0,28	211	2.952.803
1951	42,5	666,4	15.680	0,33	220	2.641.498
1952	36,3	647,1	17.826	0,41	265	2.844.257
1953	42,8	689,7	16.114	0,66	455	4.257.820
1954	59,0	822,7	13.944	0,53	436	3.210.947
1955	62,0	1.019,2	16.439	0,50	510	3.226.514
1956	60,1	903,2	15.028	0,70	632	3.335.090
1957	69,9	1.150,7	16.462	0,80	921	4.256.048
1958	104,4	1.640,7	15.715	0,71	1.165	4.763.033
1959	101,1	1.702,6	16.841	1,06	1.805	5.355.556
1960	94,5	1.524,6	16.133	1,16	1.769	4.063.038
1961	97,5	1.701,0	17.446	2,24	3.810	6.385.177
1962	113,3	1.850,0	16.328	6,50	12.025	13.290.166
1963	172,1	2.900,0	16.851	6,90	20.010	12.611.491
1964	146,7	2.564,0	17.478	7,80	19.999	6.616.658
1965	135,3	2.187,0	16.164	10,36	22.657	4.779.698
1966	119,5	2.200,0	18.410	16,98	37.356	5.714.774
1967	115,9	2.025,0	17.472	32,00	64.800	7.721.450
1968	129,0	2.360,0	18.297	31,00	73.160	7.017.952
1969	130,7	2.200,0	16.835	32,67	71.874	5.722.787
1970	104,8	1.755,0	16.748	41,00	71.955	4.776.156
1971	94,4	1.630,0	17.271	98,00	159.740	8.811.070
1972	100,6	1.750,0	17.396	146,40	256.200	12.047.639
1973	105,0	1.220,0	18.485 (2)	110,00	134.200	5.491.944
1974	87,2	1.000,0	18.282	143,00	143.000	4.547.502
1975	58,8	720,0	18.701	271,00	195.120	4.852.320
1976	46,8	610,0	20.678	700,00	427.000	7.518.457
1977	51,7	710,0	21.713	754,00	535.340	6.607.702
1978	53,6	755,0	21.148	420,40	317.402	2.824.581
1979	39,1	492,0	19.370	570,00	280.440	1.621.297
1980	43,8	496,0	20.328	2.543,00	1.261.328	3.641.771

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Fundação Getúlio Vargas (FGV) - Revista Conjuntura Econômica.

(1) Mandioca para mesa e mandioca para indústria.

(2) De 1973 em diante, rendimento calculado a partir da área colhida.

(3) Índice "2", Conjuntura Econômica, para Cr\$ jan/82.

Tabela A.6  
ESTADO DE SÃO PAULO  
EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE TOMATE  
1948/80

ANOS	ÁREA CULTIVADA (1.000 ha)	VOLUME DE PRODUÇÃO (1.000 t)	RENDIMENTO AGRÍCOLA (kg / ha)	PREÇO MÉDIO RECEBIDO PELO PRODUTOR (Cr\$ / t)	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr\$1.000)	VALOR (2) REAL (Cr\$ 1.000)
1948	5,52	90,54	16.411	2,14	194	3.227.145
1949	5,75	85,21	14.821	2,11	180	2.798.162
1950	8,57	120,02	14.001	2,61	313	4.380.226
1951	9,05	69,20	7.644	3,21	222	2.665.511
1952	5,08	86,77	17.090	3,25	282	3.026.718
1953	6,37	90,19	14.165	3,18	287	2.685.702
1954	8,66	160,88	18.575	4,29	690	5.081.545
1955	8,31	120,72	14.522	4,82	582	3.682.023
1956	6,34	143,54 <sup>(1)</sup>	22.631	5,39	774	4.084.429
1957	5,69	134,72	23.668	6,86	924	4.269.911
1958	7,50	173,03	23.079	7,32	1.266	5.175.965
1959	8,31	170,65	20.541	9,36	1.598	4.741.373
1960	7,31	235,77	32.260	11,43	2.695	6.189.874
1961	9,39	270,42	28.785	17,93	4.848	8.124.761
1962	8,71	224,00	25.712	33,79	7.569	8.365.345
1963	21,08	395,92	18.783	40,00	15.836	9.980.788
1964	14,75	332,92	22.564	78,93	26.276	8.693.399
1965	9,85	299,12	30.370	153,57	45.933	9.689.979
1966	12,60	319,14	25.332	172,14	54.930	8.403.270
1967	13,02	391,16	30.044	280,00	109.525	13.050.799
1968	18,60	417,68 <sup>(1)</sup>	22.444	320,00	133.658	12.821.287
1969	18,39	380,99	20.717	532,15	202.749	16.143.381
1970	20,04	440,40	21.976	376,57	165.841	11.008.025
1971	24,44	478,80	19.591	327,04	156.587	8.637.155
1972	21,90	488,00	22.283	574,50	280.356	13.183.561
1973	21,30	526,00	24.695	709,00	372.934	15.261.792
1974	29,40	610,40	20.762	1.000,00	610.400	19.411.152
1975	27,10	560,80	20.694	960,00	538.368	13.388.342
1976	22,60	546,80	24.195	2.060,41	1.126.632	19.837.316
1977	22,77	613,32	26.935	1.835,74	1.125.896	13.896.934
1978	24,70	514,14	20.815	3.026,51	1.556.051	13.847.396
1979	26,51	720,14	27.165	3.739,68	2.693.096	15.569.501
1980	23,06	808,40	35.056	7.779,61	6.289.036	18.158.028

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Fundação Getúlio Vargas (FGV) - Revista Conjuntura Econômica.

(1) Dado retificado.

(2) Índice "2", Conjuntura Econômica, para Cr\$ jan/82.

Tabela A.7  
ESTADO DE SÃO PAULO  
EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DA LARANJA  
1948/80

ANOS	ÁREA CULTIVADA (1.000 ha)	VOLUME DE PRODUÇÃO (1.000 t)	RENDIMENTO AGRÍCOLA (kg / ha)	PREÇO MÉDIO RECEBIDO PELO PRODUTOR (Cr\$ / t)	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr\$1.000)	VALOR (4) REAL (Cr\$ 1.000)
1948	13,8	146,8	10.638	0,35	51	848.373
1949	11,9	104,2	8.756	0,40	42	652.904
1950	11,2	138,3	12.348	0,55	76	1.063.569
1951	16,4	114,5	6.988	0,72	83	996.564
1952	16,4	98,5	6.006	1,16	114	1.223.566
1953	20,9	156,8	7.502	1,03	161	1.506.612
1954	26,1	198,7	7.613	1,33	264	1.944.242
1955	33,0	252,4	7.648	1,95	492	3.112.637
1956	38,4	314,1	8.180	2,06	647	3.414.245
1957	45,8	391,6	8.550	1,92	752	3.475.078
1958	60,0	501,0	8.350	2,27	1.137	4.648.555
1959	67,0	590,7	8.816	2,35	1.388	4.118.289
1960	80,9	721,0	8.923	2,45	1.769	4.063.038
1961	95,4	936,3	9.814	2,90	2.715	4.550.067
1962	101,3	960,0	9.477	6,22	5.971	6.599.216
1963	111,4	1.080,0	9.696	10,30	11.124	7.011.005
1964	113,4	814,8	7.185	34,50	28.111	9.300.508
1965	123,5	1.167,8	9.456	32,50	37.954	8.006.737
1966	102,6	1.160,5	11.311	37,50	43.519	6.657.598
1967	111,6	1.376,0	12.330	42,50	58.480	6.968.370
1968	121,1	1.422,4	11.746	68,00	96.723	9.278.258
1969	156,3	1.393,2	8.914	94,75	132.006	10.510.647
1970	188,9	1.774,0	9.391	113,25	200.906	12.335.534
1971	213,0	1.840,0	8.638	157,50	289.800	15.985.025
1972	251,0	2.428,0	9.673	157,50	382.410	17.982.583
1973	305,0	2.840,0	9.311	225,00	639.000	26.150.162
1974	378,0	3.280,0	8.677	160,00	524.800	16.689.011
1975	379,0	3.388,0	8.939	200,00	677.600	16.850.817
1976	410,0	3.984,0	9.717	300,00	1.195.200	21.044.630
1977	398,9	4.060,0	10.178	750,00	3.045.000	37.584.435
1978	447,7 <sup>(2)</sup>	4.859,28 <sup>(3)</sup>	14.124 <sup>(1)</sup>	882,35	4.287.600	38.155.621
1979	516,4	6.181,20	15.200	800,00	7.726.500	44.668.940
1980	532,9	6.805,03	15.913	2.205,89	15.011.100	43.340.820

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Fundação Getúlio Vargas (FGV) - Revista Conjuntura Econômica.

(1) De 1978 em diante, rendimento calculado a partir da área colhida.

(2) Dado retificado.

(3) Base de cálculo: caixa de 40,8 kg, a partir de 1978.

(4) Índice "2", Conjuntura Econômica, para Cr\$ jan/82.

Tabela A.8  
ESTADO DE SÃO PAULO  
EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE BANANA  
1948/80 -

ANOS	ÁREA CULTIVADA (1.000 ha)	VOLUME DE PRODUÇÃO (1.000 t)	RENDIMENTO AGRÍCOLA (kg / ha)	PREÇO MÉDIO RECEBIDO PELO PRODUTOR (Cr\$ / t)	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr\$1.000)	VALOR (2) REAL (Cr\$ 1.000)
1948	42,7	321,0	7.517	0,53	170	2.827.911
1949	43,6	343,0	7.867	0,59	202	3.140.158
1950	43,6	362,0	8.303	0,57	206	2.882.831
1951	40,9	336,0	8.215	0,74	249	2.989.694
1952	54,5	362,0	6.642	0,76	275	2.951.586
1953	59,8	345,0	5.769	0,77	266	2.489.187
1954	69,1	405,0	5.861	1,46	591	4.352.453
1955	76,5	403,0	5.268	1,31	528	3.340.391
1956	79,8	426,0	5.338	1,24	528	2.786.277
1957	78,6	456,0	5.801	1,44	657	3.036.072
1958	75,4	444,0	5.888	2,42	1.074	4.390.984
1959	77,6	418,0	5.386	1,96	819	2.430.028
1960	60,3	441,0	7.313	4,35	1.918	4.405.261
1961	51,5	446,0	8.660	6,44	2.827	4.737.767
1962	35,7	450,0	12.605	8,14	3.663	4.048.388
1963	33,5	444,0	13.254	8,94	3.969	2.501.499
1964	40,4	508,0	12.574	31,82	16.165	5.348.181
1965	44,3	528,0	11.919	34,52	18.227	3.845.149
1966	36,5	469,9	12.784	38,23	17.964	2.748.158
1967	36,3	580,6	15.994	62,14	36.078	4.298.988
1968	38,0	626,0	16.474	67,50	42.255	4.053.356
1969	28,5	464,0	16.281	101,73	47.203	3.758.420
1970	25,3	459,2	18.150	95,02	43.633	2.896.227
1971	26,4	427,2	16.182	128,00	54.682	3.016.193
1972	28,3	462,0	16.325	120,00	55.440	2.607.029
1973	32,5	534,6	16.449	210,00	112.266	4.594.325
1974	32,3	547,8	16.990	250,00	136.950	4.355.106
1975	33,6	529,7	15.765	450,00	238.365	5.927.752
1976	37,0	585,8	15.832	580,00	339.365	5.975.412
1977	40,6	669,4	17.747 <sup>(1)</sup>	600,00	401.640	4.957.442
1978	40,4	684,8	17.880	850,00	582.080	5.179.966
1979	37,8	614,1	17.250	1.500,00	921.150	5.325.411
1980	40,0	765,0	20.357	2.069,00	1.582.785	4.569.898

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Fundação Getúlio Vargas (FGV) - Revista Conjuntura Econômica.

(1) De 1977 em diante, rendimento calculado a partir da área a ser colhida.

(2) Índice "2", Conjuntura Econômica, para Cr\$ jan/82.

Tabela A.9  
 ESTADO DE SÃO PAULO (1)  
EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE OVOS  
 1948/80

ANOS	PRODUÇÃO (1.000 dz)	PREÇO MÉDIO RECEBIDO PELO PRODUTOR (Cr\$/dz)	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr\$1.000)	VALOR (2) REAL (Cr\$ 1.000)
1948	53.544	0,006	321	5.339.762
1949	59.633	0,008	477	7.415.128
1950	65.346	0,007	457	6.395.409
1951	66.812	0,008	534	6.411.637
1952	77.942	0,009	701	7.523.863
1953	93.501	0,010	935	8.749.587
1954	107.155	0,012	1.286	9.470.822
1955	121.918	0,015	1.829	11.571.167
1956	128.553	0,020	2.571	13.567.274
1957	141.547	0,022	3.114	14.390.154
1958	150.670	0,025	3.767	15.401.153
1959	154.732	0,035	5.416	16.069.637
1960	160.717	0,057	9.161	21.040.979
1961	167.017	0,070	11.691	19.592.941
1962	172.170	0,111	19.111	21.121.693
1963	178.087	0,195	34.727	21.887.019
1964	196.213	0,270	52.978	17.527.741
1965	202.450	0,520	105.274	22.208.497
1966	210.097	0,629	132.151	20.216.648
1967	219.767	0,770	169.221	20.164.067
1968	253.000	0,970	245.410	23.541.218
1969	261.000	1,100	287.100	22.859.619
1970	330.000	1,030	339.900	22.561.538
1971	345.000	1,390	479.550	26.451.413
1972	340.000	1,620	550.800	25.901.015
1973	338.800	2,400	813.120	33.275.776
1974	398.000	2,900	1.154.200	36.704.378
1975	442.000	3,310	1.463.020	36.382.944
1976	450.000	4,800	2.160.000	38.032.476
1977	550.000	6,490	3.569.500	44.058.338
1978	569.200	8,760	4.986.192	44.372.436
1979	597.700	13,250	7.919.525	45.784.870
1980	674.000	20,000	13.480.000	38.920.150

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Fundação Getúlio Vargas (FGV) - Revista Conjuntura Econômica.

(1) Dados do último ano sujeitos a alteração.

(2) Índice "2", Conjuntura Econômica, Cr\$ jan/82.



Tabela A.10  
 ESTADO DE SÃO PAULO  
 EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE LEITE  
 1948/80

ANOS	PRODUÇÃO (milhões de litros)	PREÇO MÉDIO RECEBIDO PELO PRODUTOR (Cr\$ 1.000 litros)	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr\$1.000)	VALOR (1) REAL (Cr\$ 1.000)
1948	468,00	1,30	608	10.113.941
1949	554,00	1,40	776	12.063.183
1950	587,00	1,50	880	12.315.011
1951	562,00	1,50	843	10.121.740
1952	731,00	1,80	1.316	14.124.685
1953	805,00	1,80	1.449	13.559.520
1954	875,00	2,30	2.012	14.817.491
1955	923,00	2,90	2.677	16.936.038
1956	1.035,00	3,70	3.830	20.211.069
1957	1.139,00	4,30	4.898	22.634.224
1958	1.240,00	4,80	5.952	24.334.393
1959	1.339,00	5,40	7.231	21.454.863
1960	1.205,00	8,40	10.122	23.248.203
1961	1.245,00	13,80	17.181	28.793.629
1962	1.307,00	21,60	28.231	31.201.220
1963	1.258,00	34,70	43.653	27.512.712
1964	1.430,00	70,40	100.672	33.307.274
1965	1.440,00	104,00	149.760	31.593.219
1966	1.449,00	157,00	227.493	34.802.202
1967	1.407,00	192,00	270.144	32.189.866
1968	1.300,00	227,00	295.100	28.307.784
1969	1.410,00	278,00	391.980	31.210.426
1970	1.689,00	325,00	548.925	36.435.988
1971	1.711,00	391,00	669.001	36.901.307
1972	1.700,00	465,00	790.500	37.172.753
1973	1.567,00	630,00	987.210	40.400.161
1974	1.493,90	940,00	1.404.266	44.656.653
1975	1.506,00	1.430,00	2.153.580	53.556.055
1976	1.536,80	1.860,00	2.858.448	50.330.483
1977	1.586,81	2.700,00	4.284.387	52.882.189
1978	1.705,50	3.780,00	6.446.790	57.370.387
1979	1.677,30	5.500,00	9.225.150	53.333.033
1980	1.684,00	11.040,00	18.591.360	53.677.931

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Fundação Getúlio Vargas (FGV) - Revista Conjuntura Econômica.

(1) Índice "2", Conjuntura Econômica, Cr\$ jan/82.

Tabela A.11  
 ESTADO DE SÃO PAULO  
EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE CARNE BOVINA  
 1948/80

ANOS	CABEÇAS ABATIDAS (1.000)	PESO DA CARCAÇA (t)	PREÇO MÉDIO RECEBIDO PELO PRODUTOR (Cr\$ / t)	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr\$1.000)	VALOR (1) REAL (Cr\$ 1.000)
1948	1.732	370.000	5,33	1.972	32.803.768
1949	1.677	390.000	5,87	2.285	35.521.102
1950	1.807	390.000	6,33	2.469	34.552.003
1951	1.908	394.000	8,00	3.152	37.845.463
1952	1.654	380.000	10,20	3.876	41.601.277
1953	1.722	375.000	11,67	4.376	40.949.938
1954	1.817	400.000	13,80	5.520	40.652.363
1955	1.814	386.701	18,20	7.038	44.525.901
1956	2.049	472.031	19,80	9.346	49.319.230
1957	2.274	476.866	19,33	9.219	42.602.066
1958	2.603	545.019	21,87	11.919	48.730.115
1959	2.541	529.881	33,33	17.662	52.404.343
1960	2.321	486.911	59,60	29.019	66.650.822
1961	2.303	489.374	86,67	42.416	71.084.954
1962	2.183	476.075	132,00	62.845	69.457.005
1963	2.091	453.362	209,67	95.064	59.914.979
1964	2.283	491.745	351,80	172.980	57.230.336
1965	2.250	491.878	564,31	277.584	58.558.842
1966	1.886	417.691	1.082,30	452.077	69.159.382
1967	2.015	451.200	1.120,00	505.344	60.215.871
1968	2.000	450.000	1.238,00	557.100	53.440.417
1969	2.160	484.000	1.406,00	680.504	54.183.428
1970	2.000	415.000	2.042,67	847.708	56.268.303
1971	2.100	440.000	2.866,70	1.261.348	69.574.471
1972	2.400	524.000	3.546,70	1.858.471	87.393.402
1973	2.525	554.500	5.333,30	2.957.315	121.023.899
1974	2.332	504.300	7.119,30	3.590.280	114.173.450
1975	2.172	496.800	8.333,30	4.140.000	102.955.113
1976	3.103	456.240	9.333,30	4.257.867	74.970.938
1977	2.071	438.840	13.200,00	5.792.688	71.499.148
1978	2.209	449.700	23.200,00	10.343.100	92.043.896
1979		445.100	48.100,00	21.409.310	123.772.887
1980		466.700	80.000,00	37.336.000	107.798.421

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Fundação Getúlio Vargas (FGV) - Revista Conjuntura Econômica.

(1) Índice "2", Conjuntura Econômica, para Cr\$ Jan/82.

Tabela A.12  
 ESTADO DE SÃO PAULO  
 EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE SUÍNOS  
 1948/80

ANOS	CABEÇAS ABATIDAS (1.000)	PESO DA CARCAÇA (mil t)	PREÇO MÉDIO RECEBIDO PELO PRODUTOR (Cr\$ / t)	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr\$1.000)	VALOR (1) REAL (Cr\$ 1.000)
1948	805	49,5	10,00	495	8.234.211
1949	877	53,3	9,00	480	7.461.763
1950	945	58,0	11,00	638	8.928.383
1951	893	56,2	11,67	656	7.876.467
1952	823	50,7	13,33	676	7.255.537
1953	838	50,9	16,67	849	7.944.811
1954	865	51,7	22,40	1.158	8.528.159
1955	902	53,9	26,27	1.416	8.958.323
1956	980	59,0	29,73	1.754	9.225.930
1957	1.075	75,5	32,67	2.467	11.400.292
1958	1.122	78,5	37,13	2.915	11.917.802
1959	981	67,2	57,60	3.871	11.485.517
1960	864	61,3	92,67	5.681	13.048.117
1961	1.093	69,1	99,33	6.864	11.503.375
1962	1.270	91,4	114,00	10.420	11.516.302
1963	1.152	82,8	228,67	18.934	11.933.331
1964	1.011	57,6	595,30	34.289	11.344.497
1965	937	71,6	835,30	59.807	12.616.824
1966	1.140	83,9	847,20	71.080	10.873.919
1967	1.211	88,0	1.030,00	90.640	10.800.498
1968	1.140	79,2	1.235,33	97.838	9.385.215
1969	1.525	103,9	1.726,67	179.401	14.284.355
1970	1.762	99,7	1.982,67	197.672	13.120.872
1971	1.460	88,6	2.266,70	200.830	11.077.546
1972	934	57,0	3.026,70	172.522	8.112.735
1973	817	56,3	3.760,00	202.680	8.294.390
1974	869	66,4	6.920,00	467.058	14.852.775
1975	759,5	65,9	6.850,00	451.415	11.225.962
1976	891,1	72,1	8.000,00	576.800	10.156.080
1977	774,2	72,8	13.666,60	994.933	12.280.458
1978	-	61,2	17.200,00	1.052.640	9.367.509
1979	829,6	63,7	34.300,00	2.184.910	12.631.542
1980	874,3	65,4	54.400,00	3.557.760	10.272.148

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Fundação Getúlio Vargas (FGV) - Revista Conjuntura Econômica.

(1) Índice "2", Conjuntura Econômica, Cr\$ jan/82.

APÊNDICE 4

O ABASTECIMENTO NO INTERIOR

O Volume I contém no Item 4.4 a síntese do Abastecimento no Interior, resume as principais funções de cada mercado regional.

Objetivando complementar essa análise apresenta-se, nesse Apêndice 4, a nível de cada DIRA-Divisão Regional Agrícola, uma abordagem da sua produção agrícola, dos seus principais fluxos de comercialização e fontes abastecedoras, dos seus equipamentos de comercialização, bem como das suas interrelações com o mercado metropolitano.

#### AP-4.1. DIRA DE PRESIDENTE PRUDENTE

A Divisão Regional Agrícola de Presidente Prudente se subdivide em cinco Delegacias - Dracena, Martinópolis, Osvaldo Cruz, Presidente Prudente e Presidente Venceslau - as quais agregam 50 municípios, totalizando, segundo o último censo demográfico, 692,5 mil habitantes. Isso significa que essa DIRA atualmente agrega 2,7% da população estadual.

Como foi dito anteriormente, a cultura do café na região de Presidente Prudente desempenhou um papel importante no desenvolvimento regional, desencadeando o processo de parcelamento territorial. Sabe-se, principalmente, que foi o café o elemento organizador, passando, a seguir, uma fase de diversificação de culturas. Atualmente, a pecuária se constitui no principal elemento organizador do espaço regional.

Do valor total da produção agropecuária observa-se que o referente ao gado de corte exerce maior peso na composição da renda gerada, notadamente nas Delegacias Agrícolas de Presidente Venceslau, Martinópolis e Presidente Prudente. O segundo item na composição desse valor da produção regional aponta a lavoura permanente, especialmente de café, que nas outras Delegacias Agrícolas - Osvaldo Cruz e Dracena - responde pela maior parcela da renda proveniente das atividades rurais.

Nota-se aí o predomínio do cultivo de oleaginosas - amendoim, algodão e milho - em função, principalmente, das indústrias de esmagamento para óleos comestíveis existentes na região. Deve-se destacar que, em 1981, a produção de amendoim e mamona na DIRA de Presidente Prudente correspondeu a 32% e 61%, respectivamente, do volume total produzido no Estado <sup>(1)</sup>.

---

(1) Instituto de Economia Agrícola (IEA); Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) - Previsões e Estimativas das Safras Agrícolas do Estado de São Paulo, 1981.

O cultivo das outras culturas como a soja, arroz, cana, mandioca e feijão é pouco expressivo, excetuando-se, no caso deste último produto, a cultura de inverno, cuja área explorada nesta última safra correspondeu a 60% da área total estadual <sup>(1)</sup>.

Na produção olerícola regional destaca-se a tomaticultura, predominantemente com finalidades industriais. Na produção do tomate rasteiro, a DIRA de Presidente Prudente se coloca como a segunda do Estado, com produção inferior apenas à da região de Araçatuba. Para o cultivo do tomate envarado são destinados apenas 70 ha, com produção de aproximadamente 2.800 toneladas anuais. Ainda no tocante a olericultura, a abóbora possui relativa importância, obtendo-se anualmente cerca de 17 mil toneladas.

Pelo fato de ser pouco diversificado, o cultivo de frutas, excetuando-se o mamão, o abacaxi e a melancia, não projeta a DIRA no contexto da produção estadual. Aliás, a região se apresenta bastante deficitária em relação a maioria das frutas de maior consumo, tais como manga, abacate e cítricos.

Quanto ao mamão, uma cultura tradicionalmente nômade, em função principalmente dos problemas fitossanitários, cabe observar a crescente importância que vem adquirindo na região. Observando-se a Tabela AP-4.1, nota-se o deslocamento havido das antigas regiões produtoras (Ribeirão Preto e Sorocaba) para as novas áreas (Araçatuba, São José do Rio Preto e Presidente Prudente).

Sobre a produção agropecuária desenvolvida na DIRA de Presidente Prudente, acredita-se que as observações a serem feitas se resumam às descritas, faltando apenas apontar ainda os

---

(1) Instituto de Economia Agrícola (IEA); Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) - Previsões e Estimativas das Safras Agrícolas do Estado de São Paulo, 1981.

Tabela AP-4.1

ESTADO DE SÃO PAULO  
PRODUÇÃO DE MAMÃO, POR DIRA  
 1970/81

DIRA	1970		1974		1979		1981	
	mil caixas	%	mil caixas	%	mil caixas	%	mil caixas	%
Sorocaba	151	6,1	49	1,9	55	0,7	5	-
Ribeirão Preto	2.134	86,4	1.009	38,8	135	1,6	125	1,8
São José do Rio Preto	96	3,9	837	32,2	2.505	30,5	1.210	17,4
Araçatuba	3	0,1	595	22,9	4.760	58,0	4.620	66,5
Presidente Prudente	17	0,7	3	0,1	455	5,5	770	11,1
TOTAL	<u>2.401</u>	<u>97,2</u>	<u>2.493</u>	<u>95,9</u>	<u>7.910</u>	<u>96,3</u>	<u>6.730</u>	<u>96,8</u>

Fonte: Dados até 1979 - Amaro, A.A. - 1980 - 1º Simpósio Brasileiro sobre a Cultura do Mamoeiro.

Dados até 1981 - Instituto de Economia Agrícola (IEA); Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) - Previsões e Estimativas das Safras Agrícolas do Estado de São Paulo, 1981.



"saldos" de produção frente à demanda regional existente. A seguir, resumidamente, são apresentados na Tabela AP-4.2, os resultados do balanço Produção X Consumo de uma pauta de produtos da DIRA em estudo. Observa-se que, como produtos "superavitários", ou seja, produção maior que o consumo, resultaram os seguintes produtos: tomate, abóbora, ovos, mamão, abacaxi e melancia.

#### AP-4.1.1. COMERCIALIZAÇÃO

Dos 50 municípios componentes da DIRA, somente o de Presidente Prudente, com cerca de 137 mil habitantes, se coloca como o único centro expressivo de consumo. Todos os demais municípios estavam, em 1980, com menos de 50 mil habitantes cada.

O comércio atacadista de Presidente Prudente foi avaliado, em 1978, para se examinar a viabilidade de implantação de uma Central de Abastecimento; nessa pesquisa foram entrevistados 38 agentes e a tonelagem total comercializada nesse ano alcançou cerca de 49 mil toneladas.

Optou-se, mais tarde, pela construção da CEASA em Presidente Prudente, a qual entrou em funcionamento a partir de outubro de 1981, com uma área útil de comercialização de quase 4.000 m<sup>2</sup>.

Quanto às regiões remetedoras de produtos, podem-se utilizar dados da pesquisa de 1978, pois os registros de entrada da CEASA-Presidente Prudente não estão disponíveis numa série de meses que seja representativa. Nas tabelas a seguir (Tabelas AP-4.3, AP-4.4 e AP-4.5), listar-se-ão as principais fontes remetedoras por grupo de produtos, segundo a pesquisa de atacado efetuada pela CEAGESP em 1978.

Cabe ressaltar ainda que, no plano geral, deve-se considerar a pouca importância que têm os envios de produtos da DIRA de Presidente Prudente às principais CEASAs em funcionamento no Estado de São Paulo.

Tabela AP-4.2

DIRA DE PRESIDENTE PRUDENTE  
BALANÇO PRODUÇÃO X CONSUMO

Em toneladas

PRODUTOS	PRODUÇÃO	CONSUMO	SALDO
Arroz (1)	9.995	58.348	-48.353
Feijão	14.020	15.145	-1.125
Batata	2.110	10.268	-8.158
Cebola	5	3.269	-3.264
Tomate	99.350	5.818	+93.532
Ovos	35.800	4.154	+31.646
Banana	2.715	3.829	-1.114
Laranja	3.395	7.520	-4.125
Limão	368	1.011	-643
Mamão	10.070	914	+9.156
Manga	540	699	-159
Tangerina	925	2.222	-1.297
Abacaxi	3.663	941	+2.722
Melancia	9.180	1.177	+8.003
Abóbora	16.440	2.030	+14.410
Abobrinha	45	1.621	-1.576
Alface	610	1.552	-942
Cenoura	89	450	-361
Chuchu	48	1.849	-1.801
Couve	76	790	-714
Pepino	290	851	-561
Repolho	507	1.309	-802
Vagem	85	526	-441

Fonte dos Dados Brutos: FIBGE - ENDEF; Censo Agropecuário, 1975; Produção Agrícola Municipal, 1977/79.

Obs.: Para possibilitar a comparação entre produção e consumo utilizou-se o valor correspondente a arroz em casca.

Tabela AP-4.3  
ESTADO DE SÃO PAULO  
PRINCIPAIS FONTES REMETEDORAS DE FRUTAS

REGIÕES REMETEDORAS	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA QUANTIDADE ENVIADA	PRINCIPAIS PRODUTOS ENVIADOS PELAS REGIÕES
DIRA de Presidente Prudente	4,8	diversas
DIRA do Litoral	14,8	banana nanica
DIRA de Marília	16,8	tangerina murcott
CEAGESP (São Paulo)	17,2	maçã, uva, banana nanica
DIRA de Ribeirão Preto	19,2	laranja pera
DIRA de São José do Rio Preto	27,2	laranja pera e ponkan
TOTAL	<u>100,0</u>	

Fonte dos Dados Brutos: CEAGESP-Pesquisa de campo do mercado atacadista, 1978.

Tabela AP-4.4  
ESTADO DE SÃO PAULO  
PRINCIPAIS FONTES REMETEDORAS DE HORTALIÇAS

REGIÃO REMETEDORA	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA QUANTIDADE ENVIADA
DIRA de Campinas	7,8
CEAGESP	13,1
DIRA de Ribeirão Preto	13,2
DIRA de Presidente Prudente	27,3
DIRA de Sorocaba	38,6
TOTAL	<u>100,0</u>

Fonte dos Dados Brutos: CEAGESP-Pesquisa de campo do mercado atacadista, 1978.

Tabela AP-4.5

PRINCIPAIS FONTES REMETEDORAS DE PRODUTOS DIVERSOS  
(BATATA E CEBOLA)

REGIÕES REMETEDORAS	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA QUANTIDADE ENVIADA	PRINCIPAIS MUNICÍPIOS DE ORIGEM
Estado do Rio Grande do Sul	1,9	-
DIRA de Campinas	3,1	Vargem Grande do Sul, Campinas
DIRA de Ribeirão Preto	4,4	Monte Alto
CEAGESP	4,5	-
Estado de Santa Catarina	6,3	-
DIRA de Presidente Prudente	7,6	-
DIRA de Sorocaba	24,0	Piedade, Capão Boni to, Itaporanga e Ri beirão Branco
Estado do Paraná	48,2	Contenda, Irati

Fonte dos Dados Brutos: CEAGESP-Pesquisa de campo do mercado atacadista, 1978.

#### AP-4.2. DIRA DE ARAÇATUBA

A DIRA de Araçatuba agrega cerca de 532,1 mil habitantes, correspondendo a 2,1% da população estadual, instalados em 38 municípios, subdividida em quatro Delegacias Agrícolas - Andradina, Araçatuba, Penápolis e Pereira Barreto.

A ocupação da região de Araçatuba se deu basicamente em função da lavoura cafeeira, caracterizadamente predatória, sempre em busca de terras férteis, que proporcionassem maiores taxas de retorno.

Após a ocupação, com a instabilidade do café no mercado internacional, fez-se necessária uma nova opção, ficando a pecuária de corte responsável pela manutenção econômica da região. Essa passagem para a produção pecuária, influenciada pela criação extensiva do Mato Grosso significou uma radical transformação da estrutura fundiária, dado o caráter extensivo da atividade pastoril.

Essa região se dirigiu mais especificamente para a fase final de engorda, implantando pastagens de boa qualidade e frigoríficos de porte, criando enfim, um grande potencial para a expansão da atividade na área e desfrutando de vantagens relativas em relação às demais regiões de invernada no Estado.

A região possui, ainda, uma produção vegetal significativa no contexto econômico local, principalmente por estar vinculada ao fornecimento de matéria-prima à indústria. Deve-se salientar que a atividade industrial é incipiente na região de Araçatuba, destinando-se a matéria-prima para outras regiões adjacentes.

Dentre os produtos que melhor caracterizam a atividade agrícola da região destacam-se o algodão, o café, o tomate, o amendoim e, mais recentemente, a cana-de-açúcar que vem rece-

bendo notáveis incrementos de área nos últimos anos.

A cultura do tomate predominante na região é a rasteira, voltada para o fornecimento à indústria, enquanto o tomate envarado, para consumo de mesa, possui uma área inexpressiva de cultivo.

Quanto ao mamão, a DIRA de Araçatuba vem, nos últimos anos, adquirindo grande importância na produção estadual (66,5% da produção estadual, de 1981 apontada na Tabela AP-4.1). Isto se deveu, principalmente, ao deslocamento verificado na cultura em direção à região Noroeste do Estado, ocasionada por problemas fitossanitários nas regiões anteriormente produtoras. Através de verificação local teve-se a informação de saídas de caminhões de alguns municípios locais para os centros consumidores do Rio de Janeiro, Curitiba, Florianópolis, Goiânia, Brasília, Norte do Paraná e Sul de Minas.

Na olericultura da região de Araçatuba destaca-se, além da abóbora e do pepino, a produção de quiabo. Deste produto, a Delegacia Agrícola de Araçatuba juntamente com a de Pereira Barreto responderam por 63% do total comercializado na CEAGESP-SP em 1979 e isoladamente por 50% do total em 1980.

Na análise do balanço Produção X Consumo, a nível da DIRA de Araçatuba, verificou-se saldo positivo para os seguintes produtos: cebola, tomate, ovos, banana, laranja, limão, mamão, tangerina, melancia e abóbora. A seguir, na Tabela AP-4.6 são apontados os resultados do balanço Produção X Consumo da DIRA em estudo.

#### AP-4.2.1. COMERCIALIZAÇÃO

Como centros principais de consumo na região citam-se as cidades de Araçatuba (129,4 mil habitantes) e Birigui (50,9 mil habitantes). Como centros secundários da região, agregando,

Tabela AP-4.6  
DIRA DE ARAÇATUBA  
BALANÇO PRODUÇÃO X CONSUMO

Em toneladas

PRODUTOS	PRODUÇÃO	CONSUMO	SALDO
Arroz (1)	24.380	44.835	-20.455
Feijão	2.920	11.637	-8.717
Batata	10	7.890	-7.880
Cebola	7.050	2.512	+4.538
Tomate	85.425	4.470	+80.955
Ovos	52.621	3.192	+49.429
Banana	5.087	2.942	+2.145
Laranja	22.362	4.981	+17.381
Limão	5.597	777	+4.820
Mamão	52.660	703	+51.957
Manga	428	537	-109
Tangerina	3.658	1.709	+1.949
Abacaxi	805	1.116	-311
Melancia	12.778	904	+11.874
Abóbora	6.780	1.559	+5.221
Akibrinha	66	1.245	-1.179
Alface	459	1.192	-733
Cenoura	76	347	-271
Chuchu	35	1.421	-1.386
Couve	119	607	-488
Pepino	508	655	-147
Repolho	368	1.001	-633
Vagem	104	404	-300

Fonte dos Dados Brutos: FIBGE - ENDEF; Censo Agropecuário, 1975; Produção Agrícola Municipal, 1977/79.

(1) Para possibilitar a comparação entre produção e consumo utilizou-se o valor correspondente a arroz em casca.



no entanto, funções de centro prestador de serviços no tocante ao setor comercial, bancário, educação e de saúde têm-se, ainda, as cidades de Andradina, Pereira Barreto e Penápolis com, respectivamente, 47,7 mil habitantes, 46,3 e 40,7.

Constando do programa de interiorização das CEASAs, a cidade de Araçatuba teve seu centro de abastecimento concluído em outubro de 1981, contando com uma área construída de 3.200 m<sup>2</sup>, sendo que a área útil de comercialização atingiu cerca de 1.800 m<sup>2</sup>.

Dado o recente início de operação da CEASA-Araçatuba não se dispõe ainda de dados para a análise de movimentação do centro de abastecimento. Cabe, no entanto, levantar o trabalho de pesquisa efetuado pela CEAGESP na época dos estudos de localização das centrais no interior.

Sendo assim, passa-se a descrever, sumariamente, os resultados da pesquisa efetuada em 1978, junto ao comércio atacadista de Araçatuba e Andradina, no tocante à movimentação e origem dos produtos.

Na época da pesquisa, o número de atacadistas em Araçatuba atingia 47 agentes, entre produtores e atacadistas, sendo que a quantidade comercializada alcançou cerca de 33,6 mil toneladas e o número anual de veículos totalizou cerca de 6.600.

Quanto à procedência dos produtos observou-se que, do volume total de frutas, a principal fonte fornecedora (54%) foi a "regional", ou seja, a própria DIRA de Araçatuba, principalmente os municípios de Araçatuba, Luisiânia e secundariamente Pereira Barreto, Lavínia e Guaraçai. Deve-se ressaltar que produtos como melancia e mamão agregaram cerca de 60% da movimentação total de frutas. Destaca-se ainda, a participação de Olímpia - município da DIRA de São José do Rio Preto - como importante fonte remetadora de laranja para Araçatuba.

O fornecimento de hortaliças praticamente ficou dividido igualmente entre duas fontes principais: região de Araçatuba (48% do total) e CEAGESP.

Para a entrada de produtos diversos - batata e cebola - observaram-se como principais fontes abastecedoras, no caso da cebola, foi a própria região. Mirandópolis, Guararapes e Araçatuba totalizando 45% e o restante advém do Estado do Paraná e Santa Catarina. A batata foi proveniente principalmente do Estado do Paraná com cerca de 84% do total comercializado.

As fontes abastecedoras de arroz se dividiram entre as importações do Mato Grosso (55%), e a região de Araçatuba (35%), principalmente advinda dos municípios de Araçatuba e Buriama. O feijão basicamente foi fornecido pelo Estado do Paraná em cerca de 80%, 15% do volume comercializado foi proveniente da própria região de Araçatuba e aproximadamente 7% advindo do Estado do Mato Grosso.

Na Tabela AP-4.7 relaciona-se o percentual correspondente à cada região de origem, por categoria de produto.

Quanto às exportações efetuadas pela DIRA de Araçatuba observou-se que, em 1980, os principais envios se dirigiram ainda à CEAGESP em cerca de 93% do volume total exportado, o qual alcançou 43,3 mil toneladas; para a CEASA-Campinas o montante exportado quase atingiu 3 mil toneladas e para a CEASA de São José do Rio Preto foi inexpressivo o valor remetido. Nessas remessas, os maiores pesos se dividiram entre produtos como maçã, melancia, tomate, abacaxi e quiabo.

Deve-se mencionar ainda que, na DIRA de Araçatuba, a cidade de Andradina se revela como um ponto redistribuidor de mercadorias. Essa cidade contará, a curto prazo, com o TUCS - Terminal Urbano de Carga e Serviços, que consiste em um local para transbordo de mercadorias, visando uma descentralização da circulação do centro urbano. Inclue também uma tentativa de ra-

Tabela AP-4.7  
DIRA DE ARAÇATUBA  
PRINCIPAIS FONTES REMETEDORAS DE PRODUTOS

PRODUTO	REGIÃO REMETEDORA	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA QUANTIDADE ENVIADA
Frutas	DIRA de Araçatuba	54
	DIRA de São José do Rio Preto	25
	CEAGESP	11
	Estado do Mato Grosso	5
	DIRA de Marília	4
	DIRA de Bauru	1
Hortaliças	DIRA de Araçatuba	48
	CEAGESP	48
	Outros	8
Produtos Diversos	Estado do Paraná	81
	DIRA de Araçatuba	12
	CEAGESP	7
Cereais	DIRA de Araçatuba	43
	Estado do Mato Grosso	39
	Estado do Paraná	18

Fonte dos Dados Brutos: CEAGESP-Pesquisa de campo do mercado atacadista, 1978.

cionalização do transporte de mercadorias com a futura instalação da central de fretes, além de possibilitar a instalação de escritórios de transporte, facilitando e agilizando o intercâmbio de mercadorias da região.

### AP-4.3. DIRA DE MARÍLIA

A DIRA de Marília compreende 47 municípios, sendo que em 1980, a população total atingiu 699,6 mil habitantes, correspondendo a 2,8% da população total do Estado. A divisão agrícola da região de Marília se encontra subdividida nas seguintes Delegacias Agrícolas - Assis, Marília, Ourinhos, Paraguaçu Paulista, Santa Cruz do Rio Pardo e Tupã.

Atualmente, como núcleo urbano principal encontra-se a cidade de Marília, com cerca de 122 mil habitantes; como núcleos secundários, os municípios de Assis, Ourinhos e Tupã com, respectivamente, 67,4, 59,8 e 56,7 mil habitantes; os demais 42 municípios componentes da região situam-se, isoladamente, abaixo de 50 mil habitantes.

O processo de colonização dessa região deveu-se, principalmente, à expansão da cafeicultura no Estado, sendo uma das últimas áreas ocupadas nessa exploração. Um dos motivos determinantes do desenvolvimento da atividade cafeeira nessa área ligou-se à ocupação de terras novas, já que as terras exauridas eram abandonadas pela baixa produtividade que passavam a apresentar.

Com a crise da cafeicultura, ocorreram mudanças fundiárias na estrutura produtiva da região, surgindo as pequenas empresas agrícolas. Tais empresas dedicaram-se, primeiramente, à cotonicultura, destacando-se as áreas de Marília e Bastos, de onde a atividade espalhou-se para o restante da região.

No entanto, nos últimos anos, tanto o café, como o algodão vêm tendo sua importância reduzida dentro da produção agrícola local. Outros produtos que adquiriram maior expressão no setor primário da região foram alguns cereais e oleaginosas além, da cana-de-açúcar industrial.

No geral, o setor primário da região da DIRA de Marília apresenta-se, hoje, diversificado, havendo um certo equilíbrio entre as áreas dedicadas às pastagens e à lavoura. No entanto, quando se considera a participação dessas atividades na formação do valor da produção agropecuária, é da agricultura que provém a maior parcela de contribuição, o que permite caracterizá-la como área predominantemente agrícola.

Dessa forma, das lavouras no grupo dos cereais, cabe destacar o milho, o feijão e, principalmente, o trigo, cuja produção obtida na DIRA de Marília representa, atualmente, cerca de 88% da produção paulista. Essa atividade ocupa, hoje, uma área de mais de 120 mil hectares.

Entre as oleaginosas, destacam-se o amendoim, o girassol e a soja. O cultivo dessa última, na DIRA de Marília, ocupou cerca de 180 mil hectares na última safra, área inferior apenas à explorada na DIRA de Ribeirão Preto (330.200 hectares). A região de Marília responde, atualmente, por 30% da safra paulista dessa leguminosa.

Desempenham, ainda, papel destacado na obtenção da renda agropecuária local, a fruticultura, representada principalmente pelo cultivo da melancia e a produção animal, com maior ênfase na bovinocultura de corte e produção de ovos.

Acredita-se que a partir desses pontos levantados possa-se a caracterizar a DIRA de Marília, faltando apontar os "saldos" de produção frente à demanda regional. Na Tabela AP-4.8, são apresentados os resultados do balanço Produção X Consumo da DIRA de Marília como um todo. Como produtos "superavitários", produção maior que o consumo, aparecem os seguintes: feijão, tomate, ovos, banana, laranja, limão, mamão, tangerina, abacaxi, melancia e abóbora.

Tabela AP-4.8

DIRA DE MARÍLIA  
BALANÇO PRODUÇÃO X CONSUMO

Em toneladas

PRODUTOS	PRODUÇÃO	CONSUMO	SALDO
Arroz (1)	18.430	58.948	-40.518
Feijão	18.072	15.300	+2.772
Batata	4.183	10.374	-6.191
Cebola	82	3.303	-3.221
Tomate	32.830	5.876	+26.954
Ovos	77.595	4.196	+73.399
Banana	12.472	3.869	+8.603
Laranja	27.515	7.598	+19.917
Limão	1.153	1.021	+132
Mamão	1.607	923	+684
Manga	576	707	-131
Tangerina	20.663	2.246	+18.417
Abacaxi	3.094	950	+2.144
Melancia	66.658	1.190	+65.468
Abóbora	11.520	2.050	+9.470
Abobrinha	10	1.635	-1.625
Alface	622	1.566	-944
Cenoura	76	457	-381
Chuchu	20	1.868	-1.848
Couve	84	797	-713
Pepino	139	861	-722
Repolho	284	1.322	-1.038
Vagem	55	532	-477

Fonte dos Dados Brutos: FIBGE-ENDEF; Censo Agropecuário, 1975; Produção Agrícola Municipal, 1977/79.

(1) Para possibilitar a comparação entre produção e consumo utilizou-se o valor correspondente a arroz em casca.

#### AP-4.3.1. COMERCIALIZAÇÃO

Dado o seu agrupamento populacional, a cidade de Marília foi selecionada, como também Araçatuba, Presidente Prudente e demais cidades médias do interior, para implantação de CEASAs. Essas cidades foram selecionadas a partir de uma pesquisa de atacado que, a partir de uma avaliação, analisaria a viabilidade ou não de implantação do centro de abastecimento. Na região de Marília, foram pesquisadas duas cidades - Marília e Ourinhos; para a primeira foi recomendada a instalação de um CEASA, o que concretizou-se em fins de 1981, e Ourinhos foi considerado como um mercado que ainda não reúne condições para a implementação de uma central de abastecimento de terceiro grau.

A CEASA-Marília, que passou a funcionar em outubro/81, possui uma área total construída de 3.200 m<sup>2</sup> com cerca de 1.800 m<sup>2</sup> de área útil de comercialização. Dado o seu recente período de funcionamento não se dispõe de uma série significativa de dados sobre sua movimentação. A partir do exposto, para uma avaliação preliminar, adotou-se utilizar o levantamento feito pela CEAGESP em 1978 para indicar as principais procedências dos produtos abastecedores, não só do núcleo urbano de Marília, como da região.

Sendo assim, foram entrevistados, na pesquisa da CEAGESP em Marília, 27 agentes, sendo que o volume total transacionado foi de 25 mil toneladas ao ano.

O montante de frutas comercializadas, neste ano de 1978, em Marília, atingiu cerca de 11 mil toneladas, as remessas e frutas segundo as regiões de origem são resumidas na Tabela AP-4.9.

Os cereais foram importados principalmente de outros estados - do Paraná em cerca de 51,8%; do Mato Grosso, em 24,9% e da própria região de Marília, em 23,3% do total comercializado.



Tabela AP-4.9  
DIRA DE MARÍLIA  
PRINCIPAIS FONTES REMETEDORAS DE PRODUTOS

PRODUTO	REGIÃO ABASTECEDORA	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA QUANTIDADE ENVIADA
Frutas	DIRA de Marília	24,4
	CEAGESP	22,1
	DIRA do Litoral	17,0
	DIRA de Ribeirão Preto	15,5
	Estado de Goiás	7,6
	DIRA de Baurú	6,4
	DIRA de São José do Rio Preto	4,2
	DIRA de Campinas	2,8
Hortaliças	DIRA de Marília	54,1
	CEAGESP	43,5
	Sorocaba	2,4
Produtos Diversos (batata, cebola e alho)	Estado do Paraná	51,3
	CEAGESP	23,8
	DIRA de Marília	19,6
	Estado do Rio Grande do Sul	2,7
	DIRA de Ribeirão Preto	2,6

Fonte dos Dados Brutos: CEAGESP-Pesquisa de campo do mercado atacadista, 1978.

Os envios provenientes da DIRA-Marília para as principais CEASAs instaladas no Estado de São Paulo foram de pouca expressão tanto quanto aos volumes totais, quanto em termos de variedade. O montante de suas remessas para a CEASA-São José do Rio Preto foi de apenas 246,6 toneladas, representando 0,8% do movimento nesse mercado, enquanto que para a CEASA-Campinas foram remetidas 2.579,9 toneladas, ou seja, 1% dos volumes lá negociados. Para a CEAGESP, registrou-se uma quantidade superior e de maior variedade, com relação a Campinas e São José do Rio Preto, num total de 29.076,7 toneladas, representando 1,2% do movimento nesse mercado.

A melancia foi o principal produto explorado pela DIRA em referência, representando 65% dos envios desta para a CEAGESP, 78,4% para a CEASA-Campinas e 96,9% para a CEASA-São José do Rio Preto. Ressalte-se ainda que, do volume de melancias negociado na CEAGESP, 33% se originaram da DIRA em referência.

Para Ourinhos, além do levantamento efetuado pela CEAGESP, houve o realizado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento em colaboração com a CATI-Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, em 1980. De forma geral observou-se que a região é importadora de hortaliças principalmente da região de Andará, Cambará e Jacarezinho do Paraná; a cebola advém de Piedade, Monte Alto e São José do Rio Preto, tendo como centro de comercialização o município de Ourinhos. Deve-se registrar, ainda, as entradas de arroz provenientes do Estado do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Sobre os envios do mercado de Ourinhos há que se destacar, precipuamente, as remessas de ovos para São Paulo. As informações a respeito do feijão levam a supor que a venda desse produto é realizada diretamente, ou seja, os atacadistas de fora da região compram direto com os produtores locais. Isso é concluído, na medida em que se sabe que a microrregião é exportadora de feijão e não há registro de atacadistas da região comercializando a produção para fora desta.

Prevê-se para Ourinhos, como o planejado para Andradina, a instalação do TUCS - Terminal Urbano de Cargas e Serviços, visando uma tentativa de racionalização de transporte com a futura instalação da central de fretes, procurando agilizar o intercâmbio de mercadorias.

#### AP-4.4. DIRA DE BAURU

A Divisão Regional Agrícola de Bauru subdivide-se nas Delegacias Agrícolas de Bauru, Jaú e Lins, com uma população total de aproximadamente 667,0 mil habitantes em 1980, instalados em 38 municípios; a região como um todo responde por 2,7% da população estadual.

Embora a análise da estrutura produtiva do setor primário da DIRA de Bauru revele um nítido predomínio das áreas dedicadas às pastagens, sobre as cultivadas, esta região não se caracteriza como predominantemente pecuarista. De fato, tanto as atividades pastoris, quanto as agrícolas coexistem, havendo, inclusive, um certo predomínio das últimas, na formação do valor da produção agropecuária regional.

No entanto, a atividade agrícola na região é tradicional e, como as demais do Planalto Ocidental Paulista, teve a cafeicultura como exploração responsável por sua ocupação. Com a crise advinda da super oferta desse produto no mercado internacional e a conseqüente política de erradicação dos cafezais pouco produtivos, colocaram-se perspectivas de expansão de novas culturas, notadamente a cana-de-açúcar e as oleaginosas.

Ao nível sub-regional das Delegacias Agrícolas componentes da DIRA de Bauru, salienta-se que, na Delegacia Agrícola de Lins, o café constitui-se, ainda, em produto de notável expressão econômica. Nas demais Delegacias Agrícolas (Bauru e Jaú), essa atividade divide a sua importância com outras explorações, notadamente com a cultura canavieira e a produção pecuária.

A cana-de-açúcar, cuja produção regional é modesta no contexto estadual, localiza-se, sobretudo, nas áreas de terra roxa de Jaú e nas constituídas pelo arenito de Bauru, na porção oeste da Delegacia Agrícola dessa cidade. Acredita-se que a região de Jaú concentre a maior parte da produção canavieira não

só pelos melhores rendimentos obtidos, aliados ao tipo de terra, como à sua maior proximidade das áreas tipicamente usineiras do Estado - o triângulo formado pelos canaviais de Araraquara, Botucatu e Piracicaba.

A partir do balanço Produção X Consumo da região, observa-se que vários produtos, entre os quais o tomate, a banana, a laranja, o limão, o mamão, a manga, a tangerina, o abacaxi, a melancia e a abóbora, apresentaram superávits, ou seja, produção maior que a demanda regional. A Tabela AP-4.10, a seguir, resume, a nível da DIRA, os volumes estimados como saldo - produtos que serão importados, no caso de saldos negativos e, produtos a serem exportados nos valores de saldo positivo.

#### AP-4.4.1. COMERCIALIZAÇÃO

Além dos equipamentos de comercialização da iniciativa privada na região, para os núcleos urbanos principais de Bauru (186,8 mil habitantes), Jaú (74,0 mil habitantes) e Lins (51,1 mil habitantes), registra-se a CEASA recém-instalada no município de Bauru. Essa CEASA tem uma área construída de 6.620 m<sup>2</sup> e uma área útil de comercialização de 3.120 m<sup>2</sup>, comparável, em porte, às CEASAs de São José do Rio Preto e Sorocaba.

Para avaliação do mercado atacadista de Bauru, utilizou-se a pesquisa de campo efetuada pela CEAGESP, em 1978, na qual foram entrevistados 57 comerciantes atacadistas com uma tonelagem transacionada em torno de 35 mil toneladas/ano.

Quanto à procedência dos produtos, relaciona-se, de forma esquemática, na Tabela AP-4.11, as principais regiões remetedoras.

Os envios provenientes da DIRA de Bauru para a CEAGESP e as CEASAs de Campinas e São José do Rio Preto, em 1980, foram de pouca expressão, não chegando a representar, em

## Tabela AP-4.10

## DIRA DE BAURU

BALANÇO PRODUÇÃO X CONSUMO

Em toneladas

PRODUTOS	PRODUÇÃO	CONSUMO	SALDO
Arroz (1)	9.232	56.199	-46.967
Feijão	4.895	14.587	-9.692
Batata	5.460	9.891	-4.431
Cebola	-	3.148	-3.148
Tomate	26.947	5.602	+21.345
Ovos	24.025	4.002	+20.023
Banana	3.995	3.689	+306
Laranja	24.128	7.243	+16.885
Limão	2.700	974	+1.726
Mamão	965	880	+85
Manga	3.210	674	+2.536
Tangerina	21.050	2.141	+8.909
Abacaxi	6.016	908	+5.108
Melancia	28.550	1.134	+27.416
Abóbora	2.830	1.955	+875
Abobrinha	14	1.561	-1.547
Alface	387	1.494	-1.107
Cenoura	54	434	-380
Chuchu	43	1.781	-1.738
Couve	81	760	-679
Pepino	261	821	-560
Repolho	192	1.261	-1.069
Vagem	81	507	-426

Fonte dos Dados Brutos: FIBGE - ENDEF; Censo Agropecuário, 1975; Produção Agrícola Municipal, 1977/79.

(1) Para possibilitar a comparação entre produção e consumo utilizou-se o valor correspondente a arroz em casca.

Tabela AP-4.11  
 DIRA DE BAURU  
PRINCIPAIS FONTES REMETEDORAS DE PRODUTOS

PRODUTO	REGIÃO ABASTECEDORA	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA QUANTIDADE ENVIADA
Frutas	DIRA de Bauru	35
	DIRA de Ribeirão Preto	15
	DIRA de Sorocaba	14
	DIRA do Litoral	11
	DIRA de São José do Rio Preto	10
	Estado do Mato Grosso do Sul	10
	Estado de Goiás	3
	CEAGESP	2
Hortaliças	DIRA de Bauru	38
	DIRA de Ribeirão Preto	32
	DIRA de Sorocaba	23
	DIRA de Campinas	4
	DIRA de São José do Rio Preto	3
Produtos Diversos (batata e cebola)	DIRA de Sorocaba	56
	CEAGESP	30
	DIRA de Campinas	7
	Estado do Paraná	7

Fonte dos Dados Brutos: CEAGESP-Pesquisa de campo do mercado atacadista, 1978.

nenhum dos casos, 1% dos movimentos totais desses entrepostos.

Já com relação ao movimento registrado na CEASA-Bauru, através dos dados disponíveis para o período compreendido entre abril e novembro de 1980, verificou-se que a DIRA em referência contribuiu com um volume negociado de 3.756 toneladas, o que representou cerca de 22% de seu movimento total. Por categoria de produtos, essas remessas distribuíram-se em 550 toneladas de frutas (14,6%); 3.089 toneladas de hortaliças (82,3%) e 117 toneladas de outros produtos (3,1%). Individualmente, o tomate (803 toneladas) e a alface (505 toneladas), foram os principais produtos remetidos, representando cerca de 35% dos envios totais da DIRA-Bauru para a respectiva CEASA.



#### AP-4.5. DIRA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Essa região agrega, em 84 municípios que a compõem, uma população de 999,8 mil habitantes, correspondendo a 4% da população estadual. Internamente, a DIRA de São José do Rio Preto subdivide-se em oito Delegacias Agrícolas - Catanduva, Fernandópolis, Jales, Mirassol, Olímpia, Santa Fé do Sul, São José do Rio Preto e Votuporanga.

Quanto à atividade agrícola, essa região apresenta razoável diversificação, tendo na bovinocultura, no café, na laranja, no algodão e no milho suas principais atividades agropecuárias.

A bovinocultura cuja exploração ocupa a maior área no setor agrícola regional, conta com um dos plantéis mais expressivos do Estado, devido, principalmente, à sua proximidade das regiões pecuárias do Mato Grosso do Sul e Goiás.

Como produto de exportação destaca-se a cafeicultura, obtendo participação significativa na formação da renda agrícola regional. Quanto à produção de milho, situa-se em torno de 740 mil sacas, anualmente dirigidas, principalmente, à alimentação animal<sup>(1)</sup>. O algodão, como cultura tradicional dessa região, com uma área de 13.650 hectares e uma produção de 735 mil arrobas<sup>(1)</sup>, passa por dificuldades tanto climáticas, como de comercialização, em consequência, principalmente, de preços insatisfatórios e falta de estímulo, tendendo a declinar o cultivo do produto na região.

Por outro lado, a considerável expansão da indústria agropecuária na região tem estimulado o plantio de outros produtos prin

---

(1) DIRA de São José do Rio Preto - Relatório Anual, 1978.

principalmente como a laranja, uma das mais importantes culturas regionais (28% do total colhido do Estado), e secundariamente, o tomate.

Na verificação do balanço Produção X Consumo efetuado para a região de São José do Rio Preto, observam-se como produtos superavitários: o tomate, o ovo, a laranja, o limão, o mamão, a manga, a tangerina e o abacaxi. A Tabela AP-4.12 apresenta esses resultados a nível da DIRA.

#### AP-4.5.1. COMERCIALIZAÇÃO

Como núcleos urbanos principais da DIRA, apontam-se as cidades de São José do Rio Preto (188,6 mil habitantes), Cantanduva (72,9 mil habitantes) e Votuporanga (52,3 mil habitantes).

Sem dúvida São José do Rio Preto situa-se como a cidade pólo da região; as pesquisas de atacado realizadas nessa cidade indicam a existência de um importante centro cerealista distribuidor, principalmente de arroz. Tal fato é confirmado tanto pela pesquisa efetuada em 1978, pela CEAGESP, como do levantamento de 1980 da CATI-Coordenadoria de Assistência Técnica Integral para a Coordenadoria de Abastecimento.

A CEASA de São José do Rio Preto foi instalada em julho de 1979, contando com uma área total construída de 6.620 m<sup>2</sup> tendo uma área útil de comercialização de 3.120 m<sup>2</sup>.

Analisando-se o funcionamento da CEASA de São José do Rio Preto, em 1980, verifica-se um movimento total de 30.145 toneladas, compondo-se em mais da metade de legumes e verduras com 15.812 toneladas, seguindo-se as frutas com 11.300 toneladas (37,4%) e produtos diversos com 3.033 toneladas. O volume originado da própria DIRA de São José do Rio Preto nesse local foi de 8.000 toneladas (26,5%), indicando que esse entreposto tem sua atuação além da região onde foi instalado, atraindo de outras á-

Tabela AP-4.12

DIRA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO  
BALANÇO PRODUÇÃO X CONSUMO

Em toneladas

PRODUTOS	PRODUÇÃO	CONSUMO	SALDO
Arroz (1)	78.334	34.243	-5.904
Feijão	6.216	21.870	-15.654
Batata	-	14.826	-14.826
Cebola	722	4.721	-3.999
Ovos	14.615	5.997	+8.618
Banana	4.506	5.528	-1.022
Laranja	744.381	10.859	+733.522
Limão	14.022	1.460	+12.562
Mamão	43.244	1.317	+41.927
Manga	4.425	1.009	+3.416
Tangerina	8.310	2.312	+5.998
Abacaxi	3.550	1.359	+2.191
Melancia	1.689	1.700	-11
Abóbora	2.790	2.927	-137
Abobrinha	82	2.340	-2.258
Alface	713	2.239	-1.526
Cenoura	205	652	-447
Chuchu	333	2.670	-2.337
Couve	104	1.140	-1.036
Pepino	384	1.230	-846
Repolho	918	1.890	-972
Vagem	56	761	-705

Fonte dos Dados Brutos: FIBGE - ENDEF; Censo Agropecuário, 1975; Produção Agrícola Municipal, 1977/79.

(1) Para possibilitar a comparação entre produção e consumo utilizou-se o valor correspondente a arroz em casca.

reas 73,5% de seu movimento. Considerando-se por categoria de produto, verifica-se que a DIRA de São José do Rio Preto participou com aproximadamente 35% das hortaliças negociadas na CEASA em análise, contra 65% vindas de outras regiões. Da mesma forma a entrada de frutas foi de aproximadamente 29% para uma proporção de 71% de outras regiões.

Pelo levantamento do comércio atacadista efetuado pela CATI, nota-se a presença de grandes atacadistas de arroz comprando diretamente nas zonas de produção e vendendo volumes significativos a atacadistas de centros mais distantes, já que essa pesquisa forneceu informações sobre o destino dos produtos.

Assim sendo, vê-se que a área de influência, mais fortemente delineada do mercado atacadista de São José do Rio Preto, fica restrita à própria DIRA de São José do Rio Preto. De forma simplificada, como mercado secundário citam-se os municípios de Bebedouro, Barretos, Ribeirão Preto e Birigui - selecionados pelos envios de arroz.

Como mercados "terciários", bem mais distantes e dispersos, foram remetidos batata e cebola para Cassilândia e Paraíba do Mato Grosso, feijão para Natal (RN), arroz para Cáceres (MT), Aboré (GO) e São Paulo.

Os centros comerciais de atacado de Votuporanga e Fernandópolis foram pesquisados pela CEAGESP, em 1978, objetivando dimensionar seus mercados para a implantação ou não de CEASAs de 2ª e 3ª grau. Acredita-se, no momento, que os resultados dessas pesquisas tenham se alterado profundamente, em função do papel desempenhado pela CEASA de São José do Rio Preto, já que ultrapassou, inclusive, a fase de implantação, exercendo hoje, mais efetivamente, as funções de um centro aglutinador e distribuidor de produtos.

Deve-se ressaltar ainda que se prevê a instalação de um TUCS - Terminal Urbano de Cargas e Serviços, em Fernandópolis.

AP-4.6. DIRA DE RIBEIRÃO PRETO

A Divisão Regional Agrícola de Ribeirão Preto se encontra subdividida em 11 Delegacias Agrícolas - Araraquara, Barretos, Batatais, Bebedouro, Franca Ituverava, Orlândia, Ribeirão Preto, São Carlos, São Simão e Taquaritinga - as quais agregam 80 municípios, totalizando, segundo o último censo demográfico, 1.796,3 mil habitantes, correspondentes a 7,2% da população do Estado.

A estrutura produtiva do setor primário da região de Ribeirão Preto caracteriza-se por um ligeiro predomínio das áreas de pastagens, em relação às cultivadas, embora sub-regionalmente evidencie-se o predomínio de um ou outro tipo.

Entretanto, considerando-se o valor de produção gerado pelas atividades agropecuárias, é da agricultura que provém a maior parcela de composição, o que tem permitido a caracterização da região como prioritariamente agrícola.

A cafeicultura foi o elemento responsável, num primeiro momento, pela ocupação territorial da área e condicionou sua vinculação, em termos territoriais e econômicos, às demais áreas do Estado, ao mesmo tempo em que lançou as bases para posterior desenvolvimento que viria caracterizar o setor agrícola regional.

Atualmente, as culturas de café, cana-de-açúcar e laranja, tanto pela ocupação territorial, quanto pelo valor gerado na sua produção, constituem-se nos principais itens da pauta agrícola da DIRA de Ribeirão Preto. Menos expressivas, porém ainda importantes dentro da produção primária regional, aparecem também os cultivos do milho, algodão, soja, arroz e amendoim.

Segundo as últimas Previsões e Estimativas de Safras Agrícolas do Estado de São Paulo, a DIRA de Ribeirão Preto apare

ce como umas das áreas produtoras mais importantes do Estado, sendo suas principais culturas, bem como a sua participação percentual na produção paulista, esquematizadas na Tabela AP-4.13.

Também a fruticultura possui considerável importância no contexto estadual, principalmente com a laranja, o limão, a goiaba industrial e a manga. As produções estimadas e a participação percentual da DIRA nos totais colhidos dessas frutas em todo o Estado, constam da Tabela AP-4.14.

Ainda em relação à fruticultura, cabe observar que esta região chegou a responder por mais de 80% da produção estadual de mamão por volta de 1970. Posteriormente, devido principalmente a problemas fitossanitários, essa cultura passou a sofrer severas reduções de plantio, deslocando-se em direção à noroeste do Estado. Isto fez com que, já em 1974, a DIRA de Ribeirão Preto tivesse a sua participação na produção do Estado reduzida para 38,8% e para apenas 1,8%, em 1980.

Em relação à produção animal, os principais itens constituem-se na bovinocultura de leite e de corte, além ainda da avicultura. Esta última atividade, no que se refere à produção de ovos, concentra-se, principalmente, nas áreas das Delegacias de Ribeirão Preto e Taquaritinga.

Na Tabela AP-4.15, são apresentados os saldos dos produtos existentes na DIRA, aparecendo como produtos superavitários: a cebola, o tomate, o ovo, a laranja, o limão, a manga, a tangerina, o abacaxi, a abóbora e o pepino.

#### AP-4.6.1. COMERCIALIZAÇÃO

Dos centros populacionais de maior peso da região, no tocante ao mercado consumidor, deve-se destacar, além de Ribeirão Preto com 318,4 mil habitantes, as cidades de Franca (148,5 mil habitantes), Araraquara (128,1 mil habitantes), São

Tabela AP-4.13  
 DIRA DE RIBEIRÃO PRETO  
PRINCIPAIS CULTURAS  
ANO AGRÍCOLA 1980/81

CULTURA	PRODUÇÃO ESTIMADA (t)	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NA PRODUÇÃO DO ESTADO
Algodão	129.150	26,9
Amendoim das águas	53.750	31,6
Arroz	61.200	16,1
Café (1)	232.400	20,7
Cana p/Indústria	29.210.000	39,8
Milho (2)	607.200	22,1
Soja	784.800	61,4

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA); Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

(1) Coco seco.

(2) Incluindo cultura intercalada.

Tabela AP-4.14  
DIRA DE RIBEIRÃO PRETO  
PRODUÇÃO FRUTÍCOLA - PRINCIPAIS ATIVIDADES  
ANO AGRÍCOLA 1981/81

PRODUTOS	PRODUÇÃO ESTIMADA (t)	PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO ESTADO
Abacate	19.030	17,6
Abacaxi	2.480	13,5
Goiaba p/Indústria	39.200	92,9
Laranja	2.120.190	40,6
Limão	90.750	45,3
Manga	16.065	49,7
Ponkan	56.000	20,8
Tangerina	70.000	31,3

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA); Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).



Tabela AP-4.15

DIRA DE RIBEIRÃO PRETO  
BALANÇO PRODUÇÃO X CONSUMO

Em toneladas

PRODUTOS	PRODUÇÃO	CONSUMO	SALDO
Arroz (1)	54.495	150.630	-96.135
Feijão	5.235	38.285	-33.050
Batata	10.890	26.637	-15.747
Cebola	12.952	8.478	+4.474
Tomate	50.100	15.086	+35.014
Ovos	22.941	10.775	+12.166
Banana	6.860	9.932	-3.072
Laranja	2.199.325	19.507	+2.179.818
Limão	74.982	2.623	+72.359
Mamão	2.280	2.371	-91
Manga	25.009	1.815	+23.194
Tangerina	55.886	5.765	+50.121
Abacaxi	2.872	2.442	+430
Melancia	210	3.053	-2.843
Abóbora	8.820	5.271	+3.549
Abobrinha	292	4.205	-3.913
Alface	1.032	4.021	-2.989
Cenoura	141	1.166	-1.025
Chuchu	505	4.797	-4.292
Couve	351	2.048	-1.697
Pepino	2.984	2.208	+776
Repolho	474	3.396	-2.922
Vagem	120	1.364	-1.244

Fonte dos Dados Brutos: FIBGE - ENDEF; Censo Agropecuário, 1975; Produção Agrícola Municipal, 1977/79.

(1) Para possibilitar a comparação entre produção e consumo utilizou-se o valor correspondente a arroz em casca

Carlos (119,6 mil habitantes), Barretos (72,8 mil habitantes) e Sertãozinho (51,5 mil habitantes).

Como nas demais regiões analisadas, o comércio atacadista de Ribeirão Preto foi avaliado em 1978 para se examinar a viabilidade de implantação da CEASA. Nessa pesquisa, foram entrevistados 155 comerciantes atacadistas, os quais transacionaram, em 1978, cerca de 178 mil toneladas.

As remessas de produtos, segundo as regiões provedoras, puderam ser resumidas no Tabela AP-4.16.

De forma geral, pode-se afirmar que a DIRA de Ribeirão Preto mostrou um esquema comercial de pouca dependência das importações de outras regiões, já que esta região se auto-abastece em cerca de 60% das frutas e hortaliças comercializadas.

No tocante à CEAGESP e à CEASA-Campinas, as remessas originadas da DIRA de Ribeirão Preto se compõem, em sua maior parte de laranja e tangerina. De um total de 216.279,7 toneladas remetidas para a CEAGESP pela DIRA em referência, 87,1% foram desses produtos, sendo 123.239,0 toneladas de laranja e 35.609,0 toneladas de tangerina. Além disso, do volume de laranjas comercializado nesse mercado, 26% originaram-se da DIRA de Ribeirão Preto, assim como, para a tangerina, a proporção foi de 53,1%.

As remessas para a CEASA-Campinas totalizaram 9.591,1 toneladas, sendo que a laranja (6.181,8 toneladas) e a tangerina (1.708,8 toneladas) responderam por 82,3% desses volumes. Da mesma forma em relação à CEAGESP, as remessas de laranja pela DIRA-Ribeirão Preto à essa CEASA representaram 20,5% do total desses produtos lá negociado. No caso da tangerina, essa proporção foi de 26,2%.

Situação diferente ocorre com os envios à CEASA-São José do Rio Preto, onde a quase totalidade dos produtos se cons

Tabela AP-4.16

DIRA DE RIBEIRÃO PRETO  
PRINCIPAIS FONTES REMETEDORAS DE PRODUTOS

PRODUTOS	REGIÃO ABASTECEDORA	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA QUANTIDADE ENVIADA
Frutas	DIRA de Rib.Preto	55,1
	DIRA do Litoral	18,3
	DIRA de Campinas	4,7
	Estado de Goiás	4,4
	CEAGESP	3,4
	Argentina	8,7
	Outros	5,4
Hortaliças	DIRA de Rib.Preto	60,0
	DIRA de Sorocaba	23,0
	CEAGESP	12,0
Produtos Diversos (batata e cebola)	DIRA de Rib.Preto	38,6
	Estado do Paraná	31,0
	DIRA de Sorocaba	14,7
	São Paulo (CEAGESP, Mercado Cantareira)	12,8
	Outros	2,9
Cereais	Estado do Paraná	40,1
	Estado de Goiás	25,5
	Estado de M.Gerais	11,4
	Estado de Mato Grosso	10,2
	Estado do R.G.Sul	7,4
	São Paulo (Capital)	5,4

Fonte dos Dados Brutos: CEAGESP - Pesquisa de campo do mercado atacadista - 1978.

titui de hortigranjeiros, sendo de tomate os envios mais expressivos, com 1.300,2 toneladas. O único envio de frutas foi de 2,7 toneladas de banana, não constando nenhuma remessa de laranja e tangerina.

O CEASA de Ribeirão Preto passou a funcionar em novembro de 1980, com uma área construída de 15.180 m<sup>2</sup> e uma área útil de comercialização de 7.915 m<sup>2</sup>. Na mesma região, citam-se ainda a CEASA de Araraquara instalada em outubro de 1981, e prevê-se a construção de CEASA em Franca, ainda em 1982.

AP-4.7. DIRA DE SOROCABA

A DIRA de Sorocaba engloba 54 municípios e possuía uma população de 1.424,3 mil habitantes, em 1980, e encontra-se subdividida em sete Delegacias Agrícolas: Avaré, Botucatu, Capão Bonito, Itararé, Itu, Itapetininga e Sorocaba.

A região de Sorocaba possui uma base agropecuária e industrial diversificada e ligada a diferentes processos produtivos.

A predominância, em termos do uso do solo, cabe ao setor primário, com 69% da área total regional em 1975. Considerando, entretanto, o desempenho dos setores econômicos, é o setor secundário que responde pela maior parcela da renda gerada (73,5%, em 1975).

No setor primário, constata-se, um nítido predomínio das áreas destinadas a pastagem. No entanto, a pecuária tem gerado renda inferior à da agricultura, o que tem permitido a definição da região como área predominantemente agrícola, citada entre as mais importantes do Estado.

A Tabela AP-4.17 mostra as principais atividades agropecuárias, pela renda gerada na exploração, da DIRA de Sorocaba, em 1980.

A lavoura ocupa cerca de 20% da área total da região, sendo que 18%, aproximadamente, referem-se às culturas temporárias destacando-se o milho, a cana, o feijão, o tomate e a batata. Os 2% restantes correspondem às culturas permanentes, como o café e a fruticultura, representada principalmente por cítricos, uva e pêssego.

O reflorestamento merece destaque tanto pela área que ocupa (cerca de 10% da área total da região), quanto pela im

Tabela AP-4.17  
 DIRA DE SOROCABA  
PRINCIPAIS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS  
PELA RENDA GERADA NA EXPLORAÇÃO  
 1980

EXPLORAÇÃO	ÁREA OCUPADA (ha)	VALOR GERADO (Cr\$)
Feijão (1)	38.074	8.730.045.000,00
Batata (1)	9.202	6.505.634.100,00
Tomate	2.625	4.943.040.000,00
Cana Industrial	53.121	4.126.764.000,00
Bovinocultura de Corte	-	4.085.929.000,00
Milho	198.840	3.744.405.660,00
Bovinocultura de Leite	1.279.630	2.752.444.584,00
Reflorestamento (2)	434.594	2.472.836.000,00
Algodão	28.793	1.460.246.832,00
Arroz	46.665	1.052.092.800,00

Fonte: Coordenadoria de Assistência Técnica Integral-CATI - Relatório anual.

(1) Refere-se a duas safras anuais (cultura das secas + cultura das águas).

(2) Eucaliptos + Pinus.

portância que adquiriu em relação ao Estado (responde por 50% da área reflorestada em todo o Estado de São Paulo).

Dentre as atividades da produção animal, a pecuária bovina de corte tem maior expressão na DIRA como um todo. Sua origem e desenvolvimento na região remontam à época de ocupação da baixa sorocabana, quando então esta representava um "corredor" de comércio para a carne e animais de transporte, oriundos do Sul e destinados às áreas de mineração, comércio e agricultura de São Paulo e Minas Gerais.

A despeito de ser uma atividade tradicional, a pecuária de corte não se desenvolveu satisfatoriamente, sendo suplantada por outras regiões do Estado, o que pode ser explicado pelo seu caráter extensivo, aliado a um baixo desempenho técnico. Essa atividade vem cedendo lugar, ano a ano, à pecuária leiteira, que apresenta processos de produção mais modernos e atualizados, principalmente quanto à elaboração do leite tipo B, não só para consumo da própria região, como também exportado para a Grande São Paulo.

A produção de leite encontra-se relativamente distribuída pelas Delegacias Agrícolas da região, excetuando-se a de Capão Bonito, onde tal atividade é bem menos significativa. Os laticínios, que demandam grande parte da produção local, concentram-se, principalmente, nos municípios de Sorocaba, Itapetininga, Tatuí, Angatuba e Botucatu.

A região de Sorocaba apresenta recursos de solo bastante limitados, em grande parte de baixa fertilidade, 60% dos quais fortemente erodidos. Apesar disso, um exame preliminar da produção agrícola regional revela uma significativa diversificação regional de culturas, apresentando, ainda, em muitos casos, rendimentos superiores aos alcançados pela média estadual.

Convém indicar que essa diversificação da estrutura produtiva agrícola prende-se, fundamentalmente, à localização

da região num espaço imediatamente contíguo à área metropolitana de São Paulo, a qual abastece com produtos hortifrutícolas.

O vínculo, cada vez maior, da região com a área metropolitana é função das melhorias gerais da infraestrutura viária e, principalmente, de mutações importantes que vêm ocorrendo nos espaços verdes da Metrópole Paulista - o cinturão-verde - de onde a produção de hortifrutigranjeiros tem sido, gradativamente, expulsa.

A fim de aquilatar a importância agrícola da DIRA de Sorocaba no contexto da produção estadual, elaborou-se a Tabela AP-4.18, extraída das Estimativas e Previsões das Safras Agrícolas do Estado de São Paulo, abril de 1981 <sup>(1)</sup>.

A cafeicultura tem considerável importância na estrutura da produção agrícola, principalmente nas sub-regiões de Botucatu, Avare'e, secundariamente, na de Tatuí, onde ocupa manchas de terra roxa, e por isso vem apresentando bom rendimento. No entanto, dado a pequena importância na produção estadual é pouco significativa.

Finalmente, cabe ressaltar que alguns desses produtos, como a batata, o feijão, o tomate envarado e a uva, vêm definindo uma certa especialização da região e, inclusive, a projetando a nível nacional. Outrossim, salienta-se, também, que grande parte da produção agrícola da DIRA é voltada para o abastecimento do mercado interno, contrastando com outras regiões, onde as principais atividades agrícolas voltam-se, basicamente, à exportação.

Os resultados do balanço Produção X Consumo a nível da região, mostrando as disponibilidades, capacidade de exporta-

---

(1) Em julho ocorreram geadas por todo o Estado. As estimativas estão, portanto sujeitas a revisão.



Tabela AP-4.18  
DIRA DE SOROCABA  
ESTIMATIVAS DAS SAFRAS AGRÍCOLAS  
EXPLORAÇÕES DE MAIOR SIGNIFICADO NA PRODUÇÃO ESTADUAL  
1981

EXPLORAÇÃO	PRODUÇÃO (t)		
	DIRA DE SOROCABA	ESTADO	%
Batata das Águas	93.000	192.600	48
Batata da Seca	104.400	164.400	64
Cebola de Soqueira	83.500	84.000	99
Cebola de Muda	96.100	206.860	46
Feijão (1) (2)	115.200	162.600	71
Milho (1)	483.900	2.778.600	17
Tomate Envarado	132.440	345.800	38
Morango	5.380	10.270	52
Uva para Indústria	10.400	15.760	66
Uva Fina para Mesa	13.520	23.400	58

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA); Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

(1) Inclui cultura intercalada.

(2) Cultura de inverno + da seca.

cão, e os déficits por produto são apresentados na Tabela AP-4.19. Como pode ser visto na Tabela mencionada citam-se os produtos superavitários: o feijão, a batata, a cebola, o tomate, o ovo, a banana, a laranja, o limão, a tangerina, o abacaxi, a melancia, a abóbora, a alface, a cenoura e o repolho.

#### AP-4.7.1. COMERCIALIZAÇÃO

Além do mercado consumidor principal, a cidade de Sorocaba, com cerca de 270 mil habitantes, citam-se os centros intermediários de Itapetininga (84,4 mil habitantes), Itu (74,2 mil habitantes), Itapeva (65,5 mil habitantes), Botucatu (64,5 mil habitantes), Tatuí (55,5 mil habitantes) e Votorantim (53,1 mil habitantes).

Para se analisar a comercialização da região de Sorocaba utilizaram-se dados da pesquisa de campo sobre o mercado atacadista, realizada neste município, em 1976, pela equipe técnica da CEAGESP. Foram entrevistados 130 comerciantes atuando ao nível de atacado, transacionando cerca de 55 mil toneladas.

A principal informação coletada nesse questionário, de especial interesse para o trabalho aqui desenvolvido, diz respeito a especificação da procedência dos produtos (Tabela AP-4.20).

Analisando-se as remessas da DIRA de Sorocaba para a CEAGESP verifica-se que foram enviadas, em 1980, cerca de 385 mil toneladas, principalmente de tomate e secundariamente de batata. Para a CEASA-Campinas a tonelagem atingiu quase 25 mil toneladas e para a CEASA-São José do Rio Preto, cerca de 2.500.

Como principal equipamento de comercialização na DIRA de Sorocaba deve-se citar a instalação da CEASA, em setembro de 1980, a qual possui uma área construída de 6.300 m<sup>2</sup>, com área útil de comercialização de 3.120 m<sup>2</sup>. Cita-se ainda a existência do Mercado do Produtor de Guapiara, funcionando desde maio

Tabela AP-4.19  
DIRA DE SOROCABA  
BALANÇO PRODUÇÃO X CONSUMO

Em toneladas

PRODUTOS	PRODUÇÃO	CONSUMO	SALDO
Arroz (1)	32.477	119.871	-87.394
Feijão	166.930	31.112	+135.818
Batata	265.365	21.099	+244.266
Cebola	187.193	6.714	+180.479
Tomate	110.765	11.950	+98.815
Ovos	19.336	8.535	+10.801
Banana	24.481	7.869	+16.612
Laranja	85.605	15.449	+70.156
Limão	4.764	2.077	+2.687
Mamão	22	1.878	-1.856
Manga	1.075	1.437	-362
Tangerina	18.740	4.566	+14.174
Abacaxi	5.029	1.935	+3.094
Melancia	4.732	2.418	+2.314
Abóbora	26.890	4.170	+22.720
Abobrinha	2.651	3.329	-678
Alface	6.133	3.187	+2.946
Cenoura	21.908	924	+20.984
Chuchu	174	3.798	-3.624
Couve	346	1.622	-1.276
Pepino	967	1.749	-782
Repolho	17.600	2.688	+14.912
Vagem	1.485	1.075	+410

Fonte dos Dados Brutos: FIBGE - ENDEF; Censo Agropecuário, 1975; Produção Agrícola Municipal, 1977/79.

(1) Para possibilitar a comparação entre produção e consumo utilizou-se o valor correspondente a arroz em casca.

Tabela AP-4.20  
 DIRA DE SOROCABA  
PRINCIPAIS FONTES REMETEDORAS DE PRODUTOS

PRODUTO	REGIÃO ABASTECEDORA	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA QUANTIDADE ENVIADA
Frutas	DIRA de Sorocaba	51
	DIRA do Litoral	23
	CEAGESP	23
	Estado de Minas Gerais	3
Hortalças	DIRA de Sorocaba	78
	DIRA de Bauru	8
	DIRA de Ribeirão Preto	9
	CEAGESP	5
Produtos Diversos	DIRA de Sorocaba	80
	Outros Estados (MG, PR, MT, GO e RS)	20
Cereais	DIRA de Sorocaba	8
	Outros Estados (MG, PR, MT, GO e RS)	92

Fonte dos Dados Brutos: CEAGESP-Pesquisa de Campo do Mercado Atacadista-1976.

de 1978. Há previsão de instalação de TUCS - Terminal Urbano  
de Cargas e Serviços nos municípios de Avaré e Itapeva.

#### AP-4.8. DIRA DO LITORAL PAULISTA

São três as Delegacias Agrícolas componentes da DIRA do Litoral Paulista - Caraguatatuba, Santos e Registro, que conjuntamente, agregam cerca de 1.291 mil habitantes espalhados nos 29 municípios. Da população estadual, a DIRA do Litoral Paulista responde por 5,2%.

A região do Litoral Paulista caracteriza-se pela presença de áreas mais interiorizadas, como a do Vale do Ribeira, ao lado de outras, tipicamente litorâneas, com configuração longitudinal, nas quais salientam-se pequenas bacias isoladas. Ambas apresentam características peculiares do ponto de vista tanto do quadro natural, como de seus antecedentes históricos.

A região do Litoral Norte teve a ocupação condicionada, até certo ponto, à penetração da cafeicultura pelo Vale do Paraíba. Com a decadência desta, a região experimentou um certo esvaziamento no seu contingente populacional, bem como um relativo isolamento dentro do Estado. Essa situação modificou-se, posteriormente, com a consolidação das ligações viárias entre São Paulo e Rio de Janeiro e com a adaptação do porto local para recebimento de petróleo e derivados.

O setor litorâneo intermediário apresentou, sempre, uma estreita vinculação com a área metropolitana, devido, principalmente, às suas atividades portuárias.

Nessas duas sub-regiões, a atividade agrícola é bastante incipiente, não se constituindo em suporte da economia local.

Inversamente, a região do Litoral Sul e sub-regiões do Vale do Ribeira, nunca apresentaram vinculações tão estreitas com a área metropolitana e, principalmente, estiveram alheias ao ciclo da cafeicultura no Estado. O arroz, guardadas as pro-

porções, representou, para essa área, o que o café significou para outras regiões de São Paulo. Os modestos incrementos populacionais e os pequenos valores gerados na região, tendo no arroz a sua principal atividade, indicavam o atraso do Vale em relação ao Estado.

O esboço do setor primário, assim apresentado e a observação dos volumes das produções agrícolas mostram que a região do Litoral desempenha, em relação às demais áreas do Estado, um papel secundário no contexto da produção agropecuária.

Salienta-se, no entanto, que no setor primário regional entra também o produto da atividade pesqueira, o que lhe permite singularidade, conferindo maiores alternativas ao setor.

Dentre os produtos de origem animal há predomínio da pecuária, notadamente de bovinos de corte. Essa atividade, entretanto, apresenta-se relativamente estagnada, ao passo que a avicultura tem apresentado incrementos mais significativos, visando atender parte da crescente demanda urbana por carne e ovos.

A produção agrícola regional está fundada em pequenas lavouras de produtos tradicionais: arroz, mandioca, milho e feijão e nas culturas comerciais de chá e banana.

O cultivo da banana ocupou as áreas de baixada onde, outrora, se desenvolveram lavouras de cana-de-açúcar ou café, expandindo-se a partir da área atualmente conhecida por Baixada Santista. Já no início deste século, o produto destinava-se, em parte, ao mercado externo, o que motivou uma grande expansão da produção.

Atualmente, a bananicultura, apesar de apresentar oscilações de área, produção e mesmo rendimento, constitui-se em suporte do setor primário regional, adquirindo maior importância nas Delegacias Agrícolas de Santos e Registro. No caso da primeira, a cultura é, sem dúvida, a base da atividade agropecuária,

respondendo em média por mais de 85% da área cultivada e do valor da produção. Já no caso da Delegacia de Registro, a banana divide a sua importância com o chá e, secundariamente, com outras culturas como o arroz e feijão.

O cultivo do chá no Litoral está restrito a região da Delegacia Agrícola de Registro e seu desenvolvimento encontra-se estreitamente vinculado à vinda de imigrantes japoneses para a área, por volta de 1915.

Essa cultura já era praticada em outras áreas do País quando foi introduzida no Vale do Ribeira. No entanto, enquanto a teicultura entrava em decadência nessas áreas (Rio de Janeiro e Minas Gerais), em Registro foi se fortalecendo, chegando a responder em média, por 90% da produção nacional.

O arroz, que já experimentou maior expressividade na região, aparecendo como o terceiro produto na margem de exportação da DIRA do Litoral (produção praticamente exclusiva da Delegacia Agrícola de Registro), apresenta, nos últimos anos, crescentes diminuições das áreas de cultivo e, conseqüentemente, de produção. Atualmente, a Delegacia Agrícola de Registro, com uma produção de 5.600 toneladas, responde por pouco mais de 1,0% da produção estadual.

O milho, o feijão e a mandioca apresentam algum destaque a nível regional, salientando-se, no entanto, que, no contexto da produção estadual, os volumes obtidos pela DIRA representam apenas 0,2%, 0,7% e 1,6%, respectivamente.

Cabe salientar que alguns outros produtos tais como a mexerica, o maracujá, o chuchu, o milho verde, o quiabo e a vagem, apresentam certa expressividade na produção da DIRA do Litoral, conforme se depreende da Tabela AP-4.21.

A comparação entre a produção e o consumo regional e os respectivos saldos estão apresentados na Tabela AP-4.22. Os



Tabela AP-4.21  
DIRA DO LITORAL  
PRODUTOS MAIS IMPORTANTES DA REGIÃO  
1976/77

PRODUTOS	VALOR (Cr\$ mil)	PARTICIPAÇÃO ÁREA DE ESTUDO (%)	PARTICIPAÇÃO ÁREA DE ESTUDO/ ESTADO (%)
Banana	911.727,00	77,3	79,8
Chá	94.607,00	8,0	90,2
Arroz	28.324,00	2,4	1,3
Chuchu	28.004,00	2,4	53,2
Mexerica	21.286,00	1,8	21,6
Feijão	14.729,00	1,2	0,7
Mandioca	9.983,00	0,8	1,6
Vagem	9.647,00	0,8	8,2
Milho	6.499,00	0,6	0,2
Maracujá	5.695,00	0,5	58,6
Milho Verde	3.330,00	0,3	24,3
Quiabo	3.014,00	0,3	11,5
Abobrinha	1.923,00	0,2	6,6
Jiló	1.462,00	0,1	4,9
Diversos	39.188,00	3,3	-
TOTAL	<u>1.179.418,00</u>	<u>100,0</u>	-

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) - Levantamento Subjetivo.

Tabela AP-4.22  
DIRA DO LITORAL  
BALANÇO PRODUÇÃO X CONSUMO

Em toneladas

PRODUTOS	PRODUÇÃO	CONSUMO	SALDO
Arroz (1)	5.682	108.584	-102.902
Feijão	2.951	28.183	-25.232
Batata	1.635	19.111	-17.476
Cebola	385	6.083	-5.698
Tomate	29.487	10.824	+18.663
Ovos	932	7.731	-6.799
Banana	598.610	7.126	+591.484
Laranja	464	13.995	-13.531
Limão	294	1.881	-1.587
Mamão	161	1.701	-1.540
Manga	5	1.301	-1.296
Tangerina	7.113	4.136	+2.977
Abacaxi	646	1.780	-1.134
Melancia	-	2.191	-2.191
Abóbora	4.730	3.775	+955
Abobrinha	1.800	3.015	-1.215
Alface	120	2.886	-2.766
Cenoura	412	838	-426
Chuchu	10.206	3.441	+6.765
Couve	92	1.469	-1.377
Pepino	1.751	1.585	+166
Repolho	205	2.436	-2.231
Vagem	1.750	979	+771

Fonte dos Dados Brutos: FIBGE - ENDEF; Censo Agropecuário, 1975; Produção Agrícola Municipal, 1977/79.

(1) Para possibilitar a comparação entre produção e consumo utilizou-se o valor correspondente a arroz em casca.

produtos a serem exportados, com saldo positivo, na DIRA do Litoral, se resumem ao tomate, a banana, a tangerina, a abóbora, ao chuchu, ao pepino e a vagem.

#### AP-4.8.1. COMERCIALIZAÇÃO

A cidade de Santos, como centro principal consumidor da região, agrega uma população de 417 mil habitantes. Como centros secundários colocam-se São Vicente (193 mil habitantes) e Guarujá (151 mil habitantes) vindo a seguir Cubatão (79 mil habitantes) e Praia Grande (66 mil habitantes). Para um melhor dimensionamento da demanda de alimentos na região dever-se-ia mensurar a função exercida pelo atrativo turístico existente na região do Litoral. No entanto, as estimativas de população flutuante, em razão da atividade turística, são precárias. O estudo "Plano Regional do Litoral", desenvolvido na área, admite a relação média para a região de um habitante fixo para cada turista (1). De forma geral, pode-se afirmar que esses picos de demanda verificados nos períodos de férias, principalmente na época do verão, são atendidos por uma maior importação do entreposto da CEAGESP-São Paulo.

A avaliação do comércio atacadista de Santos, quanto à procedência dos produtos, foi possível a partir do levantamento de campo realizado pela CEAGESP, na cidade de Santos, em fevereiro de 1978. Nessa pesquisa foram entrevistados 25 comerciantes atacadistas, os quais transacionaram, em 1978, cerca de 125 mil toneladas de hortifrutícolas. Na Tabela AP-4.23, são esquematizadas as principais regiões remetedoras por tipo de produtos.

A pesquisa do mercado atacadista de Santos e São Vicente efetuada, em 1978, pela CEAGESP, aponta que, de forma ge-

---

(1) Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo - Plano regional do litoral, 1978.

Tabela AP-4.23

## DIRA DO LITORAL

PRINCIPAIS FONTES REMETEDORAS DE PRODUTOS

PRODUTO	REGIÃO ABASTECEDORA	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA QUANTIDADE ENVIADA
Frutas	CEAGESP	34,4
	DIRA de Ribeirão Preto	27,3
	DIRA de Campinas	24,0
	Argentina e Chile	8,7
	DIRA do Litoral	5,6
Hortaliças	CEAGESP	89,0
	DIRA de Sorocaba	11,0
Produtos Diversos	CEAGESP	39,4
	DIRA do Litoral	28,2
	Mercado da Cantareira	20,6
	Outros Países	11,8

Fonte dos Dados Brutos: CEAGESP - Pesquisa de campo do mercado atacadista - 1978.

ral, a DIRA do Litoral Paulista mantém um esquema comercial de extrema dependência das importações de São Paulo, principalmente da CEAGESP e Mercado da Cantareira.

Quando se analisa o peso das remessas da DIRA-Litoral Paulista às principais CEASAs do Estado, foi observado que pouco representam nos movimentos totais das remessas. No volume total dos produtos comercializados na CEASA-Campinas, a DIRA em referência contribuiu, em 1980, com 21.619,8 toneladas, o que representou 8,8% das transações. Para a CEASA de São José do Rio Preto foram enviadas 1.563,0 toneladas, cuja participação relativa foi de 5,2%. Finalmente, representou 7,6% do movimento total da CEAGESP, com o envio de 183.359,9 toneladas. Dentre os diversos produtos remetidos às CEASAs observou-se, ainda, que a banana foi o principal componente das exportações da DIRA, representando 95,6% de seus envios para a CEASA-Campinas, 92,2% para a CEASA-São José do Rio Preto e 64,0% para a CEAGESP.

Como equipamento principal de comercialização cita-se a construção da CEASA-Santos com inauguração prevista para o 1º semestre de 1982, com uma área útil de comercialização de 7.760 m<sup>2</sup>.

Deve-se ressaltar que, como equipamento complementar de comercialização, a Delegacia Agrícola de Registro contará, a curto prazo, com um entreposto para comercialização de banana, o qual facilitará as condições de comercialização para os produtores.

Além desse equipamento de comercialização existe a proposta, por parte das Prefeituras componentes da Delegacia Agrícola de Santos e Registro, da instalação de uma composição férrea da FEPASA, que, percorrendo o litoral, comercialize produtos entregues diretamente pelos produtores.

AP-4.9. DIRA DO VALE DO PARAÍBA

A DIRA do Vale do Paraíba agrega cerca de 1.981 mil habitantes, correspondendo a 7,9% do total da produção. É composta de 45 municípios, tendo seis cidades com mais de 100 mil habitantes, a saber: São José dos Campos (288 mil), Mauá (206 mil), Mogi das Cruzes (198 mil), Taubaté (169 mil), Jacareí (116 mil) e Suzano (101 mil). Existem ainda, segundo o Censo Demográfico de 1980, nove cidades com mais de 50 mil habitantes - Guaratinguetã (85 mil), Itaquaquecetuba (73 mil), Pindamonhangaba (70 mil), Cruzeiro (58 mil), Lorena (57 mil), Ribeirão Pires (56 mil), Ferraz de Vasconcelos (55 mil), Poá (53 mil) e Caçapava (51 mil). Essas cidades tiveram, recentemente, uma maior expansão populacional, até mesmo que o crescimento estadual, frente a sua localização estratégica no eixo de ligação de dois polos principais - Rio e São Paulo.

De uma forma geral, pode-se afirmar que o setor primário caracteriza-se pelo nítido predomínio das atividades pecuárias sobre o cultivo agrícola, destacando-se, de forma especial, a bovinocultura de leite. A área ocupada pelas pastagens mostra-se significativamente superior às dedicadas às lavouras. Destacam-se, a nível regional, as culturas do arroz, do milho, da cana-de-açúcar, da mandioca e do feijão, embora os volumes produzidos não projetem a região no contexto estadual.

A seguir, de forma resumida, são apresentados os saldos dos produtos a nível da DIRA do Vale. Esses resultados saíram da comparação Produção X Consumo. Como pode ser visto pela Tabela AP-4.24 os produtos que obtiveram saldo positivo foram: a batata, a laranja, o limão, a abobrinha, a alface, a cenoura, a couve, o pepino, o repolho e a vagem.

Tabela AP-4.24  
DIRA DO VALE DO PARAÍBA  
BALANÇO PRODUÇÃO X CONSUMO

Em toneladas

PRODUTOS	PRODUÇÃO	CONSUMO	SALDO
Arroz (1)	43.570	167.075	-123.505
Feijão	9.565	41.172	-31.607
Batata	34.542	30.201	+4.041
Cebola	-	9.567	-9.567
Tomate	11.043	17.755	-6.712
Ovos	11.533	11.904	-371
Banana	1.590	11.747	-10.157
Laranja	65.575	23.098	+42.477
Limão	23.134	2.997	+20.137
Mamão	-	2.749	-2.749
Manga	-	1.924	-1.924
Tangerina	-	6.650	-6.650
Abacaxi	-	3.091	-3.091
Melancia	-	3.372	-3.372
Abóbora	3.250	5.140	-1.890
Abobrinha	5.668	4.251	+1.417
Alface	15.821	4.777	+11.044
Cenoura	26.038	1.471	+24.567
Chuchu	270	5.249	-4.979
Couve	2.960	2.131	+829
Pepino	3.765	2.491	+1.274
Repolho	40.113	3.830	+36.283
Vagem	5.254	1.609	+3.645

Fonte dos Dados Brutos: FIBGE - ENDEF; Produção Agrícola Municipal, 1977/79; Coordenadoria de Assistência Técnica Integral; Relatório Regional da DIRA do Vale do Paraíba.

(1) Para possibilitar a comparação entre produção e consumo utilizou-se o valor correspondente a arroz em casca.

#### AP-4.9.1. COMERCIALIZAÇÃO

O estudo de comercialização dos produtos hortifrutícolas transacionados na região do Vale do Paraíba pôde ser elaborado a partir de duas fontes básicas de dados. A primeira refere-se ao levantamento do mercado atacadista efetuado pela CEAGESP através da aplicação direta dos questionários, no ano de 1978. A segunda fonte de dados utilizada trata-se do registro das entradas dos produtos oriundos do Vale do Paraíba no entreposto central da CEAGESP-São Paulo e dados das entradas no CEAB-Centro de Abastecimento de São José dos Campos.

Segundo essas pesquisas, a tonelagem total comercializada no Vale foi de 65 mil toneladas, sendo que, 30,1 mil toneladas correspondem às mercadorias transacionadas no CEAB-São José dos Campos, cerca de 15 mil toneladas no mercado atacadista de Taubaté e 20 mil em Guaratinguetá. Deve-se destacar que esses dois últimos volumes transacionados, em Taubaté e Guaratinguetá, referem-se a dados da pesquisa efetuada, em 1978, pela CEAGESP.

Resumindo as três fontes pesquisadas pôde-se esquematizar as procedências principais dos produtos abastecedores da DIRA do Vale do Paraíba (Tabela AP-4.25).

Quanto aos envios de produtos para a CEAGESP serão analisadas, distintamente, duas fontes principais. A primeira, composta pelas Delegacias Agrícolas de Guaratinguetá, São José dos Campos e Taubaté e a segunda, em separado, a Delegacia Agrícola de Mogi das Cruzes. Isto se faz em função de ser a Delegacia Agrícola de Mogi das Cruzes um grande centro produtor, diferenciado, a nível de especialização da produção hortifrutícola, das demais sub-regiões do Vale do Paraíba.

Sendo assim, a região do Vale do Paraíba, composta pelas Delegacias Agrícolas de Guaratinguetá, São José dos Campos



Tabela AP-4.25

## DIRA DO VALE DO PARAÍBA

PRINCIPAIS FONTES REMETEDORAS DE PRODUTOS

PRODUTOS	REGIÃO ABASTECEDORA	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA QUANTIDADE ENVIADA
Frutas	DIRA do Vale do Paraíba	30,0
	São Paulo (CEAGESP, Mercado Cantareira)	46,6
	DIRA de Campinas	6,5
	DIRA do Litoral	12,8
	Sul de Minas	1,1
	Outros Estados	0,4
	Sem especificação	2,6
Hortaliças	DIRA do Vale do Paraíba	68,6
	São Paulo (CEAGESP, Mercado Cantareira)	14,3
	DIRA de Campinas	8,1
	Sul de Minas	5,7
	Outros Estados	3,3
Produtos Diversos	DIRA do Vale do Paraíba	26,8
	São Paulo (CEAGESP, Mercado Cantareira)	37,0
	DIRA de Campinas	4,4
	Sul de Minas	12,7
	Outros Estados	19,0

Fonte dos Dados Brutos: CEAGESP - Pesquisa de campo do mercado atacadista - 1978.

e Taubaté, apresentou, em 1980, remessas que atingiram cerca de 8,1 mil toneladas, o que representou apenas 3% do movimento total deste entreposto. As hortaliças foram as principais componentes desses envios, com um volume remetido de 6.474,1 toneladas. Nessa categoria, os produtos mais representativos foram o pepino (2.369,0 toneladas), o tomate (1.314,0 toneladas), a alface (709,0 toneladas) e o pimentão (526,0 toneladas), que representaram, juntos, 76% dos envios de hortaliças.

Os envios de frutas foram da ordem de 1.300,9 toneladas, com 75,7% constituídos de caqui, nectarina e pêsego.

Na CEAGESP, as remessas de frutas e hortaliças provenientes da Delegacia Agrícola de Mogi das Cruzes, em 1980, atingiram um total de 90,1 mil toneladas. Como produtos principais, no tocante ao percentual entrado na CEAGESP, destacam-se os seguintes: caqui, agrião, alface, almeirão, beterraba, chicória, rabanete e salsa. Todos esses produtos tiveram um percentual de participação acima de 20% das toneladas totais entradas na CEAGESP.

Como equipamento suporte para a comercialização desenvolvida no Vale prevê-se a conclusão da construção das CEASAs de São José dos Campos e Guaratinguetá, em 1982. Em Mogi das Cruzes já se encontra em funcionamento o Mercado do Produtor, com participação principal da COBAL em sua administração.

AP-4.10. DIRA DE CAMPINAS

A DIRA de Campinas congrega 106 municípios, atingindo uma população de 14.956.733 habitantes, que corresponde a 60% da população estadual. No entanto, essa população chega a atingir quase 15 milhões de pessoas porque aí está incluído o contingente populacional da Delegacia Agrícola de São Paulo, que, isoladamente, possui cerca de 12 milhões de habitantes distribuídos em 23 municípios incluída a cidade de São Paulo.

Acreditando que a inclusão da Delegacia Agrícola de São Paulo descaracterizaria a DIRA de Campinas, optou-se por analisar separadamente a DIRA de Campinas, composta pelas Delegacias Agrícolas de Campinas, Jundiaí, Piracicaba, Rio Claro, São João da Boa Vista, São José do Rio Pardo, Casa Branca, Limeira, Mogi Mirim, Bragança Paulista e Amparo, excluindo, assim, a Delegacia Agrícola de São Paulo. Nessa subdivisão a DIRA de Campinas fica então restrita a uma população de 3.292 mil habitantes com 83 municípios.

A região de Campinas ocupa destacada posição na atividade agropecuária estadual e grande diversificação das explorações ligadas à utilização do solo rural. Embora a produção animal também tenha uma participação significativa para a formação da renda, a análise do setor primário permite caracterizar a região como sendo prioritariamente agrícola.

Em termos gerais, pode-se dizer que o setor primário da região de Campinas, bastante desenvolvido, encontra-se fundamentado em dois fatores: de um lado tem-se as vantagens locais, consubstanciadas no fato de a região abrigar um dos principais parques açucareiros do País, fazendo com que, atualmente, cerca de 25% da produção canavieira estadual esteja aí concentrada e, por outro lado a proximidade em relação à área metropolitana de São Paulo, facilidades de acesso à essa mesma região devido a uma infraestrutura viária favorável e boas condi

ções ecológicas e técnicas, contribuindo para que a região evoluísse no sentido de atender à crescente demanda da grande São Paulo por produtos hortifrutigranjeiros.

De fato, ao lado das culturas voltadas à agroindústria de exportação, nota-se que a região da DIRA de Campinas vem adquirindo, crescentemente, características em termos de atendimento de mercado urbano.

Assim é que, dentro do ítem da produção animal, a avicultura é a atividade que mais se destaca, visando o atendimento de parcela significativa da procura urbana por carne e ovos, principalmente do mercado consumidor da Grande São Paulo. A cultura do milho na região tem sua importância condicionada ao subsídio que oferece a essa atividade.

Estima-se que a DIRA de Campinas responda, atualmente, por cerca de um terço da produção estadual de frangos de corte, o que imprime, inclusive, uma certa especialização à região. Destacam-se, principalmente, as Delegacias Agrícolas de Bragança Paulista e Campinas.

A fruticultura regional tem também apresentado essa tendência, voltando-se ao abastecimento do mercado de frutas frescas, tanto local como da cidade de São Paulo. Embora sustentada basicamente pela citricultura e vinicultura, cujas produções se voltam principalmente ao fornecimento de matéria-prima industrial, a produção frutícola regional vem apresentando, em anos mais recentes, crescente especialização no cultivo de figo, morango, uva-de-mesa, tangerina, pêssego e abacaxi entre outros, podendo ser apontada como uma das principais supridoras desse mercado.

Também a maçã e a pera, numa escala menor, começam a se tornar importantes itens da produção local.

Na categoria da horticultura, os produtos de maior relevância são o tomate envarado, a batata e a cebola, cabendo

salientar que a produção regional de hortaliças é muito diversificada, havendo cerca de 20 produtos com importância econômica de acordo com a área cultivada e o volume de produção. A mandioca possui também alguma importância regional, sendo que, basicamente, se destina à industrialização de farinha, raspa e fécula, não deixando, no entanto, de ser fornecida no mercado local, para consumo in natura.

Analisando-se as explorações rurais mais tradicionais da região, verifica-se que, em termos de ocupação do solo, existe um relativo equilíbrio entre as áreas dedicadas a pastagens e as destinadas ao cultivo agrícola, embora sub-regionalmente exista predomínio de uma ou outra. Em relação aos principais produtos, nota-se que alguns, como o café, arroz, feijão e milho, têm apresentado crescentes reduções nas suas áreas de cultivo e, conseqüentemente; diminuído a importância da região de Campinas na produção estadual. Outros produtos, notadamente a cana-de-açúcar e, num segundo plano, o algodão, vêm somando notáveis incrementos de área e volumes de produção.

A pecuária, apesar de ocupar grande parte do solo rural, gera valores de renda inferiores aos advindos da agricultura e da avicultura. Isso se explica, em parte, pela condução extensiva da exploração, aliada à um baixo nível técnico, onde predominam principalmente as pastagens naturais.

O balanço comparativo entre Produção X Consumo da região de Campinas apresentou saldo positivo para os seguintes produtos: batata, cebola, tomate, ovos, banana, laranja, limão, manga, tangerina, abacaxi, abóbora, alface e vagem. A Tabela AP-4.26, resume esses dados a nível da região.

#### AP-4-10.1. COMERCIALIZAÇÃO

Dos 83 municípios correspondentes da DIRA destacaram-se os núcleos urbanos de: Campinas (664,4 mil habitantes),

Tabela AP-4.26  
DIRA DE CAMPINAS (1)  
BALANÇO PRODUÇÃO X CONSUMO

Em toneladas

PRODUTOS	PRODUÇÃO	CONSUMO	SALDO
Arroz (2)	34.463	271.878	-237.415
Feijão	15.380	70.567	-55.187
Batata	141.845	47.851	+93.994
Cebola	41.122	15.229	+25.893
Tomate	119.345	27.105	+92.240
Ovos	74.143	19.361	+54.782
Banana	18.679	17.845	+834
Laranja	1.344.290	35.041	+1.309.249
Limão	25.074	4.709	+20.365
Mamão	24	4.261	-4.237
Manga	8.127	3.258	+4.869
Tangerina	111.950	10.358	+101.592
Abacaxi	1.394	4.387	+2.993
Melancia	1.880	5.487	-3.607
Abóbora	18.800	9.454	+9.346
Abobrinha	2.643	7.550	-4.907
Alface	12.637	7.226	+5.411
Cenoura	1.021	2.099	-1.078
Chuchu	1.604	8.615	-7.011
Couve	423	3.678	-3.255
Pepino	3.929	3.968	-39
Repolho	2.550	6.099	-3.549
Vagem	11.844	2.453	+9.391

Fonte dos Dados Brutos: FIBGE - ENDEF; Censo Agropecuário, 1975; Produção Agrícola Municipal, 1977/79.

(1) Excluída a Delegacia Agrícola de São Paulo.

(2) Para possibilitar a comparação entre produção e consumo utilizou-se o valor correspondente a arroz em casca.

Piracicaba (214,4 mil habitantes), Limeira (150,8 mil habitantes), Americana (122,1 mil habitantes), Rio Claro (110,3 mil habitantes), Sumaré (101,9 mil habitantes), Bragança Paulista (84,1 mil habitantes), Santa Bárbara D'Oeste (76,6 mil habitantes), Mogi-Guaçu (73,4 mil habitantes), Araras (65,3 mil habitantes), Atibaia (57,8 mil habitantes), Indaiatuba (56,1 mil habitantes), São João da Boa Vista (55,9 mil habitantes) e Mogi Mirim (59,6 mil habitantes).

Como equipamento complementar de comercialização na DIRA de Campinas cita-se a CEASA-Campinas, já implantada, e a CEASA-Piracicaba que se encontra em fase de construção.

Para análise dos envios totais procedentes da DIRA de Campinas às principais CEASAs instaladas no Estado, em 1980, verificou-se, em primeiro lugar, que a participação no volume comercializado na CEASA-São José do Rio Preto foi de pequena importância, perfazendo um total de 78,3 toneladas.

Os envios para a CEASA-Campinas totalizaram 83.182,8 toneladas, representando pouco mais de 30% dos volumes comercializados neste entreposto, que foi de 246 mil toneladas, em que pese o mesmo estar instalado na cidade sede da DIRA. Nesse caso constatou-se que pouco mais da metade dos volumes oriundos da própria DIRA corresponderam a apenas três produtos: alface, laranja e tomate.

Conforme demonstra a Tabela AP-4.27, esses produtos também são componentes importantes nos envios para a CEAGESP, sendo que, laranja e tomate representaram, juntos, 62% dos mesmos. No geral, tem-se que o volume total de remessas oriundas da DIRA-Campinas à CEAGESP se revestiu de certa importância, correspondendo a 28% das mercadorias comercializadas. Além do mais, deve-se destacar que, para a maioria dos produtos, as quantidades destinadas à CEAGESP foram superiores às remetidas à CEASA-Campinas que, no caso, apresenta-se como importante centro receptor de produtos de outras regiões além dos limites da própria DIRA.

Tabela AP-4.27

PRINCIPAIS PRODUTOS ORIUNDOS DA DIRA DE CAMPINAS

PRODUTOS	1980			
	ENVIOS À CEASA CAMPINAS	QUANTIDADE NEGOCIADA NA CEASA CAMPINAS	ENVIOS À CEAGESP	QUANTIDADE NEGOCIADA NA CEAGESP
Alface	10.906,6	12.150,4	10.833,3	32.024,4
Batata Doce	1.763,4	2.244,4	8.383,4	18.149,2
Batata Inglesa	5.738,2	16.490,4	31.609,5	170.378,8
Cebola	1.389,3	9.591,0	4.363,2	44.491,0
Laranja	18.356,4	30.082,7	259.450,6	473.909,7
Mandioca	1.255,1	1.447,8	7.068,0	17.561,0
Tomate	14.584,5	27.680,2	147.058,0	319.676,9
Outras Frutas	8.963,3	67.635,6	123.100,3	729.176,2
Outras Hortaliças	18.648,4	42.626,9	62.376,7	493.770,5
Outros Produtos	1.577,6	2.024,8	4.203,9	43.920,3
TOTAL	<u>83.182,8</u>	<u>211.974,2</u>	<u>658.446,9</u>	<u>2.343.058,0</u>

Fonte: Boletins Mensais de Movimentação de Produtos - CEAGESP e CEASA-Campinas, 1980.



O comércio atacadista de Piracicaba foi avaliado, em 1978, para se dimensionar a futura CEASA a ser implantada neste município. Na época, foram entrevistados cerca de 145 atacadistas, os quais comercializaram cerca de 61,5 mil toneladas de hortifrutícolas.

As regiões abastecedoras se diversificavam pelas várias regiões do Estado; o próprio município de Piracicaba e região circunvizinha (Delegacia Agrícola de Piracicaba), respondiam por menos de 7% do abastecimento total das frutas.

Os envios podem ser resumidos na Tabela AP-4.28.

A área total construída da CEASA-Piracicaba está dimensionada em torno de 6.400 m<sup>2</sup>, sendo que a área útil de comercialização será de 3.375 m<sup>2</sup>. A data prevista de inauguração estava em torno de junho/82, o que sofrerá um adiamento, face ao atraso nas obras.

Tabela AP-4.28

## DIRA DE CAMPINAS

PRINCIPAIS FONTES REMETEDORAS DE PRODUTOS

PRODUTOS	REGIÃO ABASTECEDORA	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA QUANTIDADE ENVIADA
Frutas	DIRA de Campinas	43,4
	DIRA de Sorocaba	3,5
	DIRA do Litoral	6,4
	DIRA de Ribeirão Preto	5,3
	DIRA de Marília	4,3
	Outras DIRAs	1,8
	CEAGESP	19,0
	Outros Estados	16,3
Hortaliças	DIRA de Campinas	46,8
	DIRA de Sorocaba	32,5
	DIRA de Ribeirão Preto	10,3
	CEAGESP	10,4
Produtos Diversos (batata e cebola)	DIRA de Sorocaba (Capão Bonito, Itararé, Itapetinga, Itaporanga)	35,9
	DIRA de Campinas (Divinolândia, São João da Boa Vista)	10,6
	DIRA de Marília (Pompéia)	9,5
	DIRA de Ribeirão Preto (São José da Bela Vista)	3,0

Fonte dos Dados Brutos: CEAGESP - Pesquisa de campo do mercado atacadista - 1978.

AP-4.11. DELEGACIA AGRÍCOLA DE SÃO PAULO

Como foi explicado anteriormente a Delegacia Agrícola de São Paulo foi desmembrada da DIRA de Campinas, passando a ser analisada separadamente. Essa Delegacia agrega cerca de 11,7 milhões de habitantes, distribuídos em 23 municípios. Como núcleo principal cita-se a cidade de São Paulo, que, isoladamente, possui cerca de 8,5 milhões de habitantes, vindo a seguir, Santo André (552,8 mil habitantes), Guarulhos (532,9 mil habitantes), Osasco (473,9 mil habitantes), São Bernardo do Campo (425,8 mil habitantes), Diadema (228,6 mil habitantes), Carapicuíba (185,8 mil habitantes), São Caetano do Sul (163,0 mil habitantes), Taboão da Serra (97,6 mil habitantes), Embu (95,8 mil habitantes), Barueri (75,3 mil habitantes), Cotia (63,4 mil habitantes), Itapeverica da Serra (60,7 mil habitantes), Itapevi (53,3 mil habitantes) e Franco da Rocha (50,7 mil habitantes).

Feito o balanço comparativo entre a produção e consumo na Delegacia Agrícola de São Paulo observou-se que, em todos os produtos analisados, os saldos foram negativos, ou seja, há necessidade de importação para seu abastecimento. A Tabela AP-4.29, apresenta esse balanço e os respectivos déficits encontrados por produto.

No entanto, é interessante notar que alguns municípios da Delegacia Agrícola de São Paulo são destacados produtores de verduras (em folha), isto é comprovado pelas entradas na CEAGESP. Essa região responde por cerca de mais 40% do movimento das entradas na CEAGESP para os seguintes produtos: agrião, almeirão, brócoli, cebolinha, chicória, couve, espinafre, nabo e salsa. Dentre os principais municípios remetedores citam-se, por ordem de importância, São Paulo, Cotia, Embu Guaçu e Embu.

Quanto aos equipamentos de comercialização situados nesta região, estão sendo descritos e analisados no capítulo

Tabela AP-4.29

DELEGACIA AGRÍCOLA DE SÃO PAULO  
BALANÇO PRODUÇÃO X CONSUMO

Em toneladas

PRODUTOS	PRODUÇÃO	CONSUMO	SALDO
Arroz (1)	988.207	35	-988.172
Feijão	256.493	311	-256.182
Batata	173.927	9.429	-164.064
Cebola	55.356	79	-55.277
Tomate	98.516	3.823	-94.693
Ovos	70.368	18.553	-51.815
Banana	64.856	103	-64.753
Laranja	127.367	9.293	-118.074
Limão	17.123	10.401	-6.722
Mamão	15.481	-	-15.481
Manga	11.845	-	-11.845
Tangerina	37.647	8.040	-29.607
Abacaxi	15.950	4	-15.946
Melancia	19.938	-	-19.938
Abóbora	34.363	420	-33.943
Abobrinha	27.443	1.697	-25.746
Alface	26.271	9.250	-17.021
Cenoura	7.623	6.244	-1.379
Chuchu	31.314	18.928	-12.386
Couve	13.370	6.301	-7.069
Pepino	14.425	1.399	-13.026
Repolho	22.166	-	-22.166
Vagem	18.913	1.480	-17.433

Fonte dos Dados Brutos: FIBGE - ENDEF; Censo Agropecuário, 1975; Produção Agrícola Municipal, 1977/79.

(1) Para possibilitar a comparação entre produção e consumo utilizou-se o valor correspondente a arroz em casca.

referente à Região Metropolitana (item 4.3 do Capítulo 4, Volume I).

ANEXO ESTADÍSTICO

Tabela A.1.1  
RENDA INTERNA PARA O BRASIL  
 1970/80

Cr\$ 1.000.000

ANOS	TOTAL		AGRICULTURA		INDÚSTRIA		SERVIÇOS	
	Cr\$ Corrente	Cr\$ Real (2)	Cr\$ Corrente	Cr\$ Real (2)	Cr\$ Corrente	Cr\$ Real (2)	Cr\$ Corrente	Cr\$ Real (2)
1970	167.229	11.100.157	17.127	1.136.838	60.639	4.025.034	89.463	5.938.284
1971	224.423	12.378.908	23.973	1.322.823	81.224	4.480.220	119.226	6.576.365
1972	293.366	13.795.348	30.560	1.437.065	109.386	5.143.806	153.420	7.214.476
1973	402.444	16.469.446	44.271	1.811.728	153.265	6.272.151	204.908	8.385.567
1974	586.756	18.659.256	65.657	2.087.939	233.587	7.428.232	287.511	9.143.054
1975	833.985	20.739.860	87.821	2.183.967	328.862	8.178.267	417.302	10.377.626
1976	1.283.400	22.597.630	137.703	2.424.623	492.728	8.675.771	652.968	11.497.218
1977	1.910.133	23.576.772	236.850	2.923.439	712.149	8.790.055	961.134	11.863.277
1978	2.898.705	25.795.758	320.671	2.853.671	1.045.261	9.301.843	1.532.773	13.560.152
1979	4.861.481	28.105.508	529.555	3.061.497	1.753.444	10.137.123	2.578.482	14.906.887
1980 <sup>(1)</sup>	10.510.035	30.345.114	1.085.324	3.133.604	3.878.917	11.199.409	5.545.795	16.012.105

Fonte dos Dados Brutos: F.G.V.

(1) Estimativas.

(2) Índice "2" - Conjuntura Econômica para Cr\$ janeiro de 1982.

Tabela A.3.2  
 ESTADO DE SÃO PAULO  
RENDA INTERNA (1)  
 1970/80

ANOS	TOTAL (1)		AGRICULTURA (1)		INDÚSTRIA (1)		SERVIÇOS (1)	
	Cr\$ Corrente	Cr\$ Real (3)	Cr\$ Corrente	Cr\$ Real (3)	Cr\$ Corrente	Cr\$ Real (3)	Cr\$ Corrente	Cr\$ Real (1)
1970	64.792	4.300.697	3.032	201.255	31.201	2.071.028	30.559	2.028.414
1971	86.342	4.762.523	4.097	225.985	42.161	2.325.551	40.083	2.210.931
1972	113.265	5.326.213	5.613	263.948	55.563	2.612.814	52.089	2.449.451
1973	115.367	6.358.173	8.022	328.289	77.285	3.162.779	70.060	2.867.106
1974	221.757	7.052.030	10.223	325.098	112.890	3.589.982	98.645	3.136.981
1975	307.105	7.637.205	12.610	313.590	152.595	3.794.791	141.901	3.528.849
1976	472.476	8.319.182	19.193	337.943	232.564	4.094.900	220.719	3.886.338
1977	717.744	8.859.114	41.338	510.235	339.733	4.193.324	336.673	4.155.555
1978	1.093.149	9.728.001	53.045	472.051	520.589	4.632.754	519.515	4.623.196
1979	1.837.698	10.624.219	101.226	585.214	871.501	5.038.378	864.972	5.000.632
1980 (2)	3.898.420	11.255.719	191.267	552.236	1.883.828	5.439.085	1.823.325	5.264.398

Fonte: FGV e Secretaria da Fazenda.

(1) Dados Preliminares.

(2) Estimativa.

(3) Índice "2" Conjuntura Econômica para cruzeiros de janeiro/82.



Tabela A.1.3

## ESTADO DE SÃO PAULO

ESTIMATIVA DO CONSUMO APARENTE DE N + P<sub>2</sub>O<sub>5</sub> + K<sub>2</sub>O EM RELAÇÃO A ÁREA CULTIVADA

ANOS	Kg/Ha (1)	ÍNDICE (2)	Kg/Ha (3)	ÍNDICE (2)
1969	51,9	100,0	24,7	100,0
1970	69,1	133,1	30,7	124,3
1971	81,2	156,4	36,7	148,6
1972	93,6	180,3	39,8	161,1
1973	113,6	219,0	47,9	194,0
1974	110,9	213,7	48,0	194,3
1975	115,0	221,6	50,1	202,8
1976	129,4	249,3	60,5	244,9
1977	158,7	305,8	74,5	301,6
1978	170,5	328,5	79,3	321,0
1979	190,9	367,8	88,6	358,7
1980	258,9	498,8	116,4	471,2
1981	150,8	290,5	69,8	282,5

Fonte: Instituto de Economia Agrícola

(1) Culturas anuais, culturas perenes e terra em descanso.

(2) Índice 1969 = 100.

(3) (1) + área de pasto formado.

Tabela A.1.4  
 ESTADO DE SÃO PAULO  
DADOS DOS CENSOS AGROPECUÁRIOS 1970 E 1975

ANO	TRATORES	ARADOS		COLHEITA- DEIRAS	SILO PARA FORRAGEM (t)	ÁREA IRRIGADA	
		Tração Animal	Tração Mecânica			ha	% da Área Agrícola
1970	67.213	332.001	69.644	24.241	354.251	91.463	0,45
1975	101.359	263.768	112.410	17.746	610.975	150.074	0,73

Fonte: FIBGE - 1970/75.

Tabela A.1.5  
ESTADO DE SÃO PAULO  
NÚMERO DE TRATORES POR FAIXA DE POTÊNCIA

ANO	<10 CV	10-50 CV	>50 CV
1970	6.506	35.916	24.789
1975	7.038	33.118	61.203

Fonte: FIBGE - Censo Agropecuário 70/75.

Tabela A.1.6  
BRASIL E SÃO PAULO  
DISPONIBILIDADE DE TRATORES DE 4 RODAS

ANO	PRODUÇÃO BRASILEIRA DE TRATORES DE 4 RODAS (1)	EXPORTAÇÕES DE TRATORES 4 RODAS (2)	(1)-(2)	Nº CONTRATOS DE FINAN- CIAMENTO PARA TRATORES DE 4 RODAS		% SÃO PAULO
				Brasil	São Paulo	
1975	57.041	671	56.370	49.012	12.975	26,5
1976	63.161	390	62.771	52.522	15.552	29,6
1977	50.390	4.353	46.037	48.727	13.993	28,7
1978	48.668	5.700	42.968	45.089	13.424	29,8
1979	55.268	6.734	48.534	57.612	15.738	27,3
1980	58.812	7.540	51.272	39.357	10.393	26,4

Fonte: IEA - Instituto de Economia Agrícola - Prognóstico 81/82.

Tabela A.1.7

## ESTADO DE SÃO PAULO

TOTAL DE CRÉDITO RURAL POR FINALIDADE E % EM RELAÇÃO AO BRASIL

	1977	1978	1979	1980
<b>Custeio</b>				
(Contratos)	174.938 (17,30)	191.995 (17,40)	217.111 (15,78)	254.621 (13,57)
(Valor Cr\$ 1.000)	17.279.702 (22,04)	24.966.328 (22,38)	46.419.536 (20,57)	100.773.958 (20,73)
<b>Investimento</b>				
(Contratos)	57.285 (15,24)	61.470 (14,08)	73.617 (13,08)	52.772 (10,49)
(Valor Cr\$ 1.000)	6.881.595 (17,11)	9.716.200 (16,63)	16.709.296 (14,90)	23.711.488 (14,71)
<b>Comerciali- zação</b>				
(Contratos)	157.091 (46,91)	162.820 (45,85)	187.905 (43,18)	149.331 (38,67)
(Valor Cr\$ 1.000)	14.168.720 (30,02)	21.018.034 (32,86)	36.736.656 (33,12)	53.928.455 (25,46)

Fonte: Derur - Banco Central.

Tabela A.1.8  
ESTADO DE SÃO PAULO  
CRÉDITO DE CUSTEIO PARA LAVOURAS

	1978		1979		1980	
	Valor Corrente (Cr\$1.000)	Nº de Contratos	Valor Corrente (Cr\$1.000)	Nº de Contratos	Valor Corrente (Cr\$1.000)	Nº de Contratos
Café	5.160.404	48.000	9.719.792	55.248	22.888.703	57.544
Cana-de-açúcar	3.160.589	7.702	5.570.067	8.415	12.193.635	7.520
Soja	1.660.470	5.877	3.462.348	7.258	7.302.800	8.996
Algodão	1.824.078	13.203	3.809.900	13.364	7.679.090	15.395
Amendoim	560.294	8.959	1.299.505	11.521	1.479.214	6.298
Arroz	620.015	5.770	1.201.686	6.734	2.395.013	8.072
Batata	551.215	3.012	842.870	3.245	1.605.748	2.599
Feijão	347.057	7.046	620.359	8.585	3.319.076	28.781
Frutas Cítricas	1.537.126	11.137	3.069.759	13.781	6.539.265	14.024
Frutas Outras	432.799	4.959	925.221	5.965	1.715.422	6.295
Hortaliças	782.519	10.200	1.531.466	11.007	3.990.466	11.906
Mandioca	27.166	575	67.549	662	267.298	1.577
Milho	1.861.512	26.944	3.833.348	31.352	10.395.317	46.999
Trigo	561.488	3.159	762.084	2.389	1.760.056	2.961
Uva	138.747	2.555	233.172	2.978	477.345	3.041

Fonte: DERUR - Banco Central.

Tabela A.1.9  
ESTADO DE SÃO PAULO  
CRÉDITO DE COMERCIALIZAÇÃO

PRODUTOS	1978		1979		1980	
	Valor Corrente (Cr\$1.000)	Nº de Contratos	Valor Corrente (Cr\$1.000)	Nº de Contratos	Valor Corrente (Cr\$1.000)	Nº de Contratos
Algodão	2.501.368	5.993	4.256.681	6.234	5.689.262	5.176
Arroz	156.702	329	320.102	445	433.001	415
Café	2.807.598	1.680	2.486.123	1.386	5.288.536	1.728
Milho	605.783	1.670	1.309.668	2.313	1.906.671	1.710
Soja	1.848.138	3.651	3.570.521	4.313	6.316.573	4.257

Fonte: DERUR - Banco Central.

Tabela A.3.1

ADEQUAÇÃO NUTRICIONAL POR ESTRATO DE RENDA NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

ESTRATO DE RENDA FAMILIAR (1) PER CAPITA	% DE FAMÍLIAS ADEQUADAS	% DE FAMÍLIAS NÃO ADEQUADAS	NÚMERO TOTAL DE OBSERVAÇÕES
0 — 0,25	28,57	71,43	21
0,25 — 0,5	49,41	50,59	172
0,5 — 0,75	72,64	27,36	296
0,75 — 1,0	82,56	17,44	298
1,0 — 1,5	89,80	10,20	441
1,5 — 2,0	91,16	8,84	294
2,0 — 3,0	91,91	8,09	321
3,0 — 4,0	92,16	7,84	153
4,0 — 5,0	93,59	6,41	78
5,0 ou mais	98,22	1,78	168

Fonte: Pesquisa de Orçamentos Familiares, Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo.

Alves, E.L.G. - Nível Alimentar, Renda e Educação - Revista ABIA/SAPRO, 30: 17-44, 1977.

(1) Expressa em salários mínimos.



Tabela A.3.2

ESTADO DE SÃO PAULO  
PORCENTAGEM DE CALORIAS, EM RELAÇÃO AO VALOR CALÓRICO TOTAL DA DIETA,  
FORNECIDAS PELOS CARBOHIDRATOS, LIPÍDIOS E PROTEÍNAS, EM DIETAS  
 1969/75

LOCALIDADE	HIDRATO DE CARBONO	PROTEÍNAS	CORDURA	TOTAL
Estado de São Paulo	64	10	26	100
Área Urbana Não Metropolitana de SP	64	10	26	100
Área Rural Não Metropolitana de SP	63	9	23	100
Área Metropolitana de São Paulo	61	11	28	100
Iguape	66	12	22	100
Icapara	76	10	14	100
Pontal do Ribeira	70	11	9	100
Apiai	63	11	26	100
Ribeira	68	10	22	100

Fonte: IBGE - ENDEF

(obs.) Adequação do teor de calorias vindos de proteínas = 10% e gordura = 30%.

Tabela A.3.3

ESTADO DE SÃO PAULO  
 FORNECIMENTO E ORDEM DE IMPORTÂNCIA CALÓRICA, PROTEICA E  
 SOBRE GASTOS COM ALIMENTAÇÃO DOS PRODUTOS COMPONENTES DA CESTA DE ALIMENTOS

ALIMENTOS	ORDEM DE IMPORTÂNCIA CALÓRICA	% SOBRE O FORNECIMENTO CALÓRICO	ORDEM DE IMPORTÂNCIA PROTEICA	% SOBRE O FORNECIMENTO PROTEICO	ORDEM DE IMPORTÂNCIA DE GASTOS	% SOBRE O TOTAL GASTO COM ALIMENTAÇÃO
Pão	2º	14,35	2º	18,23	3º	8,10
Arroz	1º	20,71	3º	15,50	2º	11,68
Açúcar	4º	12,04	-	-	8º	3,23
Óleo	3º	12,44	-	-	5º	4,89
Feijão	5º	8,33	1º	19,42	6º	4,45
Leite	6º	4,80	5º	9,73	4º	6,19
Ovos	11º	1,28	6º	3,68	9º	3,20
Queijo	-	-	14º	0,69	21º	0,93
Carne Bovina	8º	2,85	4º	11,70	1º	12,02
Carne Aves	13º	1,00	7º	3,21	10º	2,93
Margarina	7º	4,47	-	-	-	-
Pescado	-	-	11º	1,17	30º	0,58
Batata	10º	1,55	9º	1,28	13º	2,07
Farinha de Trigo	12º	1,07	10º	1,17	-	-
Malzena	17º	0,82	-	-	-	-
Banana	9º	1,60	-	-	15º	1,61

Fonte: Pesquisa de Orçamentos Familiares, Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (Set/71 - Ago/72).

Tabela A.4.1

**MERCADORIAS TRANSPORTADAS, SEGUNDO OS MODOS DE TRANSPORTE**  
1973/77

MODOS DE TRANSPORTE	MERCADORIAS TRANSPORTADAS									
	1973		1974		1975		1976		1977	
	(Milhões t - km úteis)	%	(Milhões t - km úteis)	%	(Milhões t - km úteis)	%	(Milhões t - km úteis)	%	(Milhões t - km úteis)	%
Rodoviário (1)	166.000,0	70,0	185.500,0	67,3	204.823,5	67,6	226.160,0	68,5	249.719,0	70,2
Ferrovialrio	42.508,1	17,7	54.687,9	19,8	58.787,7	19,4	63.135,6	19,1	60.605,3	17,0
Hidroviário (Cabotagem)	24.009,3	10,0	20.367,2	10,7	31.739,7	10,5	32.621,2	9,9	35.478,8	10,0
Aéreo (Doméstico)	384,9	0,2	451,4	0,2	520,6	0,2	661,8	0,2	686,0	0,2
Dutoviário	5.017,1	2,1	5.481,9	2,0	6.903,8	2,3	7.748,8	2,3	9.232,4	2,6
<b>Total</b>	<b>239.919,4</b>	<b>100,0</b>	<b>275.488,4</b>	<b>100,0</b>	<b>302.779,3</b>	<b>100,0</b>	<b>330.326,9</b>	<b>100,0</b>	<b>355.721,5</b>	<b>100,0</b>

Fontes: Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA  
 Ferrovia Paulista S.A. - FEPASA  
 Superintendência Nacional da Marinha Mercante - SUNAMAM  
 Departamento da Aviação Civil - DAC  
 Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS  
 Samarco Mineração S.A.  
 1º "Anuário Estatístico dos Transportes - 1976 - GEIPOT"

Nota: Os principais produtos transportados por dutos são derivados de petróleo e minério de ferro.

(1) Dados estimados sujeitos a retificação.

Tabela A.4.2

BRASIL

TRANSPORTE DE ARROZ EM CASCA - DISTRIBUIÇÃO INTERMODAL POR ESTADOS

1974

UNID. L DA FEDERAÇÃO	RODOVIÁRIO		FERROVIÁRIO		HIDROVIÁRIO		TOTAL	
	t	%	t	%	t	%	t	%
Maranhão (1)	911.149	98,4	2.389	0,3	11.547	1,2	925.934	100
Minas Gerais	478.590	100,0	-	-	-	-	478.934	100
São Paulo	701.808	100,0	-	-	-	-	701.808	100
Paraná	842.597	100,0	-	-	-	-	842.597	100
Rio Grande do Sul	1.813.589	99,2	15.000	0,8	155	0,0	1.828.744	100
Mato Grosso	794.884	97,7	18.623	2,3	-	-	813.507	100
Goiás	958.944	100,0	-	-	-	-	958.944	100
Total	6.501.561	99,3	36.012	0,5	11.702	0,2	6.550.124	100

Fonte: Plano Operacional de Transportes - Arroz - Fase I - 1977 - GEI/POT.

(1) Transporte por animal: 849 t = 0,18.

Tabela A.4.3

BRASIL  
TRANSPORTE DE ARROZ BENEFICIADO -  
DISTRIBUIÇÃO INTERMODAL POR ESTADOS  
 1974

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	RODOVIÁRIO		FERROVIÁRIO		HIDROVIÁRIO		TOTAL	
	t	%	t	%	t	%	t	%
Maranhão	533.892	99,9	611	0,1	-	-	534.593	100
Minas Gerais	663.544	99,9	816	0,1	-	-	664.360	100
São Paulo	1.820.664	99,2	15.577	0,8	-	-	1.836.241	100
Paraná	570.282	100,0	-	-	-	-	570.282	100
Rio Grande do Sul	1.036.480	87,4	35.000	3,0	113.932	9,6	1.185.412	100
Mato Grosso	128.913	96,0	3.266	2,4	2.080	1,6	134.259	100
Goiás	491.912	100,0	111	0,0	-	-	492.023	100
Total	5.245.777	96,8	55.381	1,0	116.012	2,2	5.417.170	100

Tabela A.4.4

BRASIL  
 MILHO: DISTRIBUIÇÃO INTERMODAL - MERCADO INTERNO  
 1974

Em mil/toneladas

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	RODOVIÁRIO		FERROVIÁRIO		HIDROVIÁRIO		TOTAL	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Rondônia	-	-	-	-	-	-	-	-
Acre	-	-	-	-	-	-	-	-
Amazonas	-	-	-	-	-	-	-	-
Roraima	-	-	-	-	-	-	-	-
Pará	-	-	-	-	-	-	-	-
Maranhão	12	100,0	-	-	-	-	-	-
Piauí	10	100,0	-	-	-	-	12	100,0
Ceará	83	96,5	3	3,5	-	-	10	100,0
Rio Grande do Norte	36	100,0	-	-	-	-	86	100,0
Paraíba	8	100,0	-	-	-	-	36	100,0
Pernambuco	143	93,5	-	-	-	-	8	100,0
Alagoas	39	100,0	-	-	10	6,5	153	100,0
Sergipe	14	100,0	-	-	-	-	39	100,0
Bahia	32	100,0	-	-	-	-	14	100,0
Minas Gerais	33	97,4	9	2,6	-	-	32	100,0
Espírito Santo	-	-	-	-	-	-	342	100,0
Rio de Janeiro	376	100,0	-	-	-	-	-	-
São Paulo	1.767	79,2	463	20,8	-	-	376	100,0
Paraná	744	100,0	-	-	-	-	2.230	100,0
Santa Catarina	56	100,0	-	-	-	-	744	100,0
Rio Grande do Sul	179	98,9	2	1,1	-	-	56	100,0
Mato Grosso	-	-	-	-	-	-	181	100,0
Goiás	147	100,0	-	-	-	-	-	100,0
Distrito Federal	-	-	-	-	-	-	147	100,0
Total	3.979	89,1	477	10,7	10	0,2	4.466	100,0

Fonte: Plano Operacional de Transportes - Milho - Fase I - 1974 - GEIPOP.

Tabela A.4.5

BRASIL  
COMPARATIVO DOS MEIOS DE TRANSPORTE - MILHO (1)  
 1977/78

PORTO	ANOS	FERROVIÁRIO			RODOVIÁRIO			TOTAL		
		Número	Toneladas	Percentual	Número	Toneladas	Percentual	Número	Toneladas	Percentual
Santos	1977	5.680	290.122	82,2	3.456	60.175	17,2	9.136	350.297	100,0
	1978	27	1.454	65,8	50	755	34,2	77	2.209	100,0
Paranaquã	1977	3.564	173.765	20,1	35.320	691.194	79,1 <sup>(2)</sup>	38.884	864.949	100,0
	1978	337	14.998	41,3	1.154	21.282	58,7	1.491	36.280	100,0
Angra dos Reis	1977	302	10.788	66,1	263	5.538	33,9	565	16.326	100,0
	1978	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Porto Alegre	1977	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	1978	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rio Grande	1977	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	1978	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	1977	9.546	474.675	38,5	39.039	756.897	61,5	48.585	1.231.572	100,0
	1978	364	16.452	42,1	1.204	22.037	57,3	1.568	38.489	100,0

Fonte: Relatório Estatístico das Exportações de soja, milho, farelos, óleos - 1979 - GRUPOS.

(1) Hidroviário: inexistente.

(2) Não computados caminhões da retaguarda.

Tabela A.4.6  
BRASIL  
COMPARATIVO DOS MEIOS DE TRANSPORTE - SOJA  
1978/79

PORTO	ANOS	HIDROVIÁRIO			FERROVIÁRIO			RODOVIÁRIO			TOTAL		
		Número	Toneladas	Percentual	Número	Toneladas	Percentual	Número	Toneladas	Percentual	Número	Toneladas	Percentual
Santos	1978	-	-	-	157	7.728	65,5	285	4.076	34,5	442	11.804	100,0
	1979	-	-	-	147	6.796	80,0	128	1.714	20,0	275	8.510	100,0
Paranaquá	1978	-	-	-	587	29.054	7,1	16.771	381.432	92,9	17.358	410.486	100,0
	1979	-	-	-	1.217	59.158	9,2	29.047	585.252	90,8	30.264	644.410	100,0
Santa Fé do Sul	1978	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	1979	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Porto Alegre	1978	3	2.756	20,9	-	-	-	653	10.442	79,1	656	13.198	100,0
	1979	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rio Grande	1978	35	36.828	4,8	7.559	323.264	42,3	23.782	404.528	52,9	31.376	764.020	100,0
	1979	5	5.081	1,0	5.365	244.682	47,7	15.397	263.436	51,3	20.767	513.199	100,0
Total	1978	38	39.584	1,3	8.303	360.045	30,0	41.491	800.473	56,7	49.832	1.200.108	100,0
	1979	5	5.081	0,1	6.723	310.636	26,7	44.572	850.402	72,2	51.306	1.166.119	100,0

Fonte: Relatório Estatístico das Exportações de soja, milho, farelos, óleos - 1979 - CENIOS.



Tabela A.4.9

ESTADO DE SÃO PAULO  
TRANSPORTE NA COMERCIALIZAÇÃO DE BOVINOS DE CORTE  
 1973

Em percentagem

TIPO DE OPERAÇÃO	RODOVIÁRIO		FERROVIÁRIO		A PÉ		FLUVIAL		MISTO		TOTAL
Compra	74,65	35,78	0,26	6,73	20,22	22,69	0,04	13,10	4,83	32,48	100,00
Venda	62,08	59,17	1,66	85,49	31,28	69,83	-	-	4,98	66,63	100,00
Transfe rência	58,85	5,05	1,68	7,78	37,25	7,48	1,48	86,90	0,74	0,89	100,00
Total	65,86	100,00	1,22	100,00	28,13	100,00	0,09	100,00	4,70	100,00	100,00

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

Tabela A.4.10

## BRASIL

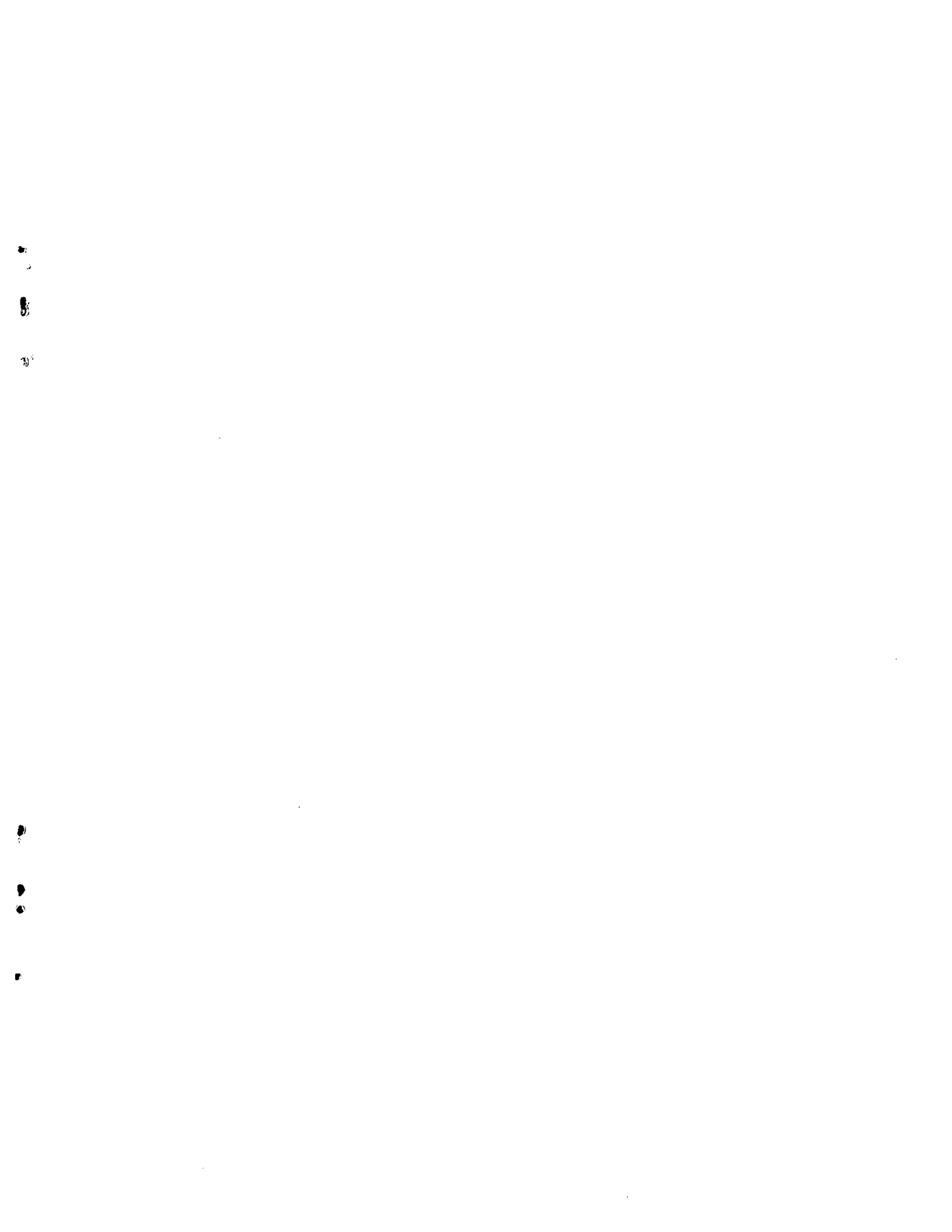
EXTENSÃO DA REDE RODOVIÁRIA, SEGUNDO AS REGIÕESE UNIDADES DA FEDERAÇÃO

REGIÕES E UNIDADES DA FEDERALÇÃO	EXTENSÃO (km)		
	Total	Pavimentada	Não Pavimentada
NORTE	32.305	4.245	28.060
Rondonia	1.761	79	1.682
Acre	1.999	82	1.917
Amazonas	5.596	1.247	4.349
Roraima	1.827	3	1.824
Pará	19.483	2.824	16.659
Amapá	1.639	10	1.629
NORDESTE	406.112	21.667	384.445
Maranhão	49.161	2.203	46.958
Piauí	51.201	2.993	48.208
Ceará	74.059	3.877	70.182
Rio Grande do Norte	32.001	1.223	30.778
Paraíba	37.672	1.325	36.347
Pernambuco	41.609	3.041	38.568
Alagoas	13.343	1.397	11.946
Fernando de Noronha	25	-	25
Sergipe	9.865	573	9.292
Bahia	97.176	5.035	92.141
SUDESTE	480.904	29.228	451.676
Minas Gerais	215.160	9.754	205.406
Espírito Santo	25.188	1.625	23.563
Rio de Janeiro	26.182	4.375	21.807
São Paulo	214.374	13.474	200.900
SUL	391.873	14.630	377.243
Paraná	139.410	5.619	133.791
Santa Catarina	83.875	2.429	81.446
Rio Grande do Sul	168.588	6.582	162.006
CENTRO-OESTE	200.229	6.163	194.066
Mato Grosso	89.203	1.753	87.450
Goiás	110.051	3.924	106.127
Distrito Federal	975	486	489
Total	1.511.423	75.933	1.435.490

Fonte: Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER - in "Anuário Estatístico dos Transportes - 1978 - GEIPOT".

Nota: Extensão total = Rede Rodoviária Federal + Rede Rodoviária Estadual + Rede Rodoviária Municipal









# **PUBLICACIONES DE PROCADES**

## **SERIE LECTURAS SOBRE DESARROLLO AGRICOLA**

**Tomo 1: Teorías Económicas y Análisis Histórico del Desarrollo Agrícola.**

**Tomo 2: Agricultura Comparada.**

**Tomo 3: Recursos Naturales en el Desarrollo Agropecuario.**

**Tomo 4: Desarrollo Rural Integrado. DRI**

## **SERIE LECTURAS SOBRE PLANIFICACION AGROPECUARIA**

**Tomo 1: Aspectos Metodológicos.**

**Tomo 2: Políticas de Precios Agrícolas.**

## **SERIE LECTURAS SOBRE PROYECTOS AGRICOLAS**

**Tomo 1: Formulación, Evaluación y Administración de Proyectos de Desarrollo Rural.**

## **SERIE LECTURAS SOBRE ABASTECIMIENTO ALIMENTARIO**

**Tomo 1: El Problema de Abastecimiento Alimentario.**

**Tomo 2: Programación del Abastecimiento Alimentario: Algunas Experiencias en América Latina.**

## **SERIE LECTURAS SOBRE APLICACION DE LA INFORMATICA AL ANALISIS DE PROYECTOS**

**Tomo 1: Introducción a la Informática.**

## **SERIE LECTURAS SOBRE METODOLOGIAS PARA LA CAPACITACION**

**Tomo 1: Conceptos sobre Capacitación y Orientaciones Metodológicas.**

## **SERIE TALLERES Y ESTUDIOS DE CASOS**

**Tomo 1: Planificación del Desarrollo Regional.**

**Tomo 2: Proyectos de Desarrollo Agrícola y Rural.**

**Tomo 3: Proyectos Agroindustriales.**

## **SERIES TEACHING DOCUMENTS FOR TRAINING ACTIVITIES IN ENGLISH SPEAKING CARIBBEAN COUNTRIES**

**Volumen 1: Development and Regional Planning.**

**Volumen 2: Project Analysis.**